



ESTUDO SOBRE OS CUSTOS E O FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR DE ANGOLA | NOVEMBRO 2017

FICHA TÉCNICA

Título: “Estudo sobre os Custos e o Financiamento do Ensino Superior em Angola”

Financiado por: Banco Africano de Desenvolvimento

Implementado por: CESO Development Consultants

Investigadores /autores: Professora Doutora Luísa Cerdeira (Coordenadora),
Professora Doutora Maria Lourdes Machado-Taylor, Professor Doutor Belmiro Cabrito,
Professor Doutor Rui Brites, Professor Doutor Tomás Patrocínio, Marta Manso (Colaboração)

Data de edição: Novembro 2017

Os conteúdos e opiniões expressos nesta publicação são da exclusiva responsabilidade dos seus autores e não podem, em caso algum, ser tomados como expressão das posições do Governo da República de Angola e do Banco Africano de Desenvolvimento.





NOTA DE AGRADECIMENTO

As pessoas da administração nomeadamente os dirigentes e técnicos do Ministério do Ensino Superior e do Ministério das Finanças da República de Angola e muito particularmente Ndilo Mankenda Nkula (Secretário Geral do Ensino Superior), que foi sempre o elemento principal de assistência e acompanhamento da equipa do estudo, tiveram um papel essencial para o mesmo.

Os técnicos do Banco Africano de Desenvolvimento foram elementos relevantes na supervisão do trabalho, efectuando questionamentos e sugestões pertinentes, particularmente Nawsheen Elaheebocus (Task Manager do Projecto e Especialista Sénior em Educação da Divisão de Agricultura, Água e Desenvolvimento Humano do Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, Costa do Marfim) e Patricia Baptista (Coordenadora dos Programas do Banco Africano de Desenvolvimento em Angola) sobre a supervisão de Septime Martin (Representante Residente do Banco Africano de Desenvolvimento em Angola). De registar igualmente os contributos de Borel Foko Tagne (Senior Education Economist do Banco Africano de Desenvolvimento) e Francis Ndem (Senior Education Economist do Banco Mundial).

Igualmente importante foi a disponibilidade e a colaboração dos dirigentes das instituições de ensino superior públicas e privadas angolanas que forneceram informação preciosa sobre as suas instituições.

Os estudantes que responderam ao inquérito por questionário foram elementos determinantes para a caracterização dos custos de vida e de educação dos estudantes do ensino superior em Angola.

Também não podemos deixar de considerar enriquecedor para o relatório o feedback obtido no seminário de apresentação do estudo que teve lugar em Luanda em 29 de Junho de 2017.

São pois devidos agradecimentos a este vasto número de pessoas que contribuíram para a compilação de dados para este estudo e que generosamente fizeram comentários críticos ao estudo no sentido de o completar e de o melhorar.

A todos(as) o nosso destacado agradecimento.

Os autores

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Estudo sobre os Custos e o Financiamento do Ensino Superior em Angola, desenvolvido entre Julho de 2016 e Novembro de 2017, foi requerido pelo Ministério do Ensino Superior da República de Angola (MES) e financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Dada a pertinência da premissa de que quem melhor conhece, melhor pode agir, o estudo assume importância como meio de informação à tomada de decisões estratégicas sobre o financiamento do ensino superior, ganhando especial relevância no contexto actual de crescimento do subsistema e do papel que o mesmo desempenha na democratização, qualificação e desenvolvimento das regiões e países.

O objectivo central do Estudo é o de apoiar o Ministério com a tutela do Ensino Superior em Angola na análise das políticas de financiamento do subsistema do Ensino Superior, sendo os seguintes os seus objectivos específicos:

- ♦ **Analisar os aspectos institucionais do financiamento público do Ensino Superior e da investigação em Angola;**
- ♦ **Analisar a evolução dos recursos públicos mobilizados para o Ensino Superior público e para a investigação (bolsas para frequência de mestrados e doutoramentos no estrangeiro);**
- ♦ **Estimar as despesas dos estudantes e das famílias no Ensino Superior, fazendo a distinção entre Instituições de Ensino Superior públicas e privadas;**
- ♦ **Estimar os custos unitários das Instituições do Ensino Superior (IES) por Faculdade/Departamento/Curso e identificar os factores que influenciam os referidos custos;**
- ♦ **Elaborar alguns cenários prospectivos do Ensino Superior de Angola 2017-2030.**

Em termos metodológicos foi relevante a análise documental de legislação, de relatórios e a consulta de bibliografia relativa ao ensino superior, tendo sido fundamentais os dados que foram passíveis de ser recolhidos junto do MES e das Instituições de Ensino Superior do país; no entanto nem sempre foi possível obter dados da parte das instituições pelo que há condicionalismos e limitações para análises mais aprofundadas em alguns domínios; foram também relevantes os dados recolhidos junto dos estudantes sobre as suas percepções em relação a custos de educação (custos directos) e de custos de vida (custos indirectos) para a frequência do ensino superior.

A educação é um suporte essencial de desenvolvimento pessoal, económico, social, cultural, e, por isso, deve ser encarada como bem público, sendo um instrumento fundamental de política para o avanço das sociedades em termos democráticos e para a promoção da cidadania, da equidade e da justiça social, associada à inovação e ao desenvolvimento de uma economia do conhecimento para uma produção geradora de maior riqueza e de melhor bem-estar social.

Angola tem feito um esforço relevante para o desenvolvimento da educação em geral e do ensino superior em particular, sobretudo na última década, o que é evidenciado pela territorialização do ensino superior em todas as regiões do país.

Todavia, são muitos os constrangimentos que se colocam ao desenvolvimento deste subsistema educativo e repetem-se em países e regiões. Um desses constrangimentos é, indubitavelmente, o financeiro. Num momento em que países e governos se confrontam com imensas dificuldades financeiras para a prossecução dos seus objectivos e missão, é forçoso apoiar os decisores políticos na tomada de decisão para os investimentos do Estado: que sectores, que actividades deverão ser priorizados? Neste contexto, o financiamento do Ensino Superior, considerando os efeitos positivos que poderá trazer ao desenvolvimento dos países, assume-se como um instrumento incontornável na gestão daquelas opções estratégicas.

No caso de Angola, o valor do OE evoluiu positivamente ao longo do período dos dados recolhidos, registando-se um abrandamento do seu crescimento nos últimos anos, à semelhança do que se verificou em meados da década de 2000. Dos dados destaca-se a irregularidade nos valores do orçamento, que apresentou previsões de crescimento negativo em dois períodos: em 2009 e em 2015. A crise económico-financeira internacional e do país desde o ano de 2014 associada à flutuação do preço do petróleo no mercado internacional bem como o modelo de financiamento do ensino superior angolano que de seguida será descrito, poderão estar na origem desta situação.

Em relação ao Ministério do Ensino Superior (MES) verifica-se que o montante previsto cresceu fortemente ao longo de todo o período, apesar do movimento contrário a partir de 2014 e com uma pequena recuperação no ano de 2016 (mas inferior ao valor do ano de 2013).

No que respeita ao Ministério da Educação (MED) regista-se que as dotações em causa apresentaram uma evolução irregular, particularmente a partir de 2008, mostrando taxas anuais de crescimento negativas em vários anos, sendo de destacar, todavia, o reforço daquele montante no OE de 2016 ficando, ainda assim, abaixo das dotações orçamentadas em 2013 e 2014.

Os valores são ilustrativos da necessidade de o país reforçar o investimento em educação para melhorar os níveis de escolaridade básica, secundária e superior. Aumentar as dotações orçamentais destes dois ministérios, conferindo-lhes a máxima racionalidade e exigência de eficácia e de eficiência, irá ao encontro da legislação mais recente que anuncia a indispensabilidade de fazer crescer, em quantidade e em qualidade, a educação no país.

Com efeito, apesar do esforço efetuado, **Angola apresenta, em 2016, uma Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Superior de 7,1%** (relação percentual entre o número total de estudantes matriculados no ensino superior independentemente da idade e a população residente em idade normal de frequência do ensino superior) e uma **Taxa Líquida de Escolarização do ES de 2,7%** (razão percentual entre o número de matrículas de estudantes com idade prevista para estar inscrito no ensino superior e a população total na mesma faixa etária), **sendo o número de estudantes matriculados no Ensino Superior de 877 por 100.000 habitantes.** Pode-se assinalar que em Cabo Verde (2015) havia 2049 estudantes matriculados por 100.000 habitantes, que no Gana (2015) havia 1523 estudantes matriculados por 100.000 habitantes e que na África do Sul (2014) havia 1887 estudantes matriculados por 100.000 habitantes.

Na procura da determinação dos **custos unitários das Instituições de Ensino Superior** foi enviado um **questionário a todas as IES (públicas e privadas)** relativas a recursos humanos, a infraestruturas (áreas e custos dos edifícios, equipamentos, salas com objectivos específicos de aprendizagem, bibliotecas, custo do metro quadrado, etc.) e **recursos financeiros** (origem, destino e composição das receitas e estrutura das despesas, por fonte de financiamento). No entanto o **reduzido número de respostas mostrou a inviabilidade do estudo poder atingir todo o universo e houve necessidade de recorrer a uma amostra representativa das IES**, tendo sido decidida a realização de um estudo de caso múltiplo. Das IES públicas constitutivas da amostra, apenas se recebeu informação (incompleta), do ISCED de Huambo, ISCED de Huíla, ISCED de Uíge, do Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul. Houve necessidade de utilizar informação homóloga relativa

a outras IES, nomeadamente: Universidade Katyavala Buíla; Universidade Kimpa Vita; Escolas Superiores Pedagógicas do Bengo, Bié e Cuanza Norte; Instituto Superior Politécnico e Escola Superior Politécnica. No que respeita ao ensino superior privado, e após esforços significativos por parte das entidades oficiais e da equipa de investigação, foram obtidos alguns dados financeiros de 12 IES.

Dos dados recolhidos nas **instituições públicas** participantes regista-se:

- ♦ Uma diminuição significativa dos valores orçamentados, cabimentados e liquidados para cada uma das instituições nos últimos anos;
- ♦ Um peso significativo das receitas arrecadadas em algumas instituições, em termos de propinas e de taxas;
- ♦ Um reduzido papel dos diversos actores sociais no financiamento do ensino superior, exceptuando-se o Estado e os estudantes/famílias;
- ♦ Uma despesa média anual desigual por estudante para o Estado, por IES, que poderá ser consequência de factores tão diversos, mas complementares como: a data de criação, a localização geográfica da instituição, a sua dimensão, a natureza e variedade da formação disponibilizada, a estrutura do pessoal docente e não docente, a existência de ensino nocturno;
- ♦ Um contributo significativo dos estudantes e respectivas famílias para o financiamento do ensino superior, com os pagamentos dos custos de educação e custos de vida dos estudantes.

No que respeita ao **ensino superior privado**, os dados recolhidos permitem concluir que:

- ♦ A maioria das instituições privadas apresentava em 2015 uma despesa média anual por estudante superior ao que ocorria nas instituições públicas. Das instituições privadas estudadas 7 tiveram uma despesa superior à instituição de ensino superior pública com valor mais elevado a Universidade Agostinho Neto (com 213.476 AKz);
- ♦ A maioria das IES privadas apresentam um crescimento do valor da despesa realizada entre 2012 e 2015;
- ♦ As IES privadas das quais se recolheu dados financeiros foram criadas em momentos diversos, sendo a mais antiga com fundação em 1999 (Universidade Católica de Luanda) e as mais modernas de 2012.

Os **custos de educação e de vida dos estudantes** suportados pelos estudantes e as suas famílias foram objeto de **inquérito por questionário** com o seguinte enquadramento metodológico:

Custos de Educação: valores anuais (AKz)

Campo Empírico	Unidades amostrais	Dimensão da Amostra	Modelo de aplicação sugerido
Alunos matriculados no segundo ano em todas as IES acreditadas pelo MES, públicas e privadas, no ano académico de 2106.	Alunos estratificados por Instituição, Curso e Sexo	1.046 inquiridos [margem de erro de (+/-) 3 % para um intervalo de confiança de 95 %]	A aplicação dos questionários contou com o apoio do MES/GEPE, através dos seus <i>Pontos Focais</i> nas Instituições.

O número de questionários validados foi de 969 (Instituições Públicas: 383 e Instituições privadas: 586).

A análise dos questionários permitiu também, entre outras questões, considerar as representações sociais dos estudantes, sobre o ensino superior em Angola a partir da concordância ou discordância sobre um conjunto de afirmações sobre o Ensino superior.

Para a grande maioria dos estudantes, deve ser o estado a suportar maioritariamente os encargos com o Ensino Superior, que também deve ser financiado pelas empresas para terem acesso a mão-de-obra qualificada.

Os resultados mostram que as **afirmações com que os alunos mais concordam** são:

- ♦ **Deve ser o Estado a suportar maioritariamente os encargos com o ensino superior (83,3%);**
- ♦ **As empresas devem financiar o ensino superior para terem acesso a mão-de-obra qualificada (83,1%).**

Ao contrário, **a afirmação com que mais discordam** é:

- ♦ **Ensino superior deve ser suportado pelos estudantes (60,9%).**

Assinala-se que o inquérito por questionário aplicado à referida amostra de estudantes das IES angolanas, seguindo uma metodologia validada em muitos países (The International Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project, Portugal), incluindo países africanos, proporciona **comparações internacionais** e essa circunstância apresenta-se como muito vantajosa não só para a caracterização do país, mas também para a investigação e desenvolvimento neste domínio.

No contexto da crise económica e financeira mundial, e querendo **Angola dar continuidade a um programa de desenvolvimento do seu ensino superior**, sobretudo o ensino superior público, o **domínio da ação social** em termos das bolsas reveste-se da maior importância, seja para a administração central, seja para as instituições de ensino superior, pois a crise é geradora nas escalas, global, nacional e local de muitos constrangimentos e carências. Atualmente a dotação afecta às bolsas de estudo rondam os 43% de toda a dotação orçamental do Ministério do Ensino Superior, o que se apresenta como algo excessivo, a requerer uma racionalização do programa de acção social aos estudantes, nomeadamente do tipo de bolsa a atribuir, se para suportar cumulativamente os encargos fixos e outros encargos (Matrícula, Inscrição, Propina, Alimentação, Transporte Escolar, Bibliografia e Alojamento), se para suportar exclusivamente os encargos fixos (Alimentação, Transporte Escolar e Bibliografia). Nesta análise é igualmente pertinente explicitar o conceito de bolsa, pois as bolsas de estudo têm uma finalidade e as bolsas de investigação uma outra, para além de serem tuteladas por pastas ministeriais distintas. Acresce que, ainda que devidamente legisladas, desde a sua criação, não se regista qualquer concessão de bolsas de investigação

Essa divisão poderá configurar uma dotação orçamental mais estruturada e autonomizada para a investigação e formação avançada.

À semelhança do que ocorre em muitos outros países, perante o contexto prolongado de crise, parece ajustado recomendar que, em Angola, quer em termos estratégicos, em termos da compreensão social, bem como, em termos das políticas concretas de assistência financeira aos estudantes:

- ♦ **A nível da pós-graduação e formação avançada, as bolsas sejam atribuídas com base no mérito, de modo a atrair os melhores estudantes para a docência universitária, para a investigação científica e para os serviços públicos;**
- ♦ **Mas, a nível da graduação, se equacione a possibilidade de as bolsas de estudo serem atribuídas com base nas necessidades reais dos estudantes e não exclusivamente nos seus méritos académicos; com efeito, as políticas de ação social são políticas de democratização do acesso e da frequência ao ensino superior, e devem ser também de promoção de mobilidade social ascendente, procurando corresponder a uma maior coesão social e equidade ao concederem bolsas de estudo que vão ao encontro da satisfação, pelo menos parcial, das necessidades dos estudantes provenientes de meios socioeconómicos mais baixos e mais desfavorecidos, no âmbito dos seus custos de educação e de vida;**
- ♦ **As bolsas de estudo externas sejam concedidas no âmbito da formação avançada e investigação, para estudos de mestrado e de doutoramento, ou para programas de graduação em áreas prioritárias, que não existem ou que não estão ainda suficientemente desenvolvidas em Angola;**
- ♦ **Se melhore a informação eletrónica disponibilizada para acesso a bolsas internas em Angola, e também sobre as ofertas de universidades e de governos de outros países e respetivos procedimentos;**
- ♦ **No ensino público, a assistência aos estudantes assuma, para além da concessão de bolsas de estudo, uma perspetiva de melhoria de prestação de serviços, ampliando algumas ofertas já existentes ou criando outras, que podem ser de iniciativa pública ou desenvolvidas em concessão ou em parceria com instituições privadas:**
 - ♦ Alojamento, através de residências universitárias;
 - ♦ Alimentação, através de cantinas e bares universitários;
 - ♦ Desporto e lazer, através da criação de infraestruturas desportivas e culturais; e
 - ♦ Saúde, eventualmente através de centros de saúde com assistência primária e preventiva, ou através de protocolos entre as IES e as instituições de saúde.

Conforme previsto, os autores trabalharam ainda na elaboração de cenários prospectivos do ensino superior. A partir das projecções do crescimento populacional em Angola foram definidos critérios para efectuar previsões financeiras para afectação de dotações da administração central. As projecções são efectuadas para os anos de 2017 a 2030 e estão calculadas a preços de 2016 (em Akz). Considerando os cenários elaborados para a projecção de estudantes do Ensino Superior entre 2016 e 2030 e os valores dos rácios, elaboraram-se quatro cenários, tendo cada um deles três hipóteses relativas ao peso relativo das IES públicas e IES privadas.

Em cada uma dessas três hipóteses identificou-se a divisão da dotação para as IES públicas (previsão do número de estudantes x rácio da despesa orçamentada por estudante das IES públicas de 2016 de 325 709,82 AKz) e a componente da Acção Social (previsão do número total de estudantes – público e privado x despesa orçamentada por aluno para a Acção Social de 119 241,23 AKz). Destaca-se a síntese das projecções financeiras elaboradas:

Síntese das Projecções Financeiras entre 2016-2030 (em AKz)

	2016	2020	2025	2030	Var % 2016 – 2030
Cenário 1 = 877 Est/ 100.000 Hab					
Hip.1 – Mantendo 2016	66.718.800.209	75.510.356.838	87.744.499.390	101.344.251.634	52 %
Hip.2 – Subindo Público 7 %	66.718.800.209	81.481.478.361	94.683.058.427	109.358.236.305	64 %
Hip.3 – Subindo Público 12 %	66.718.800.209	85.928.688.809	99.850.803.234	115.326.943.560	73 %
Cenário 2 = 950 Est/ 100.000 Hab					
Hip.1 – Mantendo 2016	66.718.800.209	81.769.243.275	95.017.446.839	109.744.452.462	64 %
Hip.2 – Subindo Público 7 %	66.718.800.209	88.235.297.852	102.531.127.685	118.422.698.594	77 %
Hip.3 – Subindo Público 12 %	66.718.800.209	93.051.127.736	108.127.215.427	124.886.138.789	87 %
Cenário 3 = 1.000 Est/ 100.000 Hab					
Hip.1 – Mantendo 2016	66.718.800.209	86.072.887.658	100.018.365.094	115.520.476.276	73 %
Hip.2 – Subindo Público 7 %	66.718.800.209	92.879.260.897	107.927.502.827	124.655.472.204	87 %
Hip.3 – Subindo Público 12 %	66.718.800.209	97.948.555.512	113.818.121.503	131.459.093.462	97 %
Cenário 4 = 1.200 Est/ 100.000 Hab					
Hip.1 – Mantendo 2016	66.718.800.209	103.287.465.190	120.022.038.112	138.624.571.531	108 %
Hip.2 – Subindo Público 7 %	66.718.800.209	111.455.113.077	129.513.003.392	149.586.566.645	124 %
Hip.3 – Subindo Público 12 %	66.718.800.209	117.538.266.614	136.581.745.803	157.750.912.155	136 %

Nota: Dados a preços de 2016.

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

Importa, contudo, considerar que estas projecções apresentam algumas limitações, que resultam, nomeadamente, dos seguintes pontos:

- ♦ **Estão indexadas aos preços de 2016 à estrutura orçamental do ano de 2016;**
- ♦ **Não consideram a necessidade de reforçar e qualificar de forma intensiva o pessoal docente das IES, que levará também a elevar a massa salarial a pagar ao pessoal docente, decorrente da qualificação e progressão na carreira;**
- ♦ **Não consideram a necessidade de estabilizar e reforçar a estabilização do pessoal docente das IES, reforçando o número de docentes que estão em tempo integral e em exclusividade, podendo dessa forma dedicar-se de uma forma mais consistente e produtiva ao ensino e à investigação;**
- ♦ **Não consideram a necessidade de preparar e qualificar o pessoal não docente, melhorando o nível técnico e preparação à realidade do mundo académico, o que terá também incidência nos custos das IES;**
- ♦ **Não contemplam o impacto financeiro de um necessário Programa de Investimento em Infraestruturas e Equipamentos para criar e ampliar os campus das IES públicas existentes;**
- ♦ **Não se conhecem previsões oficiais ou de entidades internacionais sobre a evolução futura da economia angolana (PIB, Taxa de inflação, etc.)**

O estudo conclui com um conjunto de **recomendações finais**, que se sintetizam no quadro seguinte:

Quadro Síntese dos Eixos Orientadores e Recomendações Finais

Eixos Orientadores	Recomendações Finais
PROMOVER O ENSINO SUPERIOR E A SUA QUALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA	<ul style="list-style-type: none">◆ Ganhar a compreensão social, política, económica e cultural de todos os angolanos de que a educação, e a educação superior em particular, é um factor de desenvolvimento pessoal e social em concordância com as necessidades, as expectativas e as prioridades do país;◆ Incentivar os estudantes do ensino secundário, bem como os licenciados a prosseguir estudos, através de programas mediáticos de informação, de divulgação e de reflexão sobre as ofertas de formação e sobre a vida académica e desenvolver programas que evitem o abandono escolar;◆ Aumentar as qualificações da população Angolana, quer das gerações mais jovens, quer das gerações mais velhas, procurando aumentar a taxa bruta/real de escolarização e conclusão do ensino secundário e pelo menos atingir os rácios de 1.000/1.200 estudantes do Ensino Superior por cada 100.000 habitantes;◆ Preparar um Plano de Atracção para o Ensino Superior da População Adulta, criando o enquadramento legal e logístico para a fixação de um programa de vagas específico para esta população adulta que já está no mercado de trabalho (nas IES Públicas e Privadas), o que permitiria melhorar a qualificação da população;◆ Desenvolver uma estratégia de fortalecimento do Ensino Superior público para que haja uma oferta para todos.◆ No que respeita ao subsector privado do ensino superior, foi possível perceber um forte crescimento quer em número de instituições quer em número de alunos no período em estudo que não foi acompanhado, todavia, pelo aumento do nível médio de qualificações do pessoal docente. Assim, crê-se indispensável um forte investimento na formação dos docentes, ainda mais urgente se se der atenção ao número de alunos que o subsistema atende. Atente-se que no ensino superior privado cerca de 70% do corpo docente apenas tem o grau de licenciado ou grau não especificado (no ensino superior público esse valor desce para 41%) e 83% encontra-se a tempo parcial (no ensino público apenas 28%). Ou seja, identifica-se uma fragilidade forte de qualificação e de dedicação em exclusividade na carreira docente no ensino superior privado, o que conjugado com o facto de ele ser maioritário em número de alunos em áreas relevantes como as engenharias e saúde, aponta para um problema relevante do ensino superior de Angola. Ressalve-se que a proposta acima não tem em conta a eventual necessidade de investimento em infraestruturas (salas, anfiteatros, laboratórios, bibliotecas, informática, outras), dado que não foram fornecidos à equipe informações relevantes. Nestas circunstâncias, julga-se indispensável que seja levado a cabo um processo de observação/avaliação e acreditação da oferta privada de ensino superior no país com o objectivo de regular essa oferta e de garantir que obedeça aos padrões necessários de qualidade nacionais e internacionais.
INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO AVANÇADA	<ul style="list-style-type: none">◆ Melhorar e aumentar a qualificação do pessoal docente das IES e a dinamização e atualização das mesmas em termos de ensino e de pesquisa, sendo pertinente criar mecanismos de progressão na carreira para o pessoal docente a fim de tornar a carreira atractiva e competitiva;◆ Melhorar e aumentar a formação de quadros de nível superior para os sectores empresariais e de investigação públicos e privados interligados às necessidades prioritárias do país, articulando-se com o Programa Nacional de Formação de Quadros;

**INCENTIVAR
O DESENVOLVIMENTO
DA FORMAÇÃO AVANÇADA**

- ♦ Proporcionar a ligação e a articulação da formação avançada com o desenvolvimento de projectos de investigação científica, reforçando a atividade dos centros de investigação existentes ou mesmo criando novos, se possível em articulação ou em parceria com o mundo empresarial;
- ♦ Promover a relação e integração das IES em redes de investigação científica e de desenvolvimento internacionais;
- ♦ Promover o desenvolvimento da prestação de serviços por parte das IES e dos seus docentes e investigadores à comunidade (elaboração de estudos, consultadorias, ensaios laboratoriais, formações curtas e especializadas, etc.);
- ♦ Estruturar um programa de mobilidade estudantil e de docentes inscritos em IES angolanas, que permita a permanência em períodos com a duração de seis meses ou um ano em instituições de Ensino Superior noutros países;
- ♦ Promover a abertura de lojas de merchandizing nas IES para que as mesmas ganhem identidade;

**DAR PRIORIDADE
À AFECTAÇÃO DE RECURSOS
FINANCEIROS PARA
A EDUCAÇÃO
E O ENSINO SUPERIOR**

- ♦ Priorizar o sector da Educação e do Ensino Superior, fixando um objectivo de aumentar os recursos financeiros de forma significativa para estes sectores, promovendo um compromisso da sociedade e das forças políticas para a fixação de uma percentagem da riqueza criada no país para o subsistema do Ensino Superior. Seguindo os termos de referência internacionais, essa percentagem nunca deveria ser inferior a 2-5% do PIB para o Ensino Superior e de 7-10% para a Educação. Todavia, estes valores devem sempre ter em conta o contexto do país/região em questão pelo que, no caso Angolano e no quadro das informações disponíveis, aquela percentagem deveria garantir o crescimento do sistema educativo em quantidade e qualidade, tornando-se indispensável a realização de fortes investimentos na construção/reconstrução/reabilitação das instalações existentes, no apetrechamento de bibliotecas e de laboratórios, na construção de cantinas e disponibilização de refeições subsidiadas, na formação de professores, nos apoios sociais. Para atingir estas metas, seria importante que Angola disponibilizasse uma percentagem realmente significativa do seu PIB para a educação, na ordem dos 10%. Veja-se um estudo de Nelson Amaral (2011, O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um percentual do PIB. III Seminário Brasileiro de Educação. CEDES, 28/02-02/03, Unicamp, Campinas) sobre o caso brasileiro e que estudava a percentagem mínima do PIB a aplicar na educação para que os gastos públicos por aluno se aproximassem da média dos países mais desenvolvidos. Vejam-se, também, os exemplos de países como os Estados Unidos que em 2014 (OCDE, Education at Glance 2017) afectaram 2,7% do PIB para o Ensino Superior e 6,2% para o total de Educação, ou Reino Unido com 1,8% para Ensino Superior e 6,2% para Educação, ou o caso da Coreia com 2,3% para Ensino Superior e 6,3% para Educação, países que já fizeram há muitas décadas investimentos regulares e permanentes em Educação e no Ensino Superior.
- ♦ Discutir a possibilidade/viabilidade de promover o co-financiamento do Ensino Superior, com maior ou menor participação dos estudantes e das famílias e com a fixação (ou não) de propinas no Ensino Superior público a todo o universo dos estudantes do Ensino Superior público de Angola (alargando o já ocorrido com os estudantes do pós-laboral e que já envolve cerca de 32% dos estudantes das IES públicas em 2016);
- ♦ Promover um Programa Especial para a Formação e Qualificação do Pessoal Docente das Instituições de Ensino Superior (com Recursos Orçamentais afectos para os próximos 10/15 anos), com a formação de Doutores e Mestres, envolvendo as IES Públicas e Privadas;

**DAR PRIORIDADE
À AFECTAÇÃO DE RECURSOS
FINANCEIROS PARA
A EDUCAÇÃO
E O ENSINO SUPERIOR**

- ♦ Preparar e implementar um Plano de Investimento de Médio Prazo para a Construção, Ampliação, Remodelação e Apetrechamento dos Campus já existentes e a criar nas IES públicas;
- ♦ Clarificar os mecanismos de financiamento da investigação e da formação avançada, cujo apoio e financiamento para bolsas (mestrado e doutoramento) e projectos de investigação deve estar completamente diferenciado do mecanismo de apoio social aos estudantes (com bolsas de estudo para potenciar o aumento da acessibilidade do ensino superior). O apoio à investigação e à formação avançada deve ser uma linha de financiamento diferenciada e assente no mérito académico e científico dos projectos e dos candidatos às bolsas de mestrado e doutoramento, com abertura de editais próprios e publicitados a todos os potenciais interessados;
- ♦ Aumentar o apoio social e rever a forma de atribuição do apoio, nomeadamente a forma de cálculo das bolsas de estudo, tendo em conta os dados do rendimento do agregado familiar e perspectivando que o valor da bolsa suporte os custos dos estudantes, ou pelo menos, uma parte significativa.

**INCENTIVAR NOVOS MODELOS
DE GOVERNANÇA E GESTÃO
DAS INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR**

- ♦ Promover a autonomia e responsabilização das IES e perspectivar a afectação dos recursos através de Contratos-Programa, com a fixação de objectivos para o desenvolvimento e melhoria da qualidade das IES (as IES apresentariam um Plano Estratégico à Tutela);
- ♦ Distribuir o orçamento de funcionamento entre as IES com base em fórmulas de financiamento e discutir e consensualizar com os diversos actores institucionais (Governo, Dirigentes das IES, Docentes, Não Docentes);
- ♦ Estabelecer mecanismos e indicadores de gestão das IES públicas (fixação e publicação de rácios de docentes/estudante por área científica; pessoal não docente/docente padrão por área científica e para serviços centrais, etc).

**DESENVOLVER UMA CULTURA
DE REPORTE E RECOLHA
DE DADOS SOBRE
AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS
FINANCEIRAS DAS
INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR E DADOS
DO APOIO SOCIAL
AOS ESTUDANTES**

- ♦ Ganhar a compreensão e colaboração das instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, para o reporte e envio periódico de dados a serem solicitados pelo Ministério do Ensino Superior e também a serem divulgados publicamente nos sites das IES;
- ♦ Os organismos de coordenação do MES devem normalizar a aplicação dos questionários e mapas a serem preenchidos pelas IES, bem como os prazos anuais para esses procedimentos. Ao mesmo tempo, os relatórios sobre essa informação deverão ser publicados anualmente.
- ♦ Promover uma cultura de prestação de contas (*accountability*), impulsionando a elaboração de relatórios e informação por parte das IES (dados sobre estudantes, docentes, não docentes e dados financeiros-receitas e despesa por fonte e tipo);
- ♦ Aplicar com periodicidade um questionário sobre a situação socioeconómica e os custos dos estudantes do Ensino Superior (realização periódica 4/5 anos de um questionário a uma amostra representativa dos estudantes do Ensino Superior).

**DESENVOLVER O ACESSO
E A UTILIZAÇÃO QUOTIDIANA
DAS TECNOLOGIAS
DE INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO**

- ♦ Incentivar a utilização das tecnologias digitais por parte de toda a comunidade académica como ferramentas de trabalho, de pesquisa e de comunicação, em termos de ensino e de aprendizagem, e para a modernização do Ensino Superior numa perspectiva de *b-learning* (*blended learning*) e também para as possibilidades do *e-learning* (*eletronic learning*) e do *m-learning* (*mobile learning*);
- ♦ Equacionar a criação de uma agência de serviço público para acesso seguro de dados e também para a partilha de conhecimentos para as IES e para os centros de investigação, racionalizando investimento e benefício a todos os utentes.

INDICE

	SIGLAS	19
1	OBJECTIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO	20
1.1	OBJECTIVOS DO ESTUDO SOBRE OS CUSTOS E O FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	22
1.2	METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	23
2	BREVE RESENHA DA EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	24
2.1	HISTÓRIA BREVE DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	26
2.2	ESTRUTURA ACTUAL DO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO	29
2.2.1	EVOLUÇÃO DA REDE DO ENSINO SUPERIOR	31
2.2.2	EVOLUÇÃO DO NUMERO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR	34
2.2.3	ESTRUTURA E QUALIFICAÇÕES DO PESSOAL DOCENTE E RATIO PESSOAL DOCENTE/ALUNOS	38
2.3	REFERÊNCIAS	43
3	ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO FINANCIAMENTO PÚBLICO AO ENSINO SUPERIOR	44
3.1	O FINANCIAMENTO NO CONTEXTO INTERNACIONAL: BREVE RESENHA E TENDÊNCIAS RECENTES	46
3.2	QUADRO INSTITUCIONAL DE RECURSOS PÚBLICOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	53
3.3	POLÍTICAS DE APOIO SOCIAL	55
3.4	O MODELO DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM ANGOLA	58
3.5	PERSPECTIVAS FINANCEIRAS FUTURAS	60
3.6	REFERÊNCIAS	62
4	BREVE RESENHA DA EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR A NÍVEL INTERNACIONAL, COM ESPECIAL ENFOQUE NAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO	66
4.1	CONTEXTO INTERNACIONAL E AFRICANO: EVOLUÇÃO RECENTE DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR EM TERMOS DE FREQUÊNCIA E RECURSOS ALOCADOS	68
4.2	ESTUDO COMPARATIVO: ÁFRICA DO SUL, CABO VERDE, GANA, QUÊNIA, NIGÉRIA E MOÇAMBIQUE	72
4.2.1	ÁFRICA DO SUL	75
4.2.2	CABO VERDE	82
4.2.3	GANA	92
4.2.4	QUÊNIA	99
4.2.5	NIGÉRIA	104
4.2.6	MOÇAMBIQUE	110
5	RECURSOS MOBILIZADOS PELO ESTADO PARA O ENSINO SUPERIOR E PARA A INVESTIGAÇÃO EM ANGOLA	120
5.1	EVOLUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA NO SECTOR DA EDUCAÇÃO E NO ENSINO SUPERIOR	122
5.1.1	EVOLUÇÃO DA DOTACÃO ORÇAMENTAL PARA O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR/MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR	122
5.1.2	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MED E DO MES	126
5.1.3	DESPESAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E DESPESA PÚBLICA TOTAL	130
5.1.4	DESPESAS EM EDUCAÇÃO EM PERCENTAGEM DO PIB	135
5.2	VOLUMES ATRIBUÍDOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE ACÇÃO SOCIAL E BOLSAS PARA ESTUDAR EM ANGOLA E NO ESTRANGEIRO	136
5.2.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS	136
5.2.2	BOLSA DE ESTUDO INTERNAS E BOLSAS DE ESTUDO EXTERNAS	137
5.2.3	A ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO INTERNAS EM ANGOLA DE 2008 A 2015	141
5.2.4	PARA UMA MAIOR RACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE ACÇÃO SOCIAL	144
5.3	REFERÊNCIAS	145
6	CUSTOS UNITÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (FACULDADE / DEPARTAMENTO OU CURSO)	146
6.1	NOTA INTRODUTÓRIA	148
6.2	DESPESA MÉDIA ANUAL POR ALUNO, GLOBAL E POR IES, DAS IES PÚBLICAS, EM AKZ	152
6.2.1	DESPESA MÉDIA ANUAL POR ALUNO	152
6.2.2	DESPESA MÉDIA ANUAL POR ALUNO, POR IES, EM AKZ	153
6.2.3	DESPESA MÉDIA ANUAL POR ALUNO, POR GRUPOS DE IES, EM AKZ	156

ESTUDO SOBRE OS CUSTOS E O FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

6.3	DESPESA MÉDIA ANUAL POR ALUNO, GLOBAL E POR IES, DAS IES PRIVADAS, EM AKZ	158
6.4	CUSTOS DOS ESTUDANTES/FAMÍLIAS VERSUS DESPESAS DO ESTADO NAS IES PÚBLICAS	163
6.5	ESTRUTURA DAS RECEITAS DAS IES	167
6.6	ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS	169
6.7	REFERÊNCIAS	171
7	OS CUSTOS DOS ESTUDANTES E DAS FAMÍLIAS NO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	172
7.1	NOTA INTRODUTÓRIA	174
7.2	OS CUSTOS DOS ESTUDANTES E DAS FAMÍLIAS NO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA - AMOSTRA	177
7.3	CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS INQUIRIDOS	179
7.4	PERFIL DO AGREGADO FAMILIAR	180
7.5	CONDIÇÕES DE VIDA DOS ESTUDANTES	183
7.6	BOLSAS DE ESTUDO	184
7.7	EMPRÉSTIMOS	186
7.8	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	187
7.9	CUSTOS DE VIDA	191
7.10	CUSTOS DE EDUCAÇÃO	195
7.11	REFERÊNCIAS	199
8	CENÁRIOS DE EVOLUÇÃO DO SUBSISTEMA DO ENSINO SUPERIOR 2016-2030	200
8.1	ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA - SITUAÇÃO 2016	202
8.2	PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO DE ANGOLA	205
8.3	CENÁRIOS PROSPECTIVOS 2017-2030	206
8.3.1	CENÁRIOS DO NÚMERO DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR	209
8.4	CENÁRIOS FINANCEIROS 2016-2030	214
8.5	MECANISMOS DE FINANCIAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTAIS	222
9	RECOMENDAÇÕES FINAIS	226
9.1	PROMOVER O ENSINO SUPERIOR E A SUA QUALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA	229
9.2	INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO AVANÇADA	230
9.3	DAR PRIORIDADE À AFECTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO E O ENSINO SUPERIOR	230
9.4	INCENTIVAR NOVOS MODELOS DE GOVERNANÇA E GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	232
9.5	DESENVOLVER UMA CULTURA DE REPORTE E RECOLHA DE DADOS SOBRE AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS FINANCEIRAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E DADOS DO APOIO SOCIAL AOS ESTUDANTES	232
9.6	DESENVOLVER O ACESSO E A UTILIZAÇÃO QUOTIDIANA DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	232
	APÊNDICES	234
	APÊNDICE 1:	
	TABELA 1 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO POR IES E ANO (2012-2015)	238
	TABELA 2 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO POR IES E ANO (2012-2015)	239
	TABELA 3 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO POR INSTITUIÇÃO, FACULDADE / DEPARTAMENTO E CURSO (ANO-2015)	241
	TABELA 4 - NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO POR INSTITUIÇÃO, FACULDADE / DEPARTAMENTO E CURSO (ANO-2015)	243
	APÊNDICE 2:	
	TABELA 1 - NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS POR NATUREZA (POR TIPO - A, B, C, D E E) E POR INSTITUIÇÃO (PÚBLICA) EM ANGOLA (2008-2015)	248
	TABELA 2 - NÚMERO DE BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS POR NATUREZA (POR TIPO - A, B, C, D E E) E POR INSTITUIÇÃO (PRIVADA) EM ANGOLA (2008-2015)	257
	TABELA 3 - MONTANTE GLOBAL DAS BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS EM ANGOLA (2000-2015), POR INSTITUIÇÃO PÚBLICA	266
	TABELA 4 - MONTANTE GLOBAL DAS BOLSAS DE ESTUDO CONCEDIDAS EM ANGOLA (2000-2015), POR INSTITUIÇÃO PRIVADA	269
	APÊNDICE 3:	
	QUESTIONÁRIO APLICADO PARA RECOLHA DE INFORMAÇÃO RELATIVA AOS CUSTOS UNITÁRIOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	272
	APÊNDICE 4:	
	QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR	276
	APÊNDICE 5:	
	AMOSTRA DE NÚMERO DE ALUNOS POR IES E RESPECTIVOS CURSOS	280

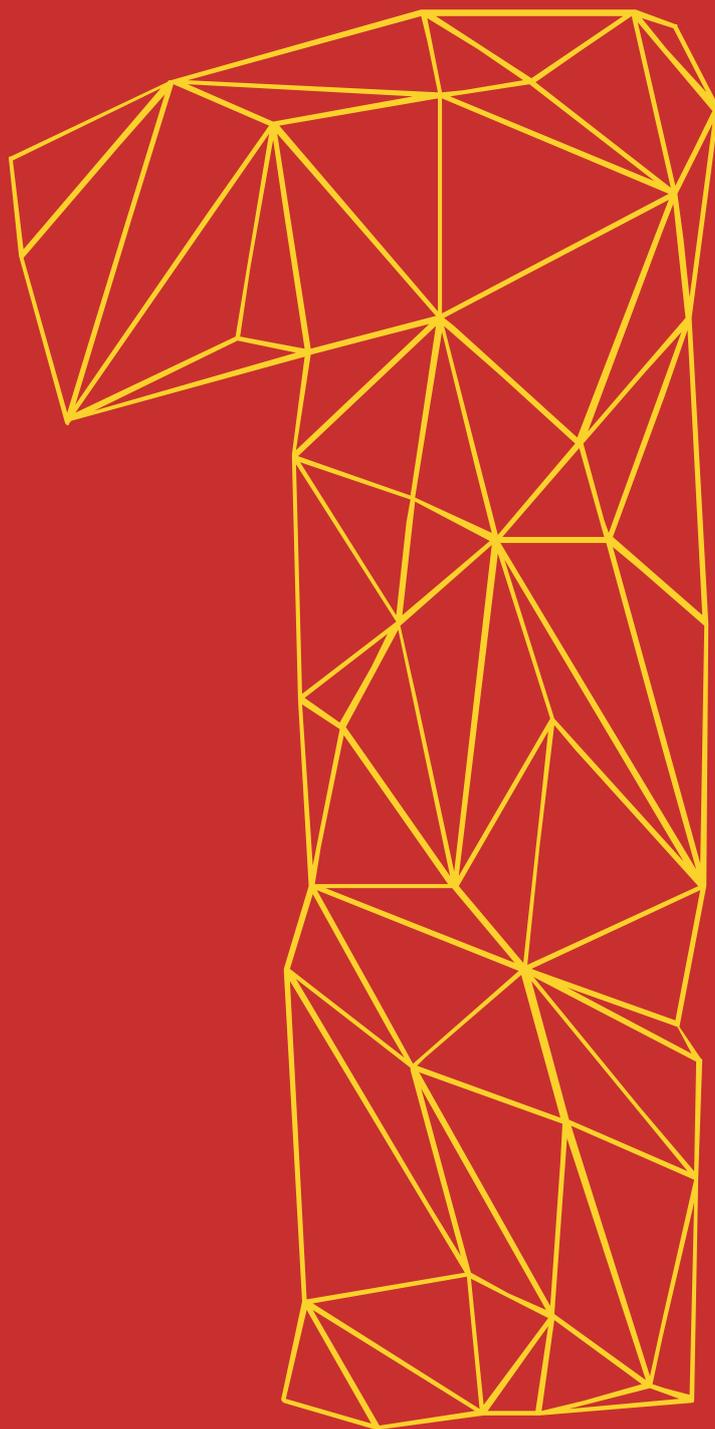


SIGLAS

BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
EGUM	Estudos Gerais Universitários de Moçambique
ENCTI	Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
ES	Ensino Superior
ETF	Education Trust Fund
IES	Instituições de Ensino Superior
INAGBE	Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo
LBSE	Lei de Bases do Sistema de Educação
MES	Ministério do Ensino Superior
MESCT	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
MINED	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PEF	Petroleum Equalisation Fund
PIB	Produto Interno Bruto
PNFQ	Plano Nacional de Formação de Quadros
PTDF	Petroleum Technology Development Fund
SSNIT	Social Security and National Insurance Trust
STLF	Student Trust Loan Fund
UBEC	Universal Basic Education Commission
UEM	Universidade Eduardo Mondlane

**ESTUDO SOBRE OS CUSTOS
E O FINANCIAMENTO
DO ENSINO SUPERIOR
EM ANGOLA**





**OBJECTIVOS
E METODOLOGIA
DO ESTUDO**

1.1 OBJECTIVOS DO ESTUDO SOBRE OS CUSTOSE O FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

O presente Estudo sobre os custos e o financiamento do Ensino Superior em Angola, implementado pela CESO CI Internacional entre Julho de 2016 e Novembro de 2017, perseguiu, como objectivo central apoiar o Ministério do Ensino Superior de Angola na análise das atuais políticas de financiamento do subsistema do Ensino Superior.

Para a concretização do referido apoio institucional, foram definidos como objectivos específicos do Estudo, os seguintes:

- ♦ **Analisar os aspectos institucionais do financiamento público do Ensino Superior e da investigação em Angola;**
- ♦ **Analisar a evolução dos recursos públicos mobilizados para o Ensino Superior público e para a investigação (bolsas para frequência de mestrados e doutoramentos no estrangeiro);**
- ♦ **Estimar as despesas das famílias no Ensino Superior, fazendo a distinção entre Instituições de Ensino Superior públicas e privadas;**
- ♦ **Estimar os custos unitários das Instituições do Ensino Superior, sempre que possível, por curso ou Faculdade/Departamento e identificar os factores que influenciam os referidos custos.**



1.2 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Para a concretização do presente Estudo, a equipa de investigadores lançou mão de diferentes metodologias de investigação e de técnicas de recolha e análise de dados, como de seguida se enunciam:

- a) Análise documental da documentação oficial, nomeadamente:
 - ♦ **Legislação nacional em vigor do sector do Ensino, em particular do subsistema do Ensino Superior;**
 - ♦ **Orçamentos de Estado de 2000 a 2015 (sempre que disponibilizados);**
 - ♦ **Enquadramento jurídico, estatutos e regulamentos das Instituições de Ensino Superior;**
 - ♦ **Dados Estatísticos oficiais do Ensino Superior de Angola.**
- b) Análise de modelos de financiamento público do Ensino Superior de países de realidade económica, social e política semelhante à de Angola (benchmarking);
- c) Realização de Entrevistas com guião aberto a interlocutores chave como: o Ministério do Ensino Superior; o Ministério da Educação; o Ministério das Finanças e o Ministério da Ciência e Tecnologia, bem como representantes das Instituições do Ensino Superior públicas e privadas. Tais encontros destinaram-se a apoiar a recolha de informação quanto aos aspectos institucionais do financiamento público ao Ensino Superior e à Investigação e aos Recursos mobilizados pelo Estado para o Ensino Superior e para a Investigação;
- d) Aplicação de Questionários
 - d.1) à totalidade das IES, com vista à aferição e análise dos custos unitários por IES, Faculdade/ Departamento ou curso e dos factores que os influenciam. Esta aplicação teve abrangência nacional e foi realizada à distância, via internet e teve como objectivo particular a recolha de informação estatística financeira quanto ao Orçamento de Funcionamento, por fonte de financiamento (despesas e receitas) e à inventariação dos espaços das instituições (de registar que apenas foram recebidas respostas parciais de 25 IES, situação que condicionou, de alguma forma, a prossecução dos objectivos desenhados);
 - d.2) a uma amostra de alunos, para a análise das opções de financiamento por parte dos estudantes e das famílias. A amostra de alunos inquiridos distribuiu-se por todo o território angolano e incluiu alunos do Ensino Superior universitário e politécnico, público e privado. O processo de construção do questionário, desde o primeiro esboço até ao seu desenho final, o processo de construção da amostra, bem como a forma de aplicação dos questionários são apresentados adiante, na Secção 8 do Estudo.

**ESTUDO SOBRE OS CUSTOS
E O FINANCIAMENTO
DO ENSINO SUPERIOR
EM ANGOLA**





**BREVE RESENHA DA EVOLUÇÃO
DO ENSINO SUPERIOR
EM ANGOLA**

2.1 HISTÓRIA BREVE DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

Santos (1970) faz remontar o Ensino Superior em Angola ao século XVIII, concretamente a 1791 com a fundação da “Escola Médica de Luanda” criada pela rainha D. Maria I que se dedicaria, necessariamente, ao estudo das doenças tropicais e que, deveria prover cuidados de saúde numa região onde os médicos da metrópole demoravam a chegar. O corpo docente era inicialmente constituído por um cirurgião e médicos militares. Em 1844, esta “Escola Médica” é substituída por um Instituto Médico, que alarga a sua área de competência, passando a incluir as disciplinas de Anatomia e Fisiologia, Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Patologia, Terapêutica e Higiene e Farmácia.

O Ensino Superior em Angola não foi desenvolvido e apoiado, senão na década de 60 do século XX quando o poder colonial Português tomou algumas iniciativas para o criar. Segundo Kandingi (2016), em 1962, por um Diploma Legislativo n.º 3235, do Governador-geral de Angola, foram criados os Centros de Estudos Universitários, junto dos Institutos Científicos e do Laboratório de Engenharia de Angola. Foram então instituídos cinco Centros de Estudo Universitários distribuídos por Luanda, Huambo e Lubango, sendo a educação, na época sobretudo dirigida para a população branca e extremamente limitada para os ‘nativos’.

Todavia, e num contexto político conturbado, o então Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, impulsionou a elevação do nível dos referidos Centros Universitários e anunciava a criação das Universidades de Angola e de Moçambique. No caso de Angola, a Universidade criada incluía unidades orgânicas em Luanda, Huambo (ex-Nova Lisboa) e Lubango (ex-Sá da Bandeira), lançando programas de estudo nas ciências naturais, geografia, história e língua e literaturas românicas.

O sector passou por uma expansão expressiva, tornando-se fundamental na mobilidade ascendente dos angolanos e decisiva para uma rápida disseminação da língua portuguesa.

Contudo, após a independência em 1975, assiste-se à reconstrução do país e, num esforço de independência educativa face ao regime colonial, a Universidade de Luanda, em 1976, deu lugar à Universidade de Angola (Decreto-Lei n.º 60/76, de 19 de Junho), mais tarde em 1985 designada por Universidade Agostinho Neto (Resolução n.º 1/85 do Conselho de Defesa e Segurança, DR, 1.ª Série de 28/01/1985), a primeira universidade pública do país.



Quando Angola se tornou independente – e houve um êxodo da população portuguesa – a Universidade de Luanda tinha vinte programas de estudo (doze em Luanda, seis na Huíla, dois no Huambo), 2.354 estudantes e 274 funcionários. Era composta por 6 faculdades: ciências, economia, engenharia e medicina em Luanda, agricultura no Huambo e artes / educação em Huíla (Carvalho, Kajibanga e Heimer, 2003).

Em 1977, iniciam-se processos de mudança estrutural do sistema com a finalidade de garantir “uma maior oportunidade de acesso à educação e à continuação de estudos, do alargamento da gratuidade e o aperfeiçoamento permanente do pessoal docente” (MES, 2001).

Angola tentou, para incentivar a educação, lançar campanhas de alfabetização nos primeiros anos. Contudo, a combinação da guerra civil com dificuldades económicas levou a efeitos reversos. Como resultado, a educação atravessou períodos difíceis e foi objecto de diminuição (Carvalho, Kajibanga e Heimer, 2003).

Assim, e no que se refere ao Ensino Superior e segundo Canga e Buza (2015,2) “Com a independência nacional em 1975, a Universidade abre-se para todos interessados, todavia, a carência de docentes e as condições que as instituições apresentavam no momento, este subsistema da educação, assim como outros, viu-se submetido em um tipo de gestão que não se ajustava com uma academia. Tal foi o forte pendor político e de orientação mais ideológica do que académica e científica.”

Contudo, é de realçar o papel do Ensino Superior no desenvolvimento do país como nos refere Adelina Pio de Kandingi (2016, 8-9) “o Ensino Superior foi visto como fruto da implantação do Estado moderno, pois durante esse período foram construídas universidades com uma vocação desenvolvimentista. [...]. Pode dizer-se que neste contexto era um imperativo repensar o serviço prestado pelo Ensino Superior como um bem público que podia contribuir para o progresso e o bem-estar da vida das populações e desempenhar igualmente um papel estratégico na realização dos objetivos relacionados com o desenvolvimento, dotando os países de recursos humanos com capacidade e competência para participar da economia global baseada no conhecimento.”

Durante este período foram criadas várias faculdades e institutos, como a Faculdade de Direito de Luanda e o Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED), que opera em várias cidades e que se centra principalmente na formação de professores do ensino secundário. Em 1995, foi concedida à UAN pelo Governo Angolano, o estatuto de entidade de direito público com autonomia estatutária, científica,



pedagógica, administrativa e disciplinar a quem cabia a formação de quadros de alto nível nos diferentes campos do conhecimento.

Com a Segunda República em 1992 e o novo paradigma político e económico que se seguiu foi aberto o caminho ao setor privado, ambiente propício ao surgimento de operadores privados no sector do Ensino Superior. Segundo Carvalho (2012, 4) através da aprovação do Decreto-Lei n.º 21/91, de 22 de Junho, “o Estado reconhece a sua incapacidade em satisfazer a grande procura de educação, devido à pressão exercida pelos segmentos da população urbana, que demonstra possuir uma forte capacidade aquisitiva, ambicionando obter bens e serviços de prestígio compatível com o seu estatuto social e económico.”

A primeira universidade privada foi lançada pela Igreja Católica em 1992 (Universidade Católica de Angola-UCAN), seguida pela criação da Universidade Lusíada de Angola (ULA) (um ramo de uma instituição privada portuguesa com o mesmo nome), o Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA) em 1999 e a Universidade Jean Piaget em 2000.

Entretanto, no quadro do seu desenvolvimento, a UAN sofreu um processo de dispersão geográfica das suas escolas com a criação de Unidades Orgânicas na maior parte das regiões e grandes cidades do país, distribuindo-se em unidades administrativas que tinham diferentes designações: Centros, Pólos e Núcleos Universitários. Dentro da Universidade uma estrutura hierárquica fazia depender os Pólos Universitários a nível dos Centros Universitários. Em 2001, com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo foi desencadeada uma reforma educativa que daria lugar a uma nova geografia do Ensino Superior. O fim da guerra civil em 2002, veio permitir a expansão do Ensino Superior. Em 2008, a UAN passou de uma implantação em 6 províncias para mais de 12. Em 2010 deu-se uma fragmentação da universidade em várias universidades dispersas geograficamente pelo país.

No entanto, cerca de 65% de todas as instituições de Ensino Superior em Angola ainda estão localizadas em Luanda. Contudo, como refere Pio de Kandingi (2016, 59) “No entanto, a referida distribuição geográfica do Ensino Superior mostrava-se insuficiente para reverter as taxas desfavoráveis de participação no Ensino Superior, devido à desproporção na distribuição dos estudantes do Ensino Superior pelo país, que se encontravam maioritariamente concentrados em Luanda (124.697), Benguela (16.823), Huíla (13.576), Huambo (12.914), Uíge (8.843) e Cabinda (7.844). Nas restantes províncias, o número de estudantes matriculados era inferior a 5.000.”

O crescimento do Ensino Superior em Angola seguiu aliás a tendência de outros países africanos que após a independência apostaram no desenvolvimento do Ensino Superior, (Mamdani, 2008). “É no Ensino Superior que os professores são treinados, onde os currículos são desenvolvidos, onde a liderança de um país independente é cultivada, onde está localizada a pesquisa e onde se desenvolvem uma gama de opções que tornam a democracia significativa em diferentes esferas da vida” (idem, p. 1). Segundo, Makosso et al., (2009), o crescimento do Ensino Superior em África, corresponde à necessidade de os países africanos afirmarem a sua maturidade.

Assim, numa perspectiva diacrónica, o Ensino Superior em Angola após a sua independência estende-se por três períodos: um primeiro período, de 1975 a 1990, considerado como a 1.ª Reforma Educativa e que foi o período de diagnóstico sobre a situação real do sistema de educação; um segundo período, compreendido entre 1991 e 2001, período em que o novo sistema educativo foi conceptualizado com a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE); e, finalmente, um terceiro período, de 2002 a 2012, o período da 2.ª Reforma Educativa e que se caracterizou pela implementação do novo sistema de educação.

2.2 ESTRUTURA ACTUAL DO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO

Actualmente, o Ensino Superior é um dos subsistemas de ensino contemplados pela Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino Educativo de Angola (Lei nº 17/16 de 7 de Outubro de 2016), cuja importância para o desenvolvimento e progresso angolanos está bem presente no art. 61º que refere "O subsistema de Ensino Superior é o conjunto integrado e diversificado de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros e técnicos de alto nível, a promoção e a realização da investigação científica e da extensão universitária com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do País, assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana".

Em 2005, o Governo, em Conselho de Ministros, na sua Resolução nº 4/07, de 2 de Fevereiro, aprovou as «Linhas Mestras para a melhoria da gestão do subsistema do Ensino Superior» e, em 2006, o «Plano de Implementação das Linhas Mestras para a melhoria da gestão do Subsistema do Ensino Superior». Aquelas Linhas Mestras que perseguiram, entre outros, o objectivo de promover a expansão ordenada da rede de instituições de Ensino Superior, identificam um conjunto de acções assentes em quatro eixos de desenvolvimento para a melhoria do subsistema de Ensino Superior, nomeadamente:

- i) Consolidar a visão e a estratégia;
- ii) Reforçar a base jurídico-institucional;
- iii) Melhorar os recursos financeiros, materiais e humanos;
- iv) Promover a actividade académica e pedagógica no país» (MESCT, 2011).

Deste modo, o Governo Angolano, e dada a escassez de recursos humanos e materiais, pretendeu criar sinergias e garantir uma distribuição racional de IES pelas dezoito províncias do país, com o objectivo de promover um desenvolvimento mais equilibrado e harmonioso das diferentes regiões.

Em sequência, assiste-se, por força do Decreto n.º 5/09 de 7 de Abril de 2009, à criação das regiões académicas que «delimitam o âmbito territorial de actuação e expansão das instituições de Ensino Superior» (Artigo 1.º). Deste modo, cada região académica inclui um conjunto de províncias cuja criação e funcionamento deverá atender à diversidade das particularidades e das estratégias de desenvolvimento do território nacional. São, assim, criadas as oito regiões académicas, como se segue:

- ♦ **Região Académica I, que compreende as Províncias de Luanda e Bengo;**
- ♦ **Região Académica II que engloba as Províncias de Benguela e Cuanza-Sul;**
- ♦ **Região Académica III, composta pelas Províncias de Cabinda e Zaire;**
- ♦ **Região Académica IV, que agrega as Províncias da Lunda-Norte, Lunda Sul e Malange;**
- ♦ **Região Académica V, compreendendo as Províncias de Huambo, Bié e Moxico;**
- ♦ **Região Académica VI, que inclui as Províncias da Huíla e Namibe;**
- ♦ **Região Académica VII, que abarca as Províncias do Uíge e Cuanza-Norte**
- ♦ **Região Académica VIII, que integra as Províncias de Cuando Cubango e Cunene.**

A par das regiões académicas, assiste-se à reorganização da rede das IES públicas (Decreto n.º 07/09, de 12 de Maio) e à criação de novas IES e, bem assim, ao redimensionamento da Universidade Agostinho Neto.

A reorganização da rede das IES públicas, bem como da oferta de Ensino Superior, concretizou a criação de mais seis universidades públicas, uma em cada região académica, a criação de vários Institutos Superiores e Escolas Superiores públicos e o aparecimento de IES privadas, havendo presentemente 64 IES, reconhecidas pelo Ministério do Ensino Superior, entre públicas e privadas.

Quadro 1 – Universidades públicas de Angola por região académica

Regiões Académicas	Universidades Públicas
Região Académica I	Universidade Agostinho Neto – UAN
Região Académica II	Universidade Katyavala Buila – UKB
Região Académica III	Universidade 11 de Novembro – UON
Região Académica IV	Universidade Lueji A'Nkonda – ULN
Região Académica V	Universidade José Eduardo dos Santos – UJES
Região Académica VI	Universidade Mandume Ndemofayo – UMN
Região Académica VII	Universidade Kimpavita – UKV
Região Académica VIII	Universidade Cuito Cuarnavale – UCC

Fonte: Elaborado a partir de UNDP. *Human Development Report* (2015). Table 10.

No que respeita à natureza das IES, a legislação angolana prevê três tipos de instituições:

- Instituições de Ensino Superior públicas;
- Instituições de Ensino Superior privadas;
- Instituições de Ensino Superior público-privadas, no âmbito da lei das Parcerias público-privadas em que o estado é accionista na posição minoritária.

A título de exemplo, no ano de 2016, por Despacho Presidencial nº38/16 foi autorizada a criação do Instituto Superior de Gestão, Logística e Transportes como uma instituição de Ensino Superior de natureza público-privada, sendo a tutela partilhada entre o Ministério de Ensino Superior e o Ministério dos Transportes.



O referido Despacho Presidencial recomenda a criação de uma instituição de Ensino Superior público privada “de modo a garantir a participação de entidades promotoras privadas no financiamento integral ou parcial dos projectos de desenvolvimento e na gestão do mesmo. A tutela partilhada remete a responsabilidade das matérias no domínio da gestão académica, da investigação e de extensão para o Ministério do Ensino Superior e as matérias do domínio da gestão administrativo-financeiras, técnico operacional e a interação com as empresas nacionais e estrangeiras do Sector dos Transportes e Logística para o Ministério dos Transportes. Acresce referir que o desenvolvimento e financiamento do Instituto é remetido para acordos a estabelecer entre o Ministério dos Transportes e as entidades empresariais públicas e privadas (Despacho Presidencial nº38/16 publicado em Diário da República nº 47, I Série de 24 de Março de 2016, pp 1162-1164).

2.2.1 EVOLUÇÃO DA REDE NO ENSINO SUPERIOR

Na primeira década do século XXI, dá-se uma ampliação da rede de Ensino Superior em Angola, tendo a UAN concretizado o seu plano de expansão universitária após a publicação do Decreto n.º 7/2009, que estabelece a reorganização da rede. Para além da expansão da UAN, o referido Decreto veio permitir a criação de novas instituições de Ensino Públicas.

Quadro 2 – Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior Público em Angola (2002-2015)

Nº IES Públicas	Anos													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	1	2	2	2	2	3	3	17	17	17	17	19	22	24

O número de instituições de Ensino Superior privado cresceu a partir de 2007 e registou um significativo aumento a partir de 2013.

Quadro 3 – Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior Privado em Angola (2002-2015)

Nº IES Privadas	Anos													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	2	4	4	4	4	13	13	13	13	13	13	40	40	40

Contudo, verifica-se que nos últimos anos as instituições de Ensino Superior privado, embora aumentando em número, tem vindo a diminuir o seu peso no subsistema de Ensino Superior. Segundo dados do Anuário do Ensino Superior do MES (2014), em 2012 contavam-se 62 instituições de Ensino Superior, das quais 22 (35,5%) eram públicas e 40 (64,5%) eram privadas.

Mais recentemente, de acordo com o INAGBE (2016), existem um total de 64 Instituições do Ensino Superior, das quais 26 (40,6%) são públicas e 38 (59,4%) são privadas.

Como se verá mais à frente 221.037 estudantes frequentavam as instituições de Ensino Superior em Angola, no arranque do ano letivo de 2015; dos quais 97 930 estavam no Ensino Superior público (44,3%) e 123.107 no Ensino Superior privado (55,7%) (INAGBE, 2016).

A rede de instituições de Ensino Superior público conta nos nossos dias com 8 universidades, 14 institutos superiores e 4 escolas superiores.

Quadro 4 – Instituições públicas de Ensino Superior em Angola (2015-2016)

N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Ano de Criação	Sede
1	Universidade Agostinho Neto (UAN)	Universidade	1962	Luanda
2	Universidade Katyavala Buila (UKB)	Universidade	2009 ^a	Benguela
3	Universidade Onze de Novembro (UON)	Universidade	2009 ^a	Cabinda
4	Universidade Luenji A´ Nkonde (ULN)	Universidade	2009 ^a	Lunda Norte
5	Universidade José Eduardo dos Santos (UJES)	Universidade	2009 ^a	Huambo
6	Universidade Mandume ya Ndemofayo (UMN)	Universidade	2009 ^a	Huíla
7	Universidade Kimpa Vita (UKV)	Universidade	2009 ^a	Uíge
8	Universidade Cuito Cuanavale	Universidade	2015	Cuando Cubango
9	Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED de Luanda)	Instituto Superior	2009 ^a	Luanda
10	Instituto Superior de Serviço Social	Instituto Superior	2009	Luanda
11	Instituto Superior de Educação Física e Desportos	Instituto Superior	2014	Luanda
12	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	Instituto Superior	2013	Luanda
13	Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Instituto Superior	2014	Luanda
14	Instituto Superior de Artes	Instituto Superior	2014	Luanda
15	Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malange	Instituto Superior	2015	Luanda
16	Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo (ISCED do Huambo)	Instituto Superior	2009 ^b	Huambo
17	Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED do Huíla)	Instituto Superior	2009 ^b	Huíla
18	Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge (ISCED do Uíge)	Instituto Superior	2009 ^b	Uíge
19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Instituto Superior Politécnico	2009	Cuanza Norte
20	Instituto Superior Politécnico de Malanje	Instituto Superior Politécnico	2014	Malanje
21	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Escola Superior	2009	Bengo
22	Escola Superior Politécnica de Malanje	Escola Superior	2011	Malanje
23	Escola Superior Pedagógica do Bié	Escola Superior	2009	Bié
24	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Escola Superior	2009	Ndalantando
25	Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	2012	Cabinda
26	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Instituto Superior Politécnico	2012	Huíla

a. Herdou as infra-estruturas e unidades orgânicas da UAN na sua região (com exceção das mencionadas na presente tabela).

b. Funcionava anteriormente no âmbito da Universidade Agostinho Neto.

Fonte: MESCT 2012 in Carvalho (2012); INAGBE (2016).

O Ensino Superior privado conta com 10 universidades, 28 institutos superiores. A grande maioria de instituições de Ensino Superior privado está concentrada em Luanda e no litoral.

Quadro 5 – Instituições privadas de Ensino Superior em Angola (2015-2016)

N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Ano de criação **	Sede
1	Universidade Católica de Angola (UCAN)	Universidade	1992	Luanda
2	Universidade Jean Piaget (UPJA)	Universidade	2001	Luanda
3	Universidade Lusíada de Angola (ULA)	Universidade	2002	Luanda
4	Universidade Independente de Angola (UNIA)	Universidade	2005	Luanda
5	Universidade Privada de Angola (UPRA)	Universidade	2002 ^a	Luanda
6	Universidade Gregório Semedo (UGS)	Universidade	2007	Luanda
7	Universidade de Belas (UNIBELAS)	Universidade	2008	Luanda
8	Universidade Óscar Ribas (UOR)	Universidade	2007	Luanda
9	Universidade Metodista de Angola (UMA)	Universidade	2007	Luanda
10	Universidade Técnica de Angola (UTANGA)	Universidade	2007	Luanda
11	Instituto Superior Técnico de Angola (ISTA)	Instituto Superior	2007	Luanda
12	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais (CIS)	Instituto Superior	2007	Luanda
13	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	Instituto Superior	2012	Luanda
14	Instituto Superior de Angola	Instituto Superior	2012	Luanda
15	Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola	Instituto Superior Politécnico	2009	Luanda
16	Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências	Instituto Superior Politécnico	2012	Luanda
17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga	Instituto Superior Politécnico	2011	Luanda
18	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	Instituto Superior Politécnico	2012	Luanda
19	Instituto Superior Politécnico Katangoji	Instituto Superior Politécnico	2012	Luanda
20	Instituto Superior Politécnico Atlântida	Instituto Superior Politécnico	2012	Luanda
21	Instituto Superior Politécnico Alvorecer de Juventude	Instituto Superior Politécnico	2012	Luanda
22	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	Instituto Superior Politécnico	2012	Luanda
23	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	Instituto Superior Politécnico	2012	Luanda
24	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues	Instituto Superior Politécnico	2012	Luanda
25	Instituto Superior Politécnico de Kangojo	Instituto Superior Politécnico	2011	Luanda
26	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	Instituto Superior Politécnico	2011	Benguela
27	Instituto Superior Politécnico de Benguela	Instituto Superior Politécnico	2011	Luanda
28	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	Instituto Superior Politécnico	2012	Benguela
29	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim	Instituto Superior Politécnico	2012	Benguela
30	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	Instituto Superior Politécnico	2012	Benguela
31	Instituto Superior Politécnico Maravilha	Instituto Superior Politécnico	2012	Benguela
32	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	2012	Benguela
33	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul	Instituto Superior Politécnico	2012	Benguela
34	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekuikui II	Instituto Superior Politécnico	2011	Huambo
35	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	Instituto Superior Politécnico	2012	Huambo
36	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo	Instituto Superior Politécnico	2012	Huambo
37	Instituto Superior Politécnico da Tundavala	Instituto Superior Politécnico	2011	Huíla
38	Instituto Superior Politécnico Independente	Instituto Superior Politécnico	2011	Huíla

a. Sucedânea do Instituto Superior Privado de Angola, criado em 2001.

b. Várias das instituições de Ensino Superior privado começaram a funcionar antes da sua criação pelo Conselho de Ministros.

Fonte: MESCT 2012 in Carvalho (2012); INAGBE (2016).

2.2.2 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

O número de alunos passou de 531 em 1964 para 143.367 em 2011, sendo de assinalar o crescimento verificado a partir de 2002. Nesse período, o ritmo de crescimento médio do número de estudantes ao ano foi de 30,7% (ver Quadro 6).

Quadro 6 – Evolução do Número de Estudantes Matriculados no Ensino Superior (1964 a 2011)

ANOS	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
Número de Estudantes	531	584	706	989	1.252	1.784	2.369	2.668

ANOS	1977	1997	1998	2001	2002	2003	2004	2005
Número de Estudantes	1.109	7.916	8.356	11.178	13.861	27.023	36.113	46.675

ANOS	2008	2009	2006	2007	2010	2011
Número de Estudantes	85.876	101.741	53.990	68.630	117.605	143.367

Fonte: MES (2016).

Segundo Carvalho (2012, 5), os factores que terão contribuído para o crescimento do acesso ao Ensino Superior foram:

- ♦ “O termo da guerra civil e o conseqüente aumento do orçamento destinado ao Ensino Superior;
- ♦ A expansão do Ensino Superior para todas as províncias do país – primeiro no quadro da Universidade Agostinho Neto e a partir de 2009, com a criação de instituições estatais de Ensino Superior de âmbito regional;
- ♦ A liberalização do Ensino Superior, com a promoção da criação de uma rede de instituições privadas de Ensino Superior.”

O Quadro seguinte apresenta a evolução do número de estudantes em instituições estatais e em instituições privadas de Ensino Superior, no período 2012-2015. O crescimento do número de alunos foi interrompido em 2014, com uma descida de dez pontos percentuais no Ensino Superior privado, para voltar a crescer em 2015. Com excepção do ano de 2014, há um maior número de alunos matriculados no superior privado que tem vindo a acentuar-se atingindo no ano de 2015 a percentagem de 55,7.



Quadro 7 – Número de Alunos nas IES Públicas e Privadas (2012-2015)

ANOS	Público		Taxa de Variação (%)	Privado		Taxa de Variação (%)	TOTAL	Taxa de Variação (%)
	N	%		N	%			
2012	79.369	49,2		81.828	50,8		161.197	
2013	95.155	44	20%	121.020	58	48%	216.175	34%
2014	89.690	53,8	-6%	77.090	46,2	-36%	166.780	-23%
2015	97.930	44,3	9%	123.107	55,7	60%	221.037	33%

*A taxa de resposta considerada para o ano de 2014 equivale apenas a 75,8% dos estudantes.

Fonte: Construção dos autores com dados de INAGBE (2016).

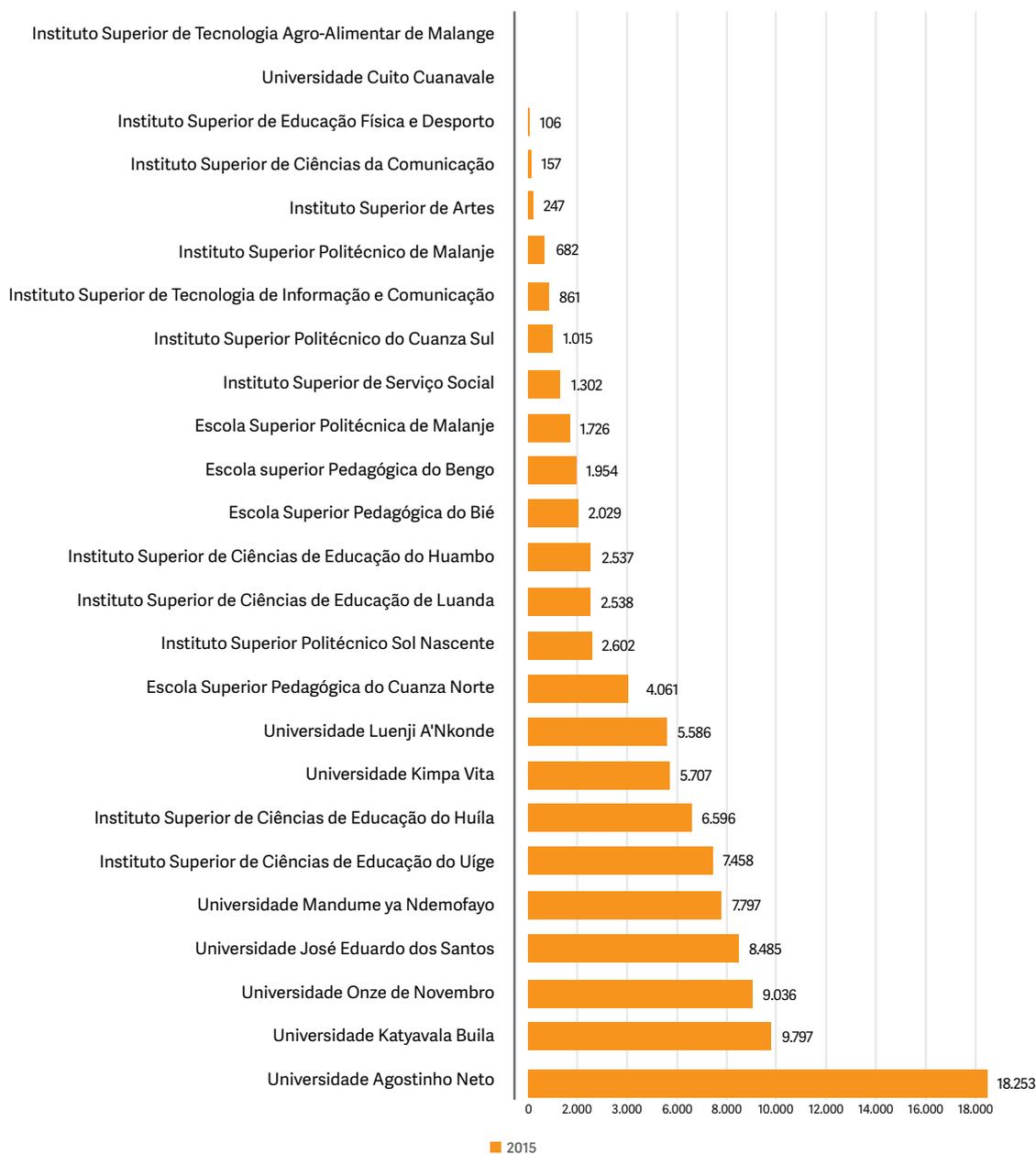
Importa referir o peso da Universidade Agostinho Neto no conjunto das instituições estatais. Segundo Carvalho (2012,6) “[...] se em 2008 a Universidade Agostinho Neto (com sede em Luanda) incluía a totalidade dos estudantes, em 2009 passou a representar 51,1% dos estudantes em instituições estatais e em 2011 esse valor baixou para somente 30,6%”. [...] a Universidade Agostinho Neto foi a única instituição estatal de Ensino Superior que registou a diminuição no número de estudantes no período 2009-2011 (em 16,9%).

Quem mais compensou essa quebra registada nas províncias de Luanda e Bengo foram a Universidade Mandume ya Ndemofayo (com um incremento da ordem dos 266,5% no mesmo período), a Universidade Lueji-a-Nkonde (com um incremento em 230,0%), o Instituto Superior Politécnico do Kuanza-Sul (com um aumento em 190,0%) e a Universidade Katyavala Bwila (com um incremento da ordem dos 180,7%) (para ver número de alunos por instituição de Ensino Superior estatal ver Tabela 1 – Apêndice 1).



No ano de 2015, a Universidade Agostinho Neto representava 19% do sistema público como se pode depreender do gráfico seguinte:

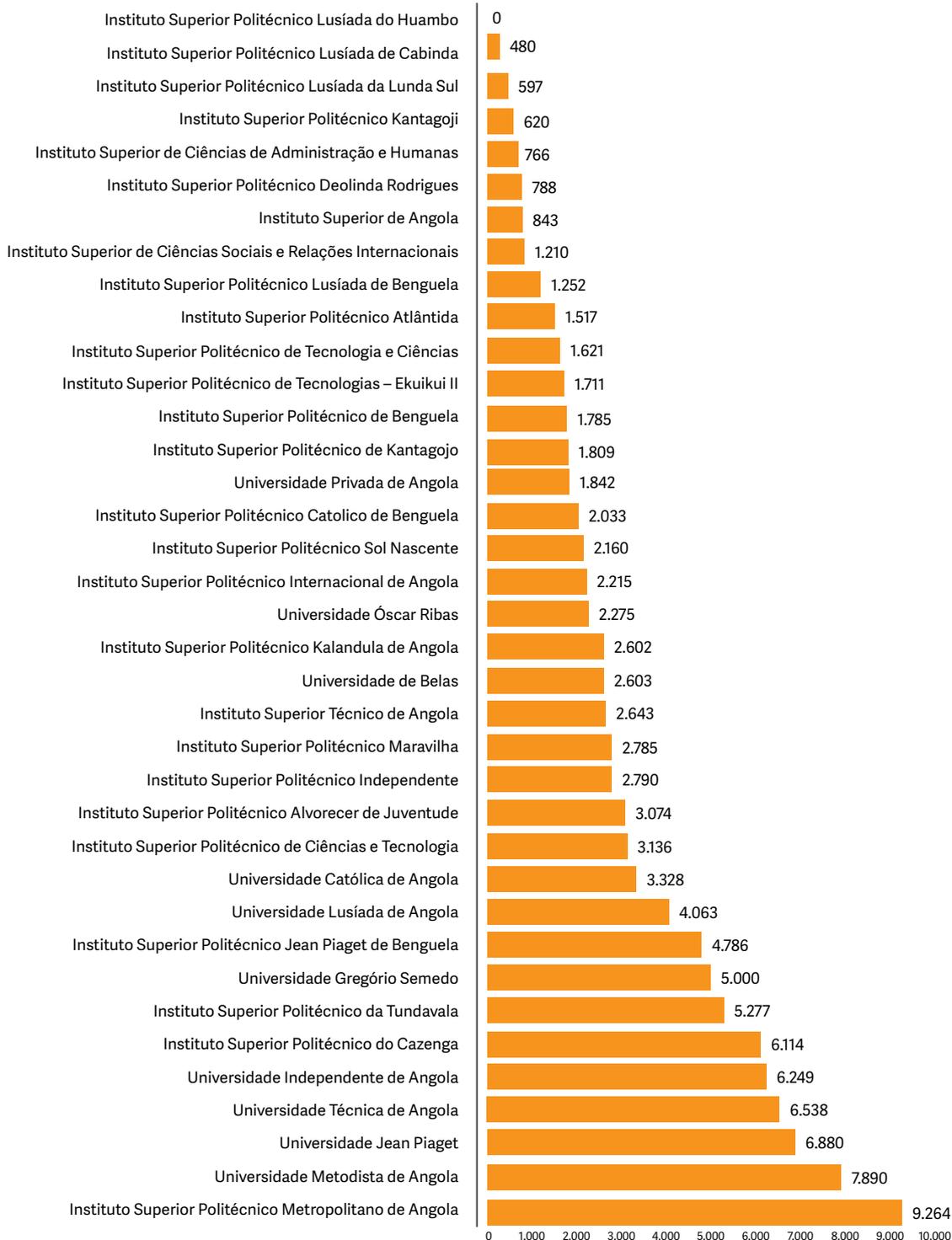
Gráfico 1 – Estudantes inscritos nas instituições de Ensino Superior Público em 2015



Fonte: Construção dos autores com dados de INAGBE (2016).

No que concerne às instituições de Ensino Superior privado (em número de estudantes), lidera o Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola (10,2%). Entre as Universidades a Universidade Metodista de Angola (7,5%). Seguem-se a Universidade Jean Piaget (6,4%), Universidade Técnica de Angola (5,6%) e a Universidade Independente de Angola (5,3%). Entre Institutos Superiores e Institutos Politécnicos seguem-se o Instituto Superior Politécnico de Cazenga (5%) e o Instituto Superior Politécnico Alvorecer de Juventude (2,1%) (para ver número de alunos por instituição de Ensino Superior público ver Tabela 2 - Apêndice 1).

Gráfico 2 – Estudantes inscritos nas Instituições de Ensino Superior Privado em 2015



Fonte: Construção dos autores com dados de INAGBE (2016).

No contexto actual, a Universidade Agostinho Neto mantém-se como a maior instituição de Ensino Superior do país, com 18.253 estudantes matriculados no ano de 2015 (8, 6% do total dos estudantes matriculados no Ensino Superior público e privado).

Esta expansão retratou-se, também num crescimento significativo do número de diplomados com grau superior formados em Angola, que passou de 937 no ano de 2004 para 13.547 em 2013, como se depreende no quadro seguinte:

Quadro 8 – Evolução do Número de Diplomados no Ensino Superior (2012-2015)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Número de Graduados	937	1.384	1.752	2.229	4.190	4.945	5.700	6.570	7.950	13.547
Varição		48%	27%	27%	88%	18%	15%	15%	21%	70%

Fonte: Construção dos autores com dados de INAGBE (2016).

No que se refere a áreas científicas há uma predominância entre as instituições de Ensino Superior público das áreas de Ciências Sociais, Comércio e Direito e Educação. Nas Instituições de Ensino Superior Privado também se verifica esse peso das Ciências Sociais, Comércio e Direito, a que se segue Saúde e Proteção Social (ver Tabela 3 e Tabela 4 – Apêndice 1).

2.2.3 ESTRUTURA E QUALIFICAÇÕES DO PESSOAL DOCENTE E RATIO PESSOAL DOCENTE/ALUNOS

2.2.3.1 DOCENTES: NÚMERO E QUALIFICAÇÕES

No âmbito da pretendida resenha da evolução do Ensino Superior em Angola, assume-se igualmente importante abordar a estrutura e qualificação do pessoal Docente, bem como o ratio pessoal docente/alunos, como se verá nos quadros seguintes.

No que diz respeito ao corpo docente, nos anos de 2014 e de 2015 existiam 4.137 e 9.965 docentes, respetivamente, nas Instituições de Ensino Superior (IES) em Angola, apresentando as seguintes características:

- ♦ Existiam 2.697 e 5.033 docentes, respetivamente, a trabalhar a tempo inteiro nas Instituições de Ensino Superior público e 1.440 e 4.932, respetivamente, a trabalhar a tempo parcial nas Instituições de Ensino Superior privado.
- ♦ Em 2014, os docentes que trabalhavam a tempo inteiro nas Instituições de Ensino Superior possuíam Licenciatura (1.279), Mestrado (1.027) e Doutoramento (391). Os docentes que trabalhavam a tempo parcial nas Instituições de Ensino Superior possuíam Licenciatura (928), Mestrado (389) e Doutoramento (123);
- ♦ No que diz respeito ao ano de 2015, os docentes que trabalhavam a tempo inteiro nas Instituições de Ensino Superior possuíam Licenciatura (1.516), Mestrado (2.794), Doutoramento (316), Não Específico (200) e Pós-Graduação (6). Os docentes que trabalhavam a tempo parcial nas Instituições de Ensino Superior possuíam Licenciatura (2.462), Mestrado (2.099), Não Específico (148), Doutoramento (215) e Pós-Graduação (8).

No quadro seguinte, apresenta-se a estrutura profissional destes docentes, para os dois anos (2014 e 2015).

Quadro 9 – Evolução do Número de Diplomados no Ensino Superior (2012-2015)

Rótulos de Linha	2004			2015		
	Integral	Parcial	TOTAL	Integral	Parcial	TOTAL
Doutor	391	123	514	316	215	531
Assistente	11	11	22	20	10	30
Assistente de Investigação	-	-	-	7	1	8
Assistente Estagiário	11	-	11	24	27	51
Estagiário de Investigação	-	-	-	1	-	1
Investigador Auxiliar	-	-	-	1	-	1
Não Específico	-	-	-	74	92	166
Professor Associado	119	25	144	40	25	65
Professor Auxiliar	173	54	227	62	35	97
Professor Titular	77	33	110	87	25	112
Licenciado	1.279	928	2.207	1.516	2.462	3.978
Assistente	330	212	542	241	206	447
Assistente de Investigação	-	-	-	30	13	43
Assistente Estagiário	853	680	1.533	759	750	1.509
Estagiário de Investigação	32	4	36	16	3	19
Investigador	1	3	4	-	-	-
Investigador Auxiliar	-	-	-	4	-	4
Não Específico	-	-	-	398	1.398	1.796
Professor Associado	8	6	14	3	22	25
Professor Auxiliar	49	23	72	58	70	128
Professor Titular	6	-	6	7	-	7
Mestre	1.027	389	1.416	2.794	2.099	4.893
Assistente	487	280	767	300	141	441
Assistente de Investigação	-	-	-	33	15	48
Assistente Estagiário	115	22	137	186	179	365
Estagiário de Investigação	1	-	1	5	1	6
Investigador Auxiliar	-	-	-	2	-	2
Não Específico	-	-	-	176	375	551
Professor Associado	44	10	54	21	11	32
Professor Auxiliar	377	77	454	242	93	335
Professor Titular	3	-	3	108	39	147
Não Específico	-	-	-	1.161	1.049	2.210
Assistente	-	-	-	214	51	265
Assistente de Investigação	-	-	-	15	3	18
Assistente Estagiário	-	-	-	265	142	407
Estagiário de Investigação	-	-	-	56	-	56
Investigador Auxiliar	-	-	-	10	-	10
Não Específico				401	148	549
Professor Associado	-	-	-	83	24	107
Professor Auxiliar	-	-	-	276	104	380
Professor Titular	-	-	-	42	20	62
Pós Graduação				6	8	14
Assistente	-	-	-	2	7	9
Professor Associado	-	-	-	1	-	1
Professor Auxiliar	-	-	-	2	1	3
Professor Titular	-	-	-	1	-	1
Total Geral	2.697	1.440	4.137	5.033	4.932	9.965

Fonte: Elaborado a partir de dados cedidos pelo MES.

Dos valores do quadro surge como bastante significativo o aumento do número de docentes de um para o outro ano, ainda que uma boa parte deles sejam, por um lado, docentes a tempo parcial e, por outro, docentes portadores de habilitação inferior a doutoramento. Esta circunstância evidencia, bem, o esforço que Angola tem ainda de realizar para consolidar e formar o seu pessoal docente como condição indispensável ao desenvolvimento, em quantidade e em qualidade, do seu ensino superior.

2.2.3.2 ESTUDANTES: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS

Uma constatação já referida é o facto de o número de estudantes do ensino superior ter vindo a crescer, desde início do ano 2000, ainda que com alguma irregularidade.

Assim, entre 2002 para 2003, o número de estudantes matriculados no ensino superior cresceu em 13.162, o que correspondeu, como pode observar-se no quadro abaixo, a um crescimento significativo de 95%.

Entre 2003 e 2013 verificou-se uma evolução tendencialmente positiva de crescimento, ainda que com oscilações. De destacar que de 2013 para 2014 se verificou um decréscimo significativo do número de estudantes matriculados na ordem de -33%. Observem-se os valores constantes do quadro seguinte.

Quadro 10 – Evolução do N.º de Estudantes Matriculados de 2002 a 2015

Anos	Indicadores		
	Número de Estudantes Matriculados	Varição do N.º de Estudantes Matriculados	Taxa de Crescimento
2002	13.861		
2003	27.023	13.162	95,0%
2004	36.113	9.090	33,6%
2005	46.675	10.562	29,2%
2006	53.990	7.315	15,7%
2007	68.630	14.640	27,1%
2008	85.876	17.246	25,1%
2009	101.741	15.865	18,5%
2010	117.605	15.864	15,6%
2011	142.798	25.193	21,4%
2012	161.197	18.399	12,9%
2013	218.678	57.481	35,7%
2014	146.001	-72.677	-33,2%
2015	221.037	75.036	51,4%

Fonte: Elaborado a partir de dados cedidos pelo MES.

A análise dos valores do quadro acima demonstra, realmente, uma evolução positiva do número de alunos matriculados no ensino superior angolano sendo que em 2015 se registou um crescimento significativo, reiniciando a tendência registada de 2012 para 2013.

2.2.3.3 RATIO ESTUDANTES/PROFESSOR

Considerando o número de estudantes matriculados e o número de docentes contratados, podemos vislumbrar o ratio estudantes / docentes para os anos de 2014 e 2015. Observe-se o Quadro 11.

Quadro 11 – Ratio pessoal docente/alunos

	2014	2015	Total
N.º de Docentes	4.137	8.660	12.797
N.º de Alunos	146.001	221.037	367.038
Ratio	35	26	29

Fonte: Elaborado a partir de dados cedidos pelo MES.

Se compararmos agora por região académica o ano de 2015 com o ano de 2014, verifica-se um decréscimo acentuado em relação ao ratio pessoal docente/alunos na região académica de Luanda e Bengo (68 alunos para cada professor em 2014 e 26 alunos para cada professor em 2015); na região académica de Benguela e Cuanza Sul (26 alunos para cada professor em 2014 e 19 alunos para cada professor em 2015); Huambo, Bié e Moxico (29 alunos para cada professor em 2014 e 20 alunos para cada professor em 2015) e na região académica de Uíge e Cuanza Norte (74 alunos para cada professor em 2014 e 45 alunos para cada professor em 2015).

O ratio pessoal docente/alunos regista um crescimento acentuado na região académica de Cabinda e Zaire (24 alunos para cada professor em 2014 e 53 alunos para cada professor em 2015); Lunda Sul, Lunda Norte e Malanje (30 alunos para cada professor em 2014 e 40 alunos para cada professor em 2015) e Huíla e Namibe (23 alunos para cada professor em 2014 e 26 alunos para cada professor em 2015).



Por último, para a região académica de Cuando Cubango e Cunene não existe dados suficientes para se poder tirar elações. Ver Quadro que se segue.

Quadro 12 – Ratio nº de estudantes/docente por Região Académica

Região Académica		2014	2015	Total
Luanda e Bengo	N.º de Docentes	1.210	4.832	6.042
	N.º de Alunos	81.778	123.504	205.282
	Ratio	68	26	34
Benguela e Cuanza Sul	N.º de Docentes	774	1.301	2.075
	N.º de Alunos	19.991	25.154	45.145
	Ratio	26	19	22
Cabinda e Zaire	N.º de Docentes	292	181	473
	N.º de Alunos	6.905	9.633	16.538
	Ratio	24	53	35
Lunda Sul, Lunda Norte e Malanje	N.º de Docentes	387	218	605
	N.º de Alunos	11.468	8.614	20.082
	Ratio	30	40	33
Huambo, Bié e Moxico	N.º de Docentes	610	885	1.495
	N.º de Alunos	17.896	17.975	35.871
	Ratio	29	20	24
Huíla e Namibe	N.º de Docentes	693	732	1.425
	N.º de Alunos	16.115	18.931	65.046
	Ratio	23	26	46
Uíge e Cuanza Norte	N.º de Docentes	171	381	552
	N.º de Alunos	12.627	17.226	29.853
	Ratio	74	45	54
Quando Cubango e Cunene	N.º de Docentes	-	130	130
	N.º de Alunos	-	-	-
	Ratio	-	0	0

Fonte: Elaborado a partir de dados cedidos pelo MES.

Os valores expostos, apesar da sua exiguidade, permitem concluir que, pelo menos tendencialmente, o número de alunos por professor diminuiu o que poderá denotar o esforço do Governo de Angola para melhorar a qualidade do seu Ensino Superior.

2.3 REFERÊNCIAS

- AES (2014). Anuário do Ensino Superior Ministério do Ensino Superior de Angola. Gabinete Estudos, Planeamento e Estatística. Luanda, Angola.
- Banco Mundial (1995). La enseñanza superior: Las lecciones derivadas de la experiencia. Primeira Edição em Espanhol. Washington-DC: Banco Mundial
- Canga, Juliana Lando; Buza, Alfredo Gabriel (2015). Do Ensino Superior em Angola os desafios endógenos e exógenos. Revista FORGES. Volume 2, Número 1, 2015.
- Carvalho, Paulo (2012) Evolução e crescimento do Ensino Superior em Angola, Revista Angolana de Sociologia-RAS, [Online], 9, posto online no dia 11 Dezembro 2013, consultado no dia 23 Janeiro 2017.
- URL: <http://journals.openedition.org/ras/422>
- Carvalho, Paulo; Kajibanga, Víctor; Heimer, Franz-Wilhelm (2003). Angola, in Teferra, D.; Altbach, P.; (eds) African Higher Education-An International Reference Handbook. Indiana University Press, pp. 162-175, Bloomington, IN 47404-3797 USA
- Johnstone, D.B. (2007). Financing higher education in the United Kingdom: Policy options from an international perspective, Seminar Series on Mass Higher Education in UK and International Contexts, Seminar Two – Funding of Higher Education, Langbank Scotland, 7-8 de Fevereiro, Centre for Research in Lifelong Learning, at Glasgow Caledonian University in conjunction with The University of Edinburgh, The University of Sheffield, and Kingston University London.
- Kandingi A. A. C. P. (2016). A Expansão do Ensino Superior em Angola. Um Estudo sobre Impacte das Instituições de Ensino Superior Privado. Tese de Doutoramento
- Makosso, et al. (2009). Enseignement superieur em Afrique Francophone. Crises, reformes et transformations. Senegal: Codesria – Conseil pour le développement de la recherche en sciences sociales en Afrique- Working paper series. Dakar, Sénégal.
- Mamdani, M. (2008). Higher education, the state and the Marketplace. Codesria: JHEA/RESA Vol. 6, No. 1, pp.1–10. Acedido em Dezembro, 2016, em www.codesria.org/IMG/pdf/1-mamdani6-1-2008.pdf
- República de Angola, Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº 13/01 de 31 de Dezembro.
- República de Angola, Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), Diário da República, 1ª Série, nº 130, de 11 de Julho de 2011
- Samoff, J. & Carrol, B. (2003). From manpower planning to the knowledge era: World Bank Policies on Higher Education in Africa. UNESCO Forum Occasional Paper Series Paper no. 2. Paper Commissioned by the UNESCO Forum Secretariat Paris, October 2003 Prepared for the UNESCO forum on Higher Education and Knowledge. Acedido em Janeiro, 2017, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001347/134782eo.pdf>
- Santos, M. (1970). História do ensino em Angola. Angola: Edição dos Serviços de Educação.
- Pio de Kandingi, Adelina Alexandra Carlos (2016). A Expansão do Ensino Superior em Angola: Um Estudo Sobre Impacte das Instituições de Ensino Superior Privado. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação Ramo: Educação, Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, Portugal.

Apêndice 1

- Tabela 1 – Número de estudantes matriculados no Ensino Superior Público por IES e ano (2012-2015)
- Tabela 2 – Número de estudantes matriculados no Ensino Superior (Privado por IES e ano (2012-2015)
- Tabela 3 – Número de estudantes matriculados no Ensino Superior Público por Instituição, Faculdade / Departamento e curso (Ano-2015)
- Tabela 4 – Número de estudantes matriculados no Ensino Superior Privado por Instituição, Faculdade / Departamento e curso (Ano-2015)

**ESTUDO SOBRE OS CUSTOS
E O FINANCIAMENTO
DO ENSINO SUPERIOR
EM ANGOLA**





**ASPECTOS INSTITUCIONAIS
DO FINANCIAMENTO PÚBLICO
AO ENSINO SUPERIOR**

3.1 O FINANCIAMENTO NO CONTEXTO INTERNACIONAL: BREVE RESENHA E TENDÊNCIAS RECENTES

Cerdeira (2009) citando estudos de (Ziderman e Albrecht, 1995), refere que até aos anos oitenta do século passado, na maioria dos países ocidentais os Governos assumiram a principal responsabilidade de financiar as universidades, dado que entendiam ser da sua esfera de responsabilidade social e económica, na medida em que se tratava de formar os indivíduos necessários para as actividades económicas e, simultaneamente, assegurar equidade e acessibilidade ao Ensino Superior. A intervenção do Estado no financiamento das instituições de Ensino Superior dirigia-se, sobretudo, para o apoio à frequência dos cursos de pré-graduação, com os orçamentos das universidades a serem perspectivados, numa parte muito considerável, pelo número de alunos que frequentavam os cursos de formação inicial, ao mesmo tempo que os apoios sociais aos estudantes carenciados incidiam, também, sobre os estudantes desse nível de cursos (bolsas de estudos e outros apoios).

Contudo nas últimas décadas tem vindo a assistir-se a mudanças significativas, com os Governos a desinvestirem no Ensino Superior (muitas vezes pelas dificuldades orçamentais em que se encontravam, ou mesmo por opção ideológica quanto à intervenção do Estado na Educação) e com os estudantes e as suas famílias a participar cada vez mais nos custos educativos, através do aumento ou da fixação de propinas (Cerdeira et. al., 2013; Woodhall, 2003, 2004). Perante a austeridade governamental, as instituições tiveram que aumentar e diversificar as receitas oriundas de outras fontes, ou recorrer àquilo a que alguns autores (Johnstone, 1986, 2004, 2007, 2010; Woodhall, 2007; Vossensteyn, 2002, 2005) chamam o “cost-sharing” – “partilha de custos”.



A política de “partilha de custos” (cost-sharing) surgiu habitualmente associada a uma política de aplicação de propinas. Segundo Johnstone (2007, p.3):

“Cost-Sharing is both – that is, that the costs of higher education are shared among a limited number of parties, or bearers, in what is an essential zero-sum game of sharing and shifting the very considerable costs of the higher educational enterprise – and also a description of a worldwide policy of shifting these costs from a substantial (and sometimes even a virtual exclusive) reliance on governments or taxpayers, toward greater shares being borne by students and/or parents”.

Esta tendência para a diminuição da importância do esforço do financiamento público no Ensino Superior tem vindo a progredir em todo o mundo, com poucas excepções, quaisquer que sejam os continentes e as orientações políticas seguidas nos diferentes países. Na maioria dos países africanos, uma estratégia de “partilha de custos” está sendo progressivamente incorporada no financiamento das IES (Langa, 2013).

Segundo nos refere Langa (2013, 17) “Em 2009, pelo menos, 26 países da África cobram taxas de matrícula ou outros tipos de taxas [...]”.

Outro dispositivo de que os governos se socorreram para diminuir a sua contribuição financeira para o Ensino Superior foi o incentivo ao aparecimento de instituições privadas, ao mesmo tempo que impunham políticas restritivas de admissão nas instituições públicas (Altbach e Levy, 2005). De acordo com Woodhall (2005), esta política foi seguida de forma consistente na Ásia e na América Latina, bem como mais recentemente nos países da Europa de Leste e também nos países africanos.

Em muitos países Africanos, as instituições de Ensino Superior privadas são um fenómeno crescente. Esta tendência para o crescimento do subsistema privado foi reforçada por uma série de factores: uma procura crescente dos estudantes no acesso, a capacidade decrescente das universidades públicas, a redução de serviços públicos, pressão para reduzir os serviços públicos, uma crescente ênfase e necessidade de uma força de trabalho altamente qualificada e o início do interesse por provedores estrangeiros (Teferra e Altbach, 2004).

Por outro lado, as políticas de fixação de propinas assumiram um papel crítico, quer pelo considerável aumento de rendimentos que propiciam ao sistema de Ensino Superior, quer pelas consequências que podem ter em termos de equidade e justiça social. Observou-se uma mudança acentuada na percepção da responsabilidade pública e estatal no que respeita ao financiamento do Ensino Superior.

Um aspecto importante na definição da política de propinas é a de saber qual o valor apropriado da propina. A definição de uma política de propinas depende muito da tradição cultural dos países e da visão que os próprios políticos e outros decisores responsáveis possuem da natureza do Ensino Superior. O tipo de política adoptada por cada país acaba por estar fortemente ligado à concepção que os decisores políticos tenham da responsabilidade das famílias em relação aos filhos, ou, por contraponto, do papel do Estado. Como em diversos países existem limitações legais à fixação de propinas, ou subsiste uma resistência forte da opinião pública a este tipo de medidas, houve necessidade de se equacionarem políticas que são conhecidas por políticas de “duas faces” (dual track). Nestes países, coexistem no sistema de Ensino Superior dois tipos de estudantes. Encontramos um certo número de vagas nas universidades que estão livres de propinas (ou com custos muito baixos), com um número limitado e muito selectivo, que premeia especialmente os resultados dos estudantes nos exames do ensino secundário, e, ao mesmo tempo, um outro grupo de lugares disponíveis para os estudantes se inscreverem, mas que serão pouco ou nada apoiados pelo governo e que ficarão sujeitos ao pagamento de propinas (Cerdeira, 2009, 2012).

Em relação aos mecanismos de fixação do orçamento para as instituições de Ensino Superior, Langa (2015), que cita estudos do Banco Mundial, informa que a abordagem mais comum e generalizada no financiamento para as universidades na África durante a década de 1990 e continua hoje em muitos países africanos, incluindo Angola, Etiópia, Lesoto, Madagáscar, Mauritânia e Moçambique, é usar o ano ou anos anteriores como uma linha de base e fazer mudanças incrementais.

A realidade central para todos os sistemas de Ensino Superior africanos no início do século XXI é uma grave crise financeira. Os desafios para o Ensino Superior em África incluem orçamentos inadequados e restrições financeiras adicionais (Johnstone e Marcucci, 2010). Muitos países Africanos de acordo com estes autores enfrentam problemas dos quais se destacam ao aumento "... dos custos educacionais, das necessidades de receita e as receitas públicas disponíveis extremamente limitadas" (Johnstone e Marcucci, 2010, p.261).

Da mesma forma, e segundo o *WORLD BANK* (2010, 4) verifica-se que "Face o financiamento público inadequado, a participação dos recursos privados no financiamento do ensino superior está a aumentar." Segundo este organismo, "Esta situação é peculiar ao continente africano e contribui para a desigualdade no sistema educacional, com a introdução de uma seleção baseada em recursos familiares, bem antes da entrada do aluno no ensino superior". Refere ainda que as dificuldades no financiamento do Ensino Superior embora sendo universais, a sua magnitude em África é singular, porque: "(a) o crescimento da procura é extremamente elevado; (b) a base fiscal é muito fraca; (c) a despesa pública por estudante está em declínio; (d) o ensino primário ainda não é universal e continua a ser uma prioridade, e (e) as contribuições das famílias são relativamente maiores no ensino primário do que na educação superior." (*WORLD BANK*, 2010, 4).

Por outro lado, o *WORLD BANK* (2010,33) chama a atenção para que:

"Além disso, a expansão dos sistemas de Ensino Superior exigirá investimentos consideráveis para o aumento da capacidade dos estabelecimentos existentes, como salas de aula, bibliotecas, laboratórios e oficinas, ou mesmo, a criação de novas instalações, garantindo uma melhor distribuição geográfica, bem como, para melhorar o equipamento administrativo e pedagógico."

O financiamento do Ensino Superior constitui-se assim num grande desafio nos nossos dias (Teferra e Altbach, 2004).

Segundo estes autores a dimensão destes problemas é maior em África do que em qualquer outro lugar e as causas são:

- ♦ **As pressões de expansão e "massificação" que agregaram grande número de estudantes à maioria das instituições e sistemas académicos africanos;**
- ♦ **Os problemas económicos que enfrentam muitos países africanos que dificultam, o aumento do financiamento para o ensino superior;**
- ♦ **Um clima fiscal alterado induzido por agências de empréstimos multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional;**

- ♦ A incapacidade dos alunos em pagar as taxas de matrícula necessárias para a estabilidade fiscal e, em alguns casos, a incapacidade de impor taxas de propinas por pressão política ou outra;
- ♦ A alocação incorreta e a ineficiente priorização de recursos financeiros disponíveis, tais como a tradição em fornecer alojamento e alimentação gratuita aos estudantes e a manutenção de um grande número de pessoal não académico e de infraestruturas, entre outros" (Teferra e Altbach, 2004, 26).

Também a investigação e as atividades de publicação em África, de acordo com Teferra e Altbach (2004) constituem um problema crítico. Estes autores informam que o estado geral da investigação em África é extremamente pobre, e a infra-estrutura de investigação é inadequada. Escassez de equipamentos de laboratório, produtos químicos e outras parafernália científica; um pequeno número de investigadores; Bibliotecas pobres e em ruínas; salários de pessoal académico e de investigação alarmantes baixos e em declínio; uma enorme fuga de cérebros – brain drain – académico, má fiscalização de aplicabilidade da investigação continuam a ser grandes obstáculos ao desenvolvimento da capacidade de investigação em todo em todo o continente Africano. Grande parte dos países Africanos não têm fundos afectos para a investigação no orçamento das instituições de Ensino Superior (Teferra e Altbach, 2003).

Esta situação como é referido pelo WORLD BANK (2010, 20), tem consequências no número de publicações e patentes:

"A inadequação do financiamento tem condicionado a capacidade das instituições para oferecer uma remuneração adequada ou para investir em infra-estruturas, laboratórios e equipamentos, dificultando assim a capacidade de pesquisa e investigação. As consequências desta situação são evidentes quando se considera o contributo mínimo das universidades africanas para a pesquisa académica internacional. [...] Além disso, a qualidade e a produtividade da investigação têm implicações significativas para as próprias instituições educativas que, muitas vezes são julgadas pelo nível e qualidade do resultado da pesquisa. O impacto resultante da reputação afectará a capacidade de uma instituição em atrair estudiosos e formar novos professores e, em última análise, a qualidade do seu ambiente de aprendizagem".

Como nos refere Hendrik van der Pol, Director do Institute for Statistics da UNESCO (2011) a maioria dos governos africanos terá que tomar decisões estratégicas sobre como aumentar o nível de educação das suas populações. E o Relatório da UNESCO, acrescenta:

"Os dados sobre o financiamento e as despesas de educação são essenciais para responder eficazmente às questões críticas da política de educação. Esses dados ajudam os decisores a determinar a viabilidade financeira com vista ao alcance de objetivos educativos quantitativos e qualitativos e a decidir sobre como alcançar a equidade no fornecimento de oportunidades educacionais" (UNESCO, 2011, 11).

Bruce Johnstone (2014), considera que as principais fontes alternativas de receitas para o financiamento contínuo das instituições do Ensino Superior são cinco:

- ◆ Os pais e os alunos, que pode ganhar a forma de propinas, taxas ou outras despesas. No caso das propinas, normalmente, cobrem a totalidade ou parte dos custos do curso, enquanto as taxas, em regra, destinam-se a cobrir os custos de alojamento e alimentação. Relativamente a outras despesas educacionais, estas se relacionam com os livros, o acesso ao computador, etc.;
- ◆ Fundos externos de financiamento da investigação científica que podem beneficiar determinados programas;
- ◆ Empreendedorismo institucional, como cursos de curta duração nas áreas de muita procura como as línguas estrangeiras, gestão, contabilidade, etc.;
- ◆ Filantropia, sobretudo dos antigos alunos, que é extremamente bem-sucedido nos Estados Unidos, e com alguma presença no Reino Unido, mas pouco expressivo noutras regiões do mundo. Na maioria dos países não existe a cultura de filantropia contínua, particularmente para as instituições públicas, na crença de que estas devem ser inteiramente suportadas pelos governos. Mas também as próprias leis fiscais não são incentivadoras da prática de filantropia para com as instituições do Ensino Superior;
- ◆ Países doadores, que constituem uma fonte de receitas para algumas universidades em alguns dos países mais pobres do mundo, como os da África Subsaariana, não obstante a descoordenação nas suas ações. Desses países fazem parte os Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Suécia, Noruega e Japão, mas também, principais agências internacionais como Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e a União Europeia.

Johnstone, D. B. (2014). *Financing higher education: Worldwide perspectives and policy option*.
Disponível em: <http://gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/>

Nicholas Barr (2005), defende que o desafio do financiamento do Ensino Superior coloca os países, particularmente os em desenvolvimento, perante os seguintes dilemas opcionais:

- ◆ Financiar o Ensino Superior fora da tributação em pequena escala (cerca de 1% do PIB) para garantir um Ensino Superior de alta qualidade para um número reduzido de alunos, ou de baixa qualidade para um número maior de alunos;
- ◆ Contar com o financiamento privado, aceitando que isso vai restringir o acesso a estudantes cujas famílias podem pagar e, talvez um pequeno número de bolsas de estudo;
- ◆ Introduzir um regime de empréstimos de pequena escala, aceitando que vai haver uma alta taxa de incumprimento e custos administrativos elevados;
- ◆ Utilizar recursos públicos para cobrir dois anos de formação superior e deixar o resto para o financiamento privado; e

- ♦ Utilizar a ajuda ao desenvolvimento para amortizar o peso e o impacto de um dos mecanismos utilizados.

Barr, N. (2005). Financing Higher Education. *Reforms in Britain may provide a useful framework for other countries.*

Disponível em: www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2005/06/barr.htm

O problema da crescente privatização do ensino superior em África, foi identificado pelas reputadas organizações internacionais Global University Network for Innovation (GUNI), International Association of Universities (IAU) e Association of American Universities (AAU) no seu Estudo conjunto – *The Promotion of Sustainable Development by Higher Education Institutions in Sub-Saharan Africa*:

"Privatização do Ensino Superior – Devido ao declínio dos subsídios do governo, algumas novas instituições de ensino superior estão a operar como instituições privadas com fins lucrativos. Essas instituições focam cursos com maior procura no mercado de trabalho e, portanto, são mais competitivas. Ao mesmo tempo, eles usam o pessoal de instituições subsidiadas a baixo custo, que desejam complementar seus escassos rendimentos "(AAU, 2011, 4).

Também os autores Teferra e Atbach (2014, 32-33) se referem ao número de instituições de ensino superior como um fenómeno crescente e enfatizam:

"A tendência em relação ao Ensino Superior privado foi reforçada por uma série de fatores: uma crescente procura dos estudantes para o acesso ao Ensino Superior, a diminuição da capacidade das universidades públicas em responder a esta procura, a redução dos serviços públicos, a pressão de agências externas para cortar os serviços públicos, um maior ênfase e crescente procura de mão-de-obra altamente qualificada e o início do interesse de investidores estrangeiros. Em termos de números, existem agora mais instituições privadas do que públicas, em alguns países, ainda que as escolas privadas sejam menores e tendam a se especializar em áreas de estudo, como a administração de empresas. [...] É importante ressaltar que a maioria dessas instituições se baseia nas principais capitais e nas cidades onde o número de alunos é superior e a infra-estrutura é relativamente boa. [...] Essas instituições estão livres das obrigações que restringem outras instituições públicas cujas responsabilidades se estendem a objetivos nacionais mais amplos e abrangentes. As instituições privadas desempenham, igualmente, um papel importante como rede de segurança imediata para responder à procura por uma aprendizagem superior, cuja taxa de matrícula em todas as instituições de Ensino Superior é muito baixa ". Este parece ser, aliás, o retrato do actual panorama do ensino superior Angolano: maior número de instituições privadas de ensino superior do que públicas, algumas delas "oriundas" do estrangeiro, sediadas nas maiores cidades, aproveitando das infra-estruturas do país e da vontade crescente de educação superior por parte de uma população cuja vontade não é satisfeita pela oferta pública em virtude das dificuldades financeiras por que têm vindo a passar as autoridades do país."

"Whereas the emergence of private higher education as a business enterprise is a growing phenomenon, a number of issues plague its development, including legal status, quality assurance, and cost of service. The status of many private postsecondary institutions in Africa is shady. Many operate without licenses, commensurate resources, or appropriate infrastructure. The quality of service by many is also shoddy, even at a few of the institutions that possess better equipment, newer buildings, and better facilities than the major universities in their country.

The quality of education at many private postsecondary institutions has also been an issue of some concern. Many multinational businesses across the world provide educational services today that are driven by profit motives.

Multinational companies and a few foreign-based universities have established satellite campuses in countries where there is a big market for higher education. These transplanted institutions are often criticized for lack of accountability or social responsibility"

(Teferra, D.& Altbach, Philip G. (2004). (2014, 34-35)

Teferra, D.& Altbach, Philip G. (2004).

African higher education: Challenges for the 21st century. Higher Education 47: 21–50.

Estatísticas chave são reveladas pelo Africa-America Institute (AAI) no seu Relatório *State of Education in Africa Report 2015* (2015):

Principais estatísticas

1. Actualmente, apenas 6% dos jovens na África subsaariana estão matriculados em instituições de Ensino Superior, em comparação com a média global de 26%;
2. A notícia promissora é que as universidades em muitos países africanos estão a assistir a um aumento do número de matrículas. Entre 2000 e 2010, o número de matrículas do Ensino Superior mais do que duplicou, passando de 2,3 milhões para 5,2 milhões;
3. A superlotação das salas de algumas universidades do continente Africano está a tornar-se um fenómeno muito comum. As estatísticas mostram que, em média, há 50% de alunos a mais por professor de universidades africanas, em comparação com a média global;
4. Em 2008, cerca de 223 mil estudantes da África subsaariana estavam matriculados no Ensino Superior fora de seus países de origem, representando 7,5% do número global total de alunos que estudam fora de seu país de origem;
5. O Ensino Superior privado é um dos sectores educacionais de mais rápido crescimento em África. Em 2009, havia cerca de 200 universidades públicas e 468 instituições privadas de Ensino Superior no continente africano. Comparativamente, existem 1700 universidades públicas e quase 2500 universidades privadas (universidades de 4 e 2 anos) apenas nos EUA;
6. Um aumento de um ano nos níveis médios de educação terciária aumentaria o crescimento anual do PIB em África em 0,39 pontos percentuais e, eventualmente, renderia um aumento de 12% no PIB.

Fonte: UNESCO, World Bank in AAI (2015).

É inquestionável que a educação superior africana enfrenta graves desafios. Não obstante a sua expansão, o continente africano continua a registar um baixo número de estudantes e é essencial apostar na qualidade da educação. De acordo com a AAI (2015, 14) "As taxas de escolarização na África Subsaariana estão entre as mais baixas do mundo" e o relatório reforça que "Enquanto os governos estão a investir nas suas universidades, os esforços deviam concentrar-se na expansão do acesso e na melhoria da qualidade da educação para atender às necessidades da força de trabalho actual".

3.2 QUADRO INSTITUCIONAL DE RECURSOS PÚBLICOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Como já se evidenciou anteriormente, a maioria dos países tem seguido políticas de cost-sharing e de diversificação de fontes de financiamento, impulsionando, ou mesmo empurrando as instituições de Ensino Superior para a procura de fontes de financiamento privadas. Contudo, a componente dos fundos públicos tem ainda expressão relevante, sobretudo a nível da Europa, tendo ao longo destas últimas décadas sido utilizados diversos métodos para calcular e distribuir o financiamento público (Cerdeira, 2009; Johnstone e Marcucci, 2007).

Desde os anos 90 do século passado que foram sendo adoptados novos modelos de afectação de recursos, deixando a fixação dos tectos orçamentais de ser discutida entre os Governos e as IES com base apenas no orçamento histórico e do ano anterior. Os mecanismos introduzidos apontavam para se ter em conta na fixação do financiamento o desempenho das instituições, ao mesmo tempo que se incentivava a prestação de contas e responsabilização perante a sociedade (Cabrito e Cerdeira, 2006; Cerdeira, 2009).

Os mecanismos usados foram diversificados, mas atendendo à experiência europeia, poderemos afirmar que na maioria dos países surgiram fórmulas de financiamento, de diversos contornos e parametrização, acompanhadas e complementadas por vezes com outros mecanismos, como sejam contratos-programa ou contratos de desempenho. Por vezes, foram usadas fórmulas acompanhadas com contratos em simultâneo. Passaremos a sintetizar os mecanismos de financiamento mais usados nos países europeus no relatório da Eurydice (2009, p. 48), A Governança do Ensino Superior na Europa:

- i) **Negociação orçamental** com o organismo responsável pelo financiamento com base numa estimativa do orçamento apresentado pela Instituição de Ensino Superior (Bélgica- Comunidade. Germanófono, Bulgária, Irlanda, Grécia, Chipre, Luxemburgo, Malta, Portugal, Eslovénia);
- ii) **Orçamento estabelecido pelo organismo de financiamento** com base nos custos dos anos precedentes (Dinamarca, Grécia, Itália, Polónia, Islândia, Noruega);
- iii) **Fórmula de financiamento** (Bélgica (Com. Francesa), Bélgica (Com. Flamengo), Bulgária, República Checa, Dinamarca, Estónia, Irlanda, Grécia, França, Itália, Letónia, Lituânia, Hungria, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia, Suécia, UK Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte, UK Escócia, Islândia, Listenstaine, Noruega);
- iv) **Contratos de desempenho** baseados em exercícios estratégicos (Bélgica – Comunidade Flamengo, República Checa, Dinamarca, Grécia (a), França, Luxemburgo, Áustria, Portugal, Roménia, Eslováquia, Finlândia, Islândia);
- v) **Contratos baseados** no número predeterminado de diplomados por área de estudo (Estónia, Letónia);

vi) **Financiamento para projectos de investigação específicos**, atribuído através de procedimentos concursais (Bélgica – Comunidade Francesa, Bélgica – Comunidade Flamenga, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Estónia, Irlanda, Grécia, França, Itália, Letónia, Lituânia, Hungria, Malta, Países Baixos, Áustria, Polónia, Portugal, Roménia, Eslovénia, Eslováquia, Finlândia, Suécia, UK Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte, UK Escócia, Islândia, Listenstaine, Noruega).

Assim, constata-se que quase a totalidade dos países utilizava uma fórmula de financiamento para calcular a dimensão das dotações orçamentais, ainda que a abrangência dessas fórmulas (a parte do orçamento que abrangem) é muito diversa e diferenciada. Ao tempo a maioria das fórmulas de financiamento baseavam-se em critérios de input e menos assentes em critérios de desempenho. Vejamos de forma sintética alguns dos principais critérios usados:

- a) **Critérios de input** – número de estudantes do ano anterior ou previsão do ano em curso; número de vagas, custos de arrendamento de edifícios, área de superfície, nº de pessoal, oferta educativa, etc.;
- b) **Indicadores de desempenho** – taxas de sucesso dos estudantes, nº diplomados, número de anos para terminar os estudos, número de estudantes aprovados nos exames, número créditos obtidos, taxa de insucesso no final do 1.º ano e taxa de abandono, qualidade do pessoal docente, qualidade da gestão, resultados da investigação, classificação das universidades, etc.;
- c) **Contratos de desempenho** – os contratos definem os objectivos estratégicos a cumprir e são um instrumento útil para avaliar as instituições (e obriga também à definição dos objectivos estratégicos nacionais). São instrumentos importantes para a orientação das políticas estratégicas das IES. São muitas vezes plurianuais (por exemplo 3 anos na Áustria e Finlândia, 3 a 4 anos na Dinamarca, 4 anos em França e 5 anos na Islândia);
- d) **Contratos com base num número predeterminado de diplomados por área de estudo** – as IES têm de assegurar que um determinado nº de estudantes obtém o diploma no final de um certo período, em certas disciplinas ou áreas científicas. Quando não são cumpridos esses objectivos, o Ministério ou entidade que gere o orçamento público tem direito no contrato seguinte ao montante que corresponde ao não executado. Exemplos – Letónia, Estónia e em Portugal em 2010 com o Contrato-Confiança (depois abandonado);
- e) **Financiamento público para investigação** – as IES recebem financiamento público para investigação de 2 tipos e de uma maneira geral na maioria dos países existe um sistema dual, que mistura as 2 modalidades: financiamento base para a investigação – uma dotação global que a instituição pode usar como entende (alocada especificamente para investigação, ou adicionada a uma dotação global para outro tipo de despesas) – ou através de procedimento concorrencial para projectos específicos ou programas de investigação. (Cerdeira, 2009, 2011)

No estudo *Modernisation of Higher Education in Europe: Funding and the Social Dimension*, realizado no âmbito da Eurydice (2011) informava-se que a nível europeu, os objectivos mais importantes do financiamento público e dos mecanismos de afectação de recursos eram: maior número de estudantes; maior diversidade de estudantes; melhoria da qualidade do ensino e investigação; centros de excelência; diversificação entre as instituições de Ensino Superior; incentivo à melhoria das taxas de diplomação. Neste último estudo e reportando-se ao ano de 2009/2010, voltava a constatar-se que o mecanismo da fórmula era o mais usado nos diversos países para calcular o orçamento base das IES, sendo que apenas 22 dos países tinham mecanismos baseados no desempenho.

Esta tendência continuou-se a registar e no relatório *Modernização do Ensino Superior na Europa*: Acesso,

Retenção e Empregabilidade (Eurydice, 2014, p.10) registava-se que “Dez sistemas apenas acusam a existência de mecanismos de financiamento basados no desempenho, em que uma parte do financiamento da instituição depende da obtenção dos resultados acordados para um determinado período de tempo.” Da mesma forma, este último relatório dá conta que nalguns países o nível de financiamento público começa também a estar ligado ao desempenho dos diplomados no que toca à empregabilidade, havendo apoios financeiros para encorajar as universidades a cooperar com empresas, procurando melhorar as competências para a futura actividade profissional.

Por outro lado e segundo a UNESCO (2011) em questões de financiamento os decisores políticos precisam cada vez mais de melhorar a qualidade de Educação. Prestação de educação de qualidade para uma população estudantil em expansão requer eficiência do uso de recursos, e uma avaliação da eficiência de custos requer dados financeiros sólidos. As famílias e a população estudantil exigem eficiência de uso de recursos e uma avaliação da eficiência de custos requer dados financeiros sólidos.

3.3 POLÍTICAS DE APOIO SOCIAL

O apoio social aos estudantes assume várias modalidades, podendo verificar-se sob a forma de apoios não-reembolsáveis e reembolsáveis. Os apoios não-reembolsáveis ou a fundo perdido, podem revestir diferentes figuras: as bolsas que são dadas aos estudantes em cada ano lectivo; o perdão ou a redução do valor do reembolso do empréstimo até ao final do curso; a diminuição ou a dedução das despesas de educação nos impostos sobre o rendimento; a aplicação de taxas mais favoráveis para as poupanças destinadas a financiar a educação; as contribuições para as contas poupança para a educação; e subsídios para apoiar preços mais baixos nos serviços de alojamento e de alimentação dos estudantes. Por sua vez, os apoios reembolsáveis são essencialmente constituídos pela figura dos empréstimos, ainda que este mecanismo também envolva, quase sempre, como já se explicitou anteriormente, algum tipo de subsídio a fundo perdido (Cerdeira, 2009, 2012, 2014).

A educação em geral deve garantir oportunidades educacionais equitativas a todos cidadãos de um país. Para a tomada de decisões sobre questões relacionadas com a equidade – é primordial identificar em que medida alguns grupos de população devem receber mais recursos públicos financeiros do que outros e, em seguida, projetar políticas para corrigir todas ou algumas dessas desigualdades.

A combinação dos apoios sociais e dos incentivos depende muito da visão social e cultural de cada país relativamente às obrigações dos pais, e que essa condicionante determina, em última instância, o modelo de apoio social aos estudantes do Ensino Superior. Assim, no contexto internacional e nomeadamente europeu, encontramos países em que o apoio social está centrado no estudante (Reino Unido), países com um modelo de apoio social centrado na família (Alemanha, Áustria, França, Itália, Portugal), países com um modelo apoiado no estudante independente (Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia) e, finalmente um modelo misto ou de compromisso de apoio social (Países Baixos) (Cerdeira, 2009).

Os apoios podem ser concedidos em termos universais, isto é, em que todos os estudantes podem aceder independentemente do seu nível de rendimento, ou serem dirigidos a certos grupos de estudantes, com base no baixo rendimento ou noutras características especiais (género, raça ou incapacidade). Por exemplo, nos países da OCDE onde existem diversos tipos de apoios verifica-se uma tendência para que os apoios reembolsáveis possam ser universais, enquanto os não reembolsáveis estão mais ligados aos apoios dirigidos a certos sectores ou grupos (Cerdeira, 2009, 2012).

Na maioria dos países, as bolsas de estudo destinam-se apenas aos estudantes com mais baixos rendimentos ou oriundos de certos grupos étnicos, com maiores necessidades de apoio, ou dirigidos para certos grupos

de estudantes que os governos têm interesse em apoiar por razões políticas específicas (por exemplo, incentivar que os estudantes frequentem certos cursos de professores ou de médicos, ou vão para cidades do interior). Noutros países, como nos países nórdicos (Suécia, Noruega, Finlândia e os Países Baixos), as bolsas fazem parte de um conjunto de apoios que são dados a todos os estudantes independentemente do seu estatuto socioeconómico, de forma a assegurar a sua independência face aos pais (Cerdeira, 2009, 2014).

De acordo com Usher e Steel (2006), as bolsas desempenham duas funções importantes no que respeita à acessibilidade do Ensino Superior. A primeira reside no facto de as bolsas de estudo aumentarem o poder de compra de curto prazo dos estudantes, reduzindo a “saída de dinheiro” do orçamento corrente do estudante e, portanto, reduzindo os custos de educação. Desta forma, as bolsas aumentam o ratio do custo-benefício da educação, compensando os custos totais de educação (propinas, custos de vida ou de manutenção, e o custo de oportunidade). De resto, só as bolsas conseguem mudar o preço/valor líquido e afectar o ratio do custo-benefício (os empréstimos podem também reduzir a despesa, mas não interferem no valor líquido).

A questão da equidade no acesso ao Ensino Superior é uma questão central na definição das políticas de financiamento, reconhecendo-se em geral a necessidade de promover a equidade no acesso e, em particular, na ultrapassagem das barreiras financeiras que entram a frequência do Ensino Superior.



A maneira mais imediata de definir acessibilidade será saber a quantas pessoas se dá a oportunidade de aceder ao Ensino Superior, sendo que os sistemas mais alargados surgem mais abertos e acessíveis do que os mais pequenos. A acessibilidade (objectiva) do Ensino Superior será, pois, a capacidade (subjectiva) de a generalidade das pessoas, qualquer que seja a sua proveniência social e económica, ter entrada no Ensino Superior em situação de razoável equidade (Cerdeira, 2009, 2014; Cerdeira e Patrocínio, 2014).

A equidade (ou a desigualdade) no acesso ao Ensino Superior depende das oportunidades (lado da oferta), das aspirações (lado da procura) e dos processos de selecção ou estratificação social. As oportunidades que os jovens podem vir a ter dependem, entre outros factores, dos recursos financeiros afectados pelos governos ao Ensino Superior. Por sua vez, as aspirações dos estudantes vão depender, além de outros elementos culturais, dos custos da educação, dos benefícios decorrentes de obter um grau superior (ou pelo

menos da percepção que os estudantes e as suas famílias tenham desses benefícios), e dos riscos que os estudantes queiram correr em caso de falharem ou não concluírem o grau.

O processo de selecção, isto é, os mecanismos de estratificação educacional, radica no sistema complexo da estrutura de classes (capacidades, aspirações, situação financeira) e no dispositivo de admissão ao Ensino Superior. Alguns estudos e análises efectuados sobre este problema mostram que as desigualdades persistem, dado que apesar das aspirações e oportunidades terem vindo a crescer, continua a subsistir uma estratificação socioeconómica dos estudantes do Ensino Superior, entre os quais predominam as classes mais favorecidas, ainda que com cambiantes diversos em termos internacionais.

Na perspectiva de Finnie (2004), um sistema completo de apoio social englobará um sistema integrado de empréstimos e de bolsas, com uma combinação das duas formas de apoio, dependente dos objectivos que se pretendam obter. Os empréstimos devem ser dirigidos para ajudar os estudantes com problemas financeiros que assim podem ultrapassar esses constrangimentos. Por seu lado, as bolsas devem ser usadas para providenciar incentivos que encorajem certos grupos de estudantes a frequentar o Ensino Superior, visando um incremento de equidade e de eficiência.

No que respeita aos sistemas de apoio financeiro aos estudantes do Ensino Superior, Finnie, Usher e Vossensteyn (2004) agrupam-nos em quatro grandes modelos, que resultam da combinação diversa das políticas de apoio e de aplicação de propinas nos diferentes países: a) o modelo centrado no estudante; b) o modelo centrado na família; c) o modelo do estudante independente, e d) o modelo de compromisso. Partindo da descrição desses autores, elaborou-se o quadro síntese, onde são enunciadas as principais características de cada um desses modelos:

Principais Modelos de Apoio Social aos Estudantes do Ensino Superior

Modelo	Características	Países
Modelo Centrado no Estudante	Os estudantes são vistos como tendo a principal responsabilidade dos custos dos seus estudos. Habitualmente há a aplicação de propinas elevadas e as verbas transferidas para as instituições de ensino superior não cobrem a totalidade dos custos de educação. O apoio social está focado no aluno e não nas suas famílias (ainda que sejam tomadas em conta). As bolsas, os subsídios e os empréstimos são concedidos aos estudantes numa base de suas necessidades para frequentarem o ensino superior	Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, Estados Unidos
Modelo Centrado na Família	Os pais são normalmente responsáveis e nalguns casos são responsáveis legais por manter os jovens no ensino superior. Consequentemente as bolsas e os empréstimos estão disponíveis para poucos estudantes (geralmente entre 15 a 35%) e os valores concedidos tendem a ser pequenos. Por sua vez, os pais são substancialmente subsidiados através de apoios fiscais e outros apoios. Muitas vezes as deduções fiscais acabam por apoiar as famílias mais favorecidas, com capacidade de poupança e não as famílias mais desfavorecidas. O cálculo do apoio assenta sobretudo nos rendimentos das famílias.	Países da Europa Ocidental: Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal
Modelo do Estudante Independente	Os estudantes são vistos como independentes das suas famílias. Habitualmente este modelo surge nos países com um sistema político e social de Welfare State. Geralmente, não há aplicação de propinas, o que quer dizer que os governos financiam todos os custos de instrução. Ao mesmo tempo, estes países caracterizam-se por uma fraca diferenciação salarial entre os ganhos dos diplomados do ensino superior e os do ensino secundário. Os apoios concedidos cobrem fortemente as despesas de vida, quer os estudantes vivam ou não em casa dos pais. Cerca de 40 a 60% dos apoios são dados através de empréstimos e os restantes sob a forma de bolsas.	Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia
Modelo de Compromisso	Neste modelo há uma política de aplicação de propinas e de um apoio social que mantém um compromisso entre os estudantes serem independentes e terem apoio dos pais para parte dos custos. Todos os estudantes em tempo parcial são elegíveis para a concessão de bolsa de estudo, cujo valor varia se o estudante vive ou não com os pais. Cerca de 30% de todos os estudantes são elegíveis para bolsas suplementares com base no nível dos rendimentos das suas famílias. Supõe-se que os pais financiem algum valor para os custos. Contudo, muitas vezes o valor do apoio não é suficiente e os estudantes acabam por ter que trabalhar em tempo parcial.	Países Baixos

Fonte: Cerdeira (2009), elaborado a partir de Finnie, Usher e Vossensteyn (2004).

3.4 O MODELO DE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM ANGOLA

A investigação, a experiência e a história têm vindo a demonstrar o papel fundamental que a Educação desempenha no desenvolvimento dos países. Sabe-se, hoje, que a Educação é um factor determinante para o bem-estar dos povos razão que, por si só, justifica a sua existência bem como o seu usufruto por toda a colectividade. A Educação não é um bem de uso exclusivo de um qualquer grupo mas, pelo contrário, é um bem que deve ser usufruído livremente por todos os indivíduos. Este facto explica o papel que os Estados desempenham na sua produção. É função do Estado, num estado democrático, garantir aos seus cidadãos o usufruto da Educação, nos seus diversos níveis. Todavia, a educação é um bem cuja produção é muito onerosa esperando-se do Estado o seu financiamento, particularmente nos níveis básico e secundário.

De facto, as inúmeras solicitações de natureza social que se têm vindo a colocar aos Estados bem como as dificuldades orçamentais actuais por eles sentidas têm levado ao questionamento da dimensão do papel do Estado no financiamento da Educação, mormente do Ensino Superior, e os países debatem-se com uma situação contraditória: por um lado, é absolutamente necessário reforçar o Ensino Superior, dado o seu contributo no progresso e desenvolvimento económico e social dos países; por outro, torna-se cada vez mais difícil a sua provisão gratuita por parte do Estado assistindo-se, pelo mundo fora, à procura de fontes alternativas de financiamento, entre as quais se vêm destacando os estudantes e as respectivas famílias e, em crescimento, o financiamento provindo de fundações e entidades empresariais.

Angola não é excepção. O financiamento do Ensino Superior em Angola reveste-se de grande acuidade e centralidade e representa, no contexto global e regional em que Angola se inscreve, um dos maiores desafios para o país e para o seu desenvolvimento nos próximos anos, sendo urgente metodologias e mecanismos inovadores, que contribuam para dotar o subsistema de meios materiais e humanos eficientes e eficazes, permitindo o crescimento e desenvolvimento harmoniosos de todas as regiões, para o que é indispensável o esforço público dado que, por um lado, na sua visão global do país, o Governo Angolano tem a capacidade para promover o desenvolvimento harmonioso das regiões e, por outro, porque a investigação tem vindo a demonstrar que são os indivíduos que frequentaram o Ensino Superior aqueles que apresentam maiores níveis de produtividade (Chagas Lopes, 2013), pelo que faz todo o sentido, e a investigação justifica, a participação dos Estados na provisão e financiamento da educação e do Ensino Superior.

Apesar das dificuldades orçamentais por que passa o Governo Angolano, permanece, entre os decisores políticos, a ideia de que o estado angolano não pode deixar de exercer as suas funções de garante do desenvolvimento do Ensino Superior, ao assumir um papel importante no seu financiamento e da investigação científica, como pode depreender-se do documento que estabeleceu a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) para o período 2010-2016, tornada pública no Diário da República (1ª Série, nº 130, de 11 de Julho de 2011). A ENCTI lista um conjunto muito vasto de objectivos e programas que visam reforçar a oferta e a qualidade da educação superior do país, nomeadamente através da construção e apetrechamento de bibliotecas nas Instituições de Ensino Superior (IES) e da criação de centros de investigação e de desenvolvimento tecnológico, com estimativas de investimento na ordem dos vários milhões de kwanzas.

A aposta no desenvolvimento do Ensino Superior em Angola insere-se, aliás, na política de capacitação do país em recursos humanos de elevado nível de qualificação, como decorre do disposto no Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) elaborado em 2012. Este Plano fundamenta-se na necessidade de incrementar o universo do "Pessoal Dirigente, Gestores e Quadros Superiores" que, em 2010, se estimava ser constituído por 1.230.000 indivíduos, correspondendo a uma Taxa de Quadros na ordem dos 29%, valor bem aquém do necessário e bastante baixo quando comparado com valores homólogos noutros países do Continente Africano (por exemplo, na África do Sul, aquela taxa era, à data, de 45%; no Botswana, de 50% e, no Egipto, atingia os 60%).

No PNFQ são apresentadas previsões para 2015 e respectivo escalonamento entre 2010 e 2025 que demonstram bem a aposta que o país deseja realizar no Ensino Superior. Observe-se o quadro seguinte:

Quadro 13 – Indicadores do Crescimento do Ensino Superior em Angola (previsão em milhares)

INDICADORES/ANOS	2010	2015	2020	2025
Número de dirigentes, gestores e quadros superiores	350,9	425	599,8	853,2
Número de estudantes matriculados no Ensino Superior	117	200	275	360
Número de estudantes diplomados no Ensino Superior	5,7	14,0	22	36
Número de professores no Ensino Superior	2,4	4,4	6,9	9,0

Fonte: Adaptado do PNFQ (2012)

O PNFQ surge, assim, a balizar as metas e objectivos que deverão enformar as políticas angolanas de Ensino Superior e deverão contribuir para dotar o país de capacidades produtivas que assegurem o seu desenvolvimento nos domínios cultural, social e económico minimizando diferenças regionais e potenciando uma resposta eficaz aos objectivos de centralidade do país no quadro do Continente Africano.

Naturalmente, tais políticas deverão assegurar a qualidade do serviço prestado pois o contributo da educação e dos educandos de qualquer nível de ensino para o desenvolvimento dos países depende, acima de tudo, da qualidade das suas aprendizagens e das competências desenvolvidas. Este facto leva-nos a afirmar que a educação não “cumpre” o seu objectivo se o crescimento da estrutura educativa (novas escolas, equipamentos, etc.) não for precedido da qualidade necessária concretizada, nomeadamente, em políticas de formação de professores, de apoio social e de diminuição das desigualdades sociais e regionais (Chagas Lopes, 2013).

Em consequência, e no caso Angolano, como em tantos outros, com um sistema educativo frágil e não consolidado, não chega desenhar um PNFQ ou uma ENCTI; é preciso empenhamento público na criação de condições para que todos usufruam do direito a uma educação de qualidade.

O crescimento do Ensino Superior angolano foi acompanhado, necessariamente, do aumento de recursos materiais e humanos e, necessariamente, financeiros. O financiamento destas instituições obedece ao que se espera em função da sua natureza jurídica: as instituições públicas têm sido financiadas maioritariamente pelo Estado; as instituições privadas, é, como na generalidade dos países, baseado nas propinas como principal, se não a única, fonte de receita. A fundação da Universidade de Angola, posteriormente a Universidade Agostinho Neto, seguida das restantes instituições de Ensino Superior, representou um passo decisivo na consolidação do Ensino Superior público e na provisão regional/provincial do país de Ensino Superior.

Neste quadro, é de salientar, por um lado, o número crescente de estudantes do Ensino Superior que evidenciam a vontade e necessidades de uma população que se quer mais culta e capacitada e, por outro, um processo de regulação holístico e eficaz do sistema, contribuindo para tomadas de decisão que tornem mais justo e equitativo o acesso da população Angolana ao Ensino Superior decorrente da recente criação das Regiões Académicas.

O modelo de financiamento do Ensino Superior público assenta, por um lado, na forte participação do Estado através do Orçamento do Estado e, por outro, nas receitas das propinas cobradas pelas instituições aos estudantes do turno nocturno e que constituem a principal fonte de receitas próprias.

O sistema de propinas caracteriza-se, pois, por ser um sistema dual, com cursos apresentando vagas gratuitas (as dirigidas aos estudantes do Ensino Superior diurno) e vagas pagas (as dirigidas aos estudantes do Ensino Superior nocturno). Este modelo evidencia um tratamento diferenciado dos dois tipos de estudantes – estudantes trabalhadores e estudantes não trabalhadores – concretizando, de certo modo, uma política de financiamento que pode ser questionada acerca dos princípios de equidade social em que assenta, ao tratar de forma diferente os candidatos à educação de nível superior. Na realidade, haverá de se problematizar este sistema dual, dado que a propina dificulta o acesso à educação e, no caso presente, penaliza aqueles indivíduos que não tiveram possibilidades de acesso ao Ensino Superior no “tempo certo” e que, por isso mesmo, já foram penalizados na sua juventude.

Independentemente da natureza da política de propinas, a partilha de responsabilidades financeiras do financiamento do Ensino Superior (Estado/estudantes do ensino nocturno) traduz a consolidação no país de uma política de cost-sharing no Ensino Superior que se vem expandido nos diversos continentes e numa multiplicidade de países. De facto, perante o crescimento explosivo da procura de Ensino Superior, dos encargos financeiros que tal acarreta e as dificuldades orçamentais por que passam os mais diversos países/governos, a ideia de que o financiamento do Ensino Superior é da responsabilidade de diferentes actores que dele beneficiam (colectividade, estudantes, empresas) tem vindo a afirmar-se na comunidade internacional (Johnstone, 2007), configurando-se numa prática em Angola através do sistema dual.

3.5 PERSPECTIVAS FINANCEIRAS FUTURAS

A expansão do Ensino Superior ocorre, desde a sua “criação” após a independência do país, num momento em que a coorte juvenil é bastante significativa, apontando as previsões demográficas para a manutenção de números elevados de jovens até 2025. A ser assim, e como se depreende do PNFQ, o sistema educativo irá confrontar-se com a continuação de uma procura de Ensino Superior a ritmos muito elevados a que é indispensável dar resposta.

Sendo necessário e desejável que essa procura ocorra, essa expansão tem de ser acompanhada pelo aprofundamento de uma oferta de qualidade nos seus múltiplos domínios (organizacional, administrativo, financeiro, académico e de investigação), dando mais possibilidades de sucesso às instituições e, conseqüentemente, de sucesso escolar e do contributo da educação para o desenvolvimento harmonioso do país.

As instituições deverão ser incentivadas a promover a sua melhoria enquanto instituição educativa e parte integrante do movimento de desenvolvimento do país, para o que a estabilidade financeira é indispensável. Por outro lado, torna-se crucial que as instituições sejam capazes de enveredarem por processos de auto-regulação que ajuste a frequência dos diversos cursos às necessidades de desenvolvimento do país que deve estar dotado de forma equilibrada de diplomados de cursos de natureza mais científico-tecnológica que fundamentam processos de industrialização e de robotização, e de diplomados de cursos nos campos das ciências sociais e humanas que respondam ao movimento de terciarização da economia, impedindo a saturação do mercado.

A explosão da procura dificilmente ocorrerá em concomitância com um crescimento dos valores do financiamento proporcional ao crescimento do número de estudantes, fazendo perigar a qualidade desejada do ensino. A capacidade de financiamento público ficará significativamente dependente do nível de crescimento do Produto Interno Bruto e do modo como forem afectados os recursos provenientes das

receitas fiscais. Não se poderá descartar o facto de o PIB também ele se encontrar dependente da venda ao exterior de matérias-primas cujos preços no mercado internacional não são controlados por Angola.

Neste contexto, a capacidade do Estado Angolano em alocar fundos para o Ensino Superior depende, em grande parte, da situação financeira internacional e das grandes opções para o desenvolvimento do país. Ora, tendo em atenção o papel fundamental que o Ensino Superior desempenha no desenvolvimento e, portanto, no crescimento da autonomia de Angola face a países terceiros, a valorização, crescimento e desenvolvimento deste nível de ensino deve corresponder necessariamente a grandes opções de política orçamental e, assumido como desígnio nacional, não poderá estar dependente de montantes de receita do exterior que variam em conformidade com o andamento da comunidade internacional.

Todavia, sabendo-se que se assiste a uma tendência para uma menor participação dos Estados no financiamento das IES públicas, torna-se indispensável promover junto destas instituições políticas de diversificação das fontes de financiamento, sendo desejável que as IES consigam alargar as suas fontes de financiamento captando receitas próprias em outros agentes económicos, para além dos alunos.

Assim, para além das propinas, torna-se importante desenvolver um modelo no qual os donativos de filantropos e de mecenas privados passem a desempenhar um papel importante na concretização de certos projectos específicos, sobretudo os que evidenciem e prestigiem precisamente a relevância da relação universidade/sociedade e que possam servir interesses mútuos, como aliás já se vão conhecendo algumas experiências nomeadamente com a Sonangol. Deste modo são, pois, de viabilizar e de promover parcerias com organismos privados e públicos que vão ao encontro desse desiderato.

Neste quadro, o presente estudo sobre o financiamento do Ensino Superior em Angola, ao envolver as IES públicas e privadas, ao ter em atenção as políticas de propinas e ao interpelar, também, organismos privados representa já um passo no sentido da construção de um modelo de financiamento do Ensino Superior que garanta a sustentabilidade financeira das instituições e elevados padrões de qualidade do ensino ministrado, respondendo às necessidades do país.

Em conformidade, não deve perspectivar-se a aplicação de medidas conjunturais de financiamento que garantam uma gestão corrente; pelo contrário, o financiamento público deve ser visto como um instrumento de concretização de grandes opções políticas assentes num planeamento estratégico para o desenvolvimento do país, que obedece a prospectivas de médio e de longo prazo, introduzindo eficiência e eficácia em todo o sistema.

Por outro lado, é indispensável promover regularmente o debate público acerca do futuro do Ensino Superior para que na sociedade angolana todos se sintam parte activa na construção de um Ensino Superior e de um país onde as ideias de “desenvolvimento”, “sustentabilidade”, “equidade” e “qualidade” se constituam como ideias-chave. Esse debate público, esse ouvir o outro, é indispensável pois como a experiência e a investigação científica têm mostrado, as reformas têm tanto mais êxito quanto mais participadas forem.

Repensar o Ensino Superior, construir um sistema que produza competências específicas nas diferentes áreas disciplinares, assim como que garanta a produção de competências transversais como o pensamento crítico, a capacidade de resolução de problemas, as capacidades de expressão oral e escrita requer profissionais, docentes e não docentes, qualificados e criativos, bem como equipamentos adequados, atmosferas de escola que proporcionem aprendizagens formais e informais e estudantes mais abertos a aprender do que a serem ensinados.

Este desenvolvimento desejável do Ensino Superior acarreta um nível de exigência financeiro de tal ordem que estudar o seu financiamento e equacionar o papel e contributo dos diversos stakeholders naquele desenvolvimento assume importância primordial a que, da forma possível, o presente Estudo tentará dar resposta, sendo que assenta na tomada de consciência de que há necessidade de construção de uma cultura e prática de aprendizagem que rompa com a perspectiva meramente utilitária da educação e promova uma postura de aprendizagem do ser-se sensível à colocação de questões, à indagação, à inquietação perante o saber, ao lidar com a dúvida, à ideia de que o conhecimento se constrói e não se recebe em “pacotes” (Patrocínio, 2004), facto que responsabiliza todos os intervenientes nos processos educativos e formativos e contribui para que melhor seja interiorizada a importância do investimento no Ensino Superior.

Naturalmente, a obtenção destes objectivos depende da constituição de consensos na sociedade civil angolana no que respeita à importância do investimento no Ensino Superior. A construção daqueles consensos entre os diferentes stakeholders da educação, que devem compreender a importância do Ensino Superior como pilar contemporâneo de civilização e cultura; o papel crucial que desempenha no desenvolvimento das dimensões culturais, sociais, científicas e tecnológicas, contribuindo para a promoção da mobilidade e da empregabilidade dos cidadãos bem como na construção de uma sociedade mais equitativa e justa que permita a todos acessibilidade universal aos bens e serviços, assim como a sua participação em processos de mudança, surge, pois, como indispensável.

Finalmente, para o desenvolvimento social e económico de Angola não se pode ignorar o facto de que uma boa parte dos cidadãos angolanos ainda não terem acesso a cuidados sociais, médicos e educativos elementares e que os níveis de pobreza ainda são manifestos, aspectos que continuarão a ser agravados se não existir um esforço de toda a sociedade angolana para dirimir desigualdades e elevar níveis de equidade e para perceber o papel fundamental da educação, em geral e do Ensino Superior, em particular, na construção do país. Por isso deve ser dada pelos poderes públicos enorme atenção ao investimento em educação e no Ensino Superior, bem como à questão da equidade no acesso ao Ensino Superior e às consequências que diferentes formas de financiamento podem ter naquela equidade.

3.6 REFERÊNCIAS

Altbach, P.G. and Levy, D.C. (2005), *Private Higher Education: A Global Revolution*, Sense Publishers, Rotterdam.

Cabrito, B. e Cerdeira, L. (2006). *The State and Student Role in Higher Education Financing in Portugal (1995-2005)*, 28th Annual EAIR Forum Rome 2006, Who Runs Higher Education In A Competitive World? Roma, Itália, 30 de Agosto a 1 de Setembro.

Cerdeira L (2009), *O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos*, Almedina, Coimbra, Outubro 2009, ISBN 978-972-40-3978-7, CDU 378, 37.

Cerdeira, L. (2011). Os custos dos Estudantes do Ensino Superior Português e os *Desafios da Acessibilidade*. In Cabrito, B. e Jacob, V. (Orgs.) *Políticas de Financiamento e Acesso da Educação Superior no Brasil e em Portugal – Tendências Atuais*. Lisboa: Educa. ISBN: 978-989-8272-12-6.

Cerdeira, L. (2012). *O Financiamento do Ensino Superior. Algumas Tendências Internacionais*. In Ana Lucia Braz (org.) *Gestão de Processos Educacionais. Um Olhar Ibero-americano*. Porto Alegre: UFRJ

Cerdeira, L. (2014). *“Enjeux présents e futurs du financement de l’enseignement supérieur. Un aperçu des tendances mondiales”*. *Revue Internationale D’Éducation, Sévres*, nº 65, avril 2014. Dossier Le Financement de l’Éducation.

Cerdeira, L., Patrocínio T., Cabrito G.B, Machado-Taylor M.L., Brites R. (2013). *Higher Education Cost-Sharing Policy: The Portuguese*

Case. In Higher Education. Recent Trends, Emerging Issues and Future Outlook, Education in a Competitive and Globalization World." (pp.131-147). Nova Science Publishers, Larry Smith Editor, New York. ISBN 978-1-62618-841-9 (ebook)

Cerdeira, L. Patrocinio T. (2014). Student Mobility In European Higher Education Area: An Example of Equity? In Béatrice Boufoy-Bastick (Editor), *The International Handbook of Cultures of Education Policy (Volume Two): Comparative International Issues in Policy-Outcome Relationships – Economic influences with Standards and Governance. (Volume Two)*, chapter 22 (pp. 597-616). Strasbourg, France: Analytrics. ISBN – 979-10-90365-07-0

Chagas, M. L. (2013). Educação, desenvolvimento e conhecimento: novas roupagens da troca desigual e globalização. O caso da África subsariana. (pp.111-135). In *Grandes Lições. Volume 2*. Fundação Calouste Gulbenkian. Próximo Futuro, pp. 111-135. Lisboa. Tinta da China. 1.ª edição.

Chapman, B. (2004). "Income related student loans: Concepts, international reforms and administrative challenges", in P.N. Teixeira, D.B. Johnstone, M.J. Rosa e H. Vossenstey (Eds.), *Cost-Sharing and Accessibility in Higher Education: A Fairer Deal?*, Dordrecht: Springer, pp. 79-103.

Eurydice (2009). A Governança do Ensino Superior na Europa. http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/thematic_reports/09IPT.pdf

Eurydice (2011). *Modernisation of Higher Education in Europe: Funding and the Social Dimension*,

Eurydice (2014). *National Student Fees and Support Systems 2013/2014*.

Finnie, R. (2004). *The Case for Student Loans: Why, When, How*, Queen's University, Julho, Versão Editada. Retirado da internet em: <http://www.cmec.ca/stats/quebec2004/Finnie.en.pdf>.

Finnie, R., Usher, A. e Vossensteyn, H. (2004). *Meeting the Need: A New Architecture for Canada's Student Financial Aid System*, 38p. Retirado da internet em: <http://jdi.econ.queensu.ca/Files/Conferences/PSEconferencepapers/Finnieconferencepaper.pdf>

Johnstone, D.B. (1986). *Sharing the Costs of Higher Education. Student Financial Assistance in the United Kingdom, The Federal Republic of Germany, France, Sweden and the United State*. New York: College Board Publications.

Johnstone, D. B. (2004). "Cost-sharing and equity in higher education: Implications of income contingent loans", in P.N. Teixeira, B. Jongbloed, D. Dill, e A. Amaral (Eds.), *Markets in Higher Education*, Dordrecht, The Netherlands: Kluwer Academic Publishers, pp. 37-60.

Johnstone, D.B. (2005). Higher Educational Accessibility and Financial viability: The Role of Student loans, World Report on Higher Education: The Financing of Universities II International Barcelona Conference on Higher Education, Global University Network for Innovation (GUNI), Barcelona, Espanha, 24-25 de Maio e 28-30 de Novembro.

Johnstone, D.B. (2007). "Financing higher education in the United Kingdom: Policy options from an international perspective", *Seminar Series on Mass Higher Education in UK and International Contexts, Seminar Two – Funding of Higher Education*, Langbank Scotland, 7-8 de Fevereiro, Centre for Research in Lifelong Learning, at Glasgow Caledonian University in conjunction with The University of Edinburgh, The University of Sheffield, and Kingston University London.

Johnstone, D. Bruce. (2010) "The Funding of Universities in the Twenty-First Century" in Altbach, Phillip (Ed.) *Leadership for World-Class Universities: Challenges for Developing Countries*. New York and London: Routledge.

Johnstone, D.B. e Marcucci, P.N. (2007). *Worldwide Trends in Higher Education Finance: Cost-Sharing, Student Loans, and the Support of Academic Research*, Preparado como parte do UNESCO's Higher Education Commissioned Paper Series. Paris, France: UNESCO.

Johnstone, D.B. and Marcucci, P. (2010). *Financing higher education worldwide: Who pays? who should pay?* Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press.

Langa, P.V. (2013) Higher Education in Portuguese Speaking African Countries – A Five Country Baseline Study. African Minds, South Africa.

Teferra, D.& Altbach, Philip G. (2004). African higher education: Challenges for the 21st century. *Higher Education* 47: 21–50.

Teferra, D. and Altbach, P.G. (eds.) (2003). *African Higher Education: An International Reference Handbook*. Bloomington: Indiana University Press.

UNESCO (2011). *Financing Education in Sub-Saharan Africa: Meeting the challenges of Expansion, Equity and Quantity*. UNESCO Institute for Statistics. Montreal, Quebec, Canada.

Usher, A. (2005a). *Much Ado About a Very Small Idea: Straight Talk About Income-Contingent Loans*, Toronto: Educational Policy Institute, Canadian Higher Education Report Series, Janeiro.

Usher, A. (2005b). *Global Debt Patterns. An International Comparison of Student Loan Burdens and Repayment Conditions*. Toronto: Educational Policy Institute. Canadian Higher Education Report Series, Setembro.

Usher, A. e Steel, K. (2006). *Beyond the 49th Parallel II, the Affordability of University Education*. Toronto: EPI – Educational Policy Institute.

Vossensteyn, H. (2002). "Shared interests, shared costs: Student contributions in Dutch higher education", *Journal of Higher Education Policy and Management*, 24(2), 145-154.

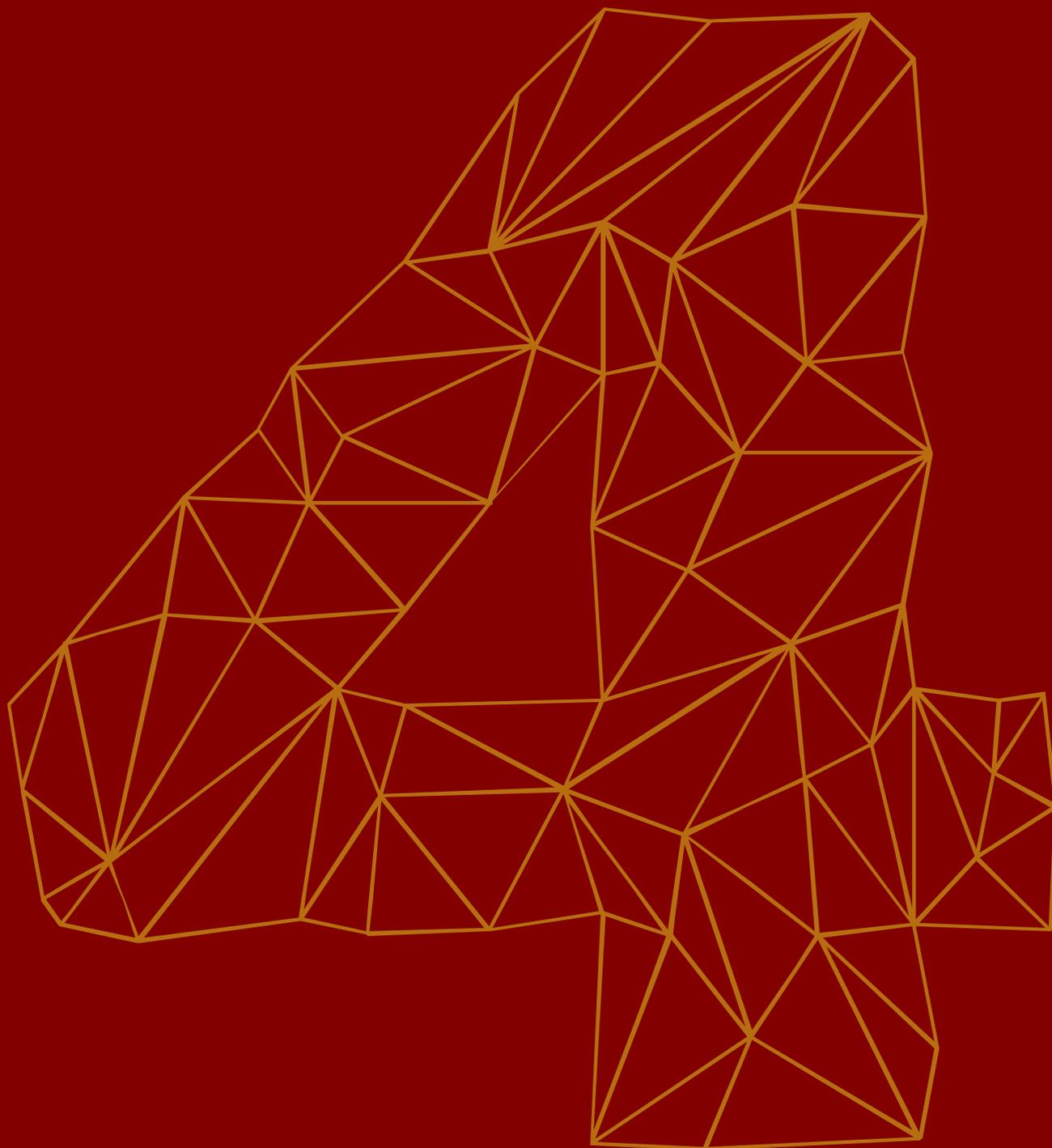
Vossensteyn, H. (2005). *Student Grants and Access in Higher Education. A seven-country study*, Enschede: CHEPS, Center for Higher Education Policy Studies, Agosto.

Woodhall, M. (2003). "Financing higher education: Old challenges and new messages", *JHEA/RESA*, 1(1), pp. 78-100, Boston College & Council for the Development of Social Science Research in Africa.

Woodhall, M. (2004). *Cost-Benefit Analysis in Educational Planning, 4th Edition*. Paris: UNESCO-IIEP.

Woodhall, M. (2005). "Financing higher education: The role of tuition fees and student support", *Higher Education in the World 2006, The Financing of Universities*, GUNI, pp. 122-129.

**ESTUDO SOBRE OS CUSTOS
E O FINANCIAMENTO
DO ENSINO SUPERIOR
EM ANGOLA**



**BREVE RESENHA DA EVOLUÇÃO
DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR
A NÍVEL INTERNACIONAL, COM ESPECIAL ENFOQUE
NAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO**

4.1 CONTEXTO INTERNACIONAL E AFRICANO: EVOLUÇÃO RECENTE DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR EM TERMOS DE FREQUÊNCIA E RECURSOS ALOCADOS

Nas últimas décadas, o Ensino Superior tem conhecido uma expansão assinalável, quer qualitativa, quer principalmente quantitativa. Dados da UNESCO mostram que a nível mundial o número de estudantes no Ensino Superior cresceu de 65 milhões em 1991 para 79 milhões em 2000 e próximo de 150 milhões em 2010. Prevê-se que se possa vir a atingir em 2030 algo como 414 milhões de estudantes inscritos no Ensino Superior (Altbach P.G, Hazelkorn E., 2017).

As últimas décadas têm sido de grandes mudanças, com os sistemas de Ensino Superior a ganharem uma crescente centralidade, tornando-se peças importantes na afirmação das estratégias nacionais no mercado global. A globalização económica aumentou a competição internacional e a necessidade de investir nas novas tecnologias, tendo o Ensino Superior um papel crucial nesse âmbito.

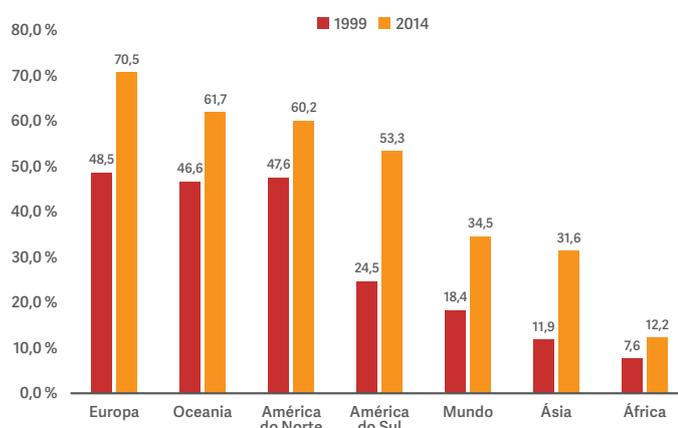
De acordo com a OCDE (2008, *Higher Education For Sustainable Development. Final Report of International Action Research Project*), os contributos do Ensino Superior para a Economia vão desde a formação de capital humano (ensino), a construção de bases de conhecimento (investigação e desenvolvimento), a disseminação e uso do conhecimento (interacção com utilizadores de conhecimento), até à manutenção do conhecimento (acumulação e transmissão inter-geracional).

A tendência de expansão quantitativa da frequência do Ensino Superior justifica-se por vários factores, com diferentes contornos e justificações consoante os países: o aumento demográfico; o crescimento económico; a introdução de novas tecnologias e a extensão de uma "sociedade do Conhecimento"; a subida na frequência do ensino obrigatório e médio; a consciência de uma necessária educação ao longo da vida.

Assistiu-se a uma massificação do Ensino Superior nos países industrializados, mas também a um aumento significativo nos países em desenvolvimento e nos países emergentes. Se observarmos o nível de escolarização atingido nos diversos continentes e regiões, verificamos um crescimento muito acentuado em todos eles, com a taxa bruta de escolarização do Ensino Superior no conjunto do Mundo a subir de 18,4% em 1999 para 34,5% em 2014. Todavia, o ritmo do crescimento mais expressivo ocorre na Europa (de 48,5% para 70,5%) e na América do Sul (de 24,5% para 53,3%).



Gráfico 3 – Evolução da Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Superior por Região entre 1999 e 2014 (em %)



Fonte: Elaborado a partir de UNESCO, *Institute for Statistics*. Consultado em 5 Dezembro de 2017.

Focando-nos, agora, especificamente no espaço do Ensino Superior dos Países de Língua Portuguesa, podemos também evidenciar que há uma diversidade de situações, ainda que se possa assinalar em todos os países uma tendência positiva de crescimento. Destacam-se os seguintes aspectos:

- ♦ **Vemos que Portugal e Brasil evidenciam as taxas mais elevadas, tendo passado de 45% e 16% em 1999 para 66% e 49,3% em 2014;**
- ♦ **O caso de Cabo Verde é deveras relevante, com um assinalável crescimento, dado que apenas possuía 1,9% no início do período e consegue subir em 2015 para uma taxa de 22%;**
- ♦ **São Tomé e Príncipe e Timor-Leste denotam também um crescimento considerável, conseguindo atingir os 13,4% e 18%;**
- ♦ **Angola e Moçambique têm uma evolução bem mais modesta, tendo partido de quase uma inexpressiva frequência do Ensino Superior em 1999 (0,5% e 0,6%) para valores de 9,9% e 6% em 2013/14, respectivamente.**

Veja-se o quadro seguinte:

Quadro 14 – Evolução da Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Superior nos Países de Língua Portuguesa entre 1999 e 2015 (em %)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Angola	0,5	0,8	3,0	2,2	2,7	2,7	6,9	..	9,9
Brasil	16,1	..	18,2	20,7	23,2	24,5	26	..	30,8	35,6	37,0	..	43,5	45,2	46,4	49,3	..
Cabo Verde	1,9	2,0	1,7	4,1	4,7	6,1	7,5	8,3	9,3	11,5	14,5	17,3	20,1	20,1	22,3	23,0	21,7
Guiné-Bissau	2,2	2,5
Moçambique	0,6	0,7	0,9	1,1	1,4	3,5	3,8	4,5	4,8	5,1	5,0	6,0	..
Portugal	45,1	48,1	50,8	53,1	55,0	55,7	55,5	55,4	57,8	61,7	62,7	65,7	68,5	68,6	66,2	65,6	..
São Tomé e Príncipe	3,9	4,3	..	8,3	..	9,8	13,4
Timor-Leste	8,9	16,6	18,1

Fonte: Elaborado a partir de UNESCO, *Institute for Statistics*. Consultado em 29 Dezembro de 2016.

A expansão do sistema de Ensino Superior não se deu de forma análoga em todas as regiões do globo, em particular no que diz respeito à distribuição da rede entre ensino público e privado. Por exemplo, na Europa, a expansão do Ensino Superior deu-se com o contributo das instituições públicas, com o ensino público a ser largamente maioritário, com perto de 70% dos alunos inscritos no sistema de Ensino Superior, ao passo que na América Latina o modelo assentou sobretudo no subsistema privado, com os casos extremos do Brasil e Chile, que em 2006 representava 72 e 74%, respetivamente.



No que toca à experiência dos países africanos, tendo em conta os dados disponíveis no Instituto de Estatística da UNESCO, podemos constatar que há também situações algo diversas, mas com um grupo significativo de países com valores intermédios ou baixos em relação ao peso do Ensino Superior privado:

- ♦ **Grupo de países com o ensino privado elevado (>50 %)** – há um grupo pequeno de países em que o peso das instituições privadas no sistema de ensino superior é muito expressivo no qual se incluem a Namíbia (88,3%), o Burundi (60,9%), Cabo Verde (58,6%) e Angola (57,7%);
- ♦ **Grupo de países com valores intermédios** – Benim (22%), Burkina Faso (21,2%), República Centro Africana (23,8%), Guiné (35%), Libéria (38,8%), Moçambique (33,3%), Níger (24,7%), São Tomé e Príncipe (42,9%), (Sudão (23%) e Uganda (46,7%);
- ♦ **Grupo de países em que o peso do ensino privado é pouco significativo (< 20 %)** – como são os casos dos Camarões (14,9%), Etiópia (18,5%), Gana (17,5%), Quênia (13,2%), Mauritânia (4,2%), Marrocos (7,0%), Nigéria (6,4%) e África do Sul (4,8%).

Quadro 15 – Peso do Número dos Estudantes Inscritos no Ensino Privado no Total do Ensino Superior (%)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Angola	32,4	33,2	34,5	33,2	33,9	44,2	..	57,7
Benin	16,3	20,4	25,8	24,8	24,2	22,7	21,6	22,0
Burkina Faso	16,6	14,7	16,5	17,2	17,8	18,9	22,0	21,5	21,2
Burundi	32,9	..	31,7	53,0	57,7	59,0	58,4	60,9
Camarões	9,52	9,8	7,8	8,5	8,9	8,6	8,5	..	12,4	13,6	13,3	13,9	14,9
Cabo Verde	52,6	53,4	52,1	..	54,9	56,0	61,1	60,1	61,3	62,4	60,7	57,1	58,6	..
República Centro Africana	19,5	8,5	..	23,8
Chade	..	8,6	31,8	31,8	28,2	28,0
Congo	0,4	0,4	3,8	8,4	8,4	30,2	..	35,4	32,9	35,6
Costa do Marfim	27,1	36,3	34,2	..	37,8	77,0	..	48,5	44,4	49,3	..
República Democrática do Congo	28,2
Etiópia	..	12,4	17,4	18,7	23,9	22,7	18,5
Gana	16,6	11,3	..	11,3	20,3	17,4	18,8	17,5	..
Guiné	5,6	7,5	9,7	21,1	22,9	25,3	26,9	35,1
Quênia	30,7	13,5	13,2
Libéria	38,8	..	38,8
Madagascar	7,7	7,6	7,8	14,0	18,4	22,2	22,9	24,7	24,4
Mauritania	4,2
Marrocos	3,4	4,3	4,8	5,8	6,7	7,8	8,3	9,0	10,4	11,0	12,2	10,9	9,7	8,8	8,8	8,0	7,0	..
Moçambique	32,1	33,3	22,3	24,1	28,7	29,5	34,1	24,3	33,3
Namibia	100,0	100,0	82,5	..	88,3
Niger	24,6	31,8	20,4	29,1	33,2	29,0	25,0	25,0	24,7
Nigéria	5,9	6,4
Ruanda	31,9	..	40,1	42,7	53,8	64,2	49,7	48,6	55,1	56,2
São Tomé e Príncipe	31,9	..	39,3	42,9	..
Somália
África do Sul	5,2	5,0	4,8
Sudão	23,0
Tunísia	0,7	..	1,0	1,2	1,7	2,4	3,4	6,5	7,8	9,4	..
Uganda	9,6	10,1	40,1	40,1	..	46,7

Fonte: Elaborado a partir de UNESCO, *Institute for Statistics*. Consultado em 29 Dezembro de 2016.

O crescimento do sistema de Ensino Superior implica um aumento progressivo dos recursos e da riqueza de um país a ser investido neste subsistema. Assim, pode-se usar como indicador de referência para aquilatar do nível de prioridade dado ao Ensino Superior, o peso da Despesa Pública efectuada no Ensino Superior como percentagem do PIB de cada país. Neste contexto, considerou-se de novo o grupo de países de língua portuguesa e, ainda, um conjunto de outros países de diferentes continentes e modelos de desenvolvimento, no período de 1999 a 2014, observe-se o quadro 16:

- ◆ **Constatamos que a tendência é para os países apresentarem valores de Despesa Governamental no Ensino Superior acima de 1% do PIB, quer sejam da Europa (em 2013 – França 1,24%; Alemanha 1,31%; Dinamarca 2,32%), quer de outros continentes (em 2013 – Estados Unidos da América 1,35%; Argentina 1,08%; Austrália 1,37%; Canadá 1,33%; Índia 1,10%);**

- ♦ Por sua vez, no grupo de países de língua portuguesa, a maioria dos países apresenta dados mais modestos e irregulares ao longo dos anos em análise. O Brasil em 2013 atingia 1,09% e Portugal em 2011 1,01%, descendo depois para 0,90%. Moçambique em 2013 mostra um valor de 0,89%. Para Angola apenas temos os anos de 2005 e 2006 e são muito baixos, mesmo no contexto deste grupo de países, com apenas 0,25%. Veja-se o quadro 16.

**Quadro 16 – Despesa Pública/Governamental no Ensino Superior
como Percentagem do PIB (%) – Comparação dos Países de Língua Portuguesa e um grupo de Outros Países**

	1999	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Angola	..	0,23	0,25
Brasil	0,80	0,85	0,81	0,80	0,84	0,87	0,93	0,96	0,95	1,09	..
Cabo Verde	..	0,59	0,73	..	0,62	0,74	..	0,84	..	0,80	..
Guiné Bissau	0,09	0,12	0,12	0,08	..
Moçambique	0,70	..	0,52	0,74	0,89	..
Portugal	0,94	0,92	0,93	1,12	0,91	1,03	1,09	1,01	..	0,90	..
São Tomé e Príncipe	0,97	0,49	0,37
Timor-Leste	0,93	1,09	1,85	0,91	0,24	0,33

	1999	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Argentina	0,78	0,56	0,65	0,69	0,77	0,92	0,91	0,97	1,02	1,08	1,113
Austrália	..	1,09	1,04	1,05	1,04	1,113	1,24	1,18	1,16	1,37	..
Canadá	1,76	1,60	1,75	1,90	1,88	1,73	1,33	..
China	0,45
Cuba	1,08	2,33	2,07	2,98
Dinamarca	2,30	2,32	2,19	2,22	2,12	2,35	2,36	2,39	2,19	2,32	..
França	0,99	1,16	1,17	1,19	1,21	1,31	1,29	1,26	1,24	1,24	..
Alemanha	1,08	1,10	1,18	1,29	1,33	1,35	1,32	1,31	..
Índia	0,76	0,61	0,63	1,17	1,20	1,29	1,24	1,10	..
México	0,76	0,86	0,82	0,87	0,92	1,04	1,02	0,93	1,01	1,05	..
Federação Russa	..	0,79	0,85	..	0,95	0,82
Estados Unidos da América	1,27	1,31	1,42	1,24	1,24	1,19	1,39	1,36	1,48	1,35	..

Fonte: Elaborado a partir de UNESCO, *Institute for Statistics*.
Consultado em 29 Dezembro de 2016.

4.2 ESTUDO COMPARATIVO: ÁFRICA DO SUL, CABO VERDE, GANA, QUÊNIA, NIGÉRIA E MOÇAMBIQUE

Apresentam-se de seguida alguns dados retirados do Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (2015) sobre um conjunto de países no continente africano (África do Sul, Cabo Verde, Gana, Quênia, Nigéria e Moçambique), com o objetivo de se poder ter uma visão comparativa com a situação de Angola.

São múltiplas as razões que justificam um enquadramento comparativo numa investigação. No caso presente, a compreensão da forma como o ensino superior angolano tem evoluído – suas dificuldades e potencialidades – ganha bastante na sua comparação com o desenvolvimento do ensino superior noutros

países que apresentam em comum dimensões como a geográfica, a política/independentista e mesmo linguística, que caminharam percursos diferentes de que resultaram situações que podem ser percebidas como de sucesso. Naturalmente, de entre a multiplicidade de países passíveis de “olhar”, há sempre que fazer escolhas assentes em critérios cuja selecção depende do investigador mas que devem caracterizar-se pela sua racionalidade intrínseca. Nesse sentido, decidiu-se descrever e perceber o contexto do desenvolvimento do ensino superior de 5 países do Continente Africano tendo sido tomadas em consideração:

- ♦ **Boas práticas e bons desempenhos do sistema nas últimas décadas, sendo de destacar Cabo Verde e África do Sul;**
- ♦ **Diferentes pesos do ES privado no total do ES (elevado – Cabo Verde e Angola); (médio – Moçambique) e (fraco – África do Sul, Gana, Kenia e Nigéria);**
- ♦ **Diversidade das taxas de alfabetização e de escolarização secundária e superior;**
- ♦ **Diferenças na formação dos professores do ES;**
- ♦ **Diferentes contributos do Estado para o ES em % do PIB.**

Pretende-se com o presente capítulo dar a conhecer outras realidades de financiamento do ES que possam apoiar a reflexões políticas em Angola.

Assim, no que toca à **taxa de alfabetização**, verificamos que neste grupo de países a África de Sul e Cabo Verde registam os valores mais elevados, em termos gerais, os valores são mais elevados para a população mais jovem. Apesar de não existirem dados sobre a qualificação da população para todos os países em comparação, estamos perante situações bem diversas no que concerne ao **indicador da “população com algum ensino secundário”**: a África de Sul (74,3%) e o Gana (54,3%) a possuírem valores expressivos; Quénia com uma situação intermédia (28,6%); e Moçambique com um valor ainda muito baixo (3,6%).

Quadro 17 – Índice de Desenvolvimento Humano 2015 – Dados sobre Educação / Taxa de Alfabetização e Nível de Qualificação da População

HDI Rank	País	Taxa de Literacia/Alfabetização			
		Adultos	Jovens (% Idades 15-24)		População com algum Ensino Secundário
		(% idade de 15 anos e mais)	Mulher	Homem	(% idade de 25 anos e mais)
		2005-1013	2005-1013	2005-1013	2005-1013
116	África do Sul	93,7	99,3	98,5	74,3
122	Cabo Verde	85,3	98,4	97,9	..
140	Gana	71,5	83,2	88,3	54,3
145	Quénia	72,2	81,6	83,2	28,6
149	Angola	70,6	66,4	79,8	..
152	Nigéria	51,1	58,0	75,6	..
180	Moçambique	50,6	56,5	79,8	3,6

Fonte: Elaborado a partir de UNDP. *Human Development Report* (2015). Table 10.

Por sua vez, se analisarmos as **taxas brutas de escolarização** destes países nos 4 subsistemas de ensino, em particular ao nível do ensino secundário e terciário, vemos que há de novo diferenças assinaláveis entre estes países. Novamente a África do Sul (Secundário 111%; Superior 20%) e Cabo Verde (Secundário 93%; Superior 23%) destacam-se, apresentando valores elevados, sobretudo no contexto africano. No lado oposto, Moçambique regista a taxa bruta de escolarização mais baixa no ensino secundário (26%), seguido de Angola (32%), o que são ainda valores modestos. Em relação à taxa de escolarização do superior vemos que o Quénia (4%), Moçambique (5%) e Angola (7%) evidenciam as taxas mais baixas. Veja-se o quadro 18.

Quadro 18 – Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Pré-Primário, Primário, Secundário e Terciário (%)

HDI Rank	País	Taxa Bruta de Escolarização							
		Pré-Primário		Primário		Secundário		Terciário/Superior	
		(% de crianças na idade de Pré-Escola)		(% da População em idade escolar Primária)		(% da População em idade escolar Secundária)		(% da População em idade escolar Superior)	
		2008 – 2014	d	2008 – 2014	d	2008 – 2014	d	2008 – 2014	d
116	África do Sul	76		101		111		20	
122	Cabo Verde	76		112		93		23	
140	Gana	117		107		67		12	
145	Quênia	60		114		67		4	
149	Angola	87		140		32		7	
152	Nigéria	13		85		44		10	i
180	Moçambique	..		105		26		5	

Fonte: Elaborado a partir de UNDP. *Human Development Report* (2015). Table 10.

Notas: d – O valor mais recente dentro do período assinalado; i – Dados de 2005.

Se observarmos alguns dos indicadores de qualidade utilizados na construção do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como sejam a “Taxa de Abandono Escolar”, “Professores em Escolas Primárias com Formação”, “Ratio Aluno /Professor” e “Despesa Pública em Educação”, podemos evidenciar alguns fenómenos (ver quadro 19):

- ♦ Existem taxas elevadíssimas de abandono escolar em Angola (68,1%) e Moçambique (68,4%), valores intermédios na África do Sul, Gana, Quênia e Nigéria e valores já bastante baixos em Cabo Verde (8,6%);
- ♦ Há um grupo de países em que o peso dos professores com preparação para ensinar no primário é elevado (Quênia, Cabo Verde, África do Sul, Moçambique) e um outro grupo em que há ainda um valor baixo de docentes com preparação adequada, destacando-se o caso de Angola, onde apenas 47% dos professores tiveram formação;
- ♦ No indicador do montante da despesa pública em Educação como percentagem do PIB, Angola evidencia para este período de 2005 – 2014, o valor mais modesto (3,5%).

Quadro 19 – Indicadores de Qualidade

HDI Rank	País	Taxa de abandono escolar no Primário		Professores de Escolas Primárias formados para ensinar		Ratio Aluno/Professor Primário		Despesa Pública em Educação	
		(% da corte da Escola Primária)		(%)		(Número de alunos por Professor)		(% do PIB)	
		2008 – 2014	d	2008 – 2014	d	2008 – 2014	d	2005 – 2014	d
116	África do Sul	23,0	j	87		29		6,2	
122	Cabo Verde	8,6		96		23		5,0	
140	Gana	16,3		53		30		8,1	
145	Quênia	22,4	k	97		57		6,6	
149	Angola	68,1		47		43		3,5	
152	Nigéria	20,7		66		38		..	
180	Moçambique	68,4		87		55		5,0	

Fonte: Elaborado a partir de UNDP. *Human Development Report* (2015). Table 10.

Notas: d – O valor mais recente dentro do período assinalado; j – Dados de 2003; k – Dados de 2004.

Em termos de frequência do ensino superior, apresenta-se a **evolução do número de estudantes inscritos** deste grupo de países, entre 1999 a 2015, assinalando um crescimento acentuado.

Quadro 20 – Estudantes inscritos no Ensino Superior de ambos os sexos

	1999	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
África do Sul	1.005.721
Angola	7.845	48.184	48.694	142.798	..	218.679
Cabo Verde	706	3.910	4.567	5.289	6.658	8.465	10.144	11.769	11.800	13.068	13.397	12.538
Gana	..	119.559	110.184	140.017	190.273	203.376	..	285.862	295.344	354.818	402.142	417.534
Quênia	..	113.532	167.983
Moçambique	10.322	28.298	75.457	84.074	103.850	113.464	123.779	128.073	157.431	..
Nigéria	699.109	1.391.527	1.394.585	1.513.371

Fonte: Elaborado a partir de UNESCO, *Institute for Statistics*.
Consultado em 29 Dezembro de 2016.

Passaremos agora a descrever de uma forma mais circunstanciada a evolução do sistema de Ensino Superior no grupo de países africanos seleccionados – África do Sul, Cabo Verde, Gana, Quênia, Nigéria e Moçambique – procurando ter um contexto comparativo que possa enquadrar a evolução do Ensino Superior angolano.

4.2.1 ÁFRICA DO SUL

4.2.1.1 O PAÍS

A África do Sul situa-se entre os oceanos Atlântico e Índico. É limitado pela Namíbia, Botsuana e Zimbábue ao norte; Moçambique e Suazilândia a leste e com o Lesoto. Joanesburgo é a maior cidade da África do Sul, sendo o principal núcleo urbano, industrial, comercial e cultural do país. Em julho de 2016, a população residente na África do Sul era estimada em cerca de 54.300.704 habitantes.

O país é conhecido pela sua biodiversidade e pela grande variedade de culturas, idiomas e crenças religiosas. De acordo com Brand South África (2012)¹, a constituição reconhece 11 línguas oficiais e politicamente é uma democracia constitucional, na forma de uma república parlamentar.



¹Brand South África (2012). *South Africa Fast Facts*. [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.brandsouthafrica.com/south-africa-fast-facts/facts#languages.

²CIA World Factbook (2016). *SOUTH AFRICA*. [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sf.html.

Apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) (base PPC), estimado em 2015, num total de USD 723,5 bilhões e o *per capita* foi de USD 13,200 (World Factbook, 2016)². Em 2014 a estrutura da economia sul-africana baseava-se nos serviços, os quais representavam mais de metade do PIB (66%). No entanto, as principais exportações do país incluem o ouro, diamantes, platina, outros metais e minerais, máquinas e equipamentos.

Em 2011, a África do Sul tem vindo a ser incluída no grupo de países emergentes com economias promissoras, os BRICS.

4.2.1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR

Uma vez que o financiamento ocorre normalmente dentro de um quadro estrutural e estratégico, é importante fornecer algumas informações sobre a estrutura pré – 1994 do Ensino Superior e as aspirações pós – 1994. Na década de 1980, como parte integrante da política de Estado, o governo do apartheid dividiu a África do Sul em cinco repúblicas étnicas/raciais: Transkei, Bophuthatswana, Venda, Ciskei (coletivamente chamadas repúblicas TBVC) e a República da África do Sul (RSA)³.

Cada república possuía e administrava as suas instituições de Ensino Superior. Na República da África do Sul racialmente diversa, a gestão das instituições de Ensino Superior para as várias raças era feita de acordo com a legislatura tricameral existente na época. No entanto, como não havia legislatura na República da África do Sul para negros, as instituições negras eram geridas pelo Departamento de Educação e Treinamento da RSA. Assim, o cenário do Ensino Superior na África do Sul era um sistema fragmentado operado por oito autoridades diferentes (as quatro repúblicas TBVC, as três legislaturas raciais da RSA e o Departamento de Educação da RSA). Face ao exposto, a Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA) chama a atenção para a “distorções e desigualdades grosseiras”, no que dizia respeito à distribuição desigual de recursos às instituições historicamente negras e historicamente brancas (ADEA, 2000)⁴.

De acordo com Van Harte & Ngolovoi & Marcucci (2006:1)⁵, o triunfo do Congresso Nacional Africano (ANC) sobre o apartheid em 1994 resultou na transformação radical das instituições sociais, políticas, económicas, culturais e educacionais da África do Sul.

Segundo o Ministério da Educação da África do Sul (2001:4)⁶, o ponto central da visão de transformação foi o estabelecimento de um único sistema nacional que atendesse às necessidades individuais dos cidadãos e às necessidades de reconstrução e desenvolvimento do país. O mesmo foi apresentado no *Livro Branco sobre Educação 3: Um Programa para a Transformação do Ensino Superior* (1997).

4.2.1.3 TENDÊNCIAS DA EXPANSÃO, DIVERSIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

De acordo com os dados recentes do sítio das Universidades da África do Sul (2015)⁷, o sistema de Ensino Superior na África do Sul é composto por 26 instituições de ensino. Sob esta nova estrutura, existem 11 universidades tradicionais, que oferecem graus orientados para estudos mais teóricos; 9 universidades tecnológicas que, oferecem graus orientados para a prática e profissionalizantes e 6 universidades abrangentes, que oferecem uma combinação dos dois tipos de qualificação (Quadro 21).

²Antia, Basse (2015). *Funding Higher Education and Research in South Africa*. In Association of African Universities, *Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa*. [documento eletrónico], p. 94. Consultado em [dezembro, 2016] em www.adeanet.org/en/system/files/resources/aaufunding-book.pdf.

³ADEA (2000). *The Transformation of Higher Education in South Africa*. Newsletter 11 (1). [documento eletrónico], s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.adeanet.org/adea/newsletter/Vol11No1/en_8.html.

⁴Van Hart, Meagan & Ngolovoi, Mary & Marcucci, Pamela (2006). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in South Africa*. [documento eletrónico], p. 1. Consultado em [dezembro, 2016] em gse.buffalo.edu/org/inhigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/South_Africa.pdf.

⁵Ministry of Education (2001). *Draft National Plan for Higher Education in South Africa*. [documento eletrónico], p. 4. Consultado em [dezembro, 2016] em www.dhet.gov.za/HED%20Policies/National%20Plan%20on%20Higher%20Education.pdf.

⁷Universities South Africa (2015). *Universities*. [documento eletrónico] s/p. [Consultado em dezembro, 2016] em www.usaf.ac.za/public-universities-in-south-africa/.

Quadro 21 – Instituições do Ensino Superior na África do Sul

Tipo de Instituição	Oferta Formativa	Nº
Universidades Tradicionais	Graus orientados para a teoria	11
Universidades Tecnológicas	Diplomas e graus orientados para a prática e para a técnica	9
Universidades Abrangentes	Combinação dos dois tipos de qualificação	6

Fonte: *Here are South Africa's 26 universities.*⁸

No que diz respeito ao número de matrículas dos estudantes na África do Sul, existe uma predominância do Ensino Superior público. Porém, o Ensino Superior no setor privado tem crescido de forma célere no que toca ao número de instituições. As instituições em causa foram criadas em parceria com instituições públicas. Em 2004, cerca de 85.000 alunos estavam matriculados em instituições privadas. Dos quais 46% frequentavam programas de Bacharelato e de Licenciatura, 48% frequentavam programas que concedem um diploma, mas não conferem grau académico e 4% frequentavam programas de Pós-Graduação e Mestrado (Quadro 22) (Human Sciences Research Council da África do Sul, 2006).

Quadro 22 – % de Alunos matriculados por grau de ensino superior na África do Sul em 2004

Oferta Formativa	%
Curso com Diploma, mas sem Grau Académico	48
Bacharelato e Licenciatura	46
Pós-Graduação e Mestrado	4

Fonte: *Human Sciences Research Council da África do Sul.*

Durante a era do *apartheid*, foram usados termos de classificação dos estudantes consoante a sua raça e cor. Esses termos continuaram a ser utilizados até à data. As cores referem-se a pessoas de ascendência mista, branca, africana e asiática. A expressão “Branco” refere-se aos descendentes dos colonos holandeses e britânicos, bem como outros europeus; “Africanos” refere-se a povos indígenas da África do Sul; “Coloridas” refere-se a pessoas de origem mista; “Índios” refere-se a descendentes de pessoas trazido para o país a partir do subcontinente indiano e “Negros” refere-se coletivamente aos africanos, aos índios e as pessoas de origem mista.

Desde 1997, houve um progresso significativo na consecução dos objetivos do “Livro Branco” de assegurar que a composição do corpo estudantil refletisse progressivamente as realidades de uma sociedade mais ampla, conforme Van Harte & Ngolovoi & Marcucci (2006:1)⁹. De acordo com os dados do Ministério da Educação da África do Sul (2001:31)¹⁰, as matrículas dos estudantes negros aumentaram de 249.000 (53%) em 1993 para 414.000 (71%) em 1999 (Quadro 23).

⁸Staff Writer (2015). *Here are South Africa's 26 universities*. [documento eletrónico] s/p. [Consultado em dezembro, 2016] em businesstech.co.za/news/general/101412/here-are-south-africas-26-universities/

⁹Van Hart, Meagan & Ngolovoi, Mary & Marcucci, Pamela (2006). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in South Africa*. [documento eletrónico], p. 1. Consultado em [dezembro, 2016] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/South_Africa.pdf

¹⁰Ministry of Education (2001). *Draft National Plan for Higher Education in South Africa*. [documento eletrónico], p. 31. Consultado em [dezembro, 2016] em www.dhet.gov.za/HED%20Policies/National%20Plan%20on%20Higher%20Education.pdf

Quadro 23 – Evolução do nº de estudantes negros matriculados no ensino superior

Ano	Nº	%
1993	249.000	53
1999	414.000	71

Fonte: Ministério da Educação, 2001.

Em 2004, 61% de todos os estudantes do sistema público de ensino superior eram africanos; 25% eram brancos; 7% eram indianos e 6% eram coloridos (Quadro 24). O aumento de estudantes africanos ao longo dos anos no ensino superior sul-africano tem sido resultado da crescente procura, bem como de uma resposta à pressão política. Para além disso, a participação de estudantes do sexo feminino também aumentou de forma constante ao longo dos anos, de 42% em 1990 para 53% em 2000, conforme Cloete¹¹ *et al.*, [2004:55 cit. in Van Harte & Ngolovoi & Marcucci (2006:2)].

Quadro 24 – Origem dos estudantes matriculados no ensino superior público, em 2004

Origem dos Estudantes	%
Africanos	61%
Branco	25%
Indianos	7%
Coloridos	6%

Fonte: Departamento de Educação, 2005.

De acordo com o Ministério da Educação da África do Sul (2005), o crescimento do número das matrículas tem sido impressionante. Porém, a participação global no ensino superior continua a ser caracterizada por grandes desigualdades. Um exemplo disso é a taxa de participação dos estudantes africanos. Embora, tenha aumentado de 9% (1993) para 12% (1999), ela permanecia abaixo da média dos estudantes brancos (47%) e indianos (39%), de acordo com os dados do Ministério da Educação da África do Sul (2001:32)¹².

4.2.1.4 ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Segundo Antia (2015:95)¹³, em 1994, com o fim do apartheid e o início de um governo democrático procedeu-se a revisão do financiamento do Ensino Superior. Entre 1996 e 2001 houve uma série de iniciativas da parte do governo para analisar as dificuldades na estrutura do Ensino Superior herdadas do sistema do *apartheid* com o objetivo de encontrar soluções que fossem de fácil implementação.

Em 1996, um relatório da Comissão Nacional de Ensino Superior apresentou um quadro para a transformação do Ensino Superior, conforme Antia (2015:95). Algumas das iniciativas políticas que constavam no relatório do *National Commission on Higher Education* (1996),¹⁴ incluíam: a criação de um sistema de Ensino Superior único e coordenado a nível nacional; a correção das desigualdades (ou disparidades na era do *apartheid* nas oportunidades de acesso, participação e sucesso ao nível dos indivíduos da raça negra ou do sexo

¹¹Cloete, Nico & Pillay, Pundy & Badat, Saleem & Moja, Teboho. (2004). *National Policy and Regional Response in South African Higher Education*. [documento eletrónico], p. 55. Consultado em [dezembro, 2016] em www.foundation-partnership.org/pubs/southafrica/south_africa_2004.pdf.

¹²Ministry of Education (2001). *Draft National Plan for Higher Education in South Africa*. [documento eletrónico], p. 32. Consultado em [dezembro, 2016] em www.dhet.gov.za/HED%20Policies/National%20Plan%20on%20Higher%20Education.pdf.

¹³Antia, Bassey (2015). *Funding Higher Education and Research in South Africa*. In *Association of African Universities, Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa*. [documento eletrónico], p. 95. Consultado em [dezembro, 2016] em www.africanet.org/en/system/files/resources/aaufundingbook.pdf.

¹⁴Department of Education (1996). *National Commission on Higher Education Report: A Framework for Transformation*. [documento eletrónico]. Consultado em [dezembro, 2016] em www.che.ac.za/media_and_publications/other-stakeholder-s-publications/nche-report-framework-transformation-1996.

feminino); a reestruturação do panorama do Ensino Superior; o alinhamento das ofertas de Ensino Superior com as necessidades da sociedade, ou uma maior capacidade de resposta do setor; o desenvolvimento da capacidade humana; o reforço das capacidades do ensino e da investigação; a Garantia da Qualidade; a Informação e a administração orientada por estratégias; os mecanismos de financiamento que evitem as fraquezas das políticas de financiamento vigentes na época, ao mesmo tempo que são sustentados por noções de acessibilidade, sustentabilidade e custos compartilhados.

Face ao exposto, esperava-se que houvesse uma intervenção mais direta por parte do Estado no que diz respeito ao financiamento do ensino superior com o intuito de impulsionar as novas iniciativas políticas que constavam no relatório do *National Commission on Higher Education*.

4.2.1.5 FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

Segundo Van Harte & Ngolovoi & Pamela (2006), na África do Sul, o financiamento do Ensino Superior dependia do governo e das suas agências designadas, nomeadamente, o Plano Nacional de Apoio Financeiro aos Estudantes e o Fundo de Educação Terciária para a África do Sul. O setor privado desempenhava também um papel significativo, embora limitado, no financiamento do Ensino Superior. O orçamento nacional, para as universidades, era dividido em duas grandes categorias de subsídios: subvenções globais (cerca de 70%) e subvenções específicas (cerca de 30%). O primeiro era para os custos operacionais institucionais (determinados por indicadores) e o segundo para orientar e melhorar o acesso ao Ensino Superior. Em média, estes blocos de subsídios representam 50% dos fundos públicos disponíveis para o sistema num quadro orçamental. O sistema obtinha também uma parte dos recursos de fontes privadas (aproximadamente 25%) e das propinas (outro 25%), conforme Antia (2015:97)¹⁵.



¹⁵Antia, Bassey (2015). *Funding Higher Education and Research in South Africa*. In *Association of African Universities, Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa*. [documento eletrónico]. p. 97. Consultado em [dezembro, 2016] em www.adeanet.org/en/system/files/resources/aaufunding-book.pdf.

4.2.1.5.1 EMPRÉSTIMOS

Em 1996, o governo estabeleceu o Plano Nacional de Apoio Financeiro aos Estudantes para garantir que os estudantes com capacidade acadêmica e sem recursos financeiros pudessem frequentar o Ensino Superior. A maior parte do financiamento do Plano Nacional de Apoio Financeiro aos Estudantes procede do governo. Porém, outras fontes financiam o Plano Nacional de Apoio Financeiro aos Estudantes, nomeadamente a recuperação de empréstimos anteriormente concedidos; os recursos das próprias instituições de Ensino Superior; o setor privado sul-africano e mecenas estrangeiros.

Apesar dessas fontes de financiamento, a ajuda financeira era ainda inadequada para atender às necessidades dos estudantes das comunidades pobres. De acordo com Plano Nacional de Apoio Financeiro aos Estudantes, apenas 20% dos estudantes beneficiavam do regime. Para além disso, os empréstimos do Plano Nacional de Apoio Financeiro aos Estudantes não conseguiam cobrir a totalidade dos custos de modo a contemplar um maior número de alunos. De acordo com Van Harte & Ngolovoi & Marcucci (2006:3)¹⁶, o Plano Nacional de Apoio Financeiro aos Estudantes fornecia empréstimos dependentes do rendimento (*Income Contingent Loans*) e bolsas para estudantes do ensino superior. Estes empréstimos são administrados pelas próprias instituições e fazem parte do Pacote de Ajuda Financeira atribuído aos estudantes com base em vários critérios, nomeadamente, no que é conhecido como “nível de rendimento” de cada família, ou seja, a renda bruta anual da família; o tamanho da família; a distância entre a residência e a instituição e o número de irmãos no ensino superior.

Os empréstimos geralmente cobrem os custos de educação, mas em casos de extrema necessidade também podem cobrir os custos de vida e despesas de viagem. Os estudantes que não são elegíveis para obter empréstimos do Plano Nacional de Apoio Financeiro aos Estudantes podem obter empréstimos através do Primeiro Programa Nacional de Conversão de Empréstimos para Bolsas¹⁷.

Segundo os dados do *National Student Financial Aid Scheme* (NSFAS) (2006:6)¹⁸, em 2006, o empréstimo mínimo do Plano Nacional de Apoio Financeiro aos Estudantes era de R2,000 e o máximo foi de R32,500, com taxa de juros real de 5%. O Quadro seguinte mostra o número de empréstimos anuais concedidos entre os anos de 1991 e 2006.

Quadro 25 – Montantes de empréstimos concedidos pela NSFAS, 1991 – 2005 (Rand)

Ano	Montantes de Empréstimos
1991	21,504,736
1992	41,318,163
1993	55,176,673
1994	70,489,193
1995	154,321,366
1996	333,381,564
1997	350,997,798
1998	394,497,978
1999	441,174,468
2000	513,100,000
2001	635,091,084
2002	720,000,000
2003	783,000,000
2004	985,000,000
2005	1,216,462,033
2006	1,300,000,000

Fonte: NSFAS *Annual Report – 2006*.¹⁹

1 USD = a 13.98998 Rand(em Dez. de 2016, fonte: Infoneuro)

¹⁶Van Hart, Meagan & Ngolovoi, Mary & Marcucci, Pamela (2006). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in South Africa*. [documento eletrônico], p. 3. Consultado em [dezembro, 2016] em gse.buffalo.edu/org/inhigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/South_Africa.pdf.

¹⁷Ideia extraída de Meagan Van Hart & Mary Ngolovoi & Pamela Marcucci, no texto de Van Hart, Meagan & Ngolovoi, Mary & Marcucci, Pamela (2006). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in South Africa*. [documento eletrônico], p. 3. Consultado em [dezembro, 2016] em gse.buffalo.edu/org/inhigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/South_Africa.pdf.

Para além dos empréstimos do Plano Nacional de Apoio Financeiro aos Estudantes estão, também, disponíveis bolsas e empréstimos a partir de empresas privadas e bancos comerciais. Por exemplo, a maioria dos bancos na África do Sul oferece empréstimos estudantis a taxas de juros competitivas. Alguns bancos oferecem empréstimos a estudantes em qualquer ano de estudo, outros oferecem empréstimos a partir do segundo ano. Geralmente, os estudantes efetuam os pagamentos de juros somente para a duração dos estudos e iniciam o reembolso de capital após a formatura. Os Departamentos do Estado e as Legislativas Provinciais também proporcionam assistência financeira aos estudantes sob a forma de bolsas. Em alguns casos, estas bolsas podem ter de ser reembolsadas, mas na maioria dos casos a exigência é que os beneficiários trabalhem para o departamento ou província que concedeu a bolsa por um determinado período de tempo após a formatura.

4.2.1.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEA (2000). The Transformation of Higher Education in South Africa. *Newsletter* 11 (1). [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.adeanet.org/adea/newsletter/Vol11No1/en_8.html

Antia, Bassey (2015). Funding Higher Education and Research in South Africa. In Association of African Universities, *Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa*. [documento eletrónico]. pp. 94-95; 97. Consultado em [dezembro, 2016] em www.adeanet.org/en/system/files/resources/aaufundingbook.pdf.

Brand South África (2012). *South Africa Fast Facts*. [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.brandsouthafrica.com/south-africa-fast-facts/facts#languages.

CIA World Factbook (2016). *SOUTH AFRICA*. [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sf.html.

Cloete, Nico & Pillay, Pundy & Badat, Saleem & Moja, Teboho. (2004). *National Policy and Regional Response in South African Higher Education*. [documento eletrónico]. p. 55. Consultado em [dezembro, 2016] em www.foundation-partnership.org/pubs/southafrica/south_africa_2004.pdf.

Department of Education (1996). *National Commission on Higher Education Report: A Framework for Transformation*. [documento eletrónico]. Consultado em [dezembro, 2016] em www.che.ac.za/media_and_publications/other-stakeholder-s-publications/nche-report-framework-transformation-1996.

Department of Education. (2005). *Education Statistics in South Africa at a Glance in 2004*. Department of Education: Republic of South Africa. [documento eletrónico]. p. 33. Consultado em [dezembro, 2016] em www.dhet.gov.za/DHET%20Statistics%20Publication/DoE%20Stats%20at%20a%20Glance%202004.pdf.

Leitão, Míriam (2011). África do Sul reforça o BRIC que vira BRICS. *Jornal O Globo*. [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/africa-do-sul-reforca-bric-que-vira-brics-374799.html.

Ministry of Education (2001). *Draft National Plan for Higher Education in South Africa*. [documento eletrónico]. pp. 4; 31-32. Consultado em [dezembro, 2016] em www.dhet.gov.za/HED%20Policies/National%20Plan%20on%20Higher%20Education.pdf.

NSFAS (2006). *NSFAS Annual Report – 2006*. [documento eletrónico]. pp. 6; 8. Consultado em [dezembro, 2016] em pmg-assets.s3-website-eu-west-1.amazonaws.com/docs/2006/061114nsfas.ppt.

Staff Writer (2015). *Here are South Africa's 26 universities*. [documento eletrónico] s/p. [Consultado em dezembro, 2016] em businesstech.co.za/news/general/101412/here-are-south-africas-26-universities/.

¹⁸NSFAS (2006). *NSFAS Annual Report – 2006*. [documento eletrónico]. p. 6. Consultado em [dezembro, 2016] em pmg-assets.s3-website-eu-west-1.amazonaws.com/docs/2006/061114nsfas.ppt.

¹⁹NSFAS (2006). *NSFAS Annual Report – 2006*. [documento eletrónico]. p. 8. Consultado em [dezembro, 2016] em pmg-assets.s3-website-eu-west-1.amazonaws.com/docs/2006/061114nsfas.ppt.

Sue (2005). *Contours of private higher education and training*. Human Sciences Research Council of South Africa. Factsheet 4. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.hsrc.ac.za/en/media-briefs/fact-sheets/factsheet-4-contours-of-private-higher-education-and-training.

Universities South Africa (2015). *Universities*. [documento eletrônico] s/p. [Consultado em dezembro, 2016] em www.usaf.ac.za/public-universities-in-south-africa/.

Van Hart, Meagan & Ngolovoi, Mary & Marcucc, Pamela (2006). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in South Africa*. [documento eletrônico]. pp. 1-5. Consultado em [dezembro, 2016] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/South_Africa.pdf.

4.2.2 CABO VERDE

4.2.2.1 O PAÍS

Cabo Verde é um país situado a cerca de 450 km da costa oeste da África e a sua capital, bem como seu principal centro económico, político e cultural, é a cidade da Praia. De acordo com as projeções demográficas oficiais, Cabo Verde detinha em 2016, uma população estimada de 531.239 habitantes.²⁰ A língua oficial é o português, porém em contextos coloquiais é amplamente utilizado o crioulo. Politicamente é uma república unitária semipresidencialista.²¹ Cabo Verde tornou-se independente em 5 de Julho de 1975.

Apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) (base PPC), estimado em 2015, num total de USD 3,423 bilhões e o *per capita* foi de USD 6,500 (*World Factbook*, 2016). Em 2015 a estrutura da economia cabo-verdiana baseava-se nos serviços, os quais representam mais de 70% do PIB. Em 2016, no que diz respeito aos indicadores sociais, a situação era a seguinte:

- ♦ **Expectativa de vida: 74 anos;**²²
- ♦ **Taxa de alfabetização: 87,6%;**



²⁰Instituto Nacional de Estatística. (2017). Projeções demográficas de CV por sexo e faixa etárias (simples), 2010 – 2030. INE. Informação acedida em Junho 2017 em ine.cv/quadros/projecoes-demograficas-cv-sexo-faixa-etarias-simples-2010-2030/.

²¹Neto, Octávio Amorim & Lobo, Marina Costa (2010). *Between Constitutional Diffusion and Local Politics: Semi-Presidentialism in Portuguese-Speaking Countries*. Manuscript prepared for presentation at American Political Science Association's Annual Meeting 2010, Washington, DC. [documento eletrônico]. p. 7. Consultado em [dezembro, 2016] em papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1644026.

²²Fundo das Nações Unidas para a População. (2017). *Situação da população mundial 2016*. FNUAP. Retirado de: unfpa.org.br/Arquivos/swop2016.pdf.

- ◆ Taxa de mortalidade infantil: 22,7mortos/1000 nascimentos;
- ◆ Índice de desenvolvimento humano: 0,534;
- ◆ População abaixo da linha de pobreza: menos de 30%;
- ◆ Taxa de desemprego: 12%.

Em 2007, Cabo Verde passou de um dos países menos desenvolvidos para um dos países de rendimento médio, sobretudo pela evolução do desempenho económico e dos indicadores sociais.²³

4.2.2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR

Quando Cabo Verde se tornou independente em 1975, não tinha sido criada nenhuma Instituição de Ensino Superior no arquipélago. De 1975 a 1979, para se obter um diploma universitário era necessário sair para o estrangeiro, nomeadamente para Portugal, União Soviética e Europa Oriental. A primeira Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário foi fundada em 1979, na cidade de Praia.

Segundo Langa (2013:25), com a introdução das políticas económicas de livre mercado no início dos anos 90 e da democracia multipartidária, assistiu-se a uma expansão do Ensino Superior. As Instituições de Ensino Superior que existiam foram sendo melhoradas e expandiram-se. Em 1995, a Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário tornou-se o Instituto de Educação e, em 1996, a Escola de Formação Náutica tornou-se Instituto Superior de Engenharia e Ciências Marinhas. Posteriormente, estas Instituições de Ensino Superior fundiram-se para formar a primeira e única universidade pública, a Universidade de Cabo Verde.

4.2.2.3 TENDÊNCIAS DA EXPANSÃO, DIVERSIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

De acordo com MESCI (2015),²⁴ em 2013, Cabo Verde tinha duas instituição de ensino superior público e oito instituições de ensino superior privado (Quadro 26).

Quadro 26 – Instituições do Ensino Superior em Cabo Verde

Instituição	Tipo de Instituição
Universidade Pública de Cabo Verde (UNI-CV)	Pública
Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (UNI-Piaget)	Privada
Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo)	Privada
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE)	Privada
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS)	Privada
Mindelo Escola Internacional de Arte (M_EIA)	Privada
Universidade Lusófona de Cabo Verde Baltasar Lopes da Silva	Privada
Universidade Intercontinental (ÚNICA)	Privada
Universidade de Santiago (US)	Privada
Instituto Universitário da Educação (IUE)	Pública

Fonte: MESCI. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2015). *Anuário Estatístico 2013-14*. [documento eletrónico]. p. 44. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mesci.gov.cv/images/Anuario%202013-14%20actual.pdf

²³Making Finance Work for Africa (s/d). Cape Verde: Financial Sector Profile. [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mfw4a.org/cape-verde/cape-verde-financial-sector-profile.html.

²⁴Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2015). *Anuário Estatístico 2013-14*. [documento eletrónico]. p. 44. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mesci.gov.cv/images/Anuario%202013-14%20actual.pdf.

Em 2014, existiam cerca de 13.000 estudantes matriculados nas dez instituições de ensino superior (Quadro 16), a maioria das quais em instituições de ensino superior privadas.

Quadro 27 – Nº de Alunos matriculados por instituição de ensino superior de Cabo Verde em 2013/2014

Instituição	Nº de Estudantes
Universidade Pública de Cabo Verde (UNI-CV)	4.629
Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (UNI-Piaget)	2.250
Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo)	864
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE)	1.842
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS)	935
Mindelo Escola Internacional de Arte (M_EIA)	59
Universidade Lusófona de Cabo Verde Baltasar Lopes da Silva	553
Universidade Intercontinental (ÚNICA)	358
Universidade de Santiago (US)	788
Instituto Universitário da Educação (IUE)	1.119
Total	13.397

Fonte: MESCI. Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2015). *Anuário Estatístico 2013-14*. [documento eletrónico]. p. 44. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mesci.gov.cv/images/Anuario%202013-14%20actual.pdf

De acordo com os dados do Banco Mundial (2012:37)²⁵, o Ensino Superior mostra um crescimento exponencial desde os anos de 2000 (Quadro 28). Este aumento é um resultado do surgimento de novas instituições, tanto públicas como privadas. De 2000 a 2009, as matrículas no Ensino Superior aumentaram continuamente.

Quadro 28 – Crescimento das Matrículas no Ensino Superior em Cabo Verde – 2000 – 2009

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ensino Superior	717	1.810	2.215	3.036	3.911	4.567	5.289	6.658	8.465	10.144	11.769	11.800	13.071	13.397	12.538

Fonte: Dados recolhidos nos Anuários Estatísticos da Educação/Ensino Superior de Cabo Verde 2001 a 2015.

Podemos analisar a estrutura e evolução do Ensino Superior em Cabo Verde através os dados do Quadro 29:

- ♦ **A Uni-CV, é a maior Instituição do Ensino Superior do país, registando no ano lectivo de 2010/2011, 4.549 e 4 anos mais tarde (2013/2014) 4.629 alunos;**
- ♦ **Mais de metade das matrículas dos estudantes em Cabo Verde é no Ensino Superior Privado;**
- ♦ **O ISCEE tinha 1.907 alunos matriculados em 2010, sendo assim a segunda maior Instituição de Ensino Superior do país e a maior Instituição de Ensino Superior Privada. A terceira maior Instituição de Ensino Superior era, no mesmo ano lectivo, a UNI-Piaget, com 1.870 alunos matriculados. As restantes mantêm-se relativamente pequenas, com menos de 1000 alunos, sendo a instituição com menor dimensão a M_EIA.**

²⁵Banco Mundial (2012). *Construindo o Futuro: Como é que o Ensino Superior Pode Contribuir Para a Agenda de Transformação Económica e Social de Cabo Verde – Um Estudo do Banco Mundial*. [documento eletrónico]. p. 37 Consultado em [dezembro, 2016] em www.dgEscolagov.cv/index.php/ensino-superior-de-cv/estudos-sobre-es-de-cv/send/10-estudos-sobre-es-em-cv/1-estudo-sobre-ensino-superior-cabo-verdiano.

²⁶Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2012). *Anuário Estatístico 2010-11*. [documento eletrónico]. p. 47. Consultado em [dezembro, 2016] em www.portaldocohecimento.gov.cv/bitstream/10961/1596/1/ANU%20c3%81RIO%202010-11.pdf.

²⁷Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2013). *Anuário Estatístico 2011-12*. [documento eletrónico]. p. 52. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mesci.gov.cv/images/Anuario_2011_12Marco2013.pdf.

Quadro 29 – Evolução do número de estudantes inscritos das Instituições de Ensino Superior

Instituição	Ano Académico			
	2010/2011 ²⁶	2011/2012 ²⁷	2012/2013 ²⁸	2013/2014 ²⁹
Universidade Pública de Cabo Verde (UNI-CV)	4.549	4.438	4.469	4.629
Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (UNI-Piaget)	1.870	1.927	2.202	2.250
Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo)	797	747	978	864
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE)	1.907	1.888	1.924	1.842
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS)	979	1.069	1.047	935
Mindelo Escola Internacional de Arte (M_EIA)	28	39	45	59
Universidade Lusófona de Cabo Verde Baltasar Lopes da Silva	547	544	662	553
Universidade Intercontinental (ÚNICA)	267	299	293	358
Universidade de Santiago (US)	825	849	783	788
Instituto Universitário da Educação (IUE)	-	-	665	1.119
Total	11.769	11.800	13.068	13.397

Fonte: MESCI.

Segundo Langa (2013:29), os cursos lecionados nas diferentes Instituições de Ensino Superior incidem sobre as seguintes áreas: artes; ciências empresariais; ciências sociais; engenharia; humanidades; saúde e tecnologia.

No que diz respeito ao corpo docente, no ano 2013/2014³⁰, existiam 1.415 docentes nas Instituições de Ensino Superior em Cabo Verde, tendo as seguintes características:

- ♦ **Existiam 479 docentes nas Instituições de Ensino Superior Públicas e 936 nas Instituições de Ensino Superior Privadas;**
- ♦ **No que diz respeito às qualificações académicas do pessoal docente, a maioria (69,1%) possui Pós-Graduação; Mestrado; Doutoramento e Pós-Doutoramento;**
- ♦ **Existe uma diferença importante entre as instituições públicas e privadas no que se refere à formação dos docentes. Nas instituições públicas, apenas 2% dos professores têm um diploma de pós-graduação, enquanto as instituições privadas neste nível representam 11%. Em relação ao Mestrado existe uma percentagem significativa de docentes quer nas escolas privadas quer nas escolas públicas. A maior diferença está no Doutoramento, com 18,6% para o público e apenas 8,8% para o privado. A percentagem de docentes com um Pós-Doutoramento é de 0,4% em instituições públicas.**

²⁶Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2013). *Anuário Estatístico 2012-13*. [documento eletrónico]. p. 45. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mesci.gov.cv/images/Anuario%202012-13%20actual.pdf.

²⁷Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2015). *Anuário Estatístico 2013-14*. [documento eletrónico]. p. 44. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mesci.gov.cv/images/Anuario%202013-14%20actual.pdf.

²⁸Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2015). *Anuário Estatístico 2013-14*. [documento eletrónico]. p. 49. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mesci.gov.cv/images/Anuario%202013-14%20actual.pdf.

Quadro 30 – Distribuição dos docentes por habilitações literárias segundo as instituições de ensino superior 2013/2014

Tipo	Instituição	Pós-Doutoramento	Doutoramento	Mestrado	Pós-Graduação	Licenciatura	Bacharelato	Total
Pública	Universidade Pública de Cabo Verde (UNI-CV)	2	89	257	8	122	1	479
	Total	2	89	257	8	122	1	479
	%	0,4	18,6	53,7	1,7	25,5	0,2	100
Privada	Universidade Jean Piaget de Cabo Verde (UNI-Piaget)	0	20	98	0	73	0	191
	Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo)	0	6	37	21	24	0	88
	Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE)	0	11	81	18	72	0	182
	Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS)	0	20	55	7	29	0	111
	Mindelo Escola Internacional de Arte (M_EIA)	0	3	5	0	5	0	13
	Universidade Lusófona de Cabo Verde Baltasar Lopes da Silva	0	9	33	25	32	0	99
	Universidade Intercontinental (UNICA)	0	5	11	0	28	0	44
	Universidade de Santiago (US)	0	7	78	17	18	0	120
	Instituto Universitário da Educação (IUE)	0	1	39	14	34	0	88
	Total	0	82	437	102	315	0	936
%	0,0	8,8	46,7	10,9	33,7	0,0		
Total		2	171	694	110	437	1	1415

Fonte: MESCI.



4.2.2.4 ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Antes do ano de 1990 não existia nenhuma lei que regulasse todo o sistema de educação em Cabo Verde. De 1975 a 1990, o funcionamento das instituições de educação foi regulado por decretos específicos, como o Decreto 70/79, através do qual foi estabelecida a Escola de Formação de Professores de Ensino Secundário.

A Lei 103/III/1990 foi concebida para regular todo o sistema educativo, incluindo o subsistema do Ensino Superior. A Lei divide o Ensino Superior em dois tipos diferentes: Ensino Superior universitário e o Ensino Superior politécnico (artigo 31). Esta divisão corresponde a três diferentes tipos de Instituições de Ensino Superior definidos pela lei, nomeadamente as universidades, os colégios e os institutos superiores (artigo 43º). Outro aspeto da citada Lei 103 /III/1990 é o facto de estabelecer quatro graus académicos universitários: bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento, de acordo com Langa (2013:37).

A Lei 103/III/1990 foi alterada em 1999 (Lei Básica do Sistema Educativo), particularmente nos artigos que dizem respeito ao Ensino Superior. Até outubro de 2005 não existia uma Lei Base para regulamentar as Instituições de Ensino Superior privadas. Em 24 de outubro de 2005, o Governo aprovou o Decreto 65/2005, que veio estabelecer as regras para a criação e o funcionamento de Instituições de Ensino Superior privadas. O Decreto 65/2005 foi o primeiro instrumento jurídico que definiu e especificou as condições legais das entidades singulares, cooperativas ou outras entidades coletivas privadas. Para além das normas legislativas, Cabo Verde tem conselhos institucionais de governação que regulam, coordenam e supervisionam o sistema de Ensino Superior.

A tutela do Ensino Superior tem tido vários formatos, sendo coordenado e supervisionado pelo Ministério da Educação e do Ensino Superior, nomeadamente pela Direção-Geral do Ensino Superior e da Ciência. Actualmente depende da Ministra da Educação, Ministério da Família e Inclusão Social.



4.2.2.5 FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

De acordo com os dados obtidos aquando do estudo para o Banco Mundial (Cerdeira, 2012), Cabo Verde realizou entre 2000 e 2009 uma despesa pública no Ensino Superior, na ordem de 9,4 mil milhões de escudos (incluindo o orçamento de funcionamento e o de investimento). Veja-se o Quadro 31.

Quadro 31 – Evolução da Despesa Pública no Ensino Superior e Comparação com o PIB e a Despesa Pública de Educação (preços correntes)

Despesa Pública no Ensino Superior				Unidade: Escudos Cabo Verde			
	Funcionamento	Investimento	Total	Produto Interno Bruto PIB	Despesa do Ensino Superior Em % PIB	Despesa Pública em Educação (Funcionamento e Investimento)	Peso do Ensino Superior em % Despesa Pública em Educação
2000	401.446.550	905.577.043	1.307.023.592	64.538.572.373	2,0%	5.422.084.832	24,1%
2001	417.378.128	1.113.768.803	1.531.146.931	69.380.278.314	2,2%	5.763.805.807	26,6%
2002	429.206.361	804.473.599	1.233.679.960	72.758.121.098	1,7%	5.542.831.487	22,3%
2003	491.966.110	86.516.451	578.482.561	79.526.731.602	0,7%	5.607.839.866	10,3%
2004	545.492.171	1.123.172	546.615.343	82.086.487.581	0,7%	5.840.915.277	9,4%
2005	542.816.912	31.867.566	574.684.478	86.185.374.340	0,7%	6.649.671.089	8,6%
2006	627.827.455	209.810.763	837.638.218	97.384.274.923	0,9%	6.414.438.798	13,1%
2007	762.208.285	133.014.932	895.223.217	107.252.020.656	0,8%	6.589.680.244	13,6%
2008	783.977.481	119.498.744	903.476.255	121.303.322.386	0,7%	6.789.320.417	13,3%
2009	753.852.658	253.663.193	1.007.515.851	125.496.605.535	0,8%	7.213.763.161	14,0%
2000–2009	5.756.172.111	3.659.314.266	9.415.486.377	905.911.788.807	1,0%	61.834.350.978	15%

Fonte: Cerdeira *et al.* (2012). Quadro elaborado a partir dos dados da DGESC e dos Anuários Estatísticos.

1 USD = a 73,91 Escudos Cabo verdianos (em Dez. de 2009, fonte: Inforeuro)

Quando se compara o valor da despesa pública no Ensino Superior com o valor do Produto Interno Bruto do país, conclui-se que ao longo dessa década esse peso veio a cair, passando de 2,2% no ano de 2000 para apenas 0,8% do PIB de 2009 (este facto, está sobretudo ligado à componente do investimento). Do mesmo modo, o peso da despesa pública do Ensino Superior na despesa pública de educação desceu ao longo deste período. Provavelmente, uma das razões justificativa desta tendência está relacionada com o esforço feito por Cabo Verde nesta década para atingir a total escolarização básica e para aumentar significativamente a frequência do ensino secundário, canalizando para estes subsistemas a maior fatia dos seus recursos (no ano de 2009, 74,5% da despesa de educação foi realizada nos ensinos básico e secundário).

Em Cabo Verde existem dois mecanismos de financiamento do Ensino Superior, nomeadamente o financiamento público e privado. O financiamento público é concedido pelo governo através de subsídios estatais e o financiamento privado através dos pagamentos efectuados pelos estudantes. Até 2010, por ser única IES pública no país, a UNI-CV era a única instituição que recebe apoio financeiro direto do governo. No entanto, possui outras fontes de financiamento, ou seja, as propinas pagas pelos estudantes.

De acordo com Cerdeira (2012, Banco Mundial), e com base nas respostas fornecidas pelas instituições cabo-verdianas, verificava-se uma evolução moderada do valor das propinas fixadas ao longo dos anos (2005-2010), conforme se constata pelo Quadro 32, não sendo muito significativa a diferença entre o valor da propina mínima e da propina máxima (de acordo com o tipo de curso) e mesmo entre grau (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento).

Contudo, se compararmos o valor praticado na Universidade de Cabo Verde (ou antes da sua criação, o valor das escolas que a antecederam) com o das instituições privadas, constatamos que há uma diferença acentuada, que varia entre um máximo de + 67% (com a UNICA) e 64% (com a US) e um mínimo de cerca de +14% (IESIG – Universidade do Mindelo e Universidade Lusófona de Baltazar Lopes da Silva) para o caso do ano de 2009/2010.

Quadro 32 – Valor de propinas por nível qualificação em 2005/2006 e 2009/2010

	2005/2006							
	Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Universidade Jean Piaget (Uni-Piaget)	184.800	219.600	184.800	184.800				213.216
Instituto Superior de Educação (ISE)				60.000				
Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR)				60.000				
Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça (IESIG) a)				130.000				
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE)								
Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA)								
Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG)				60.000				
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS)								
Universidade Lusófona de Baltazar Lopes da Silva								
Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA)								
Universidade Pública de Cabo Verde								
Universidade Santiago (US)								
Mindelo Escola Internacional de Artes (M-EIA)								

a) Desde 11 de Outubro passou a Universidade do Mindelo.

	2009/2010							
	Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento	
	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima	Mínima	Máxima
Universidade Jean Piaget (Uni-Piaget)	190.344	228.660		190.344				213.216
Instituto Superior de Educação (ISE)								
Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR)								
Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça (IESIG) a)				150.000		415.000		208.000
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE)								
Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA)								
Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG)								
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS)			160.000	180.000				216.000
Universidade Lusófona de Baltazar Lopes da Silva		150.000		150.000				
Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA)			198.000	220.000				
Universidade Pública de Cabo Verde		72.000	108.000	132.000				
Universidade Santiago (US)			168.000	216.000				
Mindelo Escola Internacional de Artes (M-EIA)								

a) Desde 11 de Outubro passou a Universidade do Mindelo.

Fonte: Cerdeira *et al.* (2012, Relatório Banco Mundial).

Quadro elaborado a partir dos dados fornecidos pelas instituições de Ensino Superior e recolhidas pela DGESC.

1 USD = a 83,88 Escudos Cabo verdianos (em Dez. de 2010, fonte: Inforeuro).

4.2.2.5.1 BOLSAS DE ESTUDO LOCAIS

Registe-se que a despesa realizada com o apoio social aos estudantes do Ensino Superior é bastante expressiva no conjunto da despesa afectada ao Ensino Superior. Em relação a 2009 e 2010, a despesa realizada com o apoio social aos estudantes do Ensino Superior representou cerca de 59%, e 54% respectivamente.

Quadro 33 – Peso da despesa em apoio social no conjunto da despesa do Ensino Superior

	2009	2010
	Unidade: Escudos Cabo Verde	
Investimento	167.346.270	121.919.754
TOTAL DA UNIVERSIDADE CABO VERDE	417.472.802	379.315.437
	41%	46%
Apoio aos Estudantes (Subsídios e Bolsas)	590.043.049	450.008.148
	58,6%	54,3%
TOTAL DESPESA PÚBLICA	1.007.515.851	829.323.585
	41%	46%

Fonte: Quadro elaborado a partir dos dados fornecidos pela DGESC e pela FICASE.

1USD = a 83,88 Escudos Cabo verdianos (em Dez. de 2010, fonte: Inforeuro)

Em 2007, segundo Langa (2013:40), pela primeira vez o número de cabo-verdianos que estudavam em Cabo Verde excedeu o número dos que estudavam no estrangeiro. O governo procurou desenvolver um sistema integrado de bolsas de estudo, especialmente para apoiar as famílias mais pobres. O Quadro 34 mostra que as bolsas locais aumentaram de 132 em 2006/2007 para 774 em 2013/2014 (MESCI, 2012:42³¹ & MESCI, 2015:37³²).

Quadro 34 – Número de bolsas concedidas em Instituições de Ensino Superior locais, 2006 – 2014

Bolsas de Estudo Locais	Ano Académico			
	2006/2007	2009/2010	2010/2011	2013/2014
Total de Bolseiros	132	335	548	774

Fonte: MESCI.

1 USD = a 83,88 Escudos Cabo verdianos (em Dez. de 2010, fonte: Inforeuro)

³¹Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2012). *Anuário Estatístico 2010-11*. [documento eletrónico], p. 42. Consultado em [dezembro, 2016] em www.portaldocohecimento.gov.cv/bitstream/10961/1596/1/ANU%20c3%81RIO%202010-11.pdf.

³²Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2015). *Anuário Estatístico 2013-14*. [documento eletrónico], p. 37. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mesci.gov.cv/images/Anuario%202013-14%20actual.pdf.

4.2.2.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco Mundial (2012). Construindo o Futuro: Como é que o Ensino Superior Pode Contribuir Para a Agenda de Transformação Económica e Social de Cabo Verde – Um Estudo do Banco Mundial. [documento eletrónico]. p. 37 Consultado em [dezembro, 2016] em www.dgEscolagov.cv/index.php/ensino-superior-de-cv/estudos-sobre-es-de-cv/send/10-estudos-sobre-es-em-cv/1-estudo-sobre-ensino-superior-cabo-verdiano

CIA World Factbook (2016). CABO VERDE. [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cv.html.

Langa, Patrício Vitorino (2013). Higher Education in Portuguese Speaking African Countries – A Five Country Baseline Study. [documento eletrónico]. pp. 24-25; 29; 37-38; 40. Consultado em [dezembro, 2016] em www.researchgate.net/publication/298646941_Higher_education_in_Portuguese-speaking_African_countries_a_five_country_baseline_study.

Making Finance Work for Africa (s/d.). Cape Verde: Financial Sector Profile. [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mfw4a.org/cape-verde/cape-verde-financial-sector-profile.html.

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2012). Anuário Estatístico 2010-11. [documento eletrónico]. pp. 42; 47. Consultado em [dezembro, 2016] em www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/1596/1/ANU%c3%81RIO%202010-11.pdf.

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2013). Anuário Estatístico 2011-12. [documento eletrónico]. p. 52. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mesci.gov.cv/images/Anuario_2011_12Marco2013.pdf.

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2013). Anuário Estatístico 2012-13. [documento eletrónico]. p. 45. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mesci.gov.cv/images/Anuario%202012-13%20actual.pdf.

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação – MESCI (2015). Anuário Estatístico 2013-14. [documento eletrónico]. pp. 37; 44; 49. Consultado em [dezembro, 2016] em www.mesci.gov.cv/images/Anuario%202013-14%20actual.pdf.

Neto, Octávio Amorim & Lobo, Marina Costa (2010). Between Constitutional Diffusion and Local Politics: Semi-Presidentialism in Portuguese-Speaking Countries. Manuscript prepared for presentation at American Political Science Association's Annual Meeting 2010, Washington, DC. [documento eletrónico]. p. 7. Consultado em [dezembro, 2016] em papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1644026.

Schwartzman, Simon (2011) The Growth of Higher Education and its potential contribution to economic growth in Cape Verde. A paper prepared at the request of the World Bank. [documento eletrónico]. p. 16. Consultado em [dezembro, 2016] em www.academia.edu/19737382/The_growth_of_higher_education_and_its_potential_contribution_to_economic_growth_in_Cape_Verde_1.

4.2.3 GANA

4.2.3.1 O PAÍS

O Gana tornou-se independente em 6 de março de 1957. O Gana é limitado pelo Burkina Faso, pelo Togo, pelo Golfo da Guiné e pela Costa do Marfim. A sua capital e maior cidade é Acra. Segundo dados do *World Factbook*³³, em julho de 2016, a população residente no Gana foi estimada em 26.908.262 habitantes e a língua oficial é o inglês. Apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) (base PPC), estimado em 2015, num total de USD 114,7 bilhões e o per capita foi de USD 4,300. A estrutura da economia ganense baseia-se nos serviços, os quais representam mais de metade do PIB (51,6%). No entanto, as principais exportações do país incluem o cacau; a bauxita; os diamantes; o manganês; o ouro e o petróleo.



Em 2013, segundo dados do *World Factbook* (2016), os indicadores sociais do Gana eram os seguintes:

- ♦ População abaixo da linha de pobreza: menos de 24,2%;
- ♦ Taxa de desemprego: 5,2%.

4.2.3.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR

De acordo com Newman & Duwiejua (2015:1)³⁴, o papel dominante do Estado no financiamento do Ensino Superior no Gana, como em muitos outros países africanos, durante o período pós-colonial, foi justificado pela necessidade de formar um corpo de profissionais para substituir os funcionários e gestores expatriados com a descolonização.

³³CIA World Factbook (2016). GHANA. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html.

³⁴Newman, Emmanuel & Duwiejua, Mahama (2015). *Models for Innovative Funding of Higher Education in Africa – The Case in Ghana*. In Association of African Universities, *Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa*. [documento eletrônico], p. 1. Consultado em [dezembro, 2016] em www.adeanet.org/en/system/files/resources/aaufunding-book.pdf.

³⁵Sanyal, Bikas (1998). *Diversification of sources and the role of privatization in financing of higher education in the Arab States region*. Working document in the series: IIEP Contributions – Nº. 30. [documento eletrônico], p. 7. Consultado em [dezembro, 2016] em unesdoc.unesco.org/images/0011/001142/114203e.pdf.

³⁶Newman, Emmanuel & Duwiejua, Mahama (2015). *Models for Innovative Funding of Higher Education in Africa – The Case in Ghana*. In Association of African Universities, *Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa*. [documento eletrônico], p. 1. Consultado em [dezembro, 2016] em www.adeanet.org/en/system/files/resources/aaufunding-book.pdf.

Sanyal³⁵ [1998:7 cit. in Newman & Duwiejua (2015:1)³⁶], defendeu que a maioria dos governos de África reconheceu que, para alcançar socialmente um investimento no ensino superior, o Estado teria que desempenhar um papel ativo. Para além disso, era fulcral a participação do Estado no ensino superior, com o intuito de promover o acesso de estudantes necessitados e de outros grupos sub-representados, como por exemplo, as mulheres nas áreas das ciências e das engenharias.

4.2.3.3 TENDÊNCIAS DA EXPANSÃO, DIVERSIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

Segundo Newman & Duwiejua (2015:2-3)³⁷, no ano letivo 2013/2014, o setor do ensino superior no Gana era composto por um conjunto de instituições de ensino pós-secundário, compreendendo 3 faculdades de agricultura; 38 faculdades de educação; 11 instituições de formação de enfermagem; 10 universidades e 10 politécnicos públicos e 63 universidades privadas. O total de matrículas nessas instituições foi de 318.607 (Quadro 35). As instituições de ensino superior privadas não eram elegíveis para financiamento público.

Quadro 35 – Instituições do Ensino Superior no Gana em 2013/2014

318.607 Matrículas		
Tipo de Instituição	Oferta Formativa	Nº
Universidades públicas	..	10
Politécnicos públicos	..	10
Universidades privadas	..	63
Faculdades públicas	Agricultura	3
	Educação	38
Instituições de Formação	Enfermagem	11

Fonte: Newman, Emmanuel & Duwiejua, Mahama (2015). *Models for Innovative Funding of Higher Education in Africa – The Case in Ghana. In Association of African Universities, Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa.*

Apesar de todos os esforços que têm sido feitos pelo Governo do Gana, o acesso ao ensino superior continua a ser bastante limitado e inquestionavelmente diferenciado segundo o estatuto socioeconómico, a região de origem e os tipos e locais de ensino secundário, conforme Manuh & Gariba & Budu³⁸ [2007:82 cit. in Anyan (2008:1)].

De acordo com Anyan³⁹ (2008:1), das candidaturas efetuadas pelos estudantes ao Ensino Superior, menos de 35% dos estudantes são admitidos. Este fenómeno acontece devido ao crescente número de alunos que terminam a escola secundária e se candidatam ao ensino superior, ao mesmo tempo que as limitações do espaço universitário existente, bem como da falta de docentes, leva a um *deficit* na resposta a essa procura. A maioria dos alunos provém das escolas secundárias situadas nas regiões mais favorecidas.

Segundo o mesmo autor, um dos problemas no Ensino Superior no Gana é a falta de espaços para acolher os estudantes que procuram frequentar o Ensino Superior. Desta forma, as universidades procuram desenvolver várias estratégias, nomeadamente a construção de novas salas de aula e instalações residenciais; o desenho de programas de licenciatura inovadores em regime *blended learning* ou regime *E-learning*. Este tipo de programas de licenciatura proporcionaria a redução do número de anos que os alunos estariam no campus universitário. Também, se desenharam mecanismo para abordar as questões de equidade através do estabelecimento de quotas regionais para admissão dos alunos no Ensino Superior, bem como a elaboração de estratégias de modo a que exista equilíbrio de género no Ensino Superior no Gana.

³⁷Idem pp. 2-3.

³⁸Manuh, Takyiwaa & Sulley Gariba & Joseph Budu (2007). *Change and Transformation in Ghana's Publicly Funded Universities*. [documento eletrónico]. p. 82. Consultado em [dezembro, 2016] em www.foundation-partnership.org/pubs/ghana/ghana_2007.pdf.

³⁹Anyan, James (2008). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in Ghana*. [documento eletrónico]. p. 1. Consultado em [dezembro, 2016] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/Ghana.pdf.

4.2.3.4 ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

O Ensino Superior no Gana era tradicionalmente gratuito nas universidades ganenses. Os alunos qualificados também tinham direito a alojamento gratuito. Assim, o crescimento e o financiamento do Ensino Superior tornaram-se um desafio sério para o governo do Gana. A fim de resolver a crise financeira no Ensino Superior, o governo considerou várias medidas para o ajustamento da estrutura financeira do Ensino Superior, as quais estavam inseridas no Programa de Recuperação Económica (1987-89). As medidas de ajustamento incluíram: a ampliação do peso das instituições privadas no Ensino Superior; a existência de um maior número de universidades públicas e a introdução da partilha de custos. Em 1998, foram introduzidas taxas de utilização em relação aos serviços académicos, bem como nas residências universitárias e em 2009, as taxas académicas foram generalizadas, as quais variam de acordo com a área do curso.



Como o afirmam Newman & Duwiejua (2015:2),⁴⁰ os tempos mudaram e as exigências sobre o ensino superior vão para além dos números, dando-se ênfase a responsabilidade social. Apesar do aumento vertiginoso do custo do Ensino Superior, verifica-se um declínio crescente do financiamento público devido à concorrência por parte dos diversos setores da economia em termos de recursos públicos limitados. A situação não requer apenas prudência, mas métodos inovadores e sustentáveis de criação de recursos de fontes públicas e privadas para compensar as deficiências atuais. A reestruturação dos atuais mecanismos de financiamento surge, portanto, como um imperativo.

4.2.3.5 FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

Conforme Newman & Duwiejua (2015:3), o governo e suas agências, como o Conselho Nacional do Ensino Superior, regulam o financiamento do ensino superior no Gana. O sector privado desempenha também um papel significativo no financiamento do ensino superior.

Segundo Anyan (2008:2),⁴¹ em 1997 a partilha de custos foi introduzida através da adoção do “Acordo de Akosombo”, que dividiu a responsabilidade pelo financiamento universitário entre o governo (responsável por 70% do financiamento total) e outras três fontes, nomeadamente a receita interna da universidade; as propinas e as doações privadas (responsável por 30% do financiamento total).

⁴⁰Newman, Emmanuel & Duwiejua, Mahama (2015). Models for Innovative Funding of Higher Education in Africa – The Case in Ghana. In Association of African Universities, *Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa*. [documento eletrónico], p. 2. Consultado em [dezembro, 2016] em www.adeanet.org/en/system/files/resources/aau-funding-book.pdf.

⁴¹Anyan, James (2008). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in Ghana*. [documento eletrónico], p. 2. Consultado em [dezembro, 2016] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/Ghana.pdf.

4.2.3.5.1 EMPRÉSTIMOS ESTUDANTIS

De acordo com Anyan (2008:2), o mecanismo de empréstimos aos estudantes foi introduzido no Gana em janeiro de 1988, antes da introdução da partilha de custos. O procedimento de empréstimos estudantis era um mecanismo financeiro elegível para todos os estudantes ganeses que estavam matriculados numa instituição de Ensino Superior pública. A principal finalidade do empréstimo estudantil era a de complementar os recursos privados do aluno, especialmente o apoio para a alimentação; os custos dos transportes; o alojamento e outras despesas inerentes ao ensino.

O empréstimo estava disponível para estudantes em tempo integral. No entanto, os estudantes a tempo parcial também poderiam receber um empréstimo com a aprovação do Ministro da Educação. Em outubro de 2002, o governo começou a incluir estudantes das novas universidades privadas no esquema de empréstimos estudantis no âmbito do Fundo Fiduciário para a Educação do Gana.

O *Social Security and National Insurance Trust* (SSNIT) foi criado para proporcionar a concessão dos empréstimos, que eram reembolsáveis a uma taxa de juro fixa: originalmente 3%, mas em meados dos anos 90 aumentou para cerca de 6%. A partir de 2000/2001, a taxa de juros máxima foi estabelecida em 10%. O Quadro seguinte resume a história de empréstimos dos estudantes.

Quadro 36 – Despesa anual em empréstimos estudantis

Ano Académico	Valor \$M	Empréstimos Devolvidos	Valor de Empréstimo \$M por Aluno	Taxa de Juros para Estudantes %
1988/1989	407,60	8.138	50.000,00	3
1989/1990	858,60	12.483	60.000,00	3
1990/1991	898,90	13.492	72.000,00	3
1991/1992	985,50	15.656	80.000,00	3
1992/1993	2.199,30	16.302	150.000,00	3
1993/1994	3.556,00	18.644	200.000,00	3
1994/1995	7.575,60	23.053	350.000,00	3
1995/1996	6.959,70	28.202	420.000,00	6
1996/1997	16.853,90	30.213	600.000,00	6
1997/1998	24.264,88	37.226	700.000,00	6
1998/1999	31.836,82	42.501	800.000,00	6
1999/2000	44.812,40	48.356	1.000.000,00	6
2000/2001	69.174,79	50.580	1.500.000,00	10
2001/2002	78.751,71	54.876	1.500.000,00	10
2002/2003	108.258,00	55.933	2.000.000,00	10
2003/2004	127.436,24	52.503	2.500.000,00	10
2004/2005	154.360,98	44.254	3.000.000,00	10

Fonte: SSNIT.⁴²

⁴²Social Security and National Insurance Trust (2016). *Loan Disbursement and Repayment*. [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.ssnit.org.gh/about-us/students-loan/.

Embora o plano de empréstimo do Gana tenha sido amplamente elogiado pelo Banco Mundial por parecer resolver os problemas dos programas de empréstimos estudantis que estavam falhando em outros países da África, sempre houve problemas, tanto no conceito como na execução.

O programa de empréstimos no Gana pareceu inicialmente funcionar de três formas críticas:

- 1. Superar a resistência política, que frequentemente acompanha a introdução de programas de empréstimos estudantis;**
- 2. Encontrar a capitalização inicial;**
- 3. Obter um grau considerável de recuperação de reembolso.**

O segredo de sua aparente aceitação política poderá ter residido, primeiramente na taxa de juros altamente subsidiada e, em seguida, no modo de reembolso, que adicionava uma contribuição substancial do empregador. Seguindo Anyan, (2008:4), o plano de empréstimos retirou todo o seu capital do regime de pensões governamental existente, ou seja, os empréstimos não eram do governo, nem de qualquer entidade privada de mercado de capitais, mas sim do *Social Security* na *National Insurance Trust* (SSNIT), instituído pelo governo. Por sua vez, a taxa de recuperação de empréstimos estudantis sob a administração do SSNIT foi baixa. Assim, a recuperação dos empréstimos foi adiada pelo menos por mais 15 anos. Além disso, houve alegações de ineficácia administrativa. Como resultado, mais de 500 bilhões de “cedis” em dívidas pendentes tinham-se acumulado sob o SSNIT, colocando uma enorme pressão sobre as operações dos empréstimos e ameaçando a sustentabilidade do procedimento de empréstimos.



Devido a estes e outros problemas, na primavera de 2005, através da legislação o SSNIT foi substituído e aumentou-se o volume de empréstimos estudantis em ₵ 1 milhão para ₵ 3,5 milhões através do *Student Trust Loan Fund* do Gana. Este aumento representa um ajuste de 40 por cento para cima nos empréstimos para estudantes. No âmbito do *Student Trust Loan Fund* (SLTF), tanto os alunos do setor público, como do setor privado, são elegíveis de aceder aos empréstimos, sem os três fiadores exigidos no âmbito do SSNIT.

Em vez disso, o estudante assume o risco de crédito total para o empréstimo, tendo como fiadores primários, os seus pais. Porém, os mesmos têm que contribuir para o Fundo de Pensões (SSNIT). Se os pais não contribuem para SSNIT, outro contribuinte SSNIT deve ser encontrado para servir como um fiador secundário, segundo Anyan (2008:5). Os montantes dos empréstimos eram fixados e diferenciados de acordo com o programa de estudo. Os estudantes de ciência recebem GHC 420 por ano, enquanto os estudantes de humanidades recebem GHC 380 por ano.

Os empréstimos tinham uma taxa de juros igual ao do governo, ou seja, de 182 dias durante os anos escolares e um ano de carência e uma taxa de juros igual aos prevalecentes 182 dias de governo da conta do Tesouro de Gana mais 4 por cento durante o período de reembolso. Durante os anos escolares, os juros são pagos anualmente e durante o período de reembolso, que pode ir até 15 anos, os juros são pagos semestralmente. Os empréstimos podem ser reembolsados da seguinte forma:

1. **Deduções mensais do salário do beneficiário pelos seus empregadores;**
2. **Através de pagamentos periódicos ao Fundo Fiduciário de Crédito de Estudante pelo beneficiário, se ele for trabalhador independente;**
3. **Através do pagamento integral do montante total do empréstimo pelo beneficiário ou empregador⁴³.**



⁴³Ideia extraída de James Anyan, no texto de Anyan, James (2008). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in Ghana*. [documento eletrónico], p. 5. Consultado em [dezembro, 2016] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/Ghana.pdf.

4.2.3.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anyan, James (2008). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in Ghana*. [documento eletrônico]. pp. 1-5. Consultado em [dezembro, 2016] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/Ghana.pdf.

CIA World Factbook (2016). GHANA. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html.

Manuh, Takyiwaa & Sulley Gariba & Joseph Budu (2007). *Change and Transformation in Ghana's Publicly Funded Universities*. [documento eletrônico]. p. 82. Consultado em [dezembro, 2016] em www.foundation-partnership.org/pubs/ghana/ghana_2007.pdf.

Newman, Emmanuel & Duwiejua, Mahama (2015). *Models for Innovative Funding of Higher Education in Africa – The Case in Ghana*. In *Association of African Universities, Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa*. [documento eletrônico]. pp. 1-3. Consultado em [dezembro, 2016] em www.adeanet.org/en/system/files/resources/aau-funding-book.pdf.

Sanyal, Bikas (1998). *Diversification of sources and the role of privatization in financing of higher education in the Arab States region*. Working document in the series: IIEP Contributions – Nº. 30. [documento eletrônico]. p. 7. Consultado em [dezembro, 2016] em unesdoc.unesco.org/images/0011/001142/114203e.pdf.

Social Security and National Insurance Trust (2016). *Loan Disbursement and Repayment*. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.ssnit.org.gh/about-us/students-loan/.

Social Security and National Insurance Trust (2016). *Students loan – Frequently Asked Questions*. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [dezembro, 2016] em www.ssnit.org.gh/faq/students-loan/.

4.2.4 QUÊNIA

4.2.4.1 O PAÍS

Quênia é um país da África Oriental, limitado pelo Sudão do Sul; pela Etiópia; pela Somália; pelo oceano Índico; pela Tanzânia e pelo Uganda e a sua capital é Nairobi. De acordo com dados do *World Factbook*,⁴⁴ em julho de 2016, a população residente no Quênia foi estimada em 46.790.758 habitantes. As línguas oficiais são o inglês e o Kiswahili. No entanto, os grupos étnicos no seio da sua comunidade falam a sua língua materna. Devido a isso, existem inúmeras línguas indígenas faladas no Quênia.

Politicamente é uma república presidencialista e é uma antiga colônia britânica que se tornou independente em 12 de dezembro de 1963. Apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) (base PPC), estimado em 2015 num total de USD 141,6 bilhões e o *per capita* foi de USD 3,200 (*World Factbook*, 2016). A estrutura da economia queniana baseava-se nos serviços, os quais representam quase metade do PIB (49,2%). De acordo com a mesma fonte, a agricultura emprega, em 2011, três terços da população queniana. O país tradicionalmente exporta chá e café, bem como produtos hortícolas, como flores.

O turismo ocupa um lugar significativo na economia queniana, principalmente com a savana queniana e com a costa litoral. Devido a todos estes fatores, o crescimento real do PIB do Quênia, em média, tem sido superior a 5% nos últimos sete anos.

Em 2014, o Quênia passou a ser classificado como um país de renda média-baixa, porque seu PIB *per capita* ultrapassou o limiar do Banco Mundial.⁴⁵



⁴⁴CIA World Factbook (2016). KENYA. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ke.html.

⁴⁵CIA World Factbook (2016). KENYA. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ke.html.

4.2.4.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR

Após a independência da Grã-Bretanha em 1963, o sistema de educação no Quênia foi estruturado de acordo com o modelo britânico, que correspondia a 7-4-2-3, ou seja, sete anos de escolaridade básica, quatro anos de ensino secundário e dois anos de ensino médio avançado e 3 anos de Bacharelato⁴⁶. A partir da década de 80, houve uma mudança do modelo britânico para o modelo americano. O modelo americano assenta em 8-4-4, isto é, oito anos de ensino básico, seguido por quatro anos de ensino secundário e um programa de quatro anos de Bacharelato.

A educação universitária no Quênia começou em 1963, na Universidade de Nairobi e durante um longo tempo, a Universidade de Nairobi foi a única instituição de ensino superior no Quênia.



4.2.4.3 TENDÊNCIAS DA EXPANSÃO, DIVERSIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

De acordo com Kiamba (2015:29)⁴⁷, o ensino superior no Quênia passou de uma universidade (a Universidade de Nairobi) para 22 universidades públicas (15 das quais foram criadas em 2012 e 2013); 9 colégios universitários públicos; 17 universidades privadas; 5 colégios universitários privados; 11 universidades privadas com autorização provisória e 2 universidades privadas registadas.

Quadro 37 – Instituições do Ensino Superior no Quênia

Tipo de Instituição	Instituição	Nº
Pública	Universidades	22
	Colégios universitários	9
Privada	Universidades	17
	Colégios universitários	5
	Universidades com autorização provisória	11
	Universidades registadas	2

Fonte: Kiamba, Crispus (2015). *An Innovative Model of Funding Higher Education in Kenya: The Universities Fund. In Association of African Universities, Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa.* [documento eletrônico].

⁴⁶Ideia extraída de Wycliffe Otieno & Mary Ngolovoi, no texto de Otieno, Wycliffe (2002) & Ngolovoi, Mary (2009). *Brief Description of the Higher Education System in Kenya.* [documento eletrônico]. p. 1. Consultado em [janeiro, 2017] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/Kenya.pdf.

⁴⁷Kiamba, Crispus (2015). *An Innovative Model of Funding Higher Education in Kenya: The Universities Fund. In Association of African Universities, Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa.* [documento eletrônico]. p. 29. Consultado em [janeiro, 2017] em www.adeanet.org/en/system/files/resources/aau-funding-book.pdf.

O número de matrículas dos estudantes nas universidades do Quênia tem aumentado de forma acentuada, devido sobretudo pela gratuidade, quer do ensino básico, quer do ensino secundário, o que leva à maior procura do ensino superior. Os dados do *Kenya National Bureau of Statistics* (2013:11)⁴⁸, mostram que o número de alunos matriculados nas escolas básicas aumentou de 8.831.400 alunos em 2009 para 9.997.900 alunos em 2012 (+13%). Similarmente, houve também um crescimento no ensino secundário, passando-se de 1.472.600 alunos em 2009 para 1.914.800 alunos em 2012 (+30%). O aumento no ensino básico e secundário levou a um aumento significativo do número de estudantes nas universidades, com um acréscimo de 35% entre 2009 e 2012.

Quadro 38 – Número de Matrículas no Ensino Superior Público e Privado no Quênia – 2009 – 2012

	2009	2010	2011	2012
Ensino Superior	177.700	117.600	198.300	240.500

Fonte: Kenya National Bureau of Statistics: *Kenya Facts and Figures 2013*.

4.2.4.4 ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Segundo Kiamba (2015:28), a Lei do Ensino Superior de 2012 estabeleceu que as instituições de ensino superior, no exercício das suas funções e competências, seriam guiadas pelos valores e princípios de direção nacional estabelecidos na nova Constituição do Quênia. No que diz respeito ao acatamento da nova Lei, a cláusula 2 da Lei, que se baseia em grande medida no artigo 10º da Constituição, mencionava que as instituições deviam, nomeadamente: promover a qualidade e a pertinência dos programas; aumentar a equidade e a acessibilidade dos seus serviços; promover sistemas e práticas de administração inclusivas, eficientes, eficazes e transparentes e manter a confiança pública; assegurar a sustentabilidade e a adoção das melhores práticas de gestão e institucionalização dos sistemas de controlo e balanço; promover as parcerias público-privadas na educação e desenvolvimento universitário e institucionalizar práticas não discriminatórias.

A crescente procura pela educação superior no Quênia tem vindo a aumentar exponencialmente. Devido a isso tem-se verificado um rápido crescimento do número e complexidade das instituições públicas e privadas do ensino superior no Quênia. Assim, a tarefa de gerir, supervisionar e financiar o setor do ensino superior tornou-se cada vez mais exigente e especializado, segundo Kiamba (2015:28). Segundo este autor, existem três motivos que ajudam a explicar a expansão e diversificação sem precedentes do ensino superior do Quênia nos últimos 20 anos, sendo eles os seguintes: a expansão da educação básica; a crescente procura de mão-de-obra qualificada, com um nível elevado de habilidades profissionais necessárias para uma economia moderna, globalmente competitiva e cada vez mais baseada no conhecimento e a necessidade de atualização profissional contínua. Algumas das novas universidades criadas em 2013, pelo governo do Quênia tiveram como objetivo apoiar na promoção da igualdade de acesso ao ensino superior.

4.2.4.5 FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

Weidman⁴⁹ [1995:1 cit. in Otieno (2002:1-2) & Ngolovoi (2009:1-2)]⁵⁰ explicam que, como a maioria dos países africanos, o ensino superior no Quênia era gratuito e subsidiado pelo Estado, com as bolsas públicas cobrindo as despesas de matrícula e de subsistência. A justificação para o ensino superior gratuito baseava-se, entre outras coisas, no desejo do país de criar mão-de-obra altamente qualificada que pudesse substituir os

⁴⁸Kenya National Bureau of Statistics (2013). *Kenya Facts and Figures 2013*. [documento eletrónico]. p. 11. Consultado em [Janeiro, 2017] em www.knbs.or.ke/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=374:kenya-facts-and-figures-2013&id=20:kenya-facts-figures&Itemid=595.

⁴⁹Weidman, JOHN (1995). *Diversifying Finance of Higher Education systems in the Third World: The Cases of Kenya and Mongolia*. [documento eletrónico]. p. 3. Consultado em [Janeiro, 2017] em epaa.asu.edu/ojs/article/download/648/770&usg=AFQjCNH4fZ8CU464fQnc5tsn-GiDqRtcVQ&sig2=CjObALkEpF_zjHbtio9b8Q&bvm=bv142059868,d.d24&cad=rja.

⁵⁰Otieno, Wycliffe (2002) & Ngolovoi, Mary (2009). *Brief Description of the Higher Education System in Kenya*. [documento eletrónico]. pp. 1-2. Consultado em [Janeiro, 2017] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/Kenya.pdf.

administradores coloniais que partiam. Porém, a austeridade no orçamento público para o ensino superior, juntamente com o fraco desempenho do setor na promoção do acesso e da equidade, levou o governo do Quênia a introduzir um mecanismo de partilha de custos e propinas no ensino superior.

Em 1994, o governo do Quênia reduziu o orçamento corrente anual total referente ao ensino superior de 37% para cerca de 30%, afirmando que não era possível alocar fundos adicionais para o ensino superior. Assim, o déficit no orçamento público para o ensino superior trouxe o ímpeto para que as instituições de ensino superior procurassem fontes alternativas de criação de receita, reduzindo a dependência excessiva do orçamento do governo.

Face ao exposto, foram adotadas diversas estratégias para a diversificação de receita, incluindo: o estabelecimento de unidades de criação de receita; a instituição de encargos gerais e a introdução dos programas do Módulo II em 1998. Como resultado destas e de muitas outras medidas, as receitas provenientes de fontes não-governamentais têm vindo a aumentar. No entanto, as medidas de diversificação da receita que estão sendo efetuadas pelas instituições de ensino superior compensam apenas uma fração da austeridade imposta pelo governo do Quênia⁵¹.

4.2.4.5.1 PARTILHA DE CUSTOS E PROPINAS

Segundo Sanyal & Martin⁵² [1998:35 cit. in Otieno (2002:2) & Ngolovoi (2009:2)],⁵³ a partilha de custos no ensino superior do Quênia foi introduzida em 1991 como uma resposta ao contínuo declínio do orçamento do estado, que não acompanhou o aumento exponencial de estudantes, quando a primeira coorte de 8-4-4 alunos entrou na universidade. Ao abrigo desta nova política, os alunos e/ou os seus pais eram obrigados a cobrir tanto as taxas de matrícula, como contribuir para os custos de manutenção.

Foi também estabelecido um programa de empréstimos aos estudantes para permitir que os alunos carenciados pudessem ter acesso às instituições de ensino superior. Assim, em 1995, o esquema foi reorganizado, resultando na criação do *Higher Education Loan Board* (HELB) e a concessão de empréstimos aos estudantes por parte do HELB baseava-se em indicadores específicos, como por exemplo, os diferentes níveis de renda familiar, bem como a escola secundária frequentada pelo estudante. Quando o programa de empréstimos para estudantes foi introduzido em 1995, os estudantes recebiam um montante máximo de Ksh. 42.000 (1.423 US\$). Esse montante aumentou para a Ksh. 55.000 (1.863 US\$) em 2005/2006 e para Ksh. 60.000 (2.032 US\$) em 2008/2009.

Quadro 39 – Montante máximo concedido aos alunos em empréstimos

Ano Académico	1995/1996	2005/2006	2008/2009
Montante máximo	Ksh. 42.000 (1.423 US\$)	Ksh. 55.000 (1.863 US\$)	Ksh. 60.000 (2.032 US\$)

Fonte: Otieno, Wycliffe (2002) & Ngolovoi, Mary (2009). *Brief Description of the Higher Education System in Kenya*.

Para além dos empréstimos, os alunos carenciados também recebem bolsas de estudo. Os estudantes de universidades privadas não recebem bolsas da HELB e, em vez disso, solicitam fundos ao Ministério da Educação, conforme Otieno (2002:3) & Ngolovoi (2009:3).

⁵¹Ideia extraída de Wycliffe Otieno & Mary Ngolovoi, no texto de Otieno, Wycliffe (2002) & Ngolovoi, Mary (2009). *Brief Description of the Higher Education System in Kenya*. [documento eletrónico], p. 2. Consultado em [janeiro, 2017] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/Kenya.pdf.

⁵²Sanyal, Bikas & Martin, Michaela (1998). *Management of higher education with special reference to financial management in African institutions*. IIEP Contributions No. 28. This document was prepared for Regional Consultation and presented for the World Conference on Higher Education. [documento eletrónico], p. 35. Consultado em [janeiro, 2017] em unesdoc.unesco.org/images/0011/001115/111513eo.pdf.

⁵³Otieno, Wycliffe (2002) & Ngolovoi, Mary (2009). *Brief Description of the Higher Education System in Kenya*. [documento eletrónico], p. 2. Consultado em [janeiro, 2017] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/Kenya.pdf.

4.2.4.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIA World Factbook (2016). *KENYA*. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ke.html.

Kenya National Bureau of Statistics (2013). *Kenya Facts and Figures 2013*. [documento eletrônico]. p. 11. Consultado em [janeiro, 2017] em www.knbs.or.ke/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=374:kenya-facts-and-figures-2013&id=20:kenya-facts-figures&Itemid=595.

Kiamba, Cispus (2004). Private Sponsored Students and Other Income-Generating activities at the University of Nairobi. *Journal of Higher Education in Africa* 2 (2). [documento eletrônico]. p. 55. Consultado em [janeiro, 2017] em www.codesria.org/IMG/pdf/4-kiamba.pdf?685/7e0476ca1fe957a2199e960887f15f3d90b6c0d2.

Kiamba, Crispus (2015). An Innovative Model of Funding Higher Education in Kenya: The Universities Fund. In Association of African Universities, *Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa*. [documento eletrônico]. pp. 28-29; 31-32. Consultado em [janeiro, 2017] em www.adeanet.org/en/system/files/resources/aau-funding-book.pdf.

Lewis, M. Paul & Simons, Gary F., & Fennig, Charles D. (2016). Kenya. In Lewis, M. Paul & Simons, Gary F., & Fennig, Charles D. (eds.), *Ethnologue: Languages of the World, Nineteenth edition*. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em www.ethnologue.com/country/KE.

Otieno, Wycliffe (2002) & Ngolovoi, Mary (2009). *Brief Description of the Higher Education System in Kenya*. [documento eletrônico]. pp. 1-3. Consultado em [janeiro, 2017] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/Kenya.pdf.

Rede Angola Internacional (2016). *Chá e flores impulsionam crescimento económico do Quênia*. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em www.redeangola.info/cha-e-flores-impulsionam-crescimento-economico-do-quenia/.

Sanyal, Bikas & Martin, Michaela (1998). Management of higher education with special reference to financial management in African institutions. *IIEP Contributions No. 28*. This document was prepared for Regional Consultation and presented for the World Conference on Higher Education. [documento eletrônico]. p. 35. Consultado em [janeiro, 2017] em unesdoc.unesco.org/images/0011/001115/111513eo.pdf.

University of Nairobi (2002). *Introduction*. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em www.masterstudies.com/universities/Kenya/University-of-Nairobi/.

Weidman, JOHN (1995). *Diversifying Finance of Higher Education systems in the Third World: The Cases of Kenya and Mongolia*. [documento eletrônico]. p. 3. Consultado em [janeiro, 2017] em epaa.asu.edu/ojs/article/download/648/770&usg=AFQjCNH4fZ8CU464fQnc5tsn-GiDqRtcVQ&sig2=CjObALkEpF_zjHbtio9b8Q&bvm=bv.142059868,d.d24&cad=rja.

4.2.5 NIGÉRIA

4.2.5.1 O PAÍS

A Nigéria é um país da África Ocidental, limitado pela República do Benim; pelo Chade; pelos Camarões e pelo Níger e a sua capital é Abuja. Em julho de 2016, a população residente na Nigéria foi estimada em 186.053.386 habitantes. A língua oficial é o inglês e politicamente é uma república federal inspirada no modelo dos Estados Unidos.⁵⁴ Trata-se de uma antiga colônia britânica que se tornou independente em 1 de outubro de 1960.⁵⁵

Apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) (base PPC), estimado em 2015 num total de USD 1,092 trilhões e o per capita foi de USD 6,100 (*World Factbook*, 2016). A estrutura da economia nigeriana baseia-se nos serviços, os quais representam mais de metade do PIB (58,8%). De acordo com a mesma fonte, em 1999, a agricultura emprega quase três terços da população nigeriana (70,0%). O país exporta petróleo e produtos petrolíferos, bem como cacau.

Assim, em julho de 2016, a Nigéria foi classificada, pelo Banco Mundial, como tendo uma economia mista e uma renda média-baixa.⁵⁶



4.2.5.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR

Segundo o *Center for Comparative and Global Studies in Education* (2001:1)⁵⁷, o sistema de ensino superior na Nigéria é composto por universidades, politécnicos, instituições de tecnologia e faculdades de educação. As universidades podem ser classificadas como universidades estaduais ou federais; e como universidades de primeira, segunda ou terceira geração. As universidades federais são financiadas pelo governo federal, enquanto as universidades de estado são financiadas pelos 36 estados nigerianos. As universidades de primeira geração são as seis primeiras universidades estabelecidas na década de 1960 e início de 1970; as universidades de segunda geração eram as sete universidades estabelecidas em meados dos anos 70; as universidades de terceira geração referem-se a onze instituições, incluindo as universidades de tecnologia, estabelecidas nas décadas de 1980 e 1990.

⁵⁴Mwalimu, Charles (2005). *The Nigerian Legal System: Public Law* (Vol. 1). [documento eletrônico]. p. 6. Consultado em [janeiro, 2017] em books.google.co.uk/books?id=QWRGIYsCwPIC&pg=PP1&pg=PA6#v=onepage&q&f=false

⁵⁵CIA World Factbook (2016). NIGERIA. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html.

⁵⁶World Bank (2016). *World Bank list of economies*, s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/CLASS.XLS.

⁵⁷Center for Comparative and Global Studies in Education (2001). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in Nigeria*. [documento eletrônico]. p. 1. Consultado em [janeiro, 2017] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/Nigeria.pdf.

4.2.5.3 TENDÊNCIAS DA EXPANSÃO, DIVERSIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

De acordo com a Associação para o Desenvolvimento da Educação em África (ADEA) existiam no início dos anos 2000, 43 instituições de Ensino Superior na Nigéria. No ensino universitário nigeriano existem três níveis de ensino. A primeira fase do nível universitário oferece uma licenciatura após um mínimo de três anos e um máximo de seis anos. A segunda fase do nível universitário oferece um mestrado após um ano de pós-graduação. Na terceira fase do nível universitário obtém-se o doutoramento, em que a sua duração corresponde entre dois a três anos. Para obter a admissão no primeiro nível de ensino universitário, é preciso passar no exame de matrícula universitária (UME).

Quadro 40 – Instituições do Ensino Superior na Nigéria

Instituição	Tipo de Instituição	Nº
Universidades	Estaduais	11
	Federais	29
	Privadas aprovadas	3

Fonte: ADEA 11 ADEA (2000). *Working Group on Higher Education Report*. [documento eletrónico]. p. 3. Consultado em [janeiro, 2017] em www.adeanet.org/adea/publications/wghe/wghe_report_abuja_en.pdf.

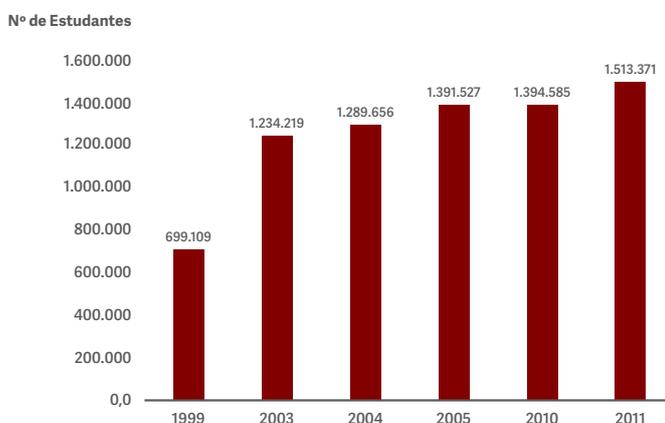
Apesar do sistema de Ensino Superior da Nigéria constituir o maior sistema de Ensino Superior da África, o mesmo já era incapaz de absorver todos candidatos qualificados e que procuravam o Ensino Superior. Face a essa situação, foram desenvolvidas três estratégias paralelas para expandir o acesso ao Ensino Superior na Nigéria:

- ♦ **Criar programas de educação a distância;**
- ♦ **Estimular as universidades privadas de boa qualidade;**
- ♦ **E expandir o sistema universitário, com o intuito de aumentar o número de matrículas.**

105

O crescimento do sistema é notório quando se compara o número de estudantes inscritos no Ensino Superior (todos os graus e programas) no início dos anos de 2000 e os anos mais recentes, mais que duplicando o número de inscritos.

Gráfico 4 – Evolução do número de estudantes inscritos no ensino superior (todos graus e programas)



Fonte: Elaborado a partir de UNESCO. *Institute for Statistics*. Consultado em Dez. 2016. data.uis.unesco.org/.

4.2.5.4 ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

De acordo com o *Center for Comparative and Global Studies in Education* (2001:2), o ensino superior na Nigéria era gratuito nas universidades federais. Porém, os alunos matriculados, nas universidades estaduais da Nigéria pagavam propinas, alimentação e alojamento. Em maio de 2002, o governo emitiu uma ordem “proibindo” a cobrança de propinas em todas as 24 universidades federais.

Segundo Kigotho (2002:s/p.),⁵⁸ estas universidades estavam a considerar a possibilidade de cobrar as propinas aos alunos como uma estratégia de recuperação de custos.

No entanto, o governo exigiu, mais recentemente, que cada universidade federal gerasse internamente pelo menos 10% de receita total através de vários meios de diversificação de receitas, conforme Odebiyi & Aina⁵⁹ [1999:36 cit. in *Center for Comparative and Global Studies in Education* (2001:2)].

Para além do enquadramento legal, o governo da Nigéria controla as universidades e outras instituições de ensino superior através dos seguintes órgãos: Ministério Federal da Educação; Comissão Nacional de Universidades (NUC) e Comitê de Vice-Chanceleres das Universidades Federais da Nigéria. A Comissão Nacional de Universidades (NUC) é a autoridade que ao longo dos anos tem vindo a desempenhar um papel de supervisão nos mecanismos de financiamento, especialmente das universidades federais, conforme Okebukola (2015:29).⁶⁰

O Comitê de Vice-Chanceleres das Universidades Federais da Nigéria atua como um órgão de coordenação e aconselha os conselhos governamentais e universitários sobre assuntos gerais e específicos do ensino superior. No entanto, cada universidade é administrada por um Conselho e um Senado e dirigida por um Vice-Chanceler. Dentro das universidades e faculdades, os institutos e centros são autónomos.

4.2.5.5 FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

Segundo Okebukola (2015), na Nigéria há 4 principais fundos que intervêm no financiamento da Educação: o *Universal Basic Education Commission* (UBEC), o *Tertiary Education Trust Fund* (TETFund), o *Petroleum Technology Development Fund* (PTDF) e o *Petroleum Equalisation Fund* (PEF). Estes fundos coordenam-se e complementam o orçamento governamental para a área da Educação e Ensino Superior. Estes fundos tiveram um forte impacto no desenvolvimento do investimento das infraestruturas físicas, bem como o apoio da investigação e formação.

Em 1993, através do Decreto-Lei n.º7 foi criado o *Education Trust Fund* (ETF), que deveria recolher o pagamento de 2% dos lucros das empresas registadas na Nigéria para a Educação e que deveriam ser distribuídos pelo ratio de 50: 40 e 10 para o Ensino Superior, Básico e Secundário, respetivamente. Por sua vez, a parte do Ensino Superior era basicamente reafecta às universidades, politécnicos e aos “colleges” de Educação através do ratio de 2:1:1, respetivamente.

Em 2011, o fundo foi alterado e a sua designação passou a ser de *Tertiary Education Trust Fund* (TETFund), mudando para o formato de uma agência, com o objectivo de apoiar e financiar supletivamente todos os níveis das instituições de ensino superior, promovendo a projectos de reabilitação, restauro e consolidação do ensino superior na Nigéria.

⁵⁸Kigotho, Wachira (2002). *Nigeria Forbids Public Universities to Charge Tuition*. s/p. Consultado em [Janeiro, 2017] em www.chronicle.com/article/Nigeria-Forbids-Public/115620.

⁵⁹Odebiyi, A. I. & Aina, Olabisi I. (1999). *Alternative modes of financing higher education in Nigeria and implications for university governance*. Final Report. Submitted to Association of African Universities, Accra, Ghana. [documento eletrónico], p. 36. Consultado em [Janeiro, 2017] em rc.aau.org/files/odebiyi.pdf.

⁶⁰Okebukola, Peter (2015). *Towards Models for Creatively Funding Higher Education in Nigeria*. In Association of African Universities, *Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa*. [documento eletrónico], p. 29. Consultado em [Janeiro, 2017] em www.adeanet.org/en/system/files/resources/aaufunding-book.pdf.

Na Nigéria,⁶¹ o financiamento do ensino superior está pendente de quatro fontes, sendo elas as seguintes:

1. **Apoio dos governos federais e estaduais que constituem mais de 98% dos custos recorrentes e 100% dos custos de capital;**
2. **Contribuições dos alunos para as despesas de subsistência no campus universitário, as quais constituem menos de 1% do total dos custos operacionais das instituições;**
3. **Contribuições de organizações comerciais privadas, sob a forma de subvenções ocasionais para fins específicos;**
4. **Juros sobre depósitos bancários de curto prazo e arrendamento de propriedades universitárias.**

Para além destas quatro principais fontes de financiamento do ensino superior, existem outras fontes de financiamento, nomeadamente doações, taxas e ajuda internacional de organizações internacionais, conforme Odebiyi & Aina [1999:34 cit. in *Center for Comparative and Global Studies in Education* (2001:3)].



⁶¹Ideia extraída de Center for Comparative and Global Studies in Education, no texto de Center for Comparative and Global Studies in Education (2006), *Higher Education Finance and Cost-Sharing in South Africa*. (2001). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in Nigeria*. [documento eletrónico], p. 3. Consultado em [janeiro, 2017] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/Nigeria.pdf.

4.2.5.5.1 PARTILHA DE CUSTOS

Para responder ao problema do subfinanciamento crónico do ensino superior, as universidades públicas nigerianas adotaram uma série de medidas de partilha de custos (*cost-sharing*), destacando-se as seguintes: contribuições/propinas pagas pelos alunos; contribuições do setor privado; voluntariado através do Serviço Nacional da Juventude da Nigéria e os empréstimos estudantis.⁶²

No que diz respeito às contribuições dos alunos, as mesmas são feitas através de uma multiplicidade de taxas, como por exemplo, registo e certificação; cartões de identidade; registo tardio; exames; taxas de inscrição no centro médico, entre outras.

Em relação às contribuições do setor privado para o ensino superior na Nigéria encontramos as doações de prémios e voluntários, bem como os professores a lecionarem as unidades curriculares gratuitamente.

De acordo com o *Center for Comparative and Global Studies in Education* (2001:4)], outra medida de “partilha de custos” adotada pelo Governo Federal é o voluntariado através do Serviço Nacional da Juventude da Nigéria. O regime foi introduzido em 1973 para os licenciados das universidades, politécnicos e faculdades de educação. A participação é obrigatória para os titulares dos primeiros graus e diplomas superiores de politécnicos e universidades de dentro e fora da Nigéria que não tenham atingido a idade de 30 anos. Estes licenciados oferecem os seus serviços para a comunidade/nação por um período de 12 meses.

Outro mecanismo que apoiou e favoreceu a “partilha de custos” foi a implementação do mecanismo de empréstimos. Em 1972, foi criado o Conselho de Empréstimos para Estudantes da Nigéria (*Nigerian Student Loan Board*), com o objectivo de apoiar os estudantes para poderem frequentar o ensino superior no país e no estrangeiro. Posteriormente, este *Board* foi substituído pelo Banco de Educação da Nigéria, que deveria servir como intermediário no mercado de crédito educacional da Nigéria, aproveitando os recursos do setor privado para o financiamento da educação e, ainda, assumir parte das responsabilidades de financiamento educacional do governo nigeriano. Em 1992, já se tinha concedido empréstimos no valor de 46 milhões de *Naira* nigerianos (US\$3.34 milhões), ainda que com sérios problemas na recuperação dos reembolsos.

As principais funções do Banco de Educação da Nigéria eram as seguintes:

- ◆ **Concessão de empréstimos para estudantes;**
- ◆ **Empréstimos para a publicação de artigos científicos;**
- ◆ **Locação financeira de equipamentos;**
- ◆ **Financiamento de projetos;**
- ◆ **Mobilização de fundos e prestação de serviços de consultoria para fins educacionais;**
- ◆ **Mobilizar a poupança educacional dos pais e professores, aconselhando os pais a tomarem apólices de seguro educacional e iniciar esquemas de poupança para seus filhos;**
- ◆ **Serviços de consultoria;**
- ◆ **Pesquisas científicas sobre economia e financiamento da educação.**

⁶²Ideia extraída de Center for Comparative and Global Studies in Education, no texto de Center for Comparative and Global Studies in Education (2006). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in South Africa*. (2001). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in Nigeria*. [documento eletrónico], p. 4. Consultado em [Janeiro, 2017] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/CountryProfiles/Africa/Nigeria.pdf.

4.2.5.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEA (2000). *Working Group on Higher Education Report*. [documento eletrônico]. p. 3. Consultado em [janeiro, 2017] em www.adeanet.org/adea/publications/wghe/wghe_report_abuja_en.pdf.

Center for Comparative and Global Studies in Education (2001). *Higher Education Finance and Cost-Sharing in Nigeria*. [documento eletrônico]. pp. 1-5. Consultado em [janeiro, 2017] em gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Country_Profiles/Africa/Nigeria.pdf.

CIA World Factbook (2016). *NIGERIA*. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html.

Kigotho, Wachira (2002). *Nigeria Forbids Public Universities to Charge Tuition*. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em www.chronicle.com/article/Nigeria-Forbids-Public/115620.

Mwalimu, Charles (2005). *The Nigerian Legal System: Public Law* (Vol. 1). [documento eletrônico]. p. 6. Consultado em [janeiro, 2017] em books.google.co.uk/books?id=QWrGIYsCwPIC&lpg=PP1&pg=PA6#v=onepage&q&f=false.

Odebiyi, A. I. & Aina, Olabisi I. (1999). Alternative modes of financing higher education in Nigeria and implications for university governance. *Final Report*. Submitted to Association of African Universities, Accra, Ghana. [documento eletrônico]. pp. 34; 36. Consultado em [janeiro, 2017] em rc.aau.org/files/odebiyi.pdf.

Okebukola, Peter (2015). Towards Models for Creatively Funding Higher Education in Nigeria. In Association of African Universities, *Towards Innovative Models for Funding Higher Education in Africa*. [documento eletrônico]. p. 29. Consultado em [janeiro, 2017] em www.adeanet.org/en/system/files/resources/aaufunding-book.pdf.

World Bank (2016). *World Bank list of economies*. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/CLASS.XLS.

4.2.6 MOÇAMBIQUE

4.2.6.1 O PAÍS

Moçambique é um país situado no sudeste do Continente Africano e a sua capital, bem como sua maior cidade é Maputo. De acordo com dados do *World Factbook*,⁶³ em julho de 2016, a população residente em Moçambique foi estimada em 25.930.150 habitantes. A língua oficial é o português e politicamente uma república semipresidencialista. Uma antiga colônia portuguesa que se tornou independente em 25 de junho de 1975.



Apresenta um Produto Interno Bruto (PIB) (base PPC), estimado em 2015, num total de USD 33,19 bilhões e o *per capita* foi de USD 1,200. A estrutura da economia moçambicana baseia-se nos serviços, os quais representam mais de metade do PIB (54,4%). Em 2013, de acordo com Masha & Ross (2014:14)⁶⁴, a agricultura emprega cerca de 80% da população moçambicana. Os produtos exportados pelo país são: camarão; castanha de caju; açúcar; citrinos; algodão; madeira; alumínio e eletricidade.

Apesar do crescimento económico moçambicano ter vindo a ser um dos mais altos do mundo, em 2011, a Organização das Nações Unidas (ONU) considerava Moçambique um dos países menos desenvolvidos do mundo, conforme UN-OHRLLS (2011, s/p.)⁶⁵.

⁶³CIA World Factbook (2016). *CABO VERDE*. [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html.

⁶⁴Masha, Iyabo & Ross, Doris C. (2014). *A experiência do crescimento, o conjunto de políticas macroeconómicas e as instituições de Moçambique*. In Ross, Doris C. (Coord.), *Moçambique em Ascensão – Construir um novo dia*. [documento eletrónico], p. 14. Consultado em [janeiro, 2017] em www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/dp/2014/afr1404p.pdf.

⁶⁵UN-OHRLLS (2011). *Least Developed Countries*. [documento eletrónico]. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em unohrlls.org/about/ldcs/.

4.2.6.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO ENSINO SUPERIOR

Segundo Langa (2013:62),⁶⁶ o desenvolvimento do ensino superior em Moçambique pode ser traçado em três períodos: o período colonial; o período socialista; a democracia multipartidária e o período de mercado livre:

- ♦ A fase colonial abrange o período de 1962 a 1975. Antes dos anos 60, Portugal não criou nas suas ex-colónias instituições de ensino superior. Respondendo às pressões da comunidade internacional e dos colonos locais portugueses, o governo português veio a criar, através do Decreto-Lei nº 44.530, de 21 de Agosto de 1962, as primeiras Instituições de Ensino Superior em Moçambique, denominadas Estudos Gerais Universitários. Em 1968, os Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM) tornam-se a Universidade Lourenço Marques;
- ♦ A segunda fase do desenvolvimento do ensino superior em Moçambique compreende o período de 1975 a 1986. Esta fase é marcada pela experiência do regime socialista, que se seguiu à independência do país em 1975. Em 1976, na sequência da onda de mudanças políticas provocadas pela independência, a Universidade de Lourenço Marques passou a ser chamada de Universidade Eduardo Mondlane (UEM). A UEM participou ativamente na formação de professores de escolas secundárias com o intuito de ampliar o sistema educativo. Foram, ainda, criadas outras faculdades, como a Faculdade de Marxismo-Leninismo, que tinha como missão a educação de todos os alunos, e a Faculdade de Combatentes e Trabalhadores da Vanguarda, com o objetivo dos quadros do partido possuírem formação superior. Nesta fase, outra forma de permitir que os moçambicanos tivessem acesso ao ensino superior, passava por enviar os estudantes para o estrangeiro, em particular para países socialistas, como a Alemanha Oriental; a União Soviética; a Checoslováquia e a Bulgária, segundo Mário *et al.*⁶⁷ [2003:8-9 cit. in Langa (2013:63)];
- ♦ A terceira fase do desenvolvimento do ensino superior em Moçambique abrange o período de 1986 até à actualidade. A reorientação sociopolítica e económica teve implicações significativas no sistema de ensino superior moçambicano. A mudança mais importante para o sistema de ensino superior foi a introdução de uma nova Lei, a Lei nº 1/93, revista em 2003, segundo Beverwijk⁶⁸ [2005:15 cit. in Langa (2013:64)]. A Lei nº 1/93 permitiu a criação de Instituições de Ensino Superior privadas e o governo moçambicano envidou esforços para expandir o sector público do ensino superior.



⁶⁶Langa, Patricio Vitorino (2013). *Higher Education in Portuguese Speaking African Countries – A Five Country Baseline Study*. [documento eletrónico]. p. 62. Consultado em [janeiro, 2017] em www.researchgate.net/publication/298646941_Higher_education_in_Portuguese_speaking_African_countries_a_five_country_baseline_study.

⁶⁷Mário, Mouzinho & Fry, Peter & Levey, Lisbeth & Chilundo, Arlindo (2003). *Higher Education in Mozambique*. [documento eletrónico], pp. 8-9. Consultado em [janeiro, 2017] em www.researchgate.net/publication/305072390_Higher_Education_in_Mozambique_A_Case_Study.

⁶⁸Beverwijk, J. (2005) *The Genesis of a System: A coalition formation in Mozambican Higher Education, 1993–2003*. [documento eletrónico]. p. 15. Consultado em [janeiro, 2017] em www.utwente.nl/bms/cheps/phdportal/CHEPS%20Alumni%20and%20Their%20Theses/ProefschriftFinal.PDF.

4.2.6.3 TENDÊNCIAS DA EXPANSÃO, DIVERSIFICAÇÃO E DIFERENCIAÇÃO

Em 2016, Moçambique apresentava uma rede com dezoito instituições de ensino superior público e trinta e três instituições de ensino superior privadas.

Quadro 41 – Instituições do Ensino Superior em Moçambique em 2016

Tipo de Escola	Instituição	Tipo de Instituição	Ano de criação
Pública	Universidade Eduardo Mondlane (UEM)	Universidade	1962
	Universidade Pedagógica (UP)	Universidade	1985
	Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI)	Instituto	1986
	Academia de Ciências Policiais (ACIPOL)	Academia	1999
	Academia Militar (AM)	Academia	2003
	Instituto Superior de Ciências de Saúde (ISCISA)	Instituto	2003
	Escola Superior de Ciências Náuticas (ESCN)	Escola Superior	2004
	Instituto Superior da Administração Pública (ISAP)	Instituto	2005
	Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique (ISCAM)	Instituto	2005
	Instituto Superior Politécnico de Gaza (ISPG)	Instituto Superior Politécnico	2005
	Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM)	Instituto Superior Politécnico	2005
	Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT)	Instituto Superior Politécnico	2005
	Universidade Lúrio (UniLurio)	Universidade	2006
	Universidade Zambeze (UniZambeze)	Universidade	2006
	Escola Superior de Jornalismo (ESJ)	Escola Superior	2008
	Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC)	Instituto	2008
	Instituto Superior Politécnico de Songo (ISPS)	Instituto Superior Politécnico	2008
	Instituto Superior de Estudos de Defesa Armando Emilio Guebuza (ISEDEF)	Instituto	2011
Privada	Universidade Católica de Moçambique (UCM)	Universidade	1995
	Universidade Politécnica (A POLITÉCNICA)	Universidade	1995
	Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM)	Instituto	1996
	Universidade Mussa Bin-Bique (UMB)	Universidade	1998
	Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTC)	Instituto	1999
	Universidade Técnica de Moçambique (UDM)	Universidade	2002
	Escola Superior de Economia e Gestão (ESEG)	Escola	2004
	Universidade Jean Piaget de Moçambique (UJPM)	Universidade	2004
	Universidade São Tomás de Moçambique (USTM)	Universidade	2004
	Instituto Superior Cristão (ISC)	Instituto	2005
	Instituto Superior de Educação e Tecnologia (ISET)	Instituto	2005
	Instituto Superior de Formação, Investigação e Ciência (ISFIC)	Instituto	2005
	Instituto Superior Dom Bosco (ISDB)	Instituto	2006
	Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique (ISCIM)	Instituto	2008
	Instituto Superior de Tecnologia e Gestão (ISTEG)	Instituto	2008
Instituto Superior Maria Mãe África (ISMMA)	Instituto	2008	
Instituto Superior Monitor (ISM)	Instituto	2008	
Instituto Superior de Ciência e Gestão (INSCIG)	Instituto	2009	

Tipo de Escola	Instituição	Tipo de Instituição	Ano de criação
Privada	Instituto Superior de Ciência e Tecnologia Alberto Chipande (ISCTAC)	Instituto	2009
	Instituto Superior de Gestão, Comércio e Finanças (ISGECOF)	Instituto	2009
	Instituto Superior de Gestão de Negócios (ISGN)	Instituto	2011
	Universidade Adventista de Moçambique (UAM)	Universidade	2011
	Universidade Nachingwea (UNA)	Universidade	2011
	Instituto Superior de Estudos e Desenvolvimento Local (ISEDEL)	Instituto	2012
	Instituto Superior Mutasa (ISMU)	Instituto	2012
	Escola Superior de Gestão Corporativa e Social (ESGCS)	Escola	2013
	Instituto Superior de Gestão, Administração e Educação (ISG)	Instituto	2013
	Instituto Superior de Ciências de Educação à Distância (ISCED)	Instituto	2014
	Instituto Superior de Ensino à Distância (ISEAD)	Instituto	2014
	Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza-Muthini (ISGE-GM)	Instituto	2014
	Universidade Metodista de Moçambique (UMUM)	Universidade	2014
	Instituto Superior de Ciências Empresariais e Tecnológicas (ISCET)	Instituto	2016
	Universidade Técnica Diogo Eugénio Guilande (UTDEG)	Universidade	2016

Fonte: MCTESTP.

Em 2015, estavam 174.802 estudantes matriculados nas instituições de ensino superior públicas e privadas, estando a maioria dos quais matriculados em instituições de ensino superior públicas (66%). Contudo, trata-se ainda de uma fraca escolarização no ensino superior (taxa bruta de escolarização do ensino superior de 6%).

Quadro 42 – Nº de Alunos matriculados por instituição de ensino superior de Moçambique em 2015

Tipo de Escola	Instituição	Nº de Estudantes
Pública	Academia de Ciências Policiais (ACIPOL)	637
	Academia Militar (AM)	1.402
	Escola Superior de Ciências Náuticas (ESCN)	1.590
	Escola Superior de Jornalismo (ESJ)	710
	Instituto Superior da Administração Pública (ISAP)	386
	Instituto Superior de Artes e Cultura (ISArC)	565
	Instituto Superior de Ciências de Saúde (ISCISA)	1.326
	Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Moçambique (ISCAM)	619
	Instituto Superior de Estudos de Defesa Armando Emilio Guebuza (ISEDEF)	216
	Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI)	1.925
	Instituto Superior Politécnico de Gaza (ISPG)	1.184
	Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM)	1.245
	Instituto Superior Politécnico de Songo (ISPS)	360
	Instituto Superior Politécnico de Tete (ISPT)	1.525
	Universidade Eduardo Mondlane (UEM)	39.078
	Universidade Lúrio (UniLurio)	2.395
	Universidade Pedagógica (UP)	52.801
	Universidade Zambeze (UniZambeze)	8.073
Subtotal		116.037

Tipo de Escola	Instituição	Nº de Estudantes
Privada	Escola Superior de Economia e Gestão (ESEG)	1.376
	Instituto Superior Cristão (ISC)	244
	Instituto Superior de Ciência e Gestão (INSCIG)	1.005
	Instituto Superior de Ciência e Tecnologia Alberto Chipande (ISCTAC)	2.124
	Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM)	2.751
	Instituto Superior de Ciências de Educação à Distância (ISCED)	2.524
	Instituto Superior de Comunicação e Imagem de Moçambique (ISCIM)	1.058
	Instituto Superior de Educação e Tecnologia (ISET)	403
	Instituto Superior de Estudos e Desenvolvimento Local (ISEDEL)	308
	Instituto Superior de Gestão de Negócios (ISGN)	541
	Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza-Muthini (ISGE-GM)	972
	Instituto Superior de Gestão, Administração e Educação (ISG)	203
	Instituto Superior de Gestão, Comércio e Finanças (ISGECOF)	6.603
	Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTC)	720
	Instituto Superior Dom Bosco (ISDB)	647
	Instituto Superior Maria Mãe África (ISMMA)	732
	Instituto Superior Monitor (ISM)	1.706
	Instituto Superior Mutasa (ISMU)	184
	Universidade Adventista de Moçambique (UAM)	335
	Universidade Católica de Moçambique (UCM)	19.417
	Universidade Jean Piaget de Moçambique (UJPM)	499
	Universidade Nachingwea (UNA)	406
Universidade Politécnica (A POLITÉCNICA)	4.063	
Universidade São Tomás de Moçambique (USTM)	5.028	
Universidade Técnica de Moçambique (UDM)	2.981	
Universidade Wutive (UniTiva)	1.935	
Subtotal		58.765
Total		174.802

Fonte: MCTESTP.⁶⁹

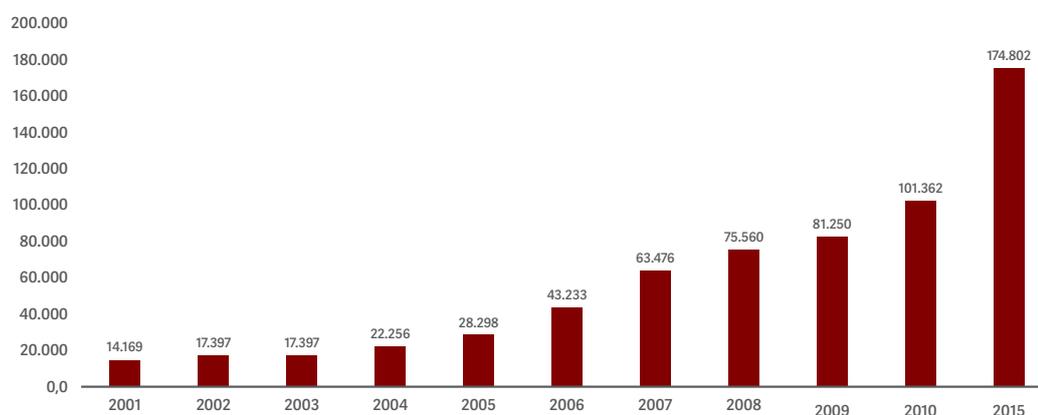
Segundo Langa (2013:69), os programas académicos lecionados nas diferentes Instituições de Ensino Superior incidem sobre as seguintes áreas científicas: artes; ciências aplicadas; ciências empresariais; ciências naturais; ciências sociais; engenharia; humanidades. Por sua vez, a Universidade Eduardo Mondlane é a única instituição pública superior que abrange quase todas as áreas de formação científica, cultural e profissional, bem como é a maior instituição do país, quer em termos de oferta dos programas académicos, quer em relação ao tamanho das suas infraestruturas.

Conforme os dados do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano – MINED (2012:119),⁷⁰ o Ensino Superior mostra um crescimento acentuado entre os anos de 2001 a 2015. Este aumento resulta do surgimento de novas instituições, tanto públicas como privadas.

⁶⁹Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional – MCTESTP (2016). *Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique 2015*. [documento eletrónico]. pp. 16-17. Consultado em [Janeiro, 2017] em www.mctestp.gov.mz/sites/default/files/sites/default/files/doc/Dados%20Estatisticos%202015.pdf

⁷⁰Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano – MINED (2012). *Plano Estratégico do Ensino Superior 2012-2020*. [documento eletrónico]. p. 119. Consultado em [Janeiro, 2017] em www.mctestp.gov.mz/sites/default/files/doc/EnsinoSuperior/Plano%20Estrategico%202012-2020.pdf

Gráfico 5 – Crescimento das Matrículas no Ensino Superior em Moçambique – 2001 – 2015



Fonte: Elaborado a partir de dados de MINED e MCTESTP.

No que diz respeito ao corpo docente das IES, no ano 2015 registavam-se 10.904 docentes nas Instituições de Ensino Superior em Moçambique, com a seguinte distribuição:

- ♦ Nas Instituições de Ensino Superior Públicas seriam 3.952 docentes a tempo inteiro e 2.803 docentes a tempo parcial, um total de 6.755 docentes;
- ♦ Nas Instituições de Ensino Superior Privadas trabalham 983 docentes a tempo inteiro e 3.166 docentes a tempo parcial, o que perfaz um total de 4.149 docentes;
- ♦ No que diz respeito às qualificações académicas do pessoal docente, a maioria possui Licenciatura e Mestrado. Os docentes com grau de doutor em tempo inteiro (672) representam 14% e estão concentrados sobretudo no ensino superior público (90% deles).



Quadro 43 – Distribuição dos docentes por habilitações literárias segundo as instituições de ensino superior

Tipo	Instituição	Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		Total	
		Tempo Inteiro	Tempo Parcial								
Pública	ACIPOL	0	0	14	56	7	27	2	7	23	90
	AM	0	0	60	39	22	22	1	0	83	61
	ESCN	0	5	1	72	2	20	0	3	3	100
	ESJ	0	0	11	32	10	12	0	3	21	47
	ISAP	0	0	12	0	13	0	3	0	28	0
	ISArC	0	0	28	43	6	3	2	1	36	47
	ISCAM	0	0	15	65	1	22	0	0	16	87
	ISCISA	0	0	8	187	1	68	1	8	10	263
	ISEDEF	0	0	17	0	34	11	7	11	58	22
	ISPG	0	0	43	9	25	4	2	0	70	13
	ISPM	0	0	35	9	29	6	3	1	67	16
	ISPS	0	0	61	21	5	9	1	7	67	37
	ISPT	0	0	60	11	8	6	0	0	68	17
	ISRI	0	0	7	11	38	7	2	1	47	19
	UEM	0	0	289	269	729	123	298	82	1.316	474
	UniLurio	0	0	118	75	44	47	10	12	172	134
	UniZambeze	0	0	88	23	136	3	33	0	257	26
UP	0	0	342	1.350	1.027	0	241	0	1.610	1.350	
Subtotal		0	5	1.209	2.272	2.137	390	606	136	3.952	2.803
Privada	A.Politécnica	1	0	23	126	14	0	1	0	39	126
	ESEG	23	0	13	0	2	13	0	0	38	13
	INSCIG	0	0	15	14	15	28	1	3	31	45
	ISC	0	0	6	23	2	0	0	0	8	23
	ISCED	0	1	48	66	4	23	3	1	55	91
	ISCIM	0	2	4	90	41	7	3	2	48	101
	ISCTAC	0	0	32	17	27	14	1	0	60	31
	ISCTEM	0	1	17	225	4	101	6	27	27	354
	ISDB	1	9	11	55	4	6	1	0	17	70
	ISEDEL	0	0	4	23	1	3	2	0	7	26
	ISSET	0	0	28	1	6	1	0	1	34	3
	ISG	0	0	2	8	3	12	3	2	8	22
	ISGECOF	0	0	1	417	0	81	1	7	2	505
	ISGE-GM	0	0	4	17	1	18	0	2	5	37
	ISGN	0	0	25	187	0	29	1	1	26	217
ISM	0	0	45	0	7	0	6	0	58	0	
ISMMA	0	0	12	29	2	19	1	2	15	50	

⁷¹Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional – MCTESTP (2016). *Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique 2015*. [documento eletrónico]. pp. 141-144. Consultado em [janeiro, 2017] em www.mctestp.gov.mz/sites/default/files/sites/default/files/doc/Dados%20Estatisticos%202015.pdf

Tipo	Instituição	Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		Total	
		Tempo Inteiro	Tempo Parcial								
	ISMU	0	0	9	24	4	1	0	0	13	25
	ISUTC	0	0	10	105	1	26	5	10	16	141
	UAM	0	0	6	15	4	8	1	1	11	24
	UCM	1	0	207	137	134	50	13	3	355	190
	UDM	0	0	15	52	5	37	3	4	23	93
	UJPM	0	1	8	45	2	21	3	12	13	79
	UNA	0	0	0	33	2	46	0	5	2	84
	UniTiva	0	0	6	126	1	75	1	6	8	207
	USTM	0	0	27	419	27	174	10	16	64	609
Subtotal		26	14	578	2.254	313	793	66	105	983	3.166
Total		26	19	1.787	4.526	2.450	1.183	672	241	4.935	5.969

Fonte: MCTESTP.⁷¹

4.2.6.4 ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Antes da aprovação da Lei 1/93, o Ensino Superior em Moçambique era controlado centralmente pelo Ministério da Educação. Os princípios de autonomia e liberdade académica, estabelecidos na Lei 1/93, vieram reduzir significativamente a interferência do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. Com este novo diploma, as Instituições de Ensino Superior deixaram de ser dependentes do ministério em muitos aspetos, tais como os cursos que poderiam oferecer e as carreiras a serem escolhidas pelos alunos [Beverwijk, 2005:15 cit. in Langa (2013:79)]. O papel dos reitores na elaboração das políticas de Ensino Superior foi ampliado, uma vez que foram nomeados para o Conselho Superior de Educação (CES). O CES reúne o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano e todas as instituições de Ensino Superior ao mais alto nível, num esforço colaborativo para moldar os mecanismos que apoiam a implementação das políticas no setor [Chilundo,⁷² 2010:109 cit. in Langa (2013:80)].

Em meados dos anos 90 a rápida expansão, diversificação e diferenciação do Ensino Superior deu origem à criação de um conselho governamental para coordenar o setor a nível nacional. Como consequência, em 2000 foi estabelecido o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (MESCT). A missão do MESCT era orientar e apoiar a expansão e diversificação do Ensino Superior, bem como colocar a ciência e a tecnologia na agenda do governo.

As questões do Ensino Superior são decididas, coordenadas e determinadas a nível nacional pelo Ministério da Educação, pelo Conselho Nacional de Educação Superior e pelo Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ). A nível institucional, cada Instituição de Ensino Superior é dirigida e coordenada pelo reitor, pelos decanos das unidades académicas e pelos conselhos institucionais, tais como o Conselho Universitário; o Conselho Científico e o Conselho Académico. Desta forma, os princípios de autonomia e liberdade académica são aplicados nas Instituições de Ensino Superior.

⁷²Chilundo, Arlindo (2010) Mozambique. In Pillay, Pundy (Ed.), *Higher Education Financing in East and Southern Africa*, documento eletrónico, p. 109. Consultado em [janeiro, 2017] em www.africanminds.co.za/wp-content/uploads/2012/06/13407160372101493429.pdf.

4.2.6.5 FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

As Instituições de Ensino Superior públicas e privadas são financiadas de forma diferente. As instituições públicas são financiadas através do financiamento governamental; com apoios de mecenas; taxas que os estudantes pagam e das atividades que proporcionam a existência de receitas. As instituições privadas são financiadas por meio do apoio dos mecenas; do capital de risco e das propinas que os estudantes pagam.

De acordo com Langa (2013:81), existem quatro principais desafios no contexto do financiamento do ensino superior em Moçambique:

- ♦ O primeiro desafio diz respeito a aumentar a taxa de participação no ensino superior em Moçambique. A mesma é baixa, com menos de 1% dos alunos com idades típicas que frequentam o ensino superior, em comparação com a média africana de 5%. Assim, para continuar a expandir o ensino superior, o governo tem de aumentar a sua participação financeira, ou então manter ou até mesmo reduzir os atuais USD 2.500 por aluno, o que teria consequências negativas na qualidade do ensino oferecido. Para continuar a expandir o ensino superior e sustentá-lo, outros atores, como famílias e empresas, devem participar ou aumentar sua participação financeira no ensino superior;
- ♦ O segundo desafio diria respeito à equidade, uma vez que o sistema de financiamento vigente seria considerado socialmente injusto, uma vez que o governo paga a mesma quantia para todos os alunos, independentemente da sua posição socioeconómica;
- ♦ O terceiro desafio diz respeito à responsabilização e à eficiência. Cada Instituição de Ensino Superior pública negocia o seu orçamento com o Ministério das Finanças de acordo com as suas necessidades, não havendo nenhum mecanismo para responsabilizar as instituições de ensino superior pelo dinheiro que recebem;
- ♦ Por último, o quarto desafio diria respeito à possibilidade de o governo participar no financiamento das Instituições de Ensino Superior particulares, através de programas e mecanismos específicos.



4.2.6.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Beverwijk, J. (2005) *The Genesis of a System: A coalition formation in Mozambican Higher Education, 1993–2003*. [documento eletrônico]. p. 15. Consultado em [janeiro, 2017] em www.utwente.nl/bms/cheps/phdportal/CHEPS%20Alumni%20and%20Their%20Theses/ProefschriftFinal.PDF.

Chilundo, Arlindo (2010) Mozambique. In Pillay, Pundy (Ed.), *Higher Education Financing in East and Southern Africa*. documento eletrônico]. p. 109. Consultado em [janeiro, 2017] em www.africanminds.co.za/wp-content/uploads/2012/06/13407160372101493429.pdf.

CIA World Factbook (2016). *CABO VERDE*. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html.

Langa, Patrício Vitorino (2013). *Higher Education in Portuguese Speaking African Countries – A Five Country Baseline Study*. [documento eletrônico]. pp. 62-64; 69; 76; 79-82. Consultado em [janeiro, 2017] em www.researchgate.net/publication/298646941_Higher_education_In_Portuguese_speaking_African_countries_a_five_country_baseline_study.

Mário, Mouzinho & Fry, Peter & Levey, Lisbeth & Chilundo, Arlindo (2003). *Higher Education in Mozambique*. [documento eletrônico]. pp. 7-9. Consultado em [janeiro, 2017] em www.researchgate.net/publication/305072390_Higher_Education_in_Mozambique_A_Case_Study.

Masha, Iyabo & Ross, Doris C. (2014). A experiência do crescimento, o conjunto de políticas macroeconômicas e as instituições de Moçambique. In Ross, Doris C. (Coord.), *Moçambique em Ascensão – Construir um novo dia*. [documento eletrônico]. p. 14. Consultado em [janeiro, 2017] em www.imf.org/external/lang/portuguese/pubs/ft/dp/2014/afr1404p.pdf.

Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional – MCTESTP (2016). *Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique 2015*. [documento eletrônico]. pp. 16-17; 41-44; 197-198. Consultado em [janeiro, 2017] em www.mctestp.gov.mz/sites/default/files/sites/default/files/doc/Dados%20Estatisticos%202015.pdf.

Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano – MINED (2012). *Plano Estratégico do Ensino Superior 2012–2020*. [documento eletrônico]. p. 119. Consultado em [janeiro, 2017] em www.mctestp.gov.mz/sites/default/files/doc/EnsinoSuperior/Plano%20Estrategico%202012-2020.pdf.

UN-OHRLLS (2011). *Least Developed Countries*. [documento eletrônico]. s/p. Consultado em [janeiro, 2017] em unohrlls.org/about-ldcs/.

**ESTUDO SOBRE OS CUSTOS
E O FINANCIAMENTO
DO ENSINO SUPERIOR
EM ANGOLA**





**RECURSOS MOBILIZADOS
PELO ESTADO PARA O ENSINO SUPERIOR
E PARA A INVESTIGAÇÃO EM ANGOLA**

5.1 EVOLUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA NO SECTOR DA EDUCAÇÃO E NO ENSINO SUPERIOR

Em Angola, à semelhança do que se verifica na generalidade dos países, a educação pública é, maioritariamente, financiada pelo Estado através das dotações orçamentais inscritas no Orçamento do Estado. Conhecer essas dotações e a sua importância no montante total do orçamento das diferentes funções do Estado é um indicador de extrema importância para apreciar a forma como o Ensino Superior, e a educação em geral, têm vindo a ser perspectivados no quadro do desenvolvimento do país e fundar políticas públicas adequadas.

Para se compreender a dimensão do esforço do Estado Angolano no financiamento da educação em geral e, concomitantemente, da educação de nível superior, torna-se necessário conhecer e analisar indicadores diversos, nomeadamente os que respeitam a evolução da parte do “bolo” orçamental afecta à educação, isto é, as despesas públicas em educação e seu peso nas despesas públicas em geral bem como, numa perspectiva macroeconómica, o peso das despesas em educação no PIB do país.

Nestas circunstâncias, neste capítulo apresentam-se os valores financeiros que foi possível obter a partir dos quais se espera contribuir para a compreensão da importância que a educação tem vindo a assumir nas medidas de política dos sucessivos governos do país.



5.1.1 EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTAL PARA O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR/ MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR

Nesta secção apresenta-se, para o período 2004 – 2016, a partir do Resumo Geral das Dotações Orçamentais dos Órgãos do Governo, a evolução do Total Geral do Orçamento de Estado (OE) Angolano bem como do orçamento afectado aos órgãos do Governo, no caso presente, ao Ministério da Educação, e à Secretaria de Estado do Ensino Superior e Ministério do Ensino Superior.

Por uma questão de clareza e facilidade de análise, no exercício que de seguida se realiza, afectamos a sigla MED ao Ministério da Educação e afectamos a sigla MES à Secretaria de Estado do Ensino Superior que detinha a competência do Ensino Superior até 2006, e ao Ministério do Ensino Superior, competente na área após essa data. De registar que os valores monetários que de seguida se apresentam, relativos ao MES englobam os montantes atribuídos e gastos por aquela Secretaria de Estado que, até 2006, era a entidade que tutelava este nível de ensino, e os montantes relativos ao Ministério do Ensino Superior, que veio substituir aquela Secretaria.

Quadro 44 – Evolução das dotações orçamentais, Total Geral, Ministério da Educação e Ministério do Ensino Superior (em AKz e taxa de crescimento anual)

Anos	OE		Ministério da Educação		Ministério do Ensino Superior	
	Dotação Orçamental	Taxa de crescimento anual %	Dotação Orçamental	Taxa de crescimento anual %	Dotação Orçamental	Taxa de crescimento anual %
2004	665.347.988.813,00		10.413.965.780,39		--	
2005	1.121.771.426.719,00	68,6	19.499.056.017,39	87,2	--	
2006	1.891.880.795.795,00	68,7	26.907.245.113,96	38,0	--	
2007	2.278.299.037.904,00	20,4	62.685.555.176,12	133,0	3.358.913.951,04	
2008	2.657.268.949.743,00	16,6	36.412.806.883,33	-41,9	4.021.746.278,25	20,1
2009	2.621.282.892.391,00	-1,4	24.996.291.176,78	-31,4	17.535.837.401,36	336,0
2010	3.959.718.901.471,00	51,1	18.632.048.612,11	-25,5	23.802.062.831,30	35,7
2011	4.380.439.095.390,00	10,6	12.521.268.484,98	-32,8	28.603.416.632,42	20,2
2012	4.501.106.290.500,00	2,8	15.436.641.420,86	23,3	39.982.442.366,29	39,8
2013	6.635.567.190.477,00	47,4	36.346.702.185,00	135,5	78.018.244.020,51	95,1
2014	7.258.384.559.944,00	9,4	40.363.003.624,11	11,0	74.356.517.045,50	-4,7
2015	5.454.022.865.085,00	-24,9	21.350.716.489,00	-47	63.850.788.043,00	-14,1
2016	6.429.287.906.777,00	17,9	43.602.564.322,00	104,2	66.718.800.209,00	4,5

Fonte: República de Angola, Ministério das Finanças, Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, Departamento de Estudos e Estatística.

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Infoneuro)

Numa leitura descritiva dos dados, é possível afirmar que o valor do OE evoluiu positivamente ao longo do período seguindo, todavia, um abrandamento do seu crescimento nos últimos anos, à semelhança do que se verificou em meados da década de 2000. Todavia, o registo apenas em valores absolutos se nos permite ver o (de)crescimento do OE bem como das dotações atribuídas aos órgãos que tutelam a educação, não nos permite perceber a forma como evoluíram realmente as grandezas em causa. Para tal, calcularam-se as taxas de crescimento anual que nos informam da evolução do OE bem como das dotações previstas para o MED e o MES. Dos dados destaca-se a irregularidade nos valores do orçamento que apresentou previsões de crescimento negativo em dois períodos: em 2009 e em 2015. No que respeita à dotação atribuída ao MES, verifica-se que o respectivo montante previsto cresceu fortemente ao longo de todo o período, apesar do forte movimento contrário entre 2008 – 2011 e em 2015. Já no que respeita ao MED, verifica-se que as dotações em causa apresentaram uma evolução irregular, particularmente a partir de 2008, apresentando taxas anuais de crescimento negativas em vários anos sendo de destacar, todavia, o reforço daquele montante no OE de 2016 ficando, ainda assim, abaixo das dotações orçamentadas em 2013 e 2014.

No entanto, as políticas de um governo, nomeadamente as políticas educativas, revêem-se não só nos montantes afectos à realização de cada função, mas, também, na importância que os diferentes órgãos de governo revelam no conjunto dos órgãos do Estado. De facto, a distribuição do “bolo orçamental” resulta, em geral, de complexas negociações entre os diferentes órgãos dos governos pelo que, por vezes, a verba que se consegue é condicionada pela capacidade negocial do detentor da pasta e pela importância dada a cada uma das funções do Estado.

Para conhecer aquela importância, é necessário conhecer valores relativos que sublinhem o peso de cada parcela/órgão de governo no valor total. Nesse sentido, observe-se o Quadro seguinte que apresenta, em percentagem, o peso das dotações atribuídas ao Ministério da Educação e à Secretaria de Estado do Ensino Superior/Ministério do Ensino Superior, em relação ao Total Geral do OE.

Quadro 45 – Peso da dotação orçamental do ME, do MES e do ME+MES, no OE (em %)

Anos	Ministério da Educação	Ministério do Ensino Superior	Ministério da Educação + Ministério do Ensino Superior
2004	1,57	0	1,57
2005	1,74	0	1,74
2006	1,42	0	1,42
2007	2,75	0,15	2,9
2008	1,37	0,15	1,52
2009	0,95	0,67	1,62
2010	0,47	0,6	1,07
2011	0,29	0,65	0,94
2012	0,34	0,89	1,23
2013	0,55	1,18	1,72
2014	0,56	1,02	1,58
2015	0,39	1,17	1,56
2016	0,68	1,04	1,72

Os valores do quadro são ilustrativos do papel menorizado que é atribuído ao MED cujo peso, no montante total do OE, decresceu de forma acentuada, nomeadamente a partir de 2008. Tal facto poderá ficar a dever-se a inúmeros factores nomeadamente as dificuldades financeiras por que vem passando o Estado Angolano dado que se se der atenção a indicadores educativos, e tomando em consideração apenas indicadores de natureza geral como a taxa de alfabetização e a taxa bruta de escolarização (Quadros 47 e 48), compreende-se que Angola terá de reforçar o investimento em educação e, em consequência, nos organismos tutelares, para atingir níveis aceitáveis de escolaridade. Na verdade, não confundindo despesas públicas com educação com as despesas afectas ao órgão “Ministério da Educação”, e aceitando a necessidade que os governos têm de tornar mais eficientes os serviços, cremos que o esforço que Angola ainda tem de realizar na educação não superior pode não se coadunar com a quebra das receitas afectas ao órgão tutelar, particularmente pelo facto de ser necessário que Angola dê corpo a uma política educativa que venha ao encontro do esforço já feito em anos anteriores.

Em termos financeiros, no caso particular do MES, conforme assinalado atrás, nos Quadros 44 e 45, assiste-se a um crescimento muito acentuado das dotações orçamentais para o ministério, facto expectável tendo em atenção as políticas enunciadas para o desenvolvimento deste subsistema de ensino que têm vindo a ser propostas e implementadas pelo Governo de Angola.

Todavia, o esforço despendido pelo país com os órgãos de governo que tutelam a educação, superior e não superior, revela uma situação que se nos afigura bastante deficitária quando se percebe que o total das despesas públicas orçamentadas para esses órgãos não chega, sequer, aos 2% do OE na quase totalidade dos anos em análise, facto que pode dificultar a realização, pelos órgãos do governo, das acções necessárias ao crescimento do sistema educativo, em quantidade e em qualidade, sistema educativo ainda com largas franjas de jovens fora do sistema ao mesmo tempo que os indicadores demográficos apontam, exactamente, para um processo continuado de crescimento das coortes em idade escolar (desde o ensino básico ao superior) na próxima década.

O Quadro seguinte mostra o esforço que Angola desenvolveu no sentido de uma “educação para todos”, com o crescimento acentuado da taxa de alfabetização nos finais da década de 1990. Todavia, o ritmo de crescimento quase que parou nos anos posteriores o que contraria os objectivos de desenvolvimento propostos pelas autoridades angolanas.

Quadro 46 – Taxa de alfabetização em percentagem

Anos	1998	2001	2010	2011	2013 (*)	2014 (*)	2015 (*)
Taxa	42 %	67,4 %	70,1 %	70,4 %	70,8 %	71,0 %	71,2 %

Fonte: CIA *World Factbook*, acedido em 17/11/2016; (*) AfDB acedido em 08/05/2017.

De igual forma, também a taxa líquida de escolarização, aqui representada pela taxa líquida de frequência, apresenta níveis muito baixos, em especial no que respeita ao ensino secundário, ao mesmo tempo que, quando analisada em termos “territoriais” evidencia as enormes assimetrias que caracterizam o país face à educação. Observe-se o Quadro 47.

Quadro 47 – Taxa líquida de escolarização, em percentagem, em 2011

	Angola	Urbano	Rural
Ensino Primário	77,2 %	85,6 %	68,5 %
Ensino Secundário	20,6 %	31,7 %	6,6 %

Fonte: IBEP, 2011 – “*Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Angola*”, Ministério da Educação, Luanda, Novembro 2014.

Nota: Não se encontraram valores para períodos posteriores a 2011.

Os dados acima pecam, certamente, pela sua “antiguidade” pelo que é possível que pequem “por defeito”. Todavia, e tendo em conta a informação disponível, o que parece ser real é Angola ainda apresentar, por um lado, um número exíguo de jovens em idade escolar a frequentar o sistema educativo, particularmente no que se refere ao ensino secundário; e, por outro, apresentar fortes assimetrias de desenvolvimento entre os centros urbanos e as regiões rurais, em detrimento destas, situação que exige medidas de política educativa

capazes de elevar os níveis de equidade e justiça social do sistema educativo. Para além de que o elevado número de jovens que não ingressa no sistema educativo e aquelas assimetrias de desenvolvimento acabarão por se repercutir, também, na procura de educação superior com os consequentes efeitos perversos inter-regiões e na produção de capital humano qualificado capaz de responder às necessidades de um país que tem por objectivo desenvolver-se e adquirir alguma centralidade regional.

5.1.2 EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MED E DO MES

Naturalmente, a análise sobre o peso da despesa efectuada com os órgãos de governo afectos à educação no total das despesas públicas angolanas sairia ferida na sua racionalidade se não fosse dada atenção ao facto de que é diferente referir-se a dotação orçamental de um Ministério da respectiva execução orçamental. Efectivamente, se a realização de qualquer actividade necessita de financiamento, tal não significa que esse financiamento tenha, realmente, sido executado com consequências naturais na implementação daquilo que teria sido projectado. Nestas circunstâncias se justifica que se analise a forma como o Ministério da Educação e a Secretaria de Estado do Ensino Superior/Ministério do Ensino Superior executaram os orçamentos que lhes tinham sido afectos.

5.1.2.1 TAXA DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE ESTADO

Para que se possa compreender e apreciar os níveis de execução dos orçamentos do Ministério da Educação e do Ministério do Ensino Superior, torna-se indispensável conhecer, antecipadamente, a execução do próprio Orçamento de Estado. Disso nos dá conta o Quadro 48 que apresenta o Resumo Geral da Execução Orçamental da Despesa por Órgãos do Governo.

Quadro 48 – Execução orçamental – total da despesa pública (em AKz e % da dotação orçamental) (*)

Anos	Orçamento de Estado (dotação – AKz)	Orçamento de Estado Executado (AKz)	Orçamento de Estado Executado em % do OE
2004	665.347.988.813,00	475.636.100.332,32	71,49
2005	1.121.771.426.719,00	884.561.050.214,42	78,85
2006	1.891.880.795.795,00	1.433.012.506.220,97	75,75
2007	2.278.299.037.904,00	1.748.607.731.780,91	76,75
2008	2.657.268.949.743,00	2.552.416.037.309,70	96,05
2009	2.621.282.892.391,00	2.020.352.003.332,51	77,07
2010	3.959.718.901.471,00	3.179.373.434.474,05	80,29
2011	4.380.439.095.390,00	4.310.705.619.872,06	98,41
2012	4.501.106.290.500,00	4.498.916.945.706,67	99,95
2013	6.635.567.190.477,00	6.119.733.373.612,73	92,23
2014	7.258.384.559.944,00	6.860.923.377.636,50	94,52

(*) Só foram disponibilizados dados para o período 2004 – 2014.

Fonte: República de Angola, Ministério das Finanças, Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, Departamento de Estudos e Estatística.

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

Os valores do Quadro 48 evidenciam o esforço que o Estado Angolano tem vindo a desenvolver no sentido de cumprir as suas metas orçamentais, ao longo do período em análise. De facto, entre 2004 e 2014 assiste-se a uma taxa crescente da execução do orçamento que, em 2012, atinge valores próximos dos 100%, à semelhança dos últimos anos.

5.1.2.2 TAXAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MED E DO MES

Conhecida que é a execução do OE no período em consideração, coloca-se a questão de saber se a execução orçamental dos órgãos do governo relacionados com o sector educativo (educação não superior e superior) tem acompanhado, ou não, o nível de execução do orçamento de Estado. Observem-se os Quadros 49 e 50 que apresentam, respectivamente, a execução do orçamento do MED e do MES.

Quadro 49 – Execução orçamental do Ministério da Educação (em AKz e em %)

Anos	Dotação Orçamental	Execução Orçamental	Execução orçamental em % da dotação
2004	10.413.965.780,39	6.424.446.299,86	61,69
2005	19.499.056.017,39	10.599.110.700,85	54,36
2006	26.907.245.113,96	20.254.256.588,54	75,27
2007	62.685.555.176,12	39.615.390.810,47	63,2
2008	36.412.806.883,33	33.646.114.266,09	92,4
2009	24.996.291.176,78	13.052.597.979,62	52,22
2010	18.632.048.612,11	15.744.852.012,28	84,5
2011	12.521.268.484,98	11.904.613.599,64	95,08
2012	15.436.641.420,86	15.401.779.354,16	99,77
2013	36.346.702.185,00	27.713.457.794,17	76,25
2014	40.363.003.624,11	33.777.100.743,22	83,68

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da República de Angola, Ministério das Finanças, Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, Departamento de Estudos e Estatística.

1 USD = a 100.55 Kwanzas (em Dez. de 2014, fonte: Inforeuro)

Como se pode verificar no Quadro 49, a execução orçamental do MED foi, ao longo do período, bastante irregular havendo anos em que a execução orçamental ficou próxima da metade da dotação orçamentada para o MED. No Quadro 51 apresenta-se a execução orçamental da Secretaria de Estado do Ensino Superior/Ministério do Ensino Superior, no mesmo período.

Quadro 50 – Execução orçamental do Ministério do Ensino Superior (em AKz e em %)

Anos	Dotação Orçamental	Execução orçamental	Execução orçamental em % da dotação
2004	-	0	0
2005	-	0	0
2006	-	0	0
2007	3.348.913.951,04	3.017.900.672,75	90,12
2008	4.021.746.278,25	3.611.655.941,58	89,8
2009	17.535.837.401,36	11.027.839.308,81	62,89
2010	23.802.062.831,30	178.929.550,96	75,17
2011	28.603.416.632,42	26.731.247.059,54	93,45
2012	39.982.442.366,29	39.884.227.622,40	99,75
2013	78.018.244.020,51	64.884.783.652,33	83,17
2014	74.356.517.045,50	63.664.906.375,82	85,62

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da República de Angola, Ministério das Finanças, Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, Departamento de Estudos e Estatística.

1 USD = a 100.55 Kwanzas (em Dez. de 2014, fonte: Inforeuro)

À semelhança do que se verificou com a execução do MED, também a execução orçamental do Ensino Superior foi irregular mas, contrariamente ao que aconteceu com o MED, a taxa de execução foi sempre mais elevada, apresentando, em geral, valores na ordem dos 90%.

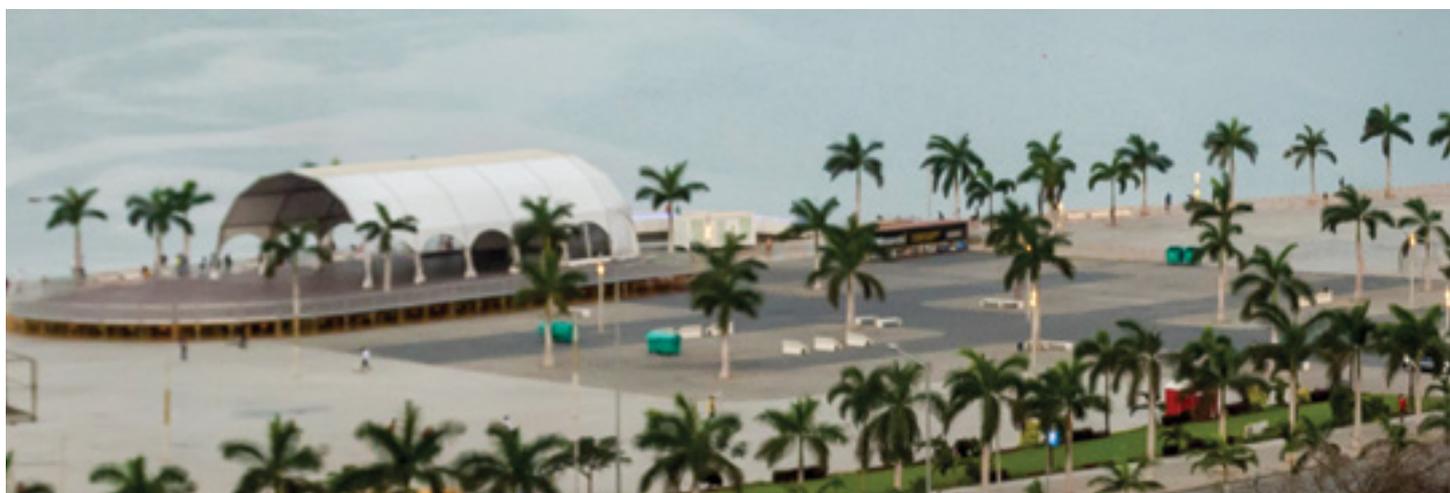
Para um melhor entendimento do comportamento dos dois ministérios apresenta-se, no quadro seguinte as taxas de execução do OE e dos MED e MES.

Quadro 51 – Taxa de execução do Orçamento de Estado, do orçamento do Ministério da Educação e do orçamento do Ministério do Ensino Superior (em %)

Anos	OE	MED	MES
2004	71,49 %	61,69 %	0
2005	78,85 %	54,36 %	0
2006	75,75 %	75,27 %	0
2007	76,75 %	63,2 %	90,12 %
2008	96,05 %	92,4 %	89,8 %
2009	77,07 %	52,22 %	62,89 %
2010	80,29 %	84,5 %	75,17 %
2011	98,41 %	95,08 %	93,45 %
2012	99,95 %	99,77 %	99,75 %
2013	92,23 %	76,25 %	83,17 %
2014	94,52 %	83,68 %	85,62 %

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da República de Angola, Ministério das Finanças, Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, Departamento de Estudos e Estatística.

A comparação das taxas de execução orçamental do OE, do MED e do MES que o Quadro anterior apresenta, revela uma evolução semelhante das três séries monetárias ainda que os valores de execução, nem sempre sejam próximos. De facto, pode verificar-se que a execução orçamental quer do OE quer do MED e do MES se caracterizou por alguma irregularidade mas, simultaneamente, por uma recuperação, particularmente na presente década. Todavia, os números mostram, também, que apesar daquela semelhança evolutiva, os MED e MES apresentam sempre um défice de execução quando comparado com a execução do OE, situação que vem agravar o facto de as dotações orçamentais para os órgãos da educação serem exíguas.



O Quadro seguinte revela bem essa exiguidade ao resumir o total das despesas públicas, isto é, o total executado do orçamento de estado, bem como o total executado pelo Estado Angolano com o MED e o MES não só em valores absolutos mas, também, a sua taxa de crescimento anual.

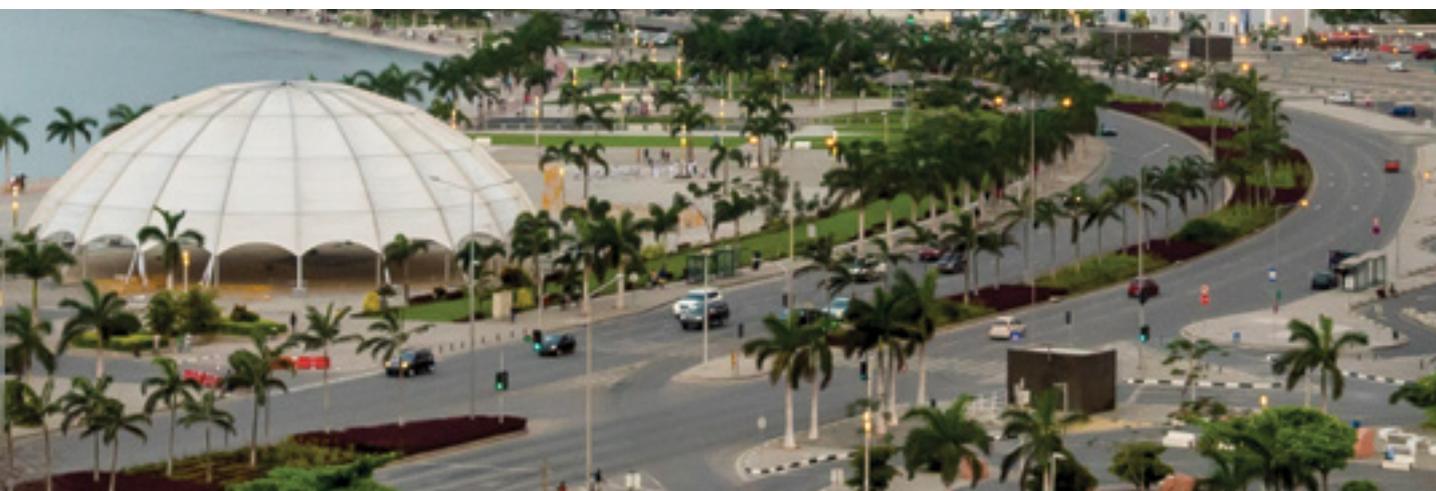
Quadro 52 – Execução Orçamental (OE, ME, MES), em AKz e taxa anual de crescimento

Anos	Orçamento de Estado Global		Ministério da Educação		Ministério do Ensino Superior	
	Despesa Executada AKz	Taxa de crescimento anual %	Despesa Executada AKz	Taxa de crescimento anual %	Despesa Executada AKz	Taxa de crescimento anual %
2004	475.636.100.332,32		6.424.446.299,86			
2005	884.561.050.214,42	86	10.599.110.700,85	65		
2006	1.433.012.506.220,97	62	20.254.256.588,54	91,1		
2007	1.748.607.731.780,91	22	39.615.390.810,47	95,6	3.017.900.672,75	
2008	2.552.416.037.309,70	46	33.646.114.266,09	-15,1	3.611.655.941,58	19,7
2009	2.020.352.003.322,51	-20,8	13.052.597.979,62	-61,1	11.027.839.308,81	205,4
2010	3.179.373.434.474,05	57,4	15.744.852.012,28	20,6	17.892.955.095,69	62,3
2011	4.310.705.619.872,06	35,6	11.904.613.599,64	-24,4	26.731.247.059,54	49,4
2012	4.498.916.945.706,67	4,4	15.401.779.354,16	29,4	39.884.227.622,40	49,2
2013	6.119.733.373.612,73	36	27.713.457.794,17	79	64.884.783.652,33	62,7
2014	6.860.923.377.636,50	12,1	33.777.100.743,22	21,9	63.664.906.375,82	-1,9

Fonte: República de Angola, Ministério das Finanças, Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, Departamento de Estudos e Estatística.

1 USD = a 100.55 Kwanzas (em Dez. de 2014, fonte: Inforeuro)

Dos valores do quadro 52 pode concluir-se acerca das dotações efectivamente executadas e a sua variação anual. O que se destaca de forma evidente dos valores do quadro é o fraquíssimo crescimento ao longo do período dos montantes da despesa pública e das despesas com a educação (superior e não superior), com taxas de crescimento anual, salvo situações pontuais, muito pequenas ou mesmo negativas. Os dados mostram, claramente, o défice de esforço orçamental que o Estado Angolano tem vindo a colocar numa função básica do Estado como é a educação particularmente porque, como se referiu atrás, Angola ainda tem, e continuará a ter se não houver maior investimento na educação, uma fraca taxa de escolarização no ensino secundário.



Todavia, se compararmos a variação entre 2007 e 2014 (desde que houve a separação dos 2 ministérios), constatamos que há uma diminuição no Ministério da Educação (-15% entre 2014 e 2007) e um crescimento exponencial no Ministério do Ensino Superior (+2010%), o qual tem uma despesa efectuada de quase o dobro da do Ministério de Educação.

Partindo dos valores do Quadro 52, determinou-se o peso das despesas do Estado Angolano executadas pelos ministérios da educação e do Ensino Superior, no total da execução orçamental do Estado Angolano. Observe-se o Quadro 53.

Quadro 53 – Orçamento executado pelo MED e MES, em percentagem da execução do OE

Anos	Ministério da Educação	Ministério do Ensino Superior	Ministério da Educação + Ministério do Ensino Superior
2004	1,35	0,00	1,35
2005	1,20	0,00	1,20
2006	1,41	0,00	1,41
2007	2,27	0,17	2,44
2008	1,32	0,14	1,46
2009	0,65	0,55	1,19
2010	0,50	0,56	1,06
2011	0,28	0,62	0,90
2012	0,34	0,98	1,23
2013	0,45	1,06	1,51
2014	0,49	0,93	1,42

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados da República de Angola, Ministério das Finanças, Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, Departamento de Estudos e Estatística.

Os valores do quadro evidenciam o fraquíssimo peso que os orçamentos executados pelos ministérios da Educação e do Ensino Superior têm vindo a ter nas despesas públicas, configurando uma realidade que não perspectiva adequadamente o importante papel que estes organismos têm na condução de uma política educativa que deverá contribuir fortemente para o desenvolvimento económico, social e cultural de um país para além de, obviamente, do desenvolvimento pessoal da população angolana.

Aumentar as dotações orçamentais destes dois ministérios irá, segundo cremos, ao encontro do discurso de sucessivos governos angolanos acerca do papel que a educação irá desempenhar no desenvolvimento do país e que tem tomado corpo, aliás, na legislação mais recente que anuncia a indispensabilidade de fazer crescer, em quantidade e em qualidade, a educação num país onde o ensino ainda se encontra por consolidar.

5.1.3 DESPESAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E DESPESA PÚBLICA TOTAL

5.1.3.1 DESPESAS ORÇAMENTADAS

Se é importante conhecer de que modo os ministérios da educação e do Ensino Superior têm sido orçamentalmente contemplados, dadas as iniciativas que se esperam por parte dos respectivos dirigentes no sentido do desenvolvimento da educação superior e não superior no país, mais importante é conhecer os montantes que o Estado Angolano tem vindo realmente a despende com a educação, através dos mais variados órgãos de governos, centrais e provinciais e medidas de política educativa e de apoio social, isto é, as despesas públicas em educação no total das despesas públicas.

Nesse sentido, no quadro 54 apresentam-se os montantes orçamentados por Angola no exercício dessa importante função que cabe aos Estados, a função educativa.

Quadro 54 – Total da despesa pública e da despesa pública em Educação prevista nos OE (em Kwanzas e %) e taxas de crescimento anual (em %)

Anos	Orçamento do Estado (1)	Despesas em Educação (2)	(2)/(1)*100	Taxa de Crescimento anual do OE %	Taxa de Crescimento anual das despesas em educação %
2003	539.091.353.973,00	41.601.248.656,00	7,7		
2004	665.347.988.813,00	70.379.239.358,30	10,6	23,4	69,2
2005	1.121.771.426.719,0	80.105.278.807,93	7,1	68,6	13,8
2006	1.891.880.795.795,00	100.454.498.422,08	5,3	68,7	25,4
2007	2.278.299.037.904,00	192.293.230.546,65	8,4	20,4	91,4
2008	2.657.268.949.743,00	193.677.389.587,65	7,3	16,6	0,7
2009	2.621.282.892.391,00	234.575.868.385,13	9,0	-1,4	21,1
2010	3.959.718.901.471,00	248.834.463.523,33	6,3	51,1	6,1
2011	4.380.439.095.390,00	325.541.203.840,85	7,4	10,6	30,8
2012	4.501.106.290.500,00	362.217.451.653,21	8,1	2,8	11,3
2013	6.635.567.190.477,00	561.409.634.811,95	8,5	47,4	55,0
2014	7.258.384.559.944,00	458.971.169.803,90	6,3	9,4	-18,2
2015	5.454.022.865.085,00	475.257.365.447,02	8,7	-24,9	3,5
2016	6.429.287.906.777,00	491.169.125.429,00	7,6	17,9	3,3

Fonte: República de Angola, Ministério das Finanças, Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, Departamento de Estudos e Estatística, Resumo Geral da Dotação Orçamental por Função.

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

Os valores do quadro anterior são reveladores de alguma irregularidade nas preocupações educativas por parte do Governo Angolano. Ao longo do período assiste-se a uma flutuação nas despesas públicas orçadas em educação em percentagem do total das despesas públicas orçadas, situação que dificulta um planeamento a longo prazo do crescimento de um sector de primordial importância para o desenvolvimento do país e que ainda apresenta muitas fragilidades.

Aliás, a vontade expressa em desenvolver a educação irá exigir um real reforço do peso das despesas públicas em educação, no sentido de aproximar aquele peso ao que ocorre nos países mais desenvolvidos os quais, apesar de apresentarem já um sistema educativo maduro e consolidado, com infra-estruturas ajustadas às necessidades do país e com docentes devidamente formados e uma educação para todos no nível não superior e de acesso universal no que respeita à educação superior, ainda dispõem com a educação mais de 10% das despesas públicas como acontece com a maior parte dos países da OCDE (2016, Table B4.1), enquanto Angola apenas em 2004 apresentava uma previsão de despesa daquela ordem.

Voltando aos valores do quadro anterior, pode verificar-se que as taxas de crescimento anual da despesa pública previstas em educação acompanha a tendência das taxas homólogas relativas ao OE apresentando, todavia, em geral menores valores facto que indicia um menor crescimento das dotações orçamentais para a educação do que para o OE em geral.

Interessante será, também, perceber o peso das despesas públicas previstas com a educação de nível superior no total da previsão de despesas públicas em educação. Observe-se o quadro seguinte.

Quadro 55 – Total da despesa pública prevista em Educação e com o Ensino Superior (em Kwanzas), peso da despesa prevista com o Ensino Superior no total da despesa prevista com a educação (em %) e taxas de crescimento anual das despesas públicas previstas em educação e com o Ensino Superior

Anos	Despesas em Educação (1)	Despesas com Ensino Superior (2)	(2)/(1)*100	Taxa de Crescimento anual das Despesas em Educação %	Taxa de Crescimento anual das despesas com o Ensino Superior
2003	41.601.248.656,00	2.749.362.872,00	6,6		
2004	70.379.239.358,30	4.560.357.747,19	6,5	69,2	65,9
2005	80.105.278.807,93	9.138.425.808,16	11,4	13,8	100,4
2006	100.454.498.422,08	9.483.866.280,83	9,4	25,4	3,8
2007	192.293.230.546,65	16.747.734.949,72	8,7	91,4	76,6
2008	193.677.389.587,65	21.217.352.635,38	11,0	0,7	26,7
2009	234.575.868.385,13	25.022.849.381,04	10,7	21,1	17,9
2010	248.834.463.523,33	27.846.703.709,64	11,2	6,1	11,3
2011	325.541.203.840,85	34.551.585.428,45	10,6	30,8	24,1
2012	362.217.451.653,21	45.916.715.730,00	12,7	11,3	32,9
2013	561.409.634.811,95	82.648.219.749,36	14,7	55,0	80,0
2014	458.971.169.803,90	80.331.621.961,52	17,5	-18,2	-2,8
2015	475.257.365.447,02	65.163.189.729,85	13,7	3,5	-18,9
2016	491.169.125.429,00	67.760.392.357,00	13,8	3,3	4,0

Fonte: República de Angola, Ministério das Finanças, Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, Departamento de Estudos e Estatística, Resumo Geral da Dotação Orçamental por Função.

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

A análise dos valores do quadro é elucidativa de uma preocupação crescente dos governos angolanos com o Ensino Superior. Ao longo do período assiste-se ao crescimento das despesas previstas com o Ensino Superior no total das despesas públicas previstas em educação cujo peso no total da despesa pública prevista mais que duplicou ao longo do período. Por outro lado, as taxas anuais de crescimento de ambas as grandezas induzem a análise no mesmo sentido. Apesar do fraco e irregular crescimento das despesas previstas com o Ensino Superior no total das despesas com a educação, os valores obtidos evidenciam uma preocupação com o Ensino Superior que se concretiza nas dotações previstas.

Pelos valores expressos nos quadros anteriores, percebe-se, pois, que os governos angolanos têm vindo a preocupar-se com a educação – superior e não superior – tendo em atenção as dotações previstas para esta função. A questão que se coloca, neste momento, é saber se essas despesas realmente foram efectuadas uma vez que o OE, sendo um documento de previsão de despesas não nos dá o conhecimento real do que foi gasto se não através do relatório de execução orçamental. Nesse sentido, será importante analisar as despesas públicas efectivamente realizadas em educação e em educação superior, no total das despesas públicas realizadas.

5.1.3.2 DESPESAS REALIZADAS – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL COM A FUNÇÃO EDUCATIVA

O quadro seguinte apresenta o total das despesas públicas bem como as despesas públicas totais em educação.

Quadro 56 – Total da despesa pública e da despesa pública em educação realizada após a execução orçamental (em Kwanzas) e % da despesa pública com a educação no total da despesa pública e taxas anuais de crescimento das duas grandezas

Anos	Orçamento do Estado (1)	Despesas públicas em Educação (2)	(2)/(1)*100	Taxa de Crescimento anual do OE executado	Taxa de Crescimento anual das despesas públicas em educação
2003	642.599.199.995,71	35.157.374.008,79	5,47		
2004	475.636.100.332,32	38.258.684.380,30	8,04	-26,0	8,8
2005	884.561.050.214,42	55.561.821.774,76	6,28	86,0	45,2
2006	1.433.012.506.220,97	85.523.557.267,09	5,97	62,0	53,9
2007	1.748.607.731.780,91	146.024.376.512,04	8,35	22,0	70,7
2008	2.552.416.037.309,70	178.736.043.782,69	7	46,0	22,4
2009	2.020.352.003.322,51	178.812.514.452,90	8,85	-20,8	0,0
2010(*)	3.179.373.434.474,05	219.372.361.525,51	6,9	57,4	22,7
2011(*)	4.310.705.619.872,06	318.402.297.855,82	7,39	35,6	45,1
2012(*)	4.498.916.945.706,67	361.793.818.539,87	8,04	4,4	13,6
2013(*)	6.119.733.373.612,73	496.469.505.942,87	8,11	36,0	37,2
2014(**)	6.860.923.377.636,50	405.102.935.251,72	5,9	12,1	-18,4

Resumo Geral da Execução Orçamental da Despesa por Função.

Fonte: Direcção Nacional da Contabilidade Pública, Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE).

Notas: * Execução do Orçamento Geral do Estado tal como se apresenta na Conta Geral do Estado dos respectivos anos.

** Execução do Orçamento Geral do Estado preliminar (Conta Geral do Estado em processo de aprovação).

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

A análise dos valores do quadro anterior, dá-nos a perspectiva real dos gastos públicos em educação e que são manifestamente baixos para as necessidades de um país que precisa de consolidar a sua função educativa. A comparação destes valores com o que se verifica nos países da OCDE permite realmente afirmar como é deficitária a despesa pública em educação em Angola. Aliás, se as despesas previstas já eram manifestamente insuficientes a sua execução ainda piorou o cenário deficitário que os orçamentos de estado revelam. Por outro lado, também as taxas de crescimento do orçamento executado e das despesas com a educação mostram claramente a irregularidade e défice no crescimento de cada uma das grandezas, vindo tornar mais visível o défice no investimento realizado pelo país em educação.

De seguida, apresenta-se o peso das despesas efectuadas com o Ensino Superior no total das despesas públicas com a educação, bem como as taxas de crescimento anual das duas grandezas.

Quadro 57 – Total da despesa pública em educação e da despesa pública com o Ensino Superior (em Kwanzas), percentagem da despesa pública com educação superior no total da despesa pública em educação e taxas de crescimento anual das despesas públicas em educação e com o Ensino Superior

Anos	Despesas públicas em Educação (2)	Despesas públicas em Educação Superior (2)	(2)/(1)*100	Taxa de Crescimento anual das despesas públicas em educação, %	Taxa de Crescimento anual das despesas públicas em educação superior, %
2003	35.157.374.008,79	5.279.560.084,27	15,0		
2004	38.258.684.380,30	3.154.837.040,25	8,2	8,8	-40,2
2005	55.561.821.774,76	7.413.593.782,73	13,3	45,2	135,0
2006	85.523.557.267,09	7.768.011.431,73	9,1	53,9	4,8
2007	146.024.376.512,04	13.199.028.836,08	9,0	70,7	69,9
2008	178.736.043.782,69	19.137.547.742,88	10,7	22,4	45,0
2009	178.812.514.452,90	16.875.892.063,95	9,4	0,0	-11,8
2010(*)	219.372.361.525,51	21.901.552.975,52	10,0	22,7	29,8
2011(*)	318.402.297.855,82	32.257.339.429,44	10,1	45,1	47,3
2012(*)	361.793.818.539,87	45.822.612.054,16	12,7	13,6	42,1
2013(*)	496.469.505.942,87	69.176.532.536,01	13,9	37,2	51,0
2014(**)	405.102.935.251,72	68.870.881.009,09	17,0	-18,4	-0,4

Resumo Geral da Execução Orçamental da Despesa por Função.

Fonte: Direcção Nacional da Contabilidade Pública, Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado (SIGFE).

Notas: * Execução do Orçamento Geral do Estado tal como se apresenta na Conta Geral do Estado dos respectivos anos.

** Execução do Orçamento Geral do Estado preliminar (Conta Geral do Estado em processo de aprovação).

1 USD = a 100.55 Kwanzas (em Dez. de 2014, fonte: Inforeuro)

A análise dos valores do quadro anterior testemunha a irregularidade das despesas públicas realizadas com o Ensino Superior no total das despesas públicas com a educação. Tal irregularidade é, também, evidenciada pelos valores das taxas de crescimento anual de ambas as grandezas sendo que a comparação daquelas taxas, ano a ano, evidencia que houve, em geral, um menor crescimento da execução orçamental das despesas afectas ao Ensino Superior do que das dotações afectas à educação como um todo.

Todavia, a execução orçamental do orçamento para a educação e para o Ensino Superior vai ao encontro das preocupações actuais dos dirigentes angolanos para os quais o Ensino Superior será um instrumento fundamental para o desenvolvimento do país. No entanto, é de registar a fragilidade do investimento educativo pelo Estado Angolano quando se compara a percentagem da despesa pública em educação no total da despesa pública em Angola com valores homólogos internacionais surgindo Angola como um dos países onde o Estado menos gasta em educação. Veja-se o quadro abaixo com valores de 2010, do Banco Mundial.

Quadro 58 – Peso das despesas públicas em educação no total das despesas públicas (%)

Zona Euro	Líbano	África Subsariana	PMD(*)	Zimbabwe	Angola
12,0	7,2	16,22	15,3	8,3	8,5

Fonte: Banco Mundial, in "Angola – Internacionalização da Economia Angolana

– Internacionalização das Economias – Lisboa 3 e 4 de Junho de 2014; Relatório elaborado pelo Banco BIC.

(*) Países Menos Desenvolvidos segundo a classificação da ONU.

5.1.4 DESPESAS EM EDUCAÇÃO EM PORCENTAGEM DO PIB

Outro indicador usualmente utilizado para apreciar a importância da educação num país é o peso das despesas públicas em educação no PIB medido pela percentagem do PIB canalizado para esta actividade.

No Quadro seguinte apresenta-se a evolução do gasto público em educação em Angola e no Mundo, bem como em alguns países, dados do Banco Mundial. De referir que a série relativa a Angola é continuamente interrompida, pelo que se apresentam, entre 2000 e 2010 dados apenas para 4 datas. Nos restantes anos, bem como posteriormente a 2010, a indicação que nos é fornecida pelo Banco Mundial: é “sem dados”. Os dados relativos aos outros países apresentados no quadro, foram condicionados pelas datas existentes para Angola. Os países africanos apresentados, justificam-se por terem vindo a desenvolver um grande esforço para o desenvolvimento da sua educação e que foram, exactamente por isso, os países para o *benchmarking* apresentados em capítulo anterior deste Relatório.

Quadro 59 – Despesa pública em educação, em percentagem do PIB (em %)

Anos/ Região	Angola	Gana	Quénia	África do Sul	Cabo Verde	Nigéria	Brasil	Portugal	Mundo
2000	2,61	5,35 (2001)	5,19	5,59	5,97	AD	3,94	5,16	3,970
2005	2,78	7,42	7,34	5,28	6,76 (2004)	AD	4,48	5,07	4,347
2006	2,86	5,26	7,05	5,29	5,85	AD	4,87	4,91	4,471
2010	3,48	5,54	6,67	5,96	4,94	AD	5,65	5,4	4,939

Fonte: World Bank, www.deepask.com/goes?page=angola, acessido em 12/11/2016.

A análise dos valores do quadro evidencia bem que Angola é, de entre os países apresentados e, incluindo, o “Mundo”, a região onde se tem vindo a investir menos em educação, como percentagem do PIB, situação que dificulta o crescimento de um sector primordial para o desenvolvimento do país e que problematiza as intenções declaradas pelos governantes.

Face ao exposto, e considerando o papel que o Governo de Angola espera que o ensino superior venha a desempenhar no país, torna-se premente questionar a irregularidade quer da execução orçamental por parte do MES quer o défice dos recursos alocados às instituições públicas de ensino superior. Numa tentativa de dar resposta aos problemas que se têm vindo a colocar acerca do financiamento do ensino superior em Angola, e face à inexistência de dados objectivos, a equipa questionou o MES que explicou os procedimentos que têm vindo a ser tomados no financiamento do ensino superior público angolano.

Assim, em conformidade com a informação prestada pelo Ministério, o subsistema do ensino superior não tem uma política de financiamento que defina com clareza as regras de alocação de recursos, sendo que, no momento, a preocupação das autoridades angolanas tem sido a de expansão de ensino, com a criação de novas instituições, na sua grande maioria resultantes dos núcleos e unidades orgânicas da Universidade Agostinho Neto nas províncias. Pelo facto de a preocupação fundamental actual ser a de expansão do sistema, não tem ocorrido alterações no esquema de financiamento, sendo que os tectos orçamentais estabelecidos para as IES se têm mantido inalterados desde a sua criação, sendo que o único critério aplicado para atribuição dos recursos é o da disponibilidade mínima existente na altura da elaboração da proposta do Orçamento Geral do Estado. Os incrementos orçamentais que se verificam ao longo do tempo são residuais, tendo em conta o ponto de partida,

e na generalidade resultam da dotação atribuída ao órgão de tutela e ao programa de bolsas de estudo. Assim, o modelo actual não assenta nem no desempenho das IES, nem no número de estudantes que atende, mais sim, na base do histórico orçamental existindo pouca flexibilidade para incorporação de novas necessidades de despesa, quer seja ponto de vista da sua natureza ou do seu volume de recursos. Da parte do MES a equipa foi ainda informada de que a irregularidade do financiamento do Ensino Superior, resulta da forte correlação que existe entre o preço da principal fonte de financiamento do OGE, no caso o petróleo e as receitas ordinárias do tesouro. A volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional tem tido um efeito considerável sobre o financiamento do ES, tal como toda economia angolana, extremamente dependente dos recursos do OGE.

Assim, apesar de regularmente a educação, ser considerada como prioritária no que tange a dotação de recursos orçamentais, a prática tem revelado que os recursos são cada vez mais insuficientes, sobretudo para o financiamento dos aspectos de carácter estruturante, como os relacionados com o corpo docente, as infra-estruturas e o apoio a investigação científica, tornando-se crucial um modelo de financiamento que defina como as famílias poderão participar junto com o Estado no esforço do financiamento do ensino superior e que promova nas IES a capacidade para encontrar outras receitas a partir da oferta de serviços e produtos atrativos ao segmento empresarial e a sociedade, diversificando e alargando as fontes de financiamento das suas actividades e projectos.

5.2 VOLUMES ATRIBUÍDOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS DE ACÇÃO SOCIAL E BOLSAS PARA ESTUDAR EM ANGOLA E NO ESTRANGEIRO

5.2.1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

(...) para que se possa viver em e na cidadania, em termos reais ou virtuais, é preciso conhecimento. Esse conhecimento é necessário para que se desenvolva um espírito empreendedor e se tomem iniciativas capazes de se auto-sustentar e para que a constante necessidade de debate, de negociação, de intervenção de cada cidadão permita efectuar escolhas informadas e que as intervenções resultantes dessas escolhas sejam livres, sejam conscientes em relação ao bem social como utopia a perseguir.

Patrocínio (2008, p. 59)



Em termos globais, a relevância do Ensino Superior, público e privado, tem-se afirmado a partir do ganho progressivo de consciência de que a sua existência, a sua frequência e a sua expansão é geradora de desenvolvimento pessoal e de desenvolvimento social porque, por essa via, cada pessoa se habilita à aquisição de mais, maiores e melhores competências, contribuindo para uma vida e uma organização social com maior exigência de qualidade, quer na dimensão da eficácia quer na dimensão da eficiência; ainda para uma maior abertura à inovação e à tecnologia e para uma produção capaz de gerar maior riqueza.

É esperado, em simultâneo, que cada sujeito, ao incorporar conhecimento, no processo formativo tido nas universidades e no Ensino Superior em geral, se torne um cidadão mais informado e mais consciente, logo mais consequente e empenhado no seu contributo e no dos que o rodeiam para o progresso, o que favorece a autorregulação social.

O entendimento da correlação existente entre educação e desenvolvimento económico, social e cultural das sociedades está, assim, na base das políticas educativas de ação social e de assistência financeira aos estudantes na maioria dos países, e Angola não é exceção, o que é demonstrado pela atribuição de um cada vez maior número de bolsas, que procuram promover a equidade no acesso e na frequência do Ensino Superior, na aceção incontornável de que todo o desenvolvimento é de facto desenvolvimento humano.

Em conformidade com esta visão, no Decreto Presidencial n.º 154/14 de 13 de Junho (que contém o Regulamento de Bolsas de Estudo Internas) e no Decreto Presidencial n.º 165/14 de 19 de Junho (que contém o Regulamento de Bolsas de Estudo Externas) considera-se que é necessário o aproveitamento estratégico da formação de quadros de nível superior, dentro e fora do país, em áreas consideradas vitais para o desenvolvimento célere e integrado de Angola, considerando-se que a concessão de bolsas de estudo se inclui numa estratégia nacional de formação de quadros.

Assim, a missão do Estado a este nível é assegurada pelo INAGBE – Instituto Nacional de Gestão de Bolsas de Estudo do Ministério do Ensino Superior da República de Angola, que é o organismo que centraliza a gestão e tem a responsabilidade de execução de todo o processo dos programas de bolsas de estudo internas e externas, contando com a colaboração das instituições de Ensino Superior (IES) para comprovar documentalmente os requisitos necessários à concessão de bolsas.

Neste Estudo apresenta-se apenas a concessão de bolsas de estudo internas entre 2008 e 2015 com base nos dados fornecidos pelo MES no âmbito da presente Assistência Técnica, não tendo havido dados disponibilizados sobre bolsas de estudo externas.

5.2.2 BOLSAS DE ESTUDO INTERNAS E BOLSAS DE ESTUDO EXTERNAS

A atribuição de bolsas está regulamentada de forma muito completa pelos decretos presidenciais acima referidos, que apresentamos sublinhando os aspetos mais importantes porque também os mais estruturantes. Assim identificam-se Bolsas de Estudo Internas – BEI (regulamentadas pelo Decreto Presidencial n.º 154/14 de 13 de Junho) e Bolsas de Estudo Externas – BEE (regulamentadas pelo Decreto Presidencial n.º 165/14 de 19 de Junho).

5.2.2.1 BOLSAS DE ESTUDO INTERNAS (BEI)

A concessão de BEI destina-se a estudantes de graduação e tem como objectivos:

- ♦ Apoiar a formação de quadros e técnicos nacionais em áreas estratégicas para o desenvolvimento político, económico, social e cultural do país;
- ♦ Estimular o sucesso, o mérito e a excelência académica dos cidadãos nacionais em cada uma das províncias do país;
- ♦ Assegurar a igualdade de oportunidades e a equidade entre os potenciais candidatos.

O subsídio da BEI serve para custear dois tipos de encargos: encargos fixos e outros encargos. Os encargos fixos cobrem as despesas com inscrição, matrícula, propina e bibliografia. Os outros encargos referem-se a despesas com alimentação, transporte escolar e alojamento.

O subsídio de Bolsa de Estudo Interna, em função da condição do candidato, pode ser, com base na informação fornecida pelo Ministério do Ensino Superior de Angola, de cinco tipos, podendo suportar cumulativamente os encargos fixos e outros encargos ou suportar exclusivamente os encargos fixos.

Bolsa Tipo A: Matrícula, Inscrição, Propina, Alimentação, Transporte Escolar, Bibliografia e Alojamento.

Bolsa Tipo B: Matrícula, Inscrição, Propina, Alimentação, Transporte Escolar e Bibliografia.

Bolsa Tipo C: Alimentação, Transporte Escolar, Bibliografia e Alojamento.

Bolsa Tipo D: Matrícula, Inscrição e Propina.

Bolsa Tipo E: Alimentação, Transporte Escolar e Bibliografia.

Ou seja:

Encargos	Tipos de Bolsas de Estudo				
	A	B	C	D	E
Fixos	Matrícula				
	Inscrição				
	Propina				
Outros	Alimentação				
	Transporte Escolar				
	Bibliografia				
	Alojamento				

 Inclui este tipo de encargo  Não inclui este tipo de encargo

Podem candidatar-se à concessão de BEI para os cursos de graduação os estudantes que reunirem os seguintes requisitos globais:

- ♦ Ter nacionalidade angolana;
- ♦ Ter idade não superior a 25 anos;

- ♦ **Ter aproveitamento académico de referência;**
- ♦ **Ter comportamento moral, cívico e patriótico de referência;**
- ♦ **Não ter interrompido o ciclo de formação após conclusão do II ciclo do ensino secundário por um período superior a um ano;**
- ♦ **Ter concluído o II ciclo do ensino secundário.**

Indo ao encontro do contexto específico da história recente do país, é reservada uma quota de 20% das BEI concedidas anualmente para serem preenchidas pelos beneficiários do Regime de Protecção Especial, ou seja, um grupo de candidatos que incluem antigos combatentes, deficientes de guerra e/ou seus descendentes, bem como os familiares de combatentes tombados ou pericidos.

A BEI deve ser renovada anualmente se o estudante obtiver aproveitamento académico com sucesso. Caso contrário será anulada.

Os estudantes contemplados com BEI têm um conjunto de deveres a observar dos quais se destacam:

- ♦ **Assumir o compromisso de utilizar o conhecimento científico para prestar serviço público por um período não inferior a quatro anos em qualquer parte do território nacional onde for indicado e contribuir para o desenvolvimento do país;**
- ♦ **Ressarcir o Estado da totalidade dos valores correspondentes à BEI usufruída durante dois anos após a formação caso não preste serviço público onde for indicado.**

5.2.2.2 BOLSAS DE ESTUDO EXTERNAS (BEE)

A concessão de BEE destina-se a estudantes de graduação ou de pós-graduação em instituições de Ensino Superior fora do país, em países doadores ou em países acolhedores, e tem como objectivos:

- ♦ **Apoiar a formação de quadros e técnicos nacionais a nível da graduação, pós-graduação e especialização em áreas estratégicas para o desenvolvimento político, económico, social e cultural do país;**
- ♦ **Complementar o esforço desenvolvido a nível do país na formação de quadros e técnicos nacionais;**
- ♦ **Criar condições para o reforço da capacidade nacional de formação de quadros e técnicos;**
- ♦ **Estimular o sucesso, o mérito e a excelência académica profissional dos cidadãos nacionais em cada uma das dezoito províncias do país.**

O subsídio da BEE serve para custear dois tipos de encargos: encargos integrais e encargos de comparticipação. Os encargos integrais cobrem as despesas com propinas, seguro de saúde, alimentação, vestuário, alojamento e transporte. Os encargos de comparticipação referem-se a despesas assumidas pelo Estado Angolano como complemento ao subsídio atribuído ao bolseiro externo pelo país doador no quadro dos acordos de cooperação, sendo atribuídos de acordo com a realidade de cada país e de cada bolseiro.

Os requisitos para a candidatura a BEE em cursos de graduação são os seguintes:

- ♦ Ter nacionalidade angolana e residência permanente no país;
- ♦ Ter idade não superior a vinte e dois anos;
- ♦ Ter comportamento moral, cívico e patriótico de referência;
- ♦ Possuir média não inferior a catorze valores particularmente nas disciplinas de base para o curso escolhido, excepto se outra for a exigência do país doador;
- ♦ Não ter interrompido o ciclo de formação após a conclusão do II ciclo do ensino secundário por um período superior a um ano;
- ♦ Possuir aptidão física e mental, comprovada por atestado médico;
- ♦ Ter situação militar regularizada devidamente comprovada, para os cidadãos do sexo masculino;
- ♦ Preencher as exigências pelo país doador e acolhedor.

Os requisitos para a candidatura a BEE em cursos de pós-graduação (mestrado, doutoramento e especialização) que vão de um a três anos são os seguintes:

- ♦ Ter comportamento moral, cívico e patriótico de referência;
- ♦ Ter idade não superior a trinta e cinco anos para cursos de mestrado e quarenta e cinco anos para cursos de doutoramento;
- ♦ Ter comportamento moral, cívico e patriótico irrepreensível;
- ♦ Ter experiência profissional comprovada na área de conhecimento em que se formou e em que pretende fazer mestrado ou doutoramento;
- ♦ Apresentar um projeto de investigação científica da sua área de conhecimento e com relevância para o desenvolvimento local, regional ou nacional validado pelo Conselho Científico de uma IES;
- ♦ Preencher os requisitos estabelecidos pelos países doadores ou acolhedores.

À semelhança do que ocorre com as BEI, é reservada uma quota de 20% das BEE concedidas anualmente aos cursos de graduação para serem preenchidas pelos beneficiários do Regime de Protecção Especial.

A renovação anual da BEE ocorre com a apresentação por parte do estudante de relatório sobre o seu aproveitamento académico e científico e com a respetiva apreciação por parte do INAGBE e IES.

Os estudantes contemplados com BEE têm um conjunto de deveres a observar dos quais se destacam:

- ♦ Assumir o compromisso de regressar ao país após a conclusão da sua formação e prestar serviço público por um período não inferior a quatro anos em qualquer parte do território nacional onde for indicado e contribuir para o desenvolvimento do país;
- ♦ Ressarcir o Estado da totalidade dos valores correspondentes à BEE usufruída durante dois anos após a formação caso não regresse ao país ou não preste serviço público onde for indicado.

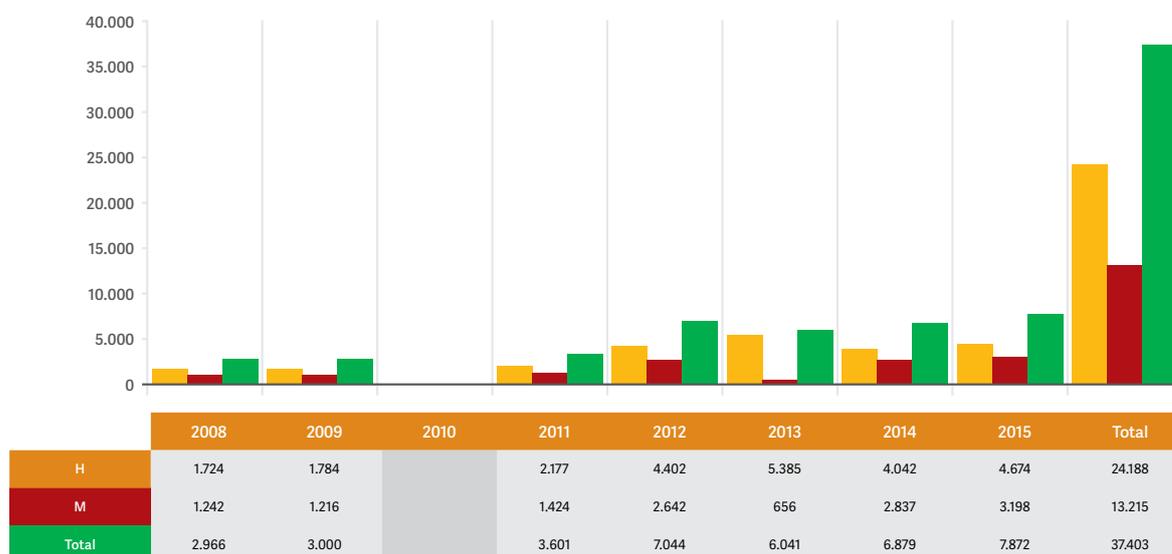
5.2.3 A ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO INTERNAS EM ANGOLA DE 2008 A 2015

De acordo com os dados estatísticos disponibilizados pelo INAGBE (Vide Apêndice 2) foram concedidas, entre 2008 e 2015, 37.403 Bolsas de Estudo Internas (BEI), cuja evolução e sua distribuição por género e tipo de bolsa se apresenta nos Quadros e Gráficos seguintes.

Quadro 60 – Número de bolsas de estudo concedidas por sexo em Angola (2000 – 2015)

Sexo	Nº de Bolsas de Estudo								Total
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
H	1.724	1.784		2.177	4.402	5.385	4.042	4.674	24.188
M	1.242	1.216		1.424	2.642	656	2.837	3.198	13.215
Total	2.966	3.000		3.601	7.044	6.041	6.879	7.872	37.403

Gráfico 6 – Distribuição do número de bolsas de estudo concedidas por sexo em Angola (2000 – 2015)



Fonte (Quadro 60 e Gráfico 6): INAGBE, 2016.

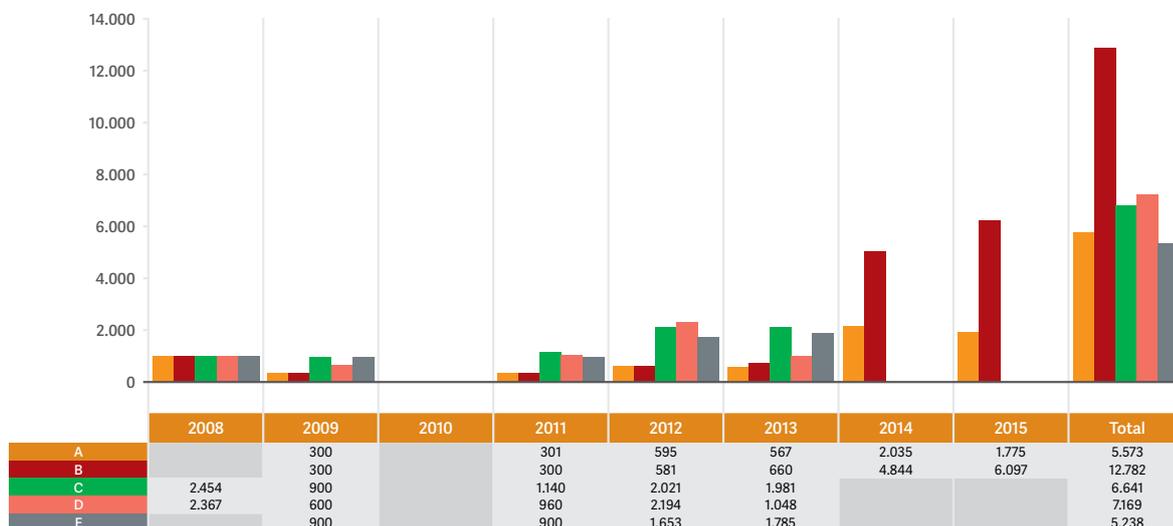
Quadro 61 – Número de bolsas de estudo concedidas por tipo de bolsa em Angola (2008 – 2015)

Tipo de bolsa	Nº de Bolsas de Estudo								Total
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
A		300		301	595	567	2.035	1.775	5.573
B		300		300	581	660	4.844	6.097	12.782
C	2.454	900		1.140	2.021	1.981			6.641
D	2.367	600		960	2.194	1.048			7.169
E		900		900	1.653	1.785			5.238

Fonte: INAGBE, 2016.

Trata-se de um período significativo em termos de número de anos (oito). O Gráfico 7 sintetiza a informação contida no Quadro 62, seguinte, onde se encontram elencadas todas as instituições de Ensino Superior angolanas com estudantes bolseiros internos.

Gráfico 7 – Distribuição da concessão de Bolsas de Estudo Internas, entre 2008 e 2015



Fonte: INAGBE, 2016.

Quadro 62 – Número de bolsas concedidas, por IES e por tipo de bolsa no período de 2008 – 2015

Região Académica	Instituições de Ensino Superior	Natureza	Nº de Bolsas de Estudo					
			Total					Total
			Tipo A	Tipo B	Tipo C	Tipo D	Tipo E	
Luanda e Bengo	Universidade Agostinho Neto	Pública	433	1.318	829	614	650	3.844
	Universidade Católica de Angola	Privada	137	270	180	257	148	992
	Universidade Jean Piaget	Privada	288	604	358	499	295	2.044
	Universidade Lusitana de Angola	Privada	36	48	88	239	51	462
	Universidade Independente de Angola	Privada	151	169	243	395	160	1.118
	Universidade Privada de Angola	Privada	22	102	110	254	98	586
	Universidade Gregório Semedo	Privada	38	39	70	102	51	300
	Universidade de Belas	Privada	99	112	197	636	158	1.202
	Universidade Óscar Ribas	Privada	47	76	120	152	70	465
	Universidade Metodista de Angola	Privada	105	330	189	263	218	1.105
	Universidade Técnica de Angola	Privada	108	195	232	231	200	966
	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Pública	14	5	17	17	15	68
	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	Pública	41	119	28	20	22	230
	Instituto Superior de Serviço Social	Pública	2	9	17	13	6	47
	Instituto Superior de Educação Física e Desportos	Pública	2	42	0	0	0	44
	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	Pública	10	98	0	0	0	108
	Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Pública	2	4	0	0	0	6
	Instituto Superior de Artes	Pública	12	23	0	0	0	35
	Instituto Superior Técnico de Angola	Privada	65	164	99	104	88	520
	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	Privada	15	16	32	53	23	139
Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	Privada	4	0	2	0	1	7	

Região Académica	Instituições de Ensino Superior	Natureza	Nº de Bolsas de Estudo					
			Total					Total
			Tipo A	Tipo B	Tipo C	Tipo D	Tipo E	
Luanda e Bengo	Instituto Superior de Angola	Privada	3	2	0	0	0	5
	Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola	Privada	76	130	76	28	57	367
	Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências	Privada	3	28	17	9	13	70
	Instituto Superior Politécnico do Cazenga	Privada	5	28	4	19	16	72
	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	Privada	1	2	6	9	8	26
	Instituto Superior Politécnico Katangoji	Privada	35	64	0	0	0	99
	Instituto Superior Politécnico Atlântida	Privada	0	0	0	0	0	0
	Instituto Superior Politécnico Alvorecer de Juventude	Privada	20	83	40	12	12	167
	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	Privada	30	43	9	4	7	93
	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	Privada	8	22	2	4	6	42
	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues	Privada	0	0	0	0	0	0
	Instituto Superior Politécnico de Kanganjo	Privada	5	11	1	7	14	38
	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Pública	163	106	41	28	22	360
Benguela e Cuanza Sul	Universidade Katyavala Buíla	Pública	351	523	404	364	326	1.968
	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	Privada	138	251	230	202	156	977
	Instituto Superior Politécnico de Benguela	Privada	22	104	0	0	0	126
	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	Privada	15	12	50	101	17	195
	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboím	Privada	7	32	4	1	13	57
	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	Privada	27	79	0	0	0	106
	Instituto Superior Politécnico Maravilha	Privada	0	0	0	0	0	0
	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Pública	72	304	124	79	103	682
Cabinda e Zaire	Universidade Onze de Novembro	Pública	230	1.190	351	340	276	2.387
	Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Pública	23	91	79	64	71	328
	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	Privada	24	71	88	144	59	386
Lunda Sul, Lunda Norte e Malanje	Universidade Lueji A Nkonde	Pública	333	560	330	314	361	1.898
	Instituto Superior Politécnico de Malanje	Pública	26	87	0	0	0	113
	Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malange	Pública	7	35	0	0	0	42
	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul	Privada	0	0	0	0	0	0
	Escola Superior Politécnica de Malanje	Pública	77	406	28	14	15	540
Huambo, Bié e Moxico	Universidade José Eduardo dos Santos	Pública	680	1.073	644	439	477	3.313
	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	Pública	71	239	33	43	30	416
	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekuikui II	Privada	41	21	9	11	13	95
	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	Privada	0	0	0	0	0	0
	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo	Privada	19	9	0	0	0	28
	Escola Superior Pedagógica do Bié	Pública	69	372	77	68	103	689
Huíla e Namibe	Universidade Mandume ya Ndemofayo	Pública	430	1.179	588	410	350	2.957
	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla	Pública	104	297	69	164	83	717
	Instituto Superior Politécnico da Tundavala	Privada	58	126	75	61	82	402
	Instituto Superior Politécnico Independente	Privada	161	103	59	44	32	399
Uíge e Cuanza Norte	Universidade Kimpa Vita	Pública	274	361	183	197	129	1.144
	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	Pública	58	275	74	65	60	532
	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Pública	109	348	133	74	72	736
Quando Cubango e Cunene	Universidade Cuito Cuanavale	Pública	167	372	2	1	1	543
Total			5.573	12.782	6.641	7.169	5.238	37.403

Todas as regiões do país se encontram contempladas, mas Luanda destaca-se largamente em termos de número de instituições e de número de bolsheiros por ser, em termos históricos, a região onde existe maior número de IES e conseqüentemente de estudantes.

Verifica-se que o número de bolsas atribuídas contemplando exclusivamente os encargos fixos é muito superior ao número de bolsas que contemplam cumulativamente os encargos fixos e outros encargos.

Em quase todas as instituições regista-se uma masculinização na atribuição de BEI, isto é a atribuição de um maior número de bolsas a estudantes do sexo masculino do que a estudantes do sexo feminino.

5.2.4 PARA UMA MAIOR RACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO SOCIAL

No contexto da crise económica e financeira mundial, e querendo Angola dar continuidade a um programa de desenvolvimento do seu Ensino Superior público, o domínio da ação social reveste-se da maior importância e relevância em termos estratégicos, seja para a administração central, seja para as instituições de Ensino Superior, pois a crise é geradora nas escalas, global, nacional e local, de muitos constrangimentos e carências.

É essencial que qualquer programa de ação social de apoio aos estudantes do Ensino Superior deva continuar a inspirar-se no Artigo 1.º, da Declaração Universal dos Direitos Humanos: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade." Tal perspectiva enquadra-se num conceito de valorização da igualdade de oportunidades permitindo um maior acesso e frequência do Ensino Superior sobretudo aos jovens estudantes economicamente mais carenciados, dimensão social que deve ser constantemente considerada estrategicamente.



Na assunção destes princípios já contemplados na legislação do país, e à semelhança do que ocorre em muitos outros países, perante o contexto prolongado de crise, parece ajustado recomendar que, em Angola, em termos estratégicos, quer em termos da compreensão social, quer em termos das políticas concretas de assistência financeira aos estudantes, que:

- ♦ **a nível da pós-graduação, as bolsas de estudo sejam atribuídas com base no mérito, de modo a atrair os melhores estudantes para a docência universitária, para a investigação científica e para os serviços públicos; mas, a nível da graduação, se equacione a possibilidade de as bolsas de estudo serem atribuídas com base nas necessidades reais dos estudantes e não exclusivamente nos seus méritos académicos; com efeito, as políticas de ação social são políticas de democratização do acesso e da frequência ao Ensino Superior, e devem ser também de promoção de mobilidade social ascendente, procurando corresponder a uma maior coesão social e equidade ao concederem bolsas de estudo que vão ao encontro da satisfação, pelo menos parcial, das necessidades dos estudantes provenientes de meios socioeconómicos mais baixos e mais desfavorecidos, no âmbito dos seus custos de educação e de vida;**
- ♦ **as bolsas de estudo externas sejam concedidas para estudos de mestrado e de doutoramento, ou para programas de graduação em áreas prioritárias, que não existem ou que não estão ainda suficientemente desenvolvidas em Angola;**
- ♦ **se melhore a informação eletrónica disponibilizada para acesso a bolsas internas em Angola, e também sobre as ofertas de universidades e de governos de outros países e respetivos procedimentos;**
- ♦ **no ensino público, a assistência aos estudantes assuma, para além da concessão de bolsas de estudo, uma perspetiva de melhoria de prestação de serviços, ampliando algumas ofertas já existentes ou criando outras, que podem ser de iniciativa pública ou desenvolvidas em concessão ou em parceria com instituições privadas:**
 - ♦ alojamento, através de residências universitárias;
 - ♦ alimentação, através de cantinas e bares universitários;
 - ♦ desporto e lazer, através da criação de infraestruturas desportivas e culturais; e
 - ♦ saúde, eventualmente através de centros de saúde com assistência primária e preventiva, ou através de protocolos entre as IES e as instituições de saúde.

5.3 REFERÊNCIAS

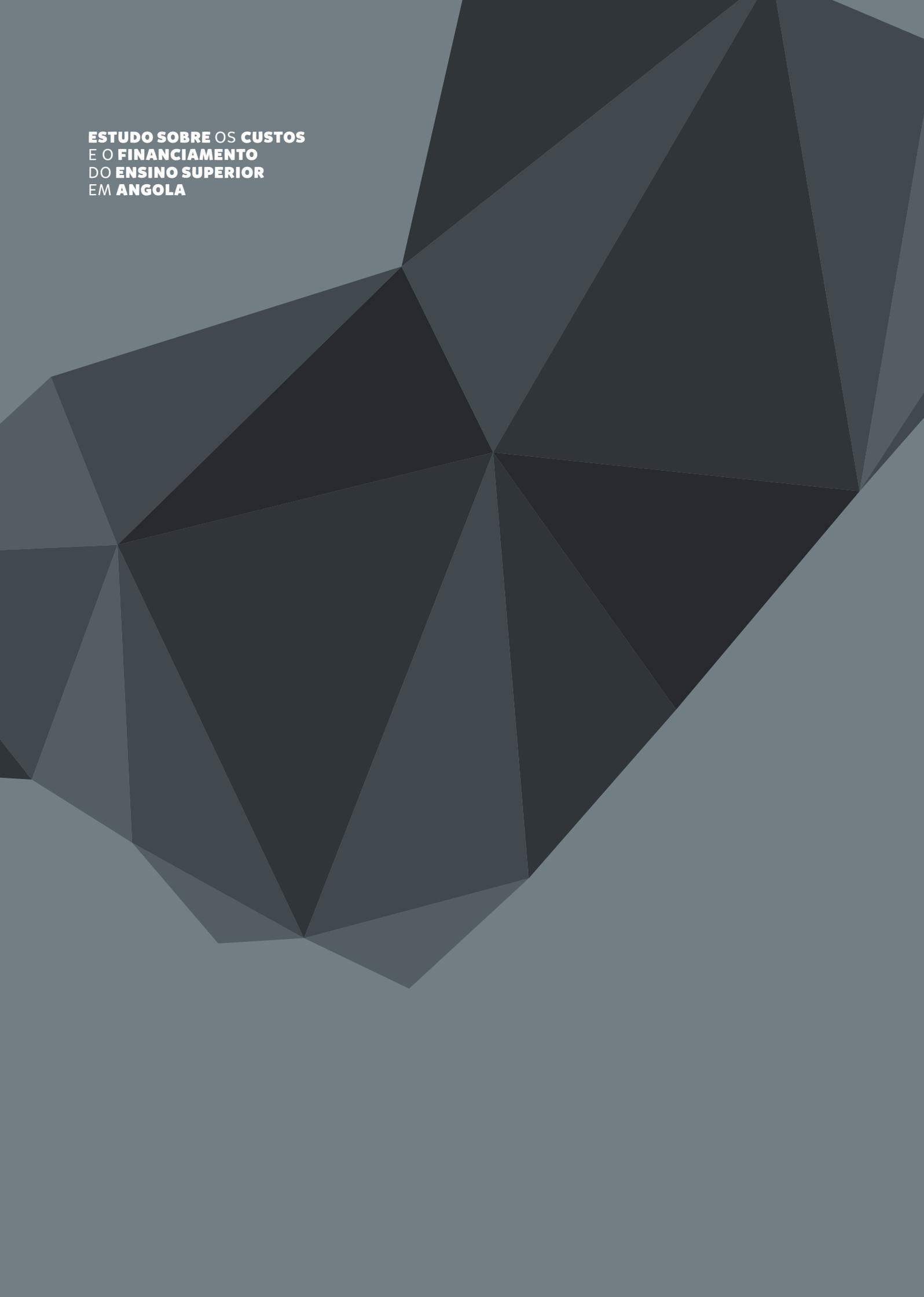
República de Angola, Ministério das Finanças, Gabinete de Estudos e Relações Internacionais, Departamento de Estatística

Patrocínio, T. (2008). Para uma genealogia da cidadania digital. In Educação, Formação & Tecnologias; vol.1(1), pp. 47-65. Disponível em eft.educom.pt

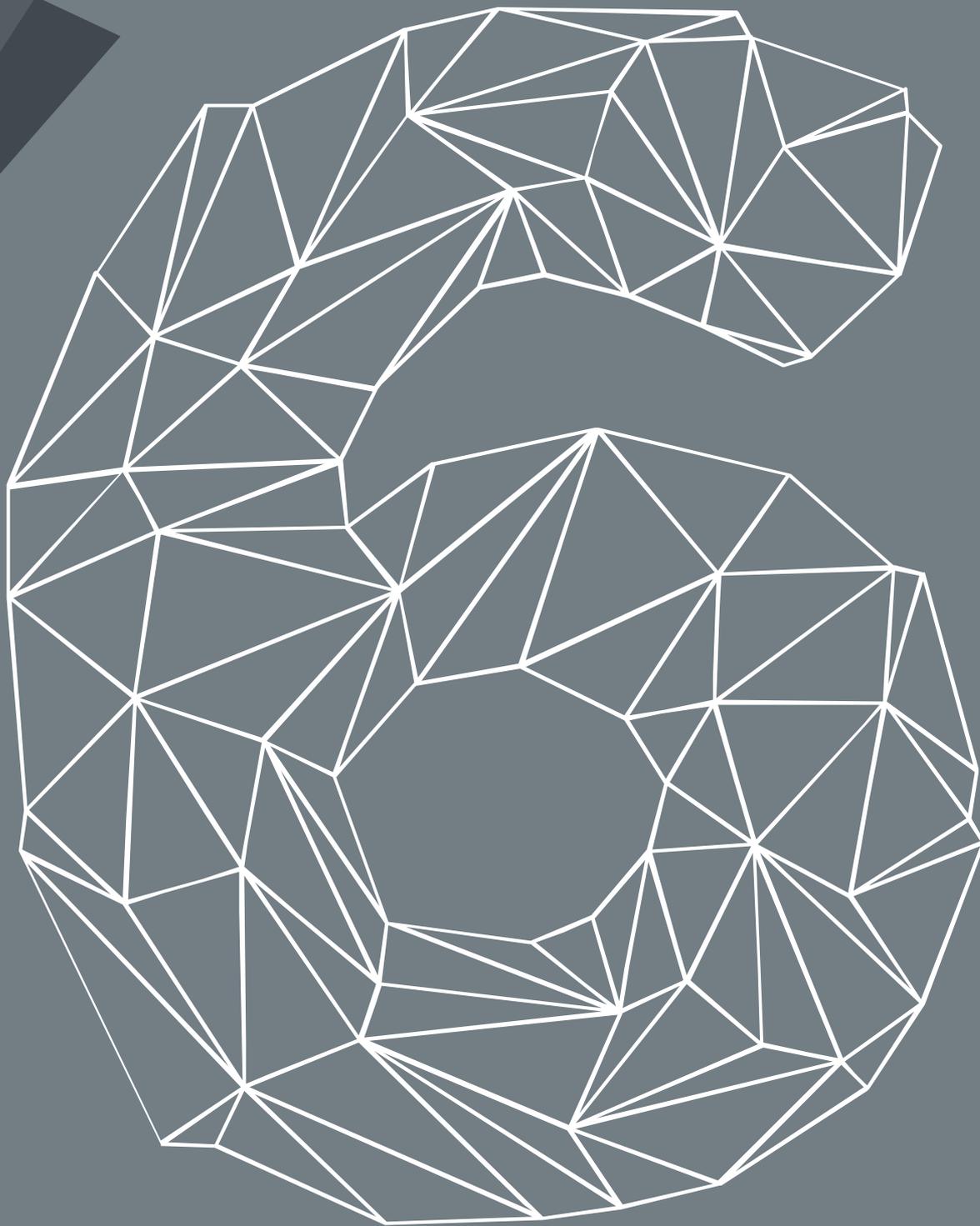
Decreto Presidencial n.º 154/14 de 13 de Junho

Decreto Presidencial n.º 165/14 de 19 de Junho

Apêndice 2 – Mapas das Bolsas de Estudo Internas atribuídas entre 2008 e 2015



**ESTUDO SOBRE OS CUSTOS
E O FINANCIAMENTO
DO ENSINO SUPERIOR
EM ANGOLA**



CUSTOS UNITÁRIOS
DAS INSTITUIÇÕES
DE ENSINO SUPERIOR
(FACULDADE / DEPARTAMENTO OU CURSO)

6.1 NOTA INTRODUTÓRIA

No presente capítulo, e de acordo com os Termos de Referência que enquadram o presente estudo, dever-se-ia analisar o volume de despesa do Estado Angolano com as IES públicas, e os estudantes do Ensino Superior público, em termos globais, por instituição, curso/área científica e por aluno e comparar com os custos homólogos nas IES privadas. O objectivo seria o de conhecer os gastos reais do Estado com os diversos segmentos de alunos do Ensino Superior público no sentido de proporcionar informação capaz para tratar cada um desses segmentos da forma adequada no sentido da promoção da acessibilidade, equidade e justiça social. Um estudo da dimensão enunciada permitiria perceber quanto custa um aluno do Ensino Superior público a Angola sendo que, ao se determinar esse custo por IES e curso, tornaria possível uma análise acerca do diferente esforço que o governo tem de realizar com cursos diferentes e do comportamento das várias IES quando ofertando custos semelhantes.

Assim, depreende-se que um estudo como o previsto é extraordinariamente pertinente por inúmeras razões. Por um lado, contribuiria para se discutir e analisar razões objectivas que explicariam gastos diferentes com cursos semelhantes. De facto, um estudo dessa natureza torna possível compreender as diferenças de custos detectadas e identificar razões que as justifiquem como seja, por exemplo, a questão geográfica e questões de acessibilidade (urbano/rural; interior/litoral; norte/sul); a estrutura docente (docentes doutorados/docentes não doutorados; docentes em final de carreira/docentes em início de carreira; docentes efectivos/docentes contratados; docentes em tempo integral/docentes em tempo parcial); os serviços prestados pela IES à comunidade (com actividades de extensão comunitária/sem actividades de extensão comunitária; com investigação/sem investigação); a estrutura da carreira administrativa (funcionários com habilitações superiores/funcionários sem habilitações superiores; funcionários em final de carreira/funcionários em início de carreira; funcionários efectivos/funcionários contratados); a dimensão da IES de que pode decorrer um efeito de escala (IES de média e grande dimensão/IES de pequena dimensão); o estado dos edifícios e equipamentos; o grau de eficiência da organização; o público estudantil; entre outras razões.



Por outro lado, esse estudo dar-nos-ia a oportunidade de comparar as despesas do Estado por aluno com os custos de vida e de educação realizadas por cada aluno (e respectivas famílias). De facto, quando se pensa em “custos com o/do Ensino Superior” é imperioso que se tenha em atenção as duas fontes principais de financiamento do Ensino Superior: o Estado e os estudantes/famílias. Por um lado, o Estado, no exercício das funções sociais que lhe são cometidas, investe em educação. No quadro educativo, o Estado investe em edifícios, equipamentos, laboratórios, formação, funcionários docentes e não docentes, apoio social (bolsas e empréstimos subsidiados) cumprindo, deste modo, a função educativa e contribuindo para garantir, em simultâneo, o usufruto, por todos, do direito à educação.

Por outro, os estudantes (e famílias) investem na sua educação através dos pagamentos directos feitos junto das instituições em propinas, taxas de matrícula e outras despesas semelhantes bem como em livros, material didáctico, equipamento informático, etc., custos que, no seu conjunto, designámos anteriormente por custos de educação. Todavia, as despesas realizadas pelos estudantes (e respectivas famílias) vão além dos custos de educação. Na verdade, os estudantes (e famílias) ainda gastam em transporte, alojamento, alimentação, saúde e lazer, os designados custos de vida/despesas correntes (Johnstone, 1986; Oroval, 1986) e, até, incorrem em custos de oportunidade correspondentes aos salários não ganhos por se encontrarem a estudar (Cabrito, 2002).

Para além destes financiadores, cava vez mais, pelo mundo fora, têm vindo a surgir outras fontes de receita, nomeadamente de filantropos, associações de alunos, empresas, dando origem a uma diversidade de fontes de financiamento (Johnstone, 2007; Cerdeira, 2009).

Perante esta diversidade de actores financiadores da educação e das componentes da despesa que ela acarreta, o conhecimento claro, alargado e objectivo desta problemática deve ser do domínio do decisor político que, na posse da máxima informação possível pode propor medidas de política educativa que vão ao encontro dos objectivos perseguidos nomeadamente de igualdade, equidade, justiça social não negligenciando objectivos de diversificação da oferta, de crescimento, de qualidade, de eficiência.

A integração do Ensino Superior privado na investigação traria a possibilidade de discutir a eficiência das IES públicas mediada por formas diferentes de estruturas e culturas organizativas.

De igual modo, e no quadro dos referidos Termos de Referência, estando na posse destas informações, seria possível à equipa de consultores (autores do presente estudo) apresentar sugestões no sentido da produção de medidas de política educativa que contribuíssem para melhorar os níveis de eficiência das IES públicas, para racionalizar as ofertas formativas, em número e em diversidade, para promover a acessibilidade e garantir níveis crescentes de equidade do sistema, para equacionar o papel do Ensino Superior e das IES no desenvolvimento regional, para problematizar o contributo do Estado, dos estudantes e de outros *stakeholders* no financiamento do Ensino Superior.

Nesse sentido, e no respeito pelos termos de Referência, **a equipa de consultores envidou esforços no sentido de obter informação relativa junto dos diferentes actores: junto dos estudantes/famílias; junto do Estado Angolano/Ministério do Ensino Superior; junto das IES privadas.**

No que se refere aos **estudantes e seus familiares, a equipa de consultores levou a cabo a aplicação de um questionário a uma amostra significativa dos estudantes do Ensino Superior angolano.** A forma de construção dessa amostra, os procedimentos da aplicação do questionário e análise dos resultados e os resultados propriamente estão descritos no capítulo 7 do presente estudo.

No que se refere às IES, apresenta-se, de seguida, os caminhos utilizados para a obtenção da informação necessária, os procedimentos havidos e os resultados obtidos.

A primeira iniciativa da equipa de consultoria para a obtenção de dados que permitissem as análises acima inventariadas e outras que viessem a perceber-se necessárias, **foi a de solicitar informação relativa a todas as IES, nos domínios dos recursos humanos, da estrutura da IES (custos do edifício, equipamentos, salas com objectivos específicos de aprendizagem, bibliotecas, custo do metro quadrado, ...), dos recursos financeiros (origem, destino e composição das receitas e estrutura das despesas).** Nesse sentido, foi enviado a todas as IES um questionário (apresentado no apêndice 3) com o objectivo de obter aquela informação e que permitiria caracterizar cada IES e determinar, tão rigorosamente quanto possível, quanto custa um aluno do Ensino Superior a Angola, em termos de curso/área científica/instituição.

Todavia, **passados alguns meses sobre o envio daquele questionário, o reduzido número de respostas e a qualidade das que foram recebidas mostrou à equipa de consultores a inviabilidade do estudo em conformidade com os procedimentos indicados.**

Perante esta situação de défice de informação, e com o acordo e apoio da Comissão Técnica de Acompanhamento do Estudo (equipa do Ministério do Ensino Superior), a equipa de consultores decidiu continuar a investigação recorrendo a um caminho alternativo: ao invés de questionar todas as IES, **decidiu construir uma amostra representativa das IES e nelas centrar o estudo, realizando um estudo de caso múltiplo** (Yin, 2001) que, no entanto, por se elegerem IES que representariam o universo, dariam informação generalizável. A amostra então construída era composta da seguinte forma:

Quadro 63 – Composição da amostra

Região Académica	IES (nº da lista de IES)	Nº matriculados	Tipo	Natureza
I	Universidade Agostinho Neto	18.253	Universidade	Pública
VI	Universidade Mandume ya Ndemfayo	7.797	Universidade	Pública
I	Universidade Metodista de Angola	9.264	Universidade	Privada
I	Universidade Jean Piaget	7.890	Universidade	Privada
I	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	2.538	ISCED	Público
V	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	2.537	ISCED	Público
VI	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla	6.596	ISCED	Público
VII	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	7.458	ISCED	Público
II	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	1.015	Instituto Superior Politécnico	Público
II	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	5.277	Instituto Superior Politécnico	Privado
V	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	2.602	Instituto Superior Politécnico	Privado

Esta amostra foi considerada, pela equipa de consultores e pela Comissão Técnica de Acompanhamento, uma amostra representativa do universo das IES angolanas porque, como se pode verificar no quadro abaixo, obedecia a critérios estatísticos significativos relativamente ao seu peso, em número e em população estudantil:

Quadro 64 – Critérios de amostragem

Amostra	Unív. em análise	% da amostra face ao unív. em análise	
Nº de IES	11	64	17,2 %
Alunos matriculados em 2015	68.228	221.037	30,9 %
Natureza: Pública	7	26	26,9 %
Natureza: Privada	4	38	10,5 %
Cobertura Regiões Académicas	5	8	62,5 %

Todavia, também esta iniciativa não foi coroada de êxito. **Das IES públicas constitutivas da amostra, apenas se recebeu informação e, ainda assim, incompleta, de ISCED de Huambo, ISCED de Uíge, Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul.**

De referir que, e como acima se salientou, **mesmo a informação recebida destas IES foi lacunar e, basicamente, dizendo respeito aos montantes arrecadados em propinas e taxas, receitas ordinárias do tesouro e outras receitas, nado sendo referido acerca da estrutura da despesa, da despesa por curso, etc. Em termos temporais, também a informação enviada coincidia apenas num curto período, o que obrigou os consultores a definirem como período de análise o período 2013 – 2015. Aliás, também os dados relativos a evolução do número de alunos por curso/área científica destas IES pecou por defeito.**

Numa tentativa de produzir informação mais crítica, rica e passível de representar o ES angolano, ainda que de forma cautelosa e parcial, **lançou-se mão de informação homóloga relativa a outras IES não consideradas inicialmente na amostra**, as quais se indicam e justificam de seguida:

- ♦ Universidade Katyavala Buíla, de dimensão semelhante à Universidade Mandufe a Ndemfayo, pertencente à amostra; e, Universidade Kimpa Vita, pela sua reduzida dimensão. Ao nos socorrermos de mais 2 universidades tivemos em conta, por um lado, o facto de este tipo de instituições (universidades) terem oferta múltipla e semelhante e, por outro, a necessidade de perceber se a dimensão poderia ser factor condicionante dos custos realizados com cada aluno, pelas IES.
- ♦ Escolas Superiores Pedagógicas do Bengo, Bié e Cuanza Norte por ofertarem cursos em educação que, e de forma cautelosa, “equiparámos” aos cursos de “ciências da educação” disponibilizados pelos ISCED abarcando-se, assim, todas as IES públicas da área específica da educação.
- ♦ Instituto Superior Politécnico e Escola Superior Politécnica de Malange, instituições que surgiram como as únicas que poderão aproximar-se, em termos de estrutura e oferta educativa, ao Instituto Politécnico de Cuanza Sul, pertencente à amostra inicial.



Nas circunstâncias anteriormente expostas, e porque se encontra esgotado o tempo de resposta das IES bem como o tempo para os consultores apresentarem o relatório final, apresentam-se, de seguida, as análises possíveis num quadro informativo manifestamente deficitário que diz respeito às 14 IES públicas indicadas (de entre as 26 que constituem o universo das IES públicas).

Refira-se que, e em consequência da fragilidade da informação acedida relativa a IES privadas, apenas foi possível aos autores analisar dados de **12 IES privadas** (Instituto Superior Politécnico Atlântida, Instituto Superior Politécnico de Tundavala, Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela, Instituto Superior Politécnico Maravilha, Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, Universidade Católica de Luanda, Universidade de Belas, Universidade Gregório Semedo, Universidade Jean Piaget Viana-Luanda, Universidade Metodista de Angola, Universidade Óscar Ribas, Universidade Privada de Angola), representando 31,5% do universo de IES em 2015 (38 IES Privadas).

6.2 DESPESA MÉDIA ANUAL POR ALUNO, GLOBAL E POR IES, DAS IES PÚBLICAS, EM AKZ

6.2.1 DESPESA MÉDIA ANUAL POR ALUNO

No quadro abaixo, e recorrendo ao Resumo Geral da Despesa de Funcionamento por Unidade Orgânica (Ministério das Finanças, Sistema Integrado de Gestão Financeira do Estado-SIGFE) para os anos de 2013, 2014 e 2015, pode calcular-se a despesa média anual realizada por aluno do Ensino Superior público, em Angola.

Para a construção do quadro abaixo e determinação daquela **despesa média**, a equipa de consultores tomou duas decisões:

- ♦ para a determinação daquela despesa utilizou-se a **Despesa Liquidada inscrita no Resumo Geral da Despesa de Funcionamento por Unidade Orgânica**, por esta despesa representar, de facto, o montante despendido em cada ano pelas IES no exercício da sua actividade;
- ♦ utilizou-se, apenas, a despesa liquidada pela totalidade das IES públicas, ou seja, utilizou-se a **despesa liquidada identificada naquele Resumo Geral da Despesa de Funcionamento por Unidade Orgânica** depois de se lhe ter deduzido os valores homólogos referentes ao Ministério do Ensino Superior destinados às políticas de apoio social (em conformidade com informação ministerial de 12 de Maio de 2017).

Quadro 65 – Orçamento de funcionamento – Evolução da despesa média anual global por aluno, em AKz

	2013	2014	2015	Taxa variação no período %
Despesa Orçamentada	77.648.849.805	74.002.220.048	63.850.788.043	-17,8
Despesa Cabimentada	65.130.785.195	65.130.785.195	53.323.300.029	-18,1
Despesa Liquidada	64.521.180.177	63.355.053.396	51.851.296.546	-19,6
Despesa Liquidada MÉS (apoio Social)	36.746.839.655	36.732.973.505	33.038.321.718	-10,1
Despesa Liquidada IES	27.774.340.522	26.622.079.891	18.812.974.828	-32,3
Nº Alunos	95.155	89.690	97.930	2,9
Despesa liquidada IES/Nº total de alunos	291.885	296.823	192.106	-34,2

Fonte: MF-SIGFE; MES.

1 USD = a 136.22 Kwanzas (em Dez. de 2015, fonte: Inforeuro)

Dos valores do quadro ressaltam situações preocupantes acerca do Ensino Superior angolano, evidenciando uma nítida desresponsabilização do Estado no financiamento do Ensino Superior. De facto, é notória a diminuição das despesas orçamentadas, cabimentadas e liquidadas ao longo do período atingindo o decréscimo de 32,3% em 3 anos no que respeita às despesas realizadas pelas IES públicas. Aliás, esta diminuição ainda é mais forte quando se analisa o custo/despesa média anual por aluno do Ensino Superior público que, face ao crescimento (ainda que diminuto) do número de alunos matriculados, diminui em 34,2%.

Os valores do quadro evidenciam bem o esforço que Angola tem de realizar com o seu Ensino Superior público para, apenas, regressar à situação de 2013. Naturalmente esse esforço “multiplica-se” face à necessidade de o Estado Angolano melhorar e aumentar o seu sistema de Ensino Superior, elemento fundamental para o desenvolvimento do país, como se intui dos valores acima e se evidencia no capítulo seguinte que apresenta cenários possíveis de crescimento do Ensino Superior no país até 2030 incluindo, em cada um deles, o investimento financeiro que Angola terá de fazer em cada situação cenarizada.

6.2.2 DESPESA MÉDIA ANUAL POR ALUNO, POR IES, EM AKZ

De seguida, apresentam-se as despesas unitárias médias por aluno realizadas pelas IES consideradas, no período 2013 – 2015. Para cada uma das IES em estudo apresenta-se a evolução do número de alunos matriculados no período, a evolução da despesa liquidada e a despesa média anual por aluno. Observe-se o Quadro 66.

Quadro 66 – Despesa média anual por aluno IES públicas em análise, em AKZ

	2013	2014	2015	Taxa de variação no período em %
Universidade Agostinho Neto				
Despesa liquidada	7.671.202.036	7.837.359.295	5.703.620.984	-25,60
Nº Alunos	22.660	19.553	18.253	-19,45
Despesa média	338.535	400.826	312.476	-7,70
Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda				
Despesa liquidada	852.396.498	841.277.654	695.015.426	-18,50
Nº Alunos	2.046	2.321	2.538	24,05
Despesa média	416.616	362.463	273.844	-34,27
Instituto Superior Politécnico Cuanza Sul				
Despesa liquidada	473.966.640	474.428.976	301.182.238	-36,5
Nº Alunos	1.746	1.218	1.015	-41,87
Despesa média	271.459	389.515	296.731	9,31
Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo				
Despesa liquidada	673.961.843	576.521.799	480.214.757	-28,8
Nº Alunos	2.615	2.814	2.537	-2,98
Despesa média	257.729	204.876	189.284	-26,56
Instituto Superior de Ciências de Educação de Huíla				
Despesa liquidada	836.481.897	883.550.082	750.109.089	-10,3
Nº Alunos	5.901	6.168	6.596	11,78
Despesa média	141.753	143.247	113.722	-19,77

	2013	2014	2015	Taxa de variação no período em %
Universidade Mandume ya Ndemfayo				
Despesa liquidada	1.415.657.935	1.485.344.220	906.282.741	-36
Nº Alunos	8.361	7.253	7.797	-6,75
Despesa média	169.317	204.790	116.234	-31,35
Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge				
Despesa liquidada	665.420.508	628.728.471	553.655.525	-16,8
Nº Alunos	5.613	6.854	7.458	32,87
Despesa média	118.550	91.731	74.236	-37,38
Universidade Katyavala Buíla				
Despesa liquidada	1.880.526.767	1.916.306.005	1.287.751.509	-31,5
Nº Alunos	6.978	9.483	9.797	40,40
Despesa média	269.494	202.078	131.443	-51,23
Universidade Kimpa Vita				
Despesa liquidada	1.443.254.881	821.935.158	495.446.301	-65,7
Nº Alunos	4.588	2.166	5.707	24,39
Despesa média	314.572	379.471	86.814	-72,40
Instituto Superior Politécnico de Malange				
Despesa liquidada	162.788.225	194.400.900	106.067.595	-34,8
Nº Alunos	534	571	582	8,99
Despesa média	304.847	340.457	182.247	-40,22
Escola Superior Politécnica de Malange				
Despesa liquidada	149.334.644	140.915.338	80.656.402	-46
Nº Alunos	1.671	2.074	1.726	3,29
Despesa média	89.368	67.944	46.730	-47,71
Escola Superior Pedagógica do Bengo				
Despesa liquidada	435.520.379	404.919.584	279.432.078	-35,8
Nº Alunos	899	1.839	1.954	117,35
Despesa média	484.450	220.185	143.005	-70,48
Escola Superior Pedagógica do Bié				
Despesa liquidada	475.915.872	370.703.543	271.349.432	-43
Nº Alunos	1.581	666	2.029	28,34
Despesa média	301.022	556.612	133.736	-55,57
Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte				
Despesa liquidada	409.662.316	425.828.534	280.251.899	-31,6
Nº Alunos	3.292	3.607	4.061	23,36
Despesa média	124.442	118.056	60.011	-51,78

Fonte: MF-SIGFE; MES.

1 USD = a 136.22 Kwanzas (em Dez. de 2015, fonte: Inforeuro)

Quando se observam os valores do quadro acima, o panorama percebido é preocupante. Assiste-se a decréscimos significativos quer nas despesas liquidadas pelas IES em estudo, quer nos custos/despesas médias anuais por aluno, diminuições que chegam a atingir percentuais superiores a 60%. Apenas uma das IES, o Instituto Superior Politécnico Cuanza Sul apresenta crescimento na despesa média anual por aluno que se deve, todavia, segundo cremos, não a um reforço do seu financiamento público (que diminuiu 36%) mas à queda do número de alunos (cerca de 48%) no período.

Simultaneamente, situação positiva a mencionar, o número de alunos cresceu em praticamente todas as IES mas de forma muito tímida. Este fraco crescimento do número de alunos matriculados naquelas 14 instituições, o qual apresenta uma tendência semelhante à que se verifica em todo o Ensino Superior público, não é compatível com a vontade e necessidade de o país se desenvolver. O número de alunos no Ensino Superior (público e/ou privado) tem mesmo de crescer para que o país disponha da mão-de-obra altamente qualificada de que necessita para crescer, como se poderá perceber no capítulo 8.

Este aumento do número de alunos no Ensino Superior poderá/deverá ser conseguido por duas vias, no imediato: promover a procura de Ensino Superior pelos jovens que terminam o ensino secundário e trazer à universidade adultos que não a frequentaram na idade certa. Para os primeiros, e dadas, certamente, as dificuldades materiais que alguns jovens terão de prosseguir estudos, é urgente repensar políticas de apoio social aos jovens oriundos de estratos menos favorecidos. Mas, simultaneamente, há que promover, também, a frequência e acesso ao ensino secundário dada a exiguidade percentual dos jovens que terminam este nível de ensino situação agravada ainda pela localização geográfica dos jovens.

Para trazer à universidade os adultos que a não frequentaram no momento certo, será indispensável promover medidas de política educativa nesse sentido. Por um lado, será necessário que esses adultos terminem o ensino secundário, uma vez que uma boa parte deles o não realizou. Analisar experiências levadas a cabo noutros países poderá ser uma boa medida para o decisor político ter a dimensão das alternativas possíveis. Apenas a título de exemplo, sugere-se a análise da experiência conduzida em Portugal na última década, designada em geral por Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências / Centros Novas Oportunidades (RVCC/CNO) – processos de reconhecimento, validação e certificação da experiência em centros para tal formados e designados, em Portugal, por Centros de Novas Oportunidades.

Refira-se, também a **experiência portuguesa dos “Maiores de 23”**, experiência assente no reconhecimento, validação e certificação da experiência de vida e na capacidade de cada indivíduo para “ser estudante do Ensino Superior”, experiência que permitiu que muitos adultos, mesmo não portadores do ensino secundário, acessem à universidade. As únicas exigências para esse acesso era os candidatos possuírem mais de 23 anos e demonstrassem, através do currículo, de exames escritos e de entrevistas, a sua capacidade para serem bem-sucedidos no Ensino Superior.

Independentemente do acima exposto, e voltando aos valores que o quadro acima apresenta, conjugando o crescimento do número de alunos (ainda que reduzido) com a diminuição do financiamento público e, correspondentemente, com o encargo financeiro realizado por cada IES com os seus alunos, coloca-se aos consultores algumas questões de grande pertinência: que qualidade se espera do ensino nestas IES num quadro de tão elevada austeridade financeira? como salvaguardar essa qualidade? será que as IES em estudo compensam a quebra do financiamento do OE com a diversificação das fontes? será que aquela quebra de financiamento é colmatada com propinas? com prestação de serviços?

Às questões acima colocadas e cujas respostas seriam estruturantes para o debate em torno do financiamento do Ensino Superior público angolano, os consultores não poderão dar resposta em virtude da inexistência de informação nomeadamente no que respeita à origem das receitas daquelas instituições. Assim, se é verdade que os valores do quadro acima apontam para um panorama de um reduzido financiamento do Ensino Superior em Angola, também é verdade que a falta de informação impede os consultores de se pronunciarem acerca da qualidade das instituições de Ensino Superior e acerca das oportunidades de acesso e de permanência da população Angolana no Ensino Superior.

De igual modo, e dado que a evolução, quer do financiamento público das IES quer das despesas médias anuais por estudante caminham, em geral e mau grado as diferenças de intensidade por instituição, no

mesmo caminho, negativo, nada se pode afirmar com certeza acerca das vantagens/desvantagens que a situação geográfica ou a dimensão da instituição podem acarretar para a eficiência e qualidade do Ensino Superior em Angola. Todavia, os dados da secção seguinte poderão fornecer pistas, nesse sentido.

6.2.3 DESPESA MÉDIA ANUAL POR ALUNO, POR GRUPOS DE IES, EM AKZ

De seguida, apresenta-se a evolução da despesa média anual por alunos das IES, agrupadas em três conjuntos: universidades, institutos/escolas superiores politécnicos e instituições com cursos de “educação”. Observe-se o quadro abaixo.

Quadro 67 – Despesa média anual por aluno, universidades, em AKz

	2013	2014	2015	Taxa de variação %
Universidade Agostinho Neto	338.535	400.826	312.476	-7,7
Universidade Mandume ya Ndemfayo	169.317	204.790	116.234	-31,4
Universidade Katyavala Buíla	269.494	202.078	131.443	-51,2
Universidade Kimpa Vita	314.572	379.471	86.814	-72,4

Fonte: MF-SIGFE.

1 USD = a 136.22 Kwanzas (em Dez. de 2015, fonte: Inforeuro)

Os valores do quadro informam acerca da evolução do valor da despesa média anual por aluno de cada universidade, sendo que as 4 universidades consideradas apresentam uma diminuição significativa daquele valor ao longo do período. Nota-se, todavia, que o menor decréscimo acontece na maior, mais consolidada e mais central das universidades, a Universidade Agostinho Neto e o maior decréscimo acontece na universidade de menor dimensão e ruralizada, a Universidade Kimpa Vita. Para além disso, são estas duas universidades as que apresentam o maior valor e o menor valor relativos à despesa média anual por alunos. Face a esta situação, poderá perguntar-se se a dimensão, tendo em consideração, muito particularmente, o facto de as universidades disponibilizarem ofertas educativas que exigem elevados investimentos em equipamentos e laboratórios, situações concretas que a dimensão favorece em termos de economias de escala, influenciam aqueles valores. De igual forma, tendo em conta a centralidade da Universidade Agostinho Neto, poder-se-á questionar se a localização geográfica é um dos elementos que condicionam aqueles valores.



Questão semelhante se pode colocar acerca do nível académico dos docentes, sendo que a equipa de consultores considera que será na Universidade Agostinho Neto que se encontrará, em termos relativos, o maior número de docentes com mais elevados níveis habilitacionais. Estas são questões cujas respostas poderão explicar as diferenças nos valores encontrados e, assim, apoiar à tomada de decisão por parte do decisor político no sentido de melhorar a qualidade do ensino disponibilizado, mas a que os consultores não poderão responder em virtude da inexistência de dados que viabilizem análises acerca da problemática.

Observe-se, de seguida, o Quadro 68 que apresenta a evolução da despesa média anual por aluno de dois institutos superiores politécnicos e da escola superior politécnica.

Quadro 68 – Despesa média anual, por aluno, ensino politécnico, em AKz

	2013	2014	2015	Taxa de variação %
Instituto Superior Politécnico de Malange	304.847	340.457	182.247	-40,2
Instituto Superior Politécnico de Cuanza Sul	271.459	389.515	296.731	9,3
Escola Superior Politécnica de Malange	89.368	67.944	46.730	-47,7

Fonte: MF-SIGFE.

1 USD = a 136.22 Kwanzas (em Dez. de 2015, fonte: Inforeuro)

No que respeita a estas três instituições, os dados dificultam a análise por não apresentarem uma tendência de igual natureza. A despesa média anual por aluno do Instituto Superior Politécnico de Malange e na Escola Superior Politécnica de Malange diminuíram de forma acentuada no período, contrariamente ao que se passou no Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul. Todavia, esta discrepância poderá ser virtual dado que, como já anteriormente se revelou, é possível que a evolução percebida por esta instituição se deva, fundamentalmente, à diminuição muito significativa do número de alunos matriculados, facto que se não tivesse ocorrido poderia influenciar, de forma decisiva, a evolução da despesa média anual por aluno.

A análise dos valores do quadro permite, ainda, perceber o panorama das duas IES de Malange que apresentam, ambas, uma quebra muito acentuada da despesa média anual que realizam com os seus alunos e, ao mesmo tempo, um crescimento do número de alunos matriculados, o que nos leva a questionar se a localização geográfica destas duas instituições é o factor condicionante daquela evolução.

Observe-se, finalmente, o que se passa com as IES ligadas à área científica da “Educação”.

Quadro 69 – Despesa média anual, área científica “Educação”, em AKz

	2013	2014	2015	Taxa de variação %
Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	416.616	362.463	273.844	-34,3
Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	257.729	204.876	189.284	-26,6
Instituto Superior de Ciências de Educação de Huíla	141.753	143.247	113.722	-19,8
Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	118.550	91.731	74.236	-37,4
Escola Superior Pedagógica do Bengo	484.450	220.185	143.005	-70,5
Escola Superior Pedagógica do Bié	301.022	556.612	133.736	-55,6
Escola Superior Politécnica do Cuanza Norte	124.442	118.056	60.011	-51,8

Fonte: MF-SIGFE.

1 USD = a 136.22 Kwanzas (em Dez. de 2015, fonte: Inforeuro)

À semelhança do que se verificou com as restantes instituições, também as IES ligadas à área científica da “Educação” evidenciam um forte decréscimo da despesa média anual que efectuam com os seus alunos.

Todavia, os dados existentes não permitem afirmar que tal se deve à dimensão pois instituições de dimensão semelhante conhecem diminuições bem diferentes (veja-se os ISCED de Luanda e Huambo; de Huíla e Uíge), ou à sua centralidade. Na verdade, o que se pode perceber dos dados acima, fundamentalmente, é que as Escolas Superiores Pedagógicas conhecem perdas mais significativas que os ISCED e que o ISCED de Luanda é aquele que apresenta maiores valores de despesa média anual com os seus alunos a que não será estranho, certamente, a sua centralidade e as habilitações académicas dos seus docentes.

6.3 DESPESA MÉDIA ANUAL POR ALUNO, GLOBAL E POR IES, DAS IES PRIVADAS, EM AKZ

As IES privadas das quais se recolheu dados financeiros foram criadas em momentos diversos, sendo a mais antiga com fundação em 1999 (Universidade Católica de Luanda) e as mais modernas de 2012. Essa circunstância deverá ter impacto nos valores das despesas das instituições e da despesa média por aluno, dado se estar perante realidades diferentes no que toca à estrutura de custos. Veja-se no quadro seguinte a evolução dos dados da Despesa realizada e do número de estudantes de cada uma dela.

Quadro 70 – Despesa Realizada e Número de Estudantes das IES Privadas entre 2012 e 2015, em Akz

Orçamento Funcionamento – Despesa Realizada	Ano de Fundação	2012	2013	2014	2015	Var %
Universidade Católica de Luanda	1999	1.151.844,398	1.143.084,441	1.883.867,562	1.673.643,292	45,30%
Universidade Jean Piaget Viana (Luanda)	2000	2.442.915,027	2.272.650,998	3.214.153,224	3.120.650,102	27,74%
Universidade Privada de Angola	2002	1.060.197,940	905.672,610	828.292,529	913.063,900	-13,88%
Universidade Gregório Semedo	2004	1.261.120,452	593.363,078	570.047,532	580.459,168	-53,97%
Universidade de Belas	2007	1.227.697,943	740.745,304	990.853,155	915.702,593	-25,41%
Universidade Óscar Ribas	2008	1.342.900,020	1.237.080,600	1.203.710,946	941.890,607	-29,86%
Universidade Metodista de Angola	2007	3.367.558,307	2.107.815,848	2.146.794,348	2.143.586,661	-36,35%
Instituto Superior Politécnico Atlântida	2012	AD	526.884,751	660.710,916	703.698,848	33,56%
Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	2012	925.197,752	1.520.959,581	846.157,071	1.094.483,364	18,30%
Instituto Superior Politécnico Maravilha	2012	AD	404.510,208	569.465,849	672.050,227	66,14%
Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	2012	140.440,260	369.301,310	670.992,084	653.000,631	364,97%
Instituto Superior Politécnico de Tundavala	2008	604.619,673	586.826,849	621.958,881	635.310,162	5,08%

Nº Estudantes Inscritos	Ano de Fundação	2012	2013	2014	2015	Var %
Universidade Católica de Luanda	1999	3.027	4.425	AD	4.786	58,1%
Universidade Jean Piaget Viana (Luanda)	2000	8.564	11.279	6.845	7.890	-7,9%
Universidade Privada de Angola	2002	3.908	3.003	2.757	2.215	-43,3%
Universidade Gregório Semedo	2004	5.781	6.795	2.811	6.114	5,8%
Universidade de Belas	2007	2.747	3.899	AD	2.790	1,6%
Universidade Óscar Ribas	2008	6.317	4.883	4.216	2.643	-58,2%
Universidade Metodista de Angola	2007	4.864	8.996	8.818	9.264	90,5%
Instituto Superior Politécnico Atlântida	2012	AD	940	1.687	1.711	82,02%
Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	2012	3.133	4.530	1.096	5.277	68,4%
Instituto Superior Politécnico Maravilha	2012	AD	2.079	2.405	3.136	50,84%
Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	2012	602	1.226	2.368	2.602	332,2%
Instituto Superior Politécnico de Tundavala	2008	901	1.363	AD	1.210	34,3%

Notas: AD – Ausência de dados.

Como se pode constatar coexistem situações muito diferentes. No entanto, a maioria das IES privadas apresentam um crescimento do valor da despesa realizada entre 2012 e 2015. Contudo, existem 4 situações em que o valor da despesa realizada desce ao longo deste período e que são os casos da Universidade Privada de Angola (-14%), Universidade Gregório Semedo (-54%), Universidade de Belas (-25%) e Universidade Óscar Ribas (-30%).

Quando se observa a evolução dos estudantes vemos que entre 2012 e 2015 regista-se também uma diminuição do número dos estudantes em 3 IES, das quais se destacam a Universidade Privada de Angola (-43%) e a Universidade Óscar Ribas (-58%), que como já se referiu atrás tiveram uma diminuição da despesa realizada. Em sentido contrário, encontramos a Universidade Gregório Semedo, que registou a maior diminuição na despesa realizada (-54%), mas simultaneamente viu crescer o seu número de estudantes (+6%) e a Universidade de Belas (-25% na despesa) que manteve quase o mesmo número de estudantes (+2%).

Cruzando a despesa realizada e os estudantes inscritos encontramos a despesa anual por estudante. Novamente encontramos uma evolução bem diferenciada entre as diversas instituições, com 5 das IES a terem entre 2012 e 2015 uma baixa significativa no valor da despesa por estudante (Universidade Católica de Luanda -8%; Universidade Gregório Semedo -57%; Universidade de Belas -27%; Instituto Superior Politécnico Atlântida -27%; Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela -30%; Instituto Superior Politécnico de Tundavala -22%).

Quadro 71 – Despesa Realizada por Estudante pelas IES Privadas entre 2012 e 2015, em Akz

Despesa por Estudante	Ano de Fundação	2012	2013	2014	2015	Var %
Universidade Católica de Luanda	1999	380.523	258.324	AD	349.696	-8,1%
Universidade Jean Piaget Viana (Luanda)	2000	285.254	201.494	469.562	395.520	38,7%
Universidade Privada de Angola	2002	271.289	301.589	300.433	412.218	51,9%
Universidade Gregório Semedo	2004	218.149	87.323	202.792	94.939	-56,5%
Universidade de Belas	2007	446.923	189.983	AD	328.209	-26,6%
Universidade Óscar Ribas	2008	212.585	253.344	285.510	356.372	67,6%
Universidade Metodista de Angola	2007	692.343	234.306	243.456	231.389	-66,6%
Instituto Superior Politécnico Atlântida	2012	AD	560.516	391.648	411.279	-26,62%
Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	2012	295.307	335.753	772.041	207.406	-29,8%
Instituto Superior Politécnico Maravilha	2012	AD	194.570	236.784	214.302	10,14%
Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	2012	233.289	301.225	283.358	250.961	7,6%
Instituto Superior Politécnico de Tundavala	2008	671.054	430.541	AD	525.050	-21,8%

Fonte: IES Privadas.

1 USD = a 136.22 Kwanzas (em Dez. 2015, fonte: Inforeuro)

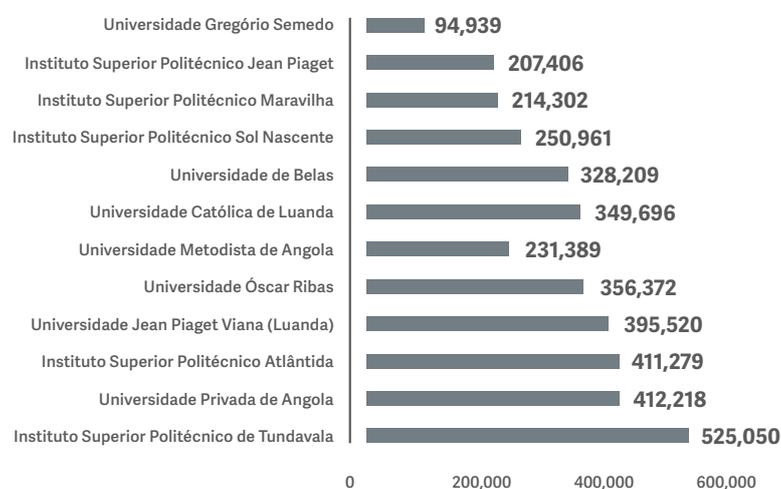
Notas: AD – Ausência de dados.

Do mesmo modo, quando se compara os valores da despesa por estudante no ano de 2015 encontramos valores acentuadamente díspares. Assim, o valor mais baixo da despesa por estudante das IES privadas foi registado na Universidade Gregório Semedo (94.939 AKz) e o valor mais elevado no Instituto Superior Politécnico de Tundavala (525.050 AKz), que atinge um valor mais do 5 vezes mais alto que o valor mais baixo. O Gráfico em baixo apresenta os dados da despesa por estudante em 2015 das IES Privadas para as quais se obteve dados.



Gráfico 8 – Despesa Realizada e Número de Estudantes das IES Privadas entre 2012 e 2015, em Akz

Despesa por Estudante em 2015 (Akz)



Fonte: Questionário aplicado aos alunos no âmbito do presente estudo.

Podemos agora comparar os valores da despesa média anual por estudante em 2015 nas instituições públicas e privadas de ensino superior através dos dados que constam no quadro seguinte. Observa-se que a maioria das instituições privadas apresentava em 2015 uma despesa média anual por estudante superior ao que ocorria nas instituições públicas. Ou seja, 7 das instituições privadas tinham uma despesa superior à instituição de ensino superior pública com valor mais elevado a Universidade Agostinho Neto (com 213.476 AKz).

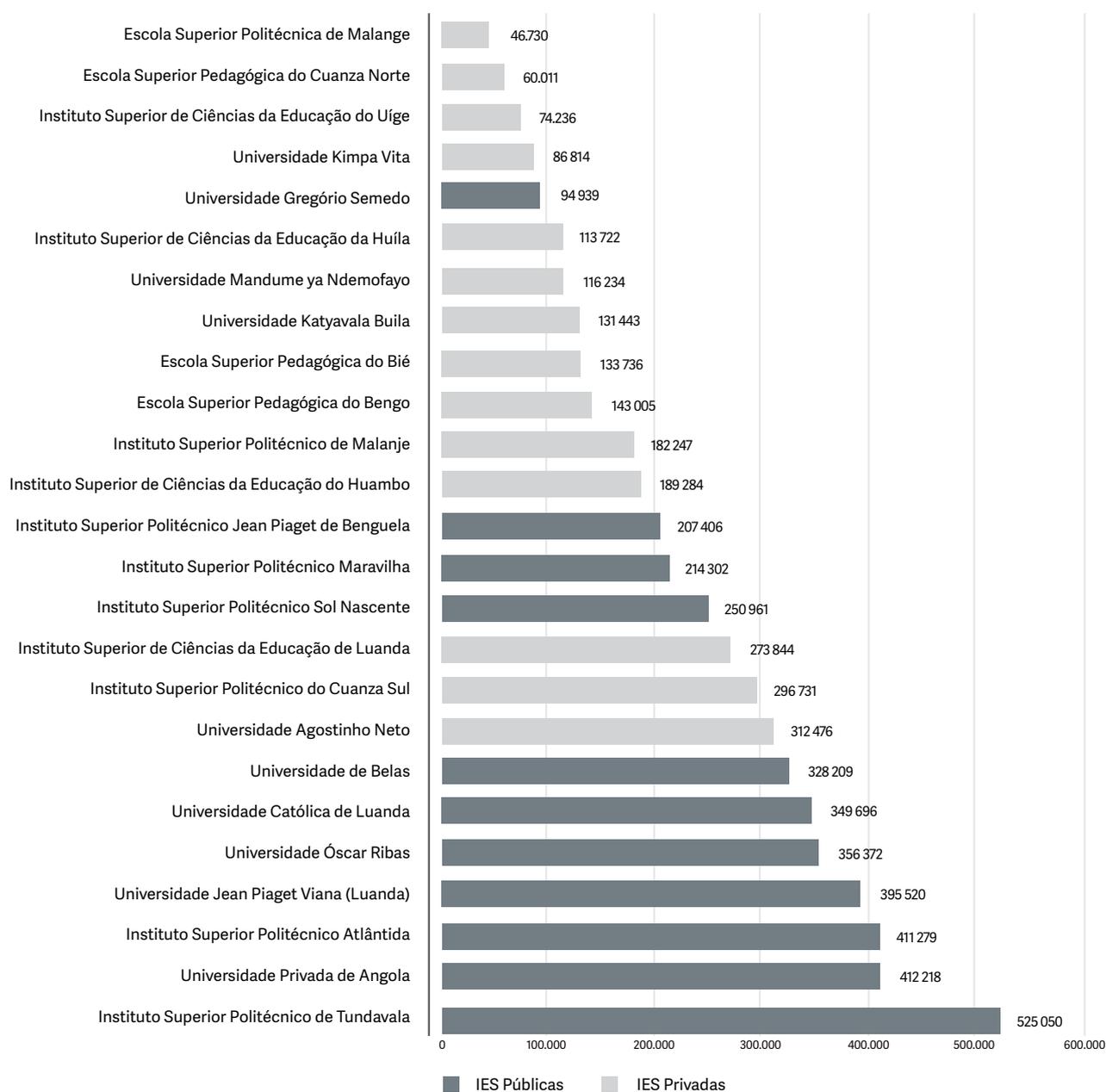
Quadro 72 – Despesa Realizada por Estudante pelas IES Públicas e Privadas em 2015, em Akz

IES Públicas	Despesa média anual do Estado por Estudante	IES Privadas	Despesa média anual por estudante
Universidade Agostinho Neto	312.476	Instituto Superior Politécnico de Tundavala	525.050
Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	296.731	Universidade Privada de Angola	412.218
Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda	273.844	Instituto Superior Politécnico Atlântida	411.279
Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo	189.284	Universidade Jean Piaget Viana (Luanda)	395.520
Instituto Superior Politécnico de Malanje	182.247	Universidade Óscar Ribas	356.372
Escola Superior Pedagógica do Bengo	143.005	Universidade Católica de Luanda	349.696
Escola Superior Pedagógica do Bié	133.736	Universidade de Belas	328.209
Universidade Katyavala Buila	131.443	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	250.961
Universidade Mandume ya Ndemofayo	116.234	Instituto Superior Politécnico Maravilha	214.302
Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla	113.722	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	207.406
Universidade Kimpa Vita	86.814	Universidade Gregório Semedo	94.939
Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge	74.236		
Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	60.011		
Escola Superior Politécnica de Malange	46.730		

Fonte: IES Privada.

1 USD = a 136.22 Kwanzas (em Dez. 2015, fonte: Inforeuro)

Gráfico 9 – Despesa média anual do Estado por Estudante 2015 (AKz)



Fonte: IES Privadas

Em termos gráficos torna-se mais clara a forma como se distribuem as instituições públicas e privadas de ensino superior de Angola, no que toca à despesas realizada por estudante. A generalidade das instituições públicas evidencia valores mais baixos do que as instituições privadas.

6.4 CUSTOS DOS ESTUDANTES/FAMÍLIAS VERSUS DESPESAS DO ESTADO NAS IES PÚBLICAS

Finalmente, apresentam-se e **comparam-se os custos suportados pelos estudantes com as despesas médias realizadas pelo Estado, nas 14 instituições públicas**, no sentido de perceber como o financiamento da educação superior é distribuído pelos seus dois principais actores.

De seguida apresenta-se o número total de estudantes a inquirir em cada uma das IES bem como o número de respostas válidas respectivas relativas aos custos anuais de educação e de vida/correntes.

Quadro 73 – Estudantes inquiridos

	Nº de inquiridos	Nº de Respostas válidas custos de educação	Nº de Respostas válidas custos de vida
Escola Superior Pedagógica do Bengo	13	12	12
Escola Superior Pedagógica do Bié	10	10	10
Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	11	8	8
Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla	20	12	11
Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda	13	13	13
Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo	4	2	2
Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge	30	25	24
Escola Superior Politécnica de Malange	3	1	1
Instituto Superior Politécnico de Malanje	4	4	3
Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	3	3	3
Universidade Agostinho Neto	65	44	42
Universidade Katyavala Buila	30	15	17
Universidade Kimpa Vita	12	12	12
Universidade Mandume ya Ndemofayo	25	24	22

Fonte: Questionário aplicado aos alunos no âmbito do presente estudo.

Os dados do quadro obrigam-nos a um cuidado acrescido na sua análise dado que em algumas das 14 IES houve uma importante taxa de não respostas. Ainda assim, porque as 14 IES representam cerca de 54% do total das IES públicas, os dados obtidos poderão, de alguma forma, ser indiciadores do que se passa no universo. Observe-se o quadro abaixo que representa os custos médios de educação, de vida e total anual dos alunos destas IES.

Quadro 74 – Custos de vida, de educação e total, média anual, dos estudantes, em AKz

	Custos de educação média anual	Custo médio anual de vida	Total
Escola Superior Pedagógica do Bengo	103.708	1.052.000	1.155.708
Escola Superior Pedagógica do Bié	115.974	816.600	932.574
Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	86.188	1.656.600	1.742.788
Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla	176.142	1.566.545	1.742.687
Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda	69.138	515.538	584.676
Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo	52.375	960.000	1.012.375
Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge	83.864	678.300	762.164
Escola Superior Politécnica de Malange	15.000	727.200	742.200
Instituto Superior Politécnico de Malanje	147.213	1.709.200	1.856.413
Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	49.133	648.000	697.133
Universidade Agostinho Neto	154.659	1.005.429	1.160.088
Universidade Katyavala Buila	71.900	842.372	914.272
Universidade Kimpa Vita	164.525	836.200	1.000.725
Universidade Mandume ya Ndemofayo	104.100	633.655	737.755

Fonte: Questionário aplicado aos alunos no âmbito do presente estudo.

Como se pode perceber, os dados do quadro acima por si só não nos dão informação passível de leitura por não se ter qualquer padrão de comparação nem se terem dados para vários períodos de tempo. Todavia, poderão ajudar a interpretar as dificuldades que os estudantes do Ensino Superior público de Angola passam, em geral, para aceder e se manter no Ensino Superior, quando comparados com a despesa média realizada com cada um deles, pelo Estado.

Observe-se o Quadro 75 que nos mostra as despesas médias anuais do Estado por aluno de cada uma daquelas instituições bem como os custos médios totais anuais de educação realizados pelos estudantes/famílias.

Quadro 75 – Despesas médias anuais das IES por aluno e custos médios anuais de educação dos estudantes, em AKz

	Despesa média anual do Estado por aluno (1)	Custo médio anual em educação, dos estudantes (2)	(3)=(1)+(2)	(2)/(3)*100
Escola Superior Pedagógica do Bengo	143.005	103.708	246.713	42,0
Escola Superior Pedagógica do Bié	133.736	115.974	249.710	46,4
Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	60.011	86.188	146.199	59,0
Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla	113.722	176.142	289.864	60,8
Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda	273.844	69.138	342.982	20,2
Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo	189.284	52.375	241.659	21,7
Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge	74.236	83.864	158.100	53,0
Escola Superior Politécnica de Malange	46.730	15.000	61.730	24,3
Instituto Superior Politécnico de Malanje	182.247	14.7213	329.460	44,7
Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	296.731	49.133	345.864	14,2
Universidade Agostinho Neto	312.476	154.659	46.7135	33,1
Universidade Katyavala Buila	131.443	71.900	203.343	35,4
Universidade Kimpa Vita	86.814	164.525	251.339	65,5
Universidade Mandume ya Ndemofayo	116.234	104.100	220.334	47,2

Fonte: MF-SIGFE; Questionário aplicado aos alunos no âmbito do presente estudo.

Os dados apresentados no quadro acima evidenciam bem o papel que os estudantes desempenham no financiamento da educação, sendo que os custos em educação por eles realizados chegam a atingir os 65% do somatório das despesas médias anuais por estudante realizadas pelo Estado com os custos anuais de educação realizados pelos estudantes.

Determinou-se, também, a relação “despesa média anual do Estado por aluno” com “custo médio anual de vida”, conforme o quadro abaixo.



Quadro 76 – Despesa média anual das IES por aluno e custo médio anual de vida dos estudantes, em AKz

	Despesa média anual do Estado por aluno (1)	Custo médio anual de vida (2)	(3)=(1)+(2)	(4)=(2)/(3)*100
Escola Superior Pedagógica do Bengo	143.005	1.052.000	1.195.005	88,0
Escola Superior Pedagógica do Bié	133.736	816.600	950.336	85,9
Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	60.011	1.656.600	1.716.611	96,5
Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla	113.722	1.566.545	1.680.267	93,2
Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda	273.844	515.538	789.382	65,3
Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo	189.284	960.000	1.149.284	83,5
Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge	74.236	678.300	752.536	90,1
Escola Superior Politécnica de Malange	46.730	727.200	773.930	94,0
Instituto Superior Politécnico de Malanje	182.247	1.709.200	1.891.447	90,4
Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	296.731	648.000	94.4731	68,6
Universidade Agostinho Neto	312.476	1.005.429	1.317.905	76,3
Universidade Katyavala Buila	131.443	842.372	973.815	86,5
Universidade Kimpa Vita	86.814	836.200	923.014	90,6
Universidade Mandume ya Ndemofayo	116.234	633.655	749.889	84,5

Fonte: MF-SIGFE; Questionário aplicado aos alunos no âmbito do presente estudo.

Os valores do quadro evidenciam o importante papel que os custos de vida/despesas correntes dos estudantes, desempenham no financiamento do Ensino Superior. Todavia, porque os valores obtidos no questionário correspondem a percepções de despesa por parte dos estudantes, os valores percentuais no quadro acima devem ser vistos com extrema cautela, sendo que, e independentemente de aqueles percentuais poderem representar a realidade com algum excesso, fica claro que os estudantes são os principais financiadores do Ensino Superior angolano. Esta constatação enquadra-se, aliás, no já determinado para outros países, nomeadamente em Portugal (Cabrito, 2002).

O papel dos estudantes no financiamento do Ensino Superior ainda se torna mais notório quando determinamos o peso dos gastos realizados pelos estudantes (em educação e de vida) nas despesas médias anuais globais por estudante no Ensino Superior (relativo às 14 instituições em análise), considerando as despesas totais médias anuais por aluno o somatório das despesas médias anuais do Estado com o total dos gastos médios anuais efectuados pelos estudantes. Observe-se o Quadro 77.

Quadro 77 – Custos médios anuais globais por estudante, em AKz

	Despesa média anual do Estado por aluno (1)	(4)=(2)+(3)	Custo total (5)=(1)+(4)	Peso do custo dos estudantes na custo total(4)/(5)*100
Escola Superior Pedagógica do Bengo	143.005	1.155.708	1.298.713	89,0
Escola Superior Pedagógica do Bié	133.736	932.574	1.066.310	87,5
Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	60.011	1.742.788	1.802.799	96,7
Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla	113.722	1.742.687	1.856.409	93,9
Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda	273.844	584.676	858.520	68,1
Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo	189.284	1.012.375	1.201.659	84,2
Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge	74.236	762.164	836.400	91,1
Escola Superior Politécnica de Malange	46.730	742.200	788.930	94,1
Instituto Superior Politécnico de Malanje	182.247	1.856.413	2.038.660	91,1
Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	296.731	697.133	993.864	70,1
Universidade Agostinho Neto	312.476	1.160.088	1.472.564	78,8
Universidade Katyavala Buila	131.443	914.272	1.045.715	87,4
Universidade Kimpa Vita	86.814	1.000.725	1.087.539	92,0
Universidade Mandume ya Ndemofayo	116.234	737.755	853.989	86,4

Fonte: MF-SIGFE; Questionário aplicado aos alunos no âmbito do presente estudo.

Como se pode observar no Quadro 77, o papel dos estudantes no financiamento do Ensino Superior, em Angola, é determinante e absolutamente maioritário. Naturalmente, o Estado assume, ainda, um papel decisivo como financiador institucional do Ensino Superior público – não podendo, ainda, ignorar-se a sua contribuição para as despesas de investimento, as quais não se enquadram no presente estudo.

Todavia, os valores do quadro confirmam o papel primordial dos estudantes e respectivas famílias no financiamento deste nível de ensino, não esquecendo de que se parte do pressuposto de que o financiamento do Ensino Superior é o somatório das despesas anuais realizadas pelo Estado com este nível de ensino e os custos de educação e de vida/correntes realizadas pelos estudantes e respectivas famílias.

Na verdade, pode observar-se que nestas 14 instituições públicas, o peso da participação dos estudantes/famílias varia entre os 70% e os 97%. De registar que o maior contributo dos estudantes e respectivas famílias para o financiamento do Ensino Superior também se verifica noutros países, mormente em Portugal. Em estudo semelhante realizado em 1994/1995, verificou-se que o papel dos estudantes no financiamento do Ensino Superior público universitário era determinante do financiamento total, variando aquele percentual entre os 30% e os 75% (Cabrito, 2002).

Todavia, nestas circunstâncias, julga-se indispensável uma análise mais fina da situação por parte dos decisores políticos no sentido de alterarem a relação aqui percebida e, assim, promoverem o crescimento do Ensino Superior no país, de forma equilibrada e justa na repartição dos custos de financiamento por entre os diversos actores. De facto, decidir em Educação, como em qualquer outro domínio, exige o conhecimento tão exaustivo quanto possível da realidade para que se possam equacionar medidas de política alternativas e medir as respectivas consequências para que o decisor actue de forma adequada às finalidades e objectivos que pretende atingir (Meirieu *et al.*, 1997).

6.5 ESTRUTURA DAS RECEITAS DAS IES

Finalmente, outra informação pertinente que seria desejável obter e **analisar diz respeito à estrutura das receitas das IES e seus efeitos no desenvolvimento deste subsistema educativo**. Quais as suas fontes de financiamento? Qual o peso de cada uma dessas fontes de financiamento (propinas, taxas, Receitas Ordinárias do Tesouro, prestação de serviços, outras)? Que problemas a estrutura daquelas receitas pode trazer ao crescimento do sector? E no que respeita à questão da equidade e justiça social? Todavia, relativamente a esta problemática apenas se obtiveram dados relativos a 6 IES a maioria das quais nem constava na amostra, conforme de seguida se apresentam.

a) Instituto Superior Politécnico de Cuanza Sul

Quadro 78 – Orçamento de funcionamento: Instituto Superior Politécnico de Cuanza Sul, em AKz

	Propinas	Taxas	ROtesouro	Prest. Serviços	Outras Rec.	Total	Propinas %	Taxas %	ROtes. %
2013	21.965.600	9.314.100	480.011.443	0	0	511.291.143	4,3	1,8	93,9
2014	25.260.440	10.711.215	479.246.376	0	0	515.218.031	4,9	2,1	93,0
2015	30.073.238	23.891.955	301.182.278	0	0	355.147.471	8,5	6,7	84,8

Fonte: MF-SIGFE.

1 USD = a 136.22 Kwanzas (em Dez. de 2015, fonte: Inforeuro)

Relativamente a esta IES, destaque-se o peso do OE no seu financiamento ainda que esse peso venha a diminuir. Simultaneamente, registe-se o papel que as propinas e as taxas vêm a assumir colmatando, de algum modo, a quebra de receitas correspondente às Receitas Ordinárias do Tesouro.

A análise dos dados permite concluir que a grande fonte de financiamento desta instituição ainda é o OE mas que se verifica uma diminuição desse contributo em benefício das receitas arrecadadas directamente junto dos estudantes.

b) ISCED de Huambo

Quadro 79 – Orçamento de funcionamento: ISCED de Huambo, em AKz

	Propinas	Taxas	ROtesouro	Prest. Serviços	Outras Rec.	Total	Propinas %	Taxas %	ROtes. %	Out. Rec. %
2013	141.198.805	48.066.831	673.961.843	0	468.000	863.695.479	16,3	5,6	78,0	0,1
2014	103.694.303	55.279.450	576.521.799	0	5.746.050	741.241.602	14,0	7,5	77,8	0,8
2015	106.706.789	54.388.789	480.214.757	0	24.579.290	665.889.625	16,0	8,2	72,1	3,7

Fonte: MF-SIGFE.

1 USD = a 136.22 Kwanzas (em Dez. de 2015, fonte: Inforeuro)

De destacar o papel ainda preponderante do financiamento público, mas que já se encontra na casa dos 70%, evidenciando tendência para um decréscimo progressivo que é colmatado pelas receitas arrecadadas junto dos estudantes, entre propinas e taxas que atingem, em 2015, já cerca de 25% do orçamento da instituição. De referir e destacar, ainda que apresentando valores pouco significativos, a parcela de Outras Receitas apontando para um processo inicial de diversificação das fontes de financiamento.

c) ISCED de Uíge

Quadro 80 – Orçamento de funcionamento: ISCED de Uíge, em AKz

	Propinas	Taxas	ROTesouro	Prest. Serviços	Outras Rec.	Total	Propinas %	Taxas %	ROTes.%	Out. Rec.%
2012	99.962.594	0	477.094.041	0	16.854.475	593.911.110	16,8	0,0	80,3	2,8
2013	176.639.278	0	703.816.031	0	26.821.050	907.276.359	19,5	0,0	77,6	3,0
2014	205.355.428	0	738.390.677	0	34.645.500	978.391.605	21,0	0,0	75,5	3,5
2015	221.270.789	0	696.288.244	0	85.142.175	1.002.701.208	22,1	0,0	69,4	8,5

Fonte: MF-SIGFE.

1 USD = a 136.22 Kwanzas (em Dez. de 2015, fonte: Inforeuro)

Tal como se verificava com o ISCED de Huambo, também nesta instituição se percebe bem o caminho da privatização do Ensino Superior público com as receitas provenientes das propinas a crescerem de forma significativa. De registar, também, a existência de receitas de origens diferentes para além das provenientes dos estudantes e do Tesouro.

d) Instituto Superior Politécnico de Malange

Quadro 81 – Orçamento de funcionamento: Instituto Superior Politécnico de Malange, em AKz

	Propinas	Taxas	ROTesouro	Prest. Serviços	Outras Rec.	Total	Propinas %	Taxas %	ROTes.%
2014	0	2.044.000	281.190.238	0	0	283.234.238	0,0	0,7	99,3
2015	0	15.440.500	291.900.371	0	0	307.340.871	0,0	5,0	95,0

Fonte: MF-SIGFE.

1 USD = a 136.22 Kwanzas (em Dez. de 2015, fonte: Inforeuro)

Nesta instituição o que há de significativo é o papel do Estado no seu financiamento que surge como a fonte quase exclusiva de financiamento da IES.

e) ISCED de Huíla

Quadro 82 – Orçamento de funcionamento: ISCED de Huíla, em AKz

	Propinas	Taxas	ROTesouro	Prest. Serviços	Outras Rec.	Total	Propinas %	Taxas %	ROTes.%	Out. Rec.%
2012	267.876.900	0	760.405.023	0	0	1.028.281.923	26,1	0	73,9	0
2013	384.988.678	29.827.615	899.347.509	0	7.659.538	1.321.823.340	29,1	2,26	68,0	0,6
2014	389.863.564	20.672.988	853.333.386	0	569.300	1.264.439.238	30,8	1,63	67,5	0,0
2015	419.644.316	29.198.717	840.840.212	0	0	1.289.683.245	32,5	2,26	65,2	0,0

Fonte: MF-SIGFE.

1 USD = a 136.22 Kwanzas (em Dez. de 2015, fonte: Inforeuro)

Também no ISCED de Huíla o processo de privatização da IES, com a diversificação das fontes de financiamento, com o aumento particular do peso das propinas e taxas no orçamento da instituição, é significativo.

Assiste-se, em termos relativos, a uma participação do Tesouro no orçamento da instituição e que, simultaneamente, diminui no período, situação acompanhada pelo crescimento das receitas próprias da IES as quais resultam, apenas, dos valores cobrados aos estudantes.

f) Universidade Cuito Canavale

Quadro 83 – Orçamento de funcionamento: Universidade Cuito Canavale, em AKz

	Propinas	Taxas	ROtesouro	Pret. Serviços	Outras Rec.	Total	Propinas %	Taxas %	ROtes. %
2012	0	1.147.000	62.982.507	0	0	64.129.507	0,0	1,79	98,2
2013	0	1.336.000	244.496.152	0	0	245.832.152	0,0	0,54	99,5
2014	0	1.515.000	468.248.203	0	0	469.763.203	0,0	0,32	99,7

Fonte: MF-SIGFE.

1 USD = a 100.55 Kwanzas (em Dez. de 2014, fonte: Inforeuro)

À semelhança do que ocorria com o Instituto Superior Politécnico de Malange, registe-se, na Universidade Cuito Canavale, a exclusividade do financiamento público no seu orçamento.

Do exposto, e não esquecendo que se está a tratar de apenas 6 instituições públicas, pelo que as inferências passíveis de efectuar devem ser objecto de muita cautela na sua interpretação, pode afirmar-se que o financiamento das IES públicas angolanas provém, ainda na sua grande parte, das Receitas Ordinárias do Tesouro ainda que, em alguns casos, sejam significativas as receitas provenientes dos estudantes, nomeadamente relativas a propinas o que indicia para instituições que disponibilizam ensino nocturno. Finalmente, parece ser aceitável concluir que ainda não é significativa a diversificação das fontes de financiamento no quadro das IES públicas angolanas, dado o peso diminuto de “outras receitas” nos respectivos orçamentos.

6.6 ALGUMAS NOTAS CONCLUSIVAS

Como se pode verificar, a análise anteriormente efectuada não responde ao que se esperava com o estudo das despesas médias anuais por aluno, curso e IES em Angola. Tal facto decorre, como acima se apontou, da fragilidade e exiguidade de informação disponível, malgrado os caminhos alternativos que a equipa ensaiou para a obter.

Todavia, e ainda assim, os dados são eloquentes acerca de algumas debilidades do sistema de financiamento do Ensino Superior angolano que, de seguida, se enunciam:

- ♦ **diminuição significativa dos valores orçamentados, cabimentados e liquidados para cada IES nos últimos anos, com particular perigo no volume da população abrangida e na qualidade do serviço educativo prestado;**

- ♦ **significativo peso das receitas arrecadadas pelas instituições, em termos de propinas e de taxas,** situação que não favorece a procura de Ensino Superior por parte dos estudantes potenciais do regime nocturno, com evidentes efeitos na necessidade de Angola trazer mais indivíduos à universidade, mormente aqueles que não puderam frequentar este subsistema educativo na “idade certa”;
- ♦ **reduzido papel dos diversos actores sociais no financiamento do Ensino Superior,** exceptuando-se o Estado e os estudantes/famílias;
- ♦ **necessidade de crescimento da oferta de Ensino Superior** dado que em 2016, de acordo com os dados do MES, a diferença significativa entre o número de candidatos (14 6971) e o número de vagas (25 608) nas IES públicas, concorreu para que o subsistema de ensino superior não tenha conseguido responder a cerca de 120 mil candidatos, situação que não se compagina com a necessidade de crescimento deste subsistema educativo como condição necessária ao arranque desenvolvimentista do país;
- ♦ **desigual despesa média anual por aluno para o Estado, por IES,** que poderá ser consequência de factores tão diversos mas complementares como: a localização geográfica da instituição, a sua dimensão, a natureza e variedade da formação disponibilizada, a estrutura do pessoal docente e não docente, a existência de ensino nocturno; perante isto, aconselha-se um estudo que permita isolar/agregar factores explicativos daquelas desigualdades que contribuam para uma oferta de Ensino Superior mais justa e equitativa;
- ♦ **contributo excessivo dos estudantes e respectivas famílias para o financiamento do Ensino Superior,** situação que pode conduzir a um processo de maior elitização da “universidade angolana” contrariando as expectativas de universalização deste nível educativo indispensável ao desenvolvimento do país.

Nas circunstâncias acima assinaladas, é indispensável interrogar uma política de financiamento do Ensino Superior que faz dos estudantes e respectivas famílias financiadores activos desse nível de ensino. Assim, sem pretensão de exaustividade, surgem algumas questões que se devem colocar ao decisor político e que devem ser discutidas politicamente:

- ♦ considerando o papel desempenhado pelos estudantes e famílias no financiamento do Ensino Superior público através das despesas indirectas de frequência (de educação e de vida) qual a participação socialmente justa que ainda se lhes pode exigir, através de propinas?
- ♦ todavia, e contraditoriamente, considerando as expectativas de rendimento futuras dos estudantes que frequentam o Ensino Superior, não deverão contribuir, directamente, para o financiamento do sistema?
- ♦ nesse sentido, não será necessário rever o actual modelo dual de propinas no sentido de aumentar o grau de equidade do sistema?
- ♦ a existirem propinas, e prevendo que cursos diferentes têm custos diferentes para o Estado (as condições objectivas do presente estudo não permitiram confirmar esta suposição), justificar-se-á uma propina diferente para cursos diferentes?
- ♦ a existirem propinas, será de considerar valores diferentes em função do capital económico e cultural diferenciados de que os estudantes são/serão portadores?
- ♦ que medidas de apoio financeiro aos estudantes mais carenciados (isenção de propinas; bolsas; empréstimos em condições subsidiadas, pagamentos diferidos e em função dos rendimentos futuros realmente ganhos)?
- ♦ que factores explicam que as diversas IES apresentem despesas médias anuais tão díspares, e que o presente estudo evidencia no que respeita às IES que ofertam cursos na área da “Educação”?

- ♦ que medidas de política que equilibrem aquelas diferenças entre as instituições, no sentido de um Ensino Superior público de qualidade, independentemente do tipo de estabelecimento, da área de ensino e/ou da localização geográfica?

Estas são, apenas, algumas questões que podem orientar uma outra forma de olhar o Ensino Superior, não esquecendo que não cabe ao investigador decidir e apontar soluções mas, tão somente, dar a conhecer a realidade a fim de o decisor político decidir (Meirieu *et al.*, 1997).

6.7 REFERÊNCIAS

Cabrito, B. (2002). *Financiamento do Ensino Superior em Portugal*. Lisboa: Educa.

Cerdeira, L. (2009). *O Financiamento do Ensino Superior Português. A Partilha de Custos*. Coimbra: Almedina.

Johnstone, D. (1986). *Sharing the Costs of Higher Education*. New York: College Entrance Examination Board.

Meirieu, Ph. & Guiraud, M. (1997). *L'École ou la guerre civile*. Paris: PLON.

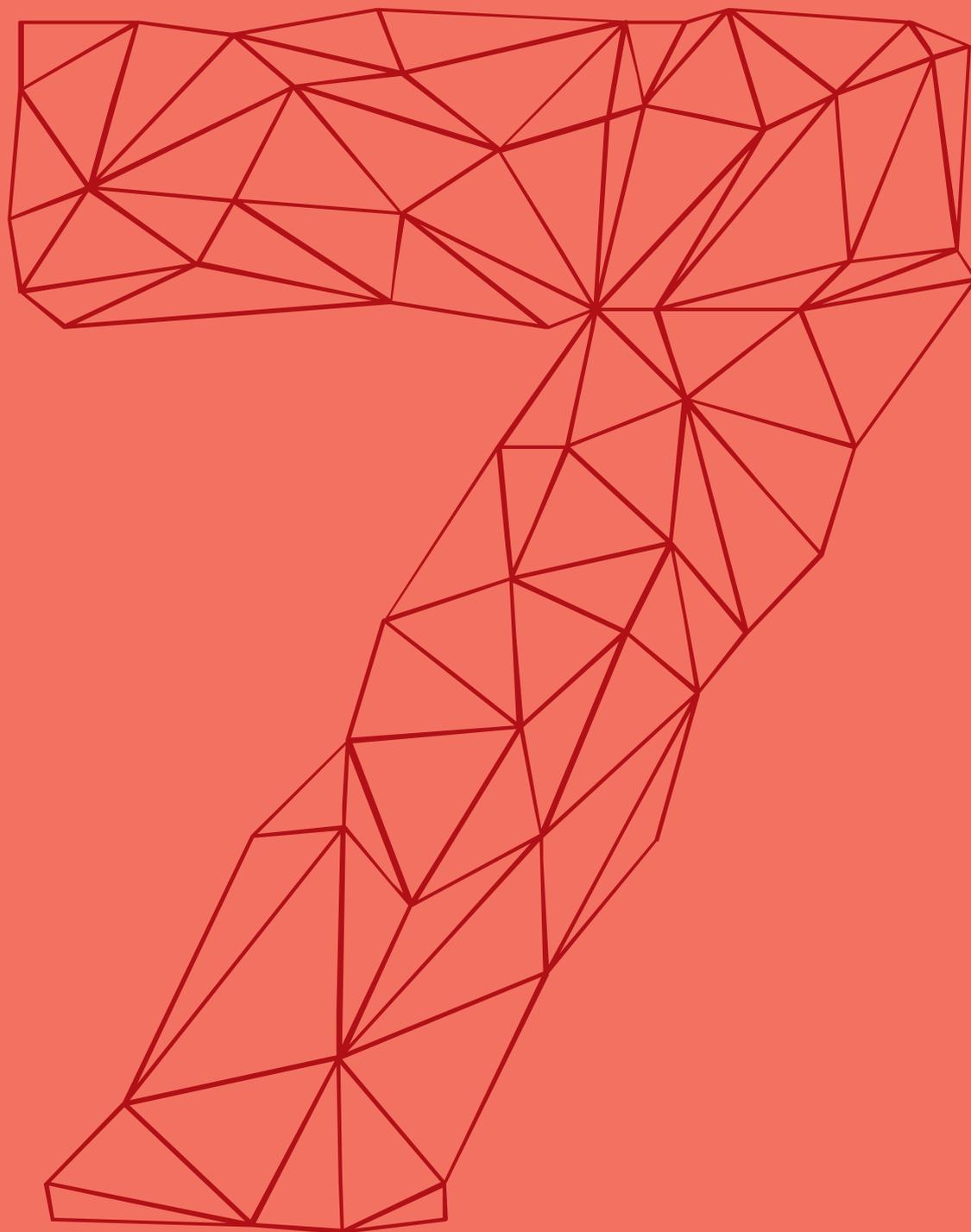
Oroval, E. & Molto Garcia, T. (1984). *Costes y rendimientos en la Enseñanza Superior*. Barcelona: Universitat de Barcelona, Institut de Ciències de l'Educació.

Yin, R. (2001). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Apêndice 3 – Questionário aplicado para recolha informação relativa aos custos unitários das Instituições de Ensino Superior

**ESTUDO SOBRE OS CUSTOS
E O FINANCIAMENTO
DO ENSINO SUPERIOR
EM ANGOLA**





**OS CUSTOS
DOS ESTUDANTES
E DAS FAMÍLIAS
NO ENSINO SUPERIOR
EM ANGOLA**

7.1 NOTA INTRODUTÓRIA

No âmbito da Assistência Técnica ao Ministério do Ensino Superior de Angola para a elaboração de um Estudo sobre os Custos e o Financiamento do Ensino Superior, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, decorreu entre 13 de Setembro e 14 de Outubro de 2016 a aplicação de um Questionário aos Estudantes do Ensino Superior, através de um inquérito por questionário auto-administrado.

Esta teve como objectivo apoiar a análise das opções de *financiamento por parte dos estudantes e das suas famílias no Ensino Superior*.

A par do financiamento público do Ensino Superior, e porque, no quadro de uma política de diversificação de fontes de financiamento/partilha de custos que ocorre em Angola, à semelhança do que acontece actualmente numa boa parte de países, a participação dos estudantes/famílias no financiamento do Ensino Superior não é negligenciável, importa analisar a dimensão das despesas familiares neste contexto.



Assinala-se que o inquérito por questionário aplicado, seguindo uma metodologia validada em muitos países (The International Comparative Higher Education Finance and Accessibility Project), incluindo países africanos, proporciona comparações internacionais e essa circunstância apresenta-se como muito vantajosa não só para a caracterização do país, mas também para a investigação e desenvolvimento neste domínio.

A aferição das despesas e opções de financiamento por parte das famílias deverá assim apoiar a análise das actuais fontes de financiamento do subsistema de Ensino bem como apoiar a equipa de investigação na elaboração de modelos de financiamento do Ensino Superior que contribuam para medidas de política de financiamento que promovam e garantam a democratização e equidade deste nível educativo.

Como referido, para a análise das opções de *financiamento por parte dos estudantes e das suas famílias no Ensino Superior*, foi aplicado um questionário (apêndice 4) a **estudantes em situação de segunda matrícula do Ensino Superior**, a nível nacional, no ano lectivo de 2016.

Da experiência de Estudos anteriores, para que os custos dos estudantes e das famílias para o Ensino Superior possam ser aferidos, recomenda-se a auscultação dos alunos em situação de segunda matrícula uma vez que se pressupõe que, nesta fase, os alunos terão melhor consciência dos custos envolvidos na sua frequência no Ensino Superior.

Foi definida, para o efeito, **uma amostra representativa estratificada por instituição, curso e sexo**, assegurando a representatividade das várias Instituições de Ensino nacionais (**públicas e privadas**) e respectivos **cursos**, com uma **margem de erro máximo de (+/-) 3%, para um intervalo de confiança de 95%**. (vide número de alunos por IES e respectivos cursos selecionados para a amostra, no apêndice 5). A aplicação dos questionários, decorreu nos estabelecimentos de Ensino dos alunos selecionadas na amostra.

Campo Empírico	Unidades amostrais	Dimensão da Amostra	Modelo de aplicação sugerido
Alunos matriculados no segundo ano em todas as IES acreditadas pelo MES, públicas e privadas, no ano académico de 2016.	Alunos estratificados por Instituição, Curso e Sexo	1.046 inquiridos [margem de erro de (+/-) 3% para um intervalo de confiança de 95%]	A aplicação dos questionários contou com o apoio do MES/GEPE, através dos seus Pontos Focais nas Instituições.

Estratégia de aplicação dos questionários

Conforme definido com o Ministério do Ensino Superior na primeira deslocação da equipa de investigação a Luanda (em Julho de 2016), a aplicação dos questionários foi realizada com o apoio de *Pontos Focais* do MES/GEPE, sob a supervisão de um dos elementos da equipa de peritos.

Para o efeito, os *Pontos Focais das IES de Luanda* receberam formação a 12 de Setembro, ministrada pelo Professor Rui Brites (elemento da equipa de consultoria responsável por esta componente do *Estudo*) tendo os mesmos ficado responsáveis por devolver os questionários devidamente preenchidos ao MES (GEPE/*Comissão Técnica de implementação do projecto*) logo após a sua aplicação.

Os questionários a aplicar nas IES de Luanda foram entregues directamente aos Pontos Focais presentes na formação, ou por mão própria nos casos em que não estiveram presentes. Nas IES fora de Luanda, foram remetidos pelo GEPE por correio institucional (postal ou digital).

Estratégia de recolha dos questionários

A recolha dos questionários foi feita de três formas:

- ♦ **Entregues em papel, junto do MES ou de representantes da equipa de consultoria;**
- ♦ **Informatizados directamente pelo Ponto Focal na plataforma on-line criada para o efeito;**
- ♦ **Enviados por e-mail (pdf) ao GEPE que, por sua vez, partilhava com a equipa de consultoria.**

Formação aos Pontos Focais GEPE/ MES na aplicação dos questionários aos Estudantes

A formação – que abordou a selecção das unidades amostrais e o carregamento dos questionários na plataforma online - decorreu a 12 de Setembro, no Campus da Universidade Agostinho Neto, Camama, em Luanda e contou com a presença de 2 elementos do GEPE e de 16 Pontos Focais.

A plataforma para introdução dos questionários *on-line* criada, para além de minimizar o efeito distância, permitiu também dispor dos dados de forma célere, encurtando os prazos associados a este tipo de tarefas.

Terminado o processo de inquirição, cumpre ressaltar a excelente colaboração do GEPE, bem como das várias IES e respectivos pontos focais, que não pouparam esforços na condução desta tarefa. Apenas desta forma foi possível, num prazo curto – cerca de 6 semanas – aplicar cerca de 1.000 questionários nas Instituições de Ensino Superior de Angola.

Síntese de Resultados

O perfil da amostra revela mais homens que mulheres, prevalece o escalão etário 22-25 anos e a grande maioria frequenta um curso de licenciatura.

Apenas cerca de um quinto dos estudantes frequentaram a escola secundária privada e destes, cerca de três quartos frequenta uma instituição privada de Ensino Superior.

Em geral, os pais são mais escolarizados do que as mães e têm mais profissões qualificadas. Cerca de 40% das mães são domésticas.

O valor médio do rendimento do agregado familiar é de 68.000 AKz e mais de metade (55%) diz que apenas dá para viver com dificuldade. Cerca de ¼ esteve empregado no último ano lectivo, trabalhando uma média de 30 horas/semana.

Cerca de 44% tem cartão bancário de débito e só 17,6% tem cartão bancário de crédito.

Apenas 22,6% dizem que têm Internet na residência e só cerca de 7% possui viatura própria.

São poucos os estudantes bolseiros (18%) e cerca de dois terços dos inquiridos não se consideram informados sobre as bolsas. O montante médio anual das bolsas que recebem é de cerca 550.000 AKz, que são gastos, principalmente, com transportes, alimentação e propinas. As bolsas que os estudantes consideram mais vantajosas são as do Governo (52,8%) e as da Universidade (24%).

Menos de um quarto (22%) contraiu um empréstimo para financiar o estudo, cujo montante médio foi aproximadamente de 400.000 AKz.

O valor médio que os estudantes consideram adequado para a propina anual do curso que frequentam, situa-se em torno dos 200.000 AKz e para a grande maioria deve ser o estado a suportar maioritariamente os encargos com o Ensino Superior, que também deve ser financiado pelas empresas para terem acesso a mão-de-obra qualificada.

Cerca de dois terços tencionam integrar o mercado de trabalho quando acabar o curso e/ou frequentar mestrado ou doutoramento do curso que frequentaram.

Os custos de vida mensais dos estudantes rondam, em média, os 82.500 AKz, sendo as despesas com o alojamento e a alimentação as parcelas com mais impacto.

Os custos de educação anuais dos estudantes rondam, em média os 330.000 AKz, sendo as despesas com as propinas a parcela com mais impacto.

7.2 OS CUSTOS DOS ESTUDANTES E DAS FAMÍLIAS NO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA – AMOSTRA

A amostra final não se afasta muito da amostra teórica nas Instituições onde foi aplicado o questionário. No conjunto das IE contactadas, apenas em três, todas privadas, não foi possível proceder à sua aplicação: Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas, Instituto Superior Politécnico Tundavala e Universidade Gregório Semedo. Os questionários aplicados no Instituto Superior Politécnico de Kangojo foram recebidos num ficheiro corrompido e não foi possível proceder à sua informatização na base de dados.

Quadro 84 – Distribuição amostral dos inquiridos: Instituições públicas (2016)

Instituições públicas	Amostra teórica	Amostra inquirida
Escola Superior Pedagógica do Bengo	12	13
Escola Superior Pedagógica do Bié	11	10
Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	15	11
Escola Superior Politécnica de Malanje	6	1
Instituto Superior de Arte	3	3
Instituto Superior de Ciências da Comunicação	3	1
Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla	20	20
Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda	13	13
Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo	7	4
Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge	23	30
Instituto Superior de Educação Física e Desporto	1	1
Instituto Superior de Serviço Social	8	9
Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	5	5
Instituto Superior Politécnico de Malanje	3	4
Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	2	3
Universidade Agostinho Neto	62	65
Universidade Cuito Cuanavale	9	9
Universidade José Eduardo dos Santos	42	40
Universidade Katyavala Buila	28	30
Universidade Kimpa Vita	24	12
Universidade Lueji A Nkonde	4	12
Universidade Mandume ya Ndemofayo	24	25
Universidade Onze de Novembro	54	55
Total	379	383

Quadro 85 – Distribuição amostral dos inquiridos: Instituições privadas

Instituições privadas	Amostra teórica	Amostra inquirida
Instituto Superior de Angola	7	7
Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	4	-
Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	7	7
Instituto Superior Politécnico Atlântida	14	14
Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	43	42
Instituto Superior Politécnico de Benguela	18	17
Instituto Superior Politécnico de Cabinda	9	8
Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	18	18
Instituto Superior Politécnico Humanidade Tecnologias-EKUIKUI II	12	11
Instituto Superior Politécnico de Kangojo	11	-
Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim	6	6
Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências	13	15
Instituto Superior Politécnico do Cazenga	14	14
Instituto Superior Politécnico Independente	22	30
Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	17	10
Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	21	15
Instituto Superior Politécnico Katangoji	8	9
Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	4	4
Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo	4	4
Instituto Superior Politécnico Maravilha	15	15
Instituto Superior Politécnico Metropolitano	32	29
Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	10	10
Instituto Superior Politécnico Tundavala	6	-
Instituto Superior Técnico de Angola	24	25
Universidade Católica de Angola	27	19
Universidade de Belas	9	9
Universidade Gregório Semedo	37	-
Universidade Independente de Angola	34	34
Universidade Jean Piaget	73	72
Universidade Lusíada de Angola	18	19
Universidade Metodista de Angola	55	54
Universidade Óscar Ribas	15	14
Universidade Privada de Angola	16	18
Universidade Técnica de Angola	46	44
Total	669	586

7.3 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DOS INQUIRIDOS

Quadro 86 – Caracterização sociodemográfica da amostra

		N	%
Sexo	Feminino	410	42,3
	Masculino	520	53,7
	Não respondeu	39	4,0
	Total	969	100,0
Idade	Até 21 anos	292	30,1
	22 – 25 anos	380	39,2
	26 – 30 anos	167	17,2
	>30 anos	102	10,5
	Não respondeu	28	2,9
	Total	969	100,0
Grau académico que frequenta	Licenciatura	896	92,5
	Bacharelato	73	7,5
	Total	969	100,0

Mais homens que mulheres, prevalece o escalão etário 22-25 anos e a grande maioria frequenta um curso de licenciatura.

A idade mais frequente são 22 anos e a média são 24,5 anos. A distribuição é aproximadamente normal.

Quadro 87 – Idade: estatísticas descritivas

	N válido	Mínima	Máxima	Moda	Mediana	Média	Desvio padrão
Idade	941	18	53	22	23	24,5	5,67

Como se pode observar no quadro seguinte, a idade é superior à média nas Regiões Académicas III, V e VII, nas Área científicas da Saúde e das Ciências da Educação e no Ensino público.

Quadro 88 – Idade por Região Académica, Área Científica e Ensino público/privado

		Idade	
		Média	Desvio padrão
Região académica	I	23,8	5,34
	II	24,9	5,25
	III	28,0	7,92
	IV	24,2	3,05
	V	26,1	4,91
	VI	23,7	5,04
	VII	26,2	6,84
Área científica do curso	Ciências, Engenharia e Tecnologia	22,8	3,58
	Saúde	25,8	7,60
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	24,0	5,38
	Ciências da Educação	26,7	5,90
Tipo de Instituição	Pública	25,1	5,51
	Privada	24,2	5,74

Dos alunos que frequentaram a escola secundária privada (22% dos inquiridos), mais de três quartos (77,8%) frequenta uma instituição privada de Ensino Superior. As diferenças são estatisticamente significativas ($\chi^2(1)=42,666$; $p<0,001$). Ou seja, quem frequentou a escola secundária privada, tem mais probabilidades de vir a frequentar uma Instituição de Ensino Superior privada.

Quadro 89 – Tipo de Instituição que frequenta e Escola secundária que frequentou (%)

		Tipo de Instituição que frequenta		
		Pública	Privada	Total
Tipo de escola secundária que frequentou	Pública	46,7	53,3	100,0
	Privada	22,2	77,8	100,0
	Total	40,4	59,6	100,0

7.4 PERFIL DO AGREGADO FAMILIAR

Quadro 90 – Escolaridade dos pais (%)

	Paí	Mãe
Não sabe ler nem escrever	2,0	9,7
Sabe ler e escrever mas não concluiu o ensino primário	10,4	17,0
Ensino Primário	9,0	14,8
Ensino Secundário 1º Ciclo	17,7	21,2
Ensino Secundário 2º Ciclo	37,0	24,4
Bacharelato	6,0	4,2
Licenciatura	14,3	7,0
Mestrado ou Especialização Profissional	1,8	1,1
Doutoramento	1,7	0,5

Em geral, os pais são mais escolarizados do que as mães e as diferenças são estatisticamente significativas (Wilcoxon=-16,038, $p<0,001$). Verifica-se o mesmo padrão por área científica, como mostra o quadro seguinte:

Quadro 91 – Escolaridade dos pais por Área científica (%)

	Ciências, Engenharia e Tecnologia		Saúde		Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras		Ciências da Educação	
	Paí	Mãe	Paí	Mãe	Paí	Mãe	Paí	Mãe
Não sabe ler nem escrever	1,2	8,1	0,9	9,8	0,9	7,1	6,1	17,4
Sabe ler e escrever, não concluiu o ensino primário	8,9	16,9	13,0	17,9	8,5	14,4	14,9	22,6
Ensino Primário	8,3	14,5	14,8	17,0	6,9	14,9	11,0	13,7
Ensino Secundário 1º Ciclo	16,0	19,2	14,8	15,2	18,0	23,6	20,4	21,1
Ensino Secundário 2º Ciclo	37,9	26,2	34,3	31,3	40,0	24,2	30,9	18,9
Bacharelato	9,5	4,7	4,6	3,6	5,7	5,3	4,4	1,6
Licenciatura	14,2	9,9	13,0	3,6	16,8	8,9	9,4	2,1
Mestrado ou Especialização Profissional	3,6	0,6	1,9	1,8	1,7	0,9	0,6	1,6
Doutoramento	0,6		2,8		1,7	0,7	2,2	1,1
Mestrado ou Especialização Profissional	1,8				1,1			

No que se refere à profissão, como se observa no quadro seguinte, há mais pais com profissões qualificadas do que mães, que estão mais na agricultura. Cerca de 40% das mães são domésticas. As diferenças são estatisticamente significativas (Wilcoxon=-14,188, $p<0,001$).

Quadro 92 – Ocupação dos pais (%)

	Pai	Mãe
Quadro superior da função pública, de organismo privado ou das Forças Armadas	12,7	4,3
Quadro médio da função pública, de organismo privado ou das Forças Armadas	14,0	6,9
Técnico e técnico médio da função pública, de organismo privado ou das Forças Armadas	13,2	8,9
Proprietário patrão ou independente	9,2	7,7
Empregado do sector de serviços, comércio e indústria	10,7	7,7
Operário qualificado	4,2	2,2
Operário não qualificado	4,9	1,6
Agricultor	10,0	12,1
Reformado/Pensionista/Aposentado/Desempregado	18,8	9,0
Doméstico/a	2,3	39,8

Quase metade (48%) tem um rendimento mensal médio.

Quadro 93 – Rendimento do agregado familiar

	N	%	
Rendimento mensal do agregado familiar	Rendimento Elevado (superior a 250.000,00 AKz)	73	8,1
	Rendimento Médio (50.000,00 AKz a 250.000,00 AKz)	434	48,0
	Rendimento Baixo (inferior a 50.000,00 AKz)	397	43,9
	Total	904	100,0
Avaliação subjectiva sobre o Rendimento do agregado familiar	Dá para viver muito bem	11	1,2
	Dá para viver bem	61	6,7
	Dá para viver razoavelmente	337	37,0
	Dá para viver com dificuldade	376	41,3
	Dá para viver passando privações.	126	13,8
	Total	911	100,0

Apenas cerca de 8% dizem que o rendimento dá para viver bem ou muito bem. 37% dizem que dá para viver razoavelmente e cerca de 55% dizem que vivem com dificuldades. É nas Ciências da Educação que se registam os rendimentos mais baixos. As diferenças são estatisticamente significativas ($\chi^2(6)=29.993$; $p<0,001$).

Quadro 94 – Rendimento do agregado familiar por Área científica (%)

	Rendimento Elevado (superior a 250.000,00AKz)	Rendimento Médio (50.000,00 a 250.000,00 AKz)	Rendimento Baixo (inferior a 50.000,00 AKz)
Ciências, Engenharia e Tecnologia	8,2	47,4	44,4
Saúde	8,5	47,2	44,3
Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	10,0	53,1	36,9
Ciências da Educação	3,2	37,2	59,6
Total	8,1	48,0	43,9

Relativamente à percepção dos inquiridos sobre o rendimento do agregado familiar, é nas ciências da educação que se observa a maior percentagem dos que dizem que vivem com dificuldades (63,5%). No entanto, as diferenças não são estatisticamente significativas ($\chi^2(6)=8,605$; $p>0,05$).

Quadro 95 – Avaliação subjectiva sobre o Rendimento do agregado familiar por Área científica (%)

	Dá para viver bem	Dá para viver razoavelmente	Dá para viver com dificuldades/ privações
Ciências, Engenharia e Tecnologia	6,2	39,3	54,5
Saúde	9,5	39,0	51,4
Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	8,5	39,0	52,5
Ciências da Educação	7,3	29,2	63,5
Total	7,9	37,0	55,1

O rendimento mais elevado parece ter importância na escolha da instituição, pois há mais alunos com rendimentos mais elevados a frequentarem instituições privadas do que os que frequentam as públicas ($\chi^2(2)=51,944$; $p<0,001$); e também são estes que avaliam melhor o conforto com que vivem ($\chi^2(2)=15,652$; $p<0,001$). As diferenças são estatisticamente significativas nos dois casos.

Quadro 96 – Rendimento do agregado familiar por tipo de Instituição frequentada (%)

		Tipo de Instituição	
		Pública	Privada
Rendimento mensal do agregado familiar	Rendimento Elevado (superior a 250.000,00 AKz)	3,6	11,0
	Rendimento Médio (50.000,00 a 250.000,00 AKz)	38,6	54,2
	Rendimento Baixo (inferior a 50.000,00 AKz)	57,8	34,7
	Total	100,0	100,0
Avaliação subjectiva sobre o Rendimento do agregado familiar	Dá para viver bem	5,3	9,6
	Dá para viver razoavelmente	31,9	40,3
	Dá para viver com dificuldades/privações	62,8	50,1
	Total	100,0	100,0

7.5 CONDIÇÕES DE VIDA DOS ESTUDANTES

A maioria reside com os pais (63,8%) ou em habitação alugada (21,5%). Apenas um estudante indicou que residia numa residência universitária.

Quadro 97 – Residência durante o ano académico (%)

	N	%
Reside com os pais/familiares	618	63,8
Residência universitária	1	0,1
Em casa/apartamento/quarto alugado	208	21,5
Em casa própria	92	9,5
Não respondeu	50	5,2
Total	969	100,0

22,6% (218) estiveram empregados no último ano lectivo e trabalharam, em média, cerca de 30 horas/semana.

Cerca de 44% têm cartão bancário de débito e 17,6% de crédito. Apenas 22,6 dizem que têm Internet na residência 6,9% possuem viatura própria.

Quadro 98 – Cartões bancários, Internet e Viatura (%)

		N	%
Possui cartões de débito (Multibanco)	Sim	427	44,2
	Não	368	38,1
	Não respondeu	170	17,6
Possui cartões de crédito	Sim	229	23,7
	Não	539	55,8
	Não respondeu	198	20,5
Possui acesso à internet na sua residência	Sim	219	22,6
	Não	648	66,9
	Não respondeu	101	10,4
Possui viatura própria	Sim	67	6,9
	Não	796	82,2
	Não respondeu	105	10,8

⁷⁹Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=13,637; p<0,05$)

Apenas 56% (539) estudantes inquiridos indicaram o montante do rendimento mensal disponível. O valor médio é de 68.000AKz e a mediana 40.000AKz. Os valores médios mais elevados observam-se nas Regiões académicas II e VI, na Área científica das Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras e no ensino privado. Diferenças estatisticamente significativas apenas na Região académica.

Quadro 99 – Rendimento mensal por Região académica. Área científica e Ensino público e privado

		N	Mediana	Média
Região académica ⁷³	I	297	40.000	66.592
	II	63	36.500	94.014
	III	47	27.000	36.687
	IV	8	45.650	69.041
	V	47	40.000	48.556
	VI	53	40.000	91.762
	VII	24	42.500	65.787
	Total	539	40.000	68.092
Área científica do curso	Ciências, Engenharia e Tecnologia	109	43.000	65.521
	Saúde	70	44.000	51.180
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	260	40.000	83.146
	Ciências da Educação	100	35.000	43.593
	Total	539	40.000	68.092
Tipo de Instituição que frequenta	Pública	231	30.000	59.943
	Privada	308	45.000	74.205
	Total	539	40.000	68.092

7.6 BOLSAS DE ESTUDO

Apenas cerca de 18% (174) estudantes dizem que são bolseiros. O montante médio anual da bolsa que recebem é cerca de 550.000AKz e a mediana situa-se nos 580.000AKz. Cerca de 70% das bolsas (121) foram concedidas pelo INAGBE.

Quadro 100 – Bolsas de estudo concedidas em 2016

	N	%
Instituição de Ensino onde estuda	8	4,6
INAGBE	121	69,5
Sonangol	3	1,7
Outra Instituição	9	5,2
Não indica	33	19,0
Total	174	100,0

⁷⁴Diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2(6)=45,465$; $p<0,001$)

⁷⁵Diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2(3)=14,281$; $p<0,005$)

⁷⁶Diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2(1)=62,021$; $p<0,001$)

Os transportes, a alimentação e as propinas são o principal destino das bolsas.

Quadro 101 – Destino das Bolsas de estudo concedidas

	N	%
Transportes	78	44,8
Alimentação	75	43,1
Propinas	63	36,2
Aquisição bibliografia	47	27,0
Alojamento	46	26,4
Outro destino	11	6,3
Não indica	21	12,1
Total	174	100,0

O maior número de bolsas foi atribuído na Região académica I (39,1%), na Área científica das Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras (35,6%) e no Ensino público (66,1%). As diferenças são estatisticamente significativas nos três casos.

Quadro 102 – Distribuição das Bolsas por Região, Área científica e Ensino público e privado (%)

		N	%
Região académica ⁷⁴	I	68	39,1
	II	17	9,8
	III	19	10,9
	IV	3	1,7
	V	27	15,5
	VI	25	14,4
	VII	15	8,6
	Total	174	100,0
Área científica do curso ⁷⁵	Ciências, Engenharia e Tecnologia	38	21,8
	Saúde	26	14,9
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	62	35,6
	Ciências da Educação	48	27,6
	Total	174	100,0
Tipo de Instituição que frequenta ⁷⁶	Public	115	66,1
	Privé	59	33,9
	Total	174	100,0

As bolsas que os estudantes consideram mais vantajosas são as do Governo (52,8%) e as da Universidade (24%). Saliente-se, no entanto, que cerca de 2/3 dos inquiridos não se consideram informados sobre as bolsas.

Quadro 103 – Bolsas de estudo consideradas mais vantajosas (%)

	N	%
Governo	510	52,8
Universidade	232	24,0
Outra fonte para além do Governo ou Universidade	88	9,1
Empregador	102	10,6
Não está informado	318	32,9

7.7 EMPRÉSTIMOS

Apenas 22% (213) dos estudantes dizem que contraíram um empréstimo para financiar o estudo, a maior parte (63%) foi pedido em 2015, ano em que se matricularam no Ensino Superior. Quase metade (47%) foi um empréstimo destinado a Estudantes. Só em 23 casos os estudantes indicam que recorreram a um banco, cerca de 52% (110) indicam outra entidade.

O montante médio dos empréstimos é aproximadamente de 400.000AKz e a mediana situa-se nos 82.000AKz. Os valores médios mais elevados observam-se nas regiões III e VI, na área científica da Saúde e no Ensino privado. As diferenças, nos três casos, não são estatisticamente significativas.

Quadro 104 – Montante do empréstimo por Região, Área Científica e Ensino público/privado

		N	Mediana	Média
Região académica	I	98	60.000	500.778
	II	33	102.500	277.394
	III	8	116.000	655.250
	IV	4	35.000	61.250
	V	15	100.000	124.127
	VI	10	110.000	220.000
	VII	12	40.000	250.083
	Total	180	82.000	393.223
Área científica do curso	Ciências, Engenharia e Tecnologia	45	60.000	110.842
	Saúde	17	106.000	289.741
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	77	86.000	645.937
	Ciências da Educação	41	97.000	271.451
	Total	180	82.000	393.223
Tipo de Établissement que frequenta	Público	77	50.000	239.201
	Privado	103	100.000	508.366
	Total	180	82.000	393.223

O pagamento de propinas, seguido dos transportes, são os destinos mais referidos para os empréstimos.

Quadro 105 – Destino dos empréstimos

	N	%
Propinas	109	51,2
Alojamento	28	13,1
Transportes	99	46,5
Aquisição de computador ou outros meios informáticos	54	25,4
Aquisição de outros meios de estudo	82	38,5
Alimentação	48	22,5
Outro motivo	6	2,8
Não indica	21	9,9

Quando questionados sobre se pudessem ter contraído um empréstimo maior teria, contraíam, apenas cerca de 28% (61) dos que contraíram um empréstimo, disseram que sim.

Para os que não contraíram um empréstimo, os principais motivos invocados são: não ter condições financeiras para tal (46,5%) e ter medo de contrair dívidas (44,7%).

Quadro 106 – Motivos para não ter contraído um empréstimo

	N	%
Não tinha condições financeiras para um empréstimo	249	46,5
Tenho medo de contrair dívidas	239	44,7
Não precisava de um empréstimo	114	21,3
Não sabia que havia empréstimos para esse fim	80	15,0
Não consegui encontrar condições para obter um fiador para o empréstimo	54	10,1
Outro motivo	9	1,7

7.8 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

Foi pedido aos estudantes que dessem a sua opinião sobre um conjunto de afirmações sobre o Ensino Superior. Os resultados mostram que as afirmações com que os alunos mais concordam é a de que deve ser o estado a suportar maioritariamente os encargos com o Ensino Superior (83,3%) e que as empresas devem financiar o Ensino Superior para terem acesso a mão-de-obra qualificada (83,1%). Ao contrário, a afirmação com que mais discordam é que o Ensino Superior deve ser suportado pelos estudantes (60,9%).

⁷⁷Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=20,156; p<0,005$) ⁷⁸Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=29,590; p<0,001$)

⁷⁹Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=15,936; p<0,05$) ⁸⁰Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=14,194; p<0,05$)

Quadro 107 – Representações sociais sobre o Ensino Superior em Angola

	Discorda	Nem discorda nem concorda	Concorda
O Ensino Superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	8,1	8,6	83,3
O custo do Ensino Superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários directos: os estudantes	60,9	13,2	25,9
As empresas devem financiar o Ensino Superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra qualificada	8,0	8,8	83,1
O Ensino Superior deve ser co-financiado pelo Estado, estudantes e empresas	12,8	16,6	70,6
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	26,8	12,6	60,6
O valor da propina deve variar de acordo com o rendimento esperado após a conclusão do curso	46,7	23,1	30,2
O valor da propina deve variar de acordo com a qualidade das instituições de Ensino Superior	25,6	12,7	61,7
O valor da propina deve variar de acordo com o mérito pedagógico e científico das instituições de Ensino Superior	26,3	14,3	59,3
O financiamento público do Ensino Superior impede o atrofamento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país	31,8	28,0	40,2
O Estado deve financiar o Ensino Superior particular e cooperativo	15,1	12,9	72,0
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	25,5	6,0	68,5

Os três quadros seguintes sintetizam o cruzamento das opiniões sobre o Ensino Superior com a Região académica, a Área científica e o ensino Público/privado. Como se observa, apenas duas afirmações merecem a discordância dos estudantes, registando valores médios inferiores ao centro da escala (3):

- ♦ O valor da propina deve variar de acordo com o rendimento esperado após a conclusão do curso (2,8);
- ♦ O custo do Ensino Superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus 555 beneficiários directos: os estudantes (2,5).

Os valores a negrito indicam a concordância mais elevada com cada uma das observações.

Quadro 108 – Representações sociais sobre o Ensino Superior em Angola, por Região académica (médias)

	I	II	III	IV	V	VI	VII	Total
O Ensino Superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	4,6	4,5	4,7	4,7	4,4	4,5	4,7	4,5
As empresas devem financiar o Ensino Superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra qualificada	4,6	4,5	4,4	4,4	4,5	4,6	4,3	4,5
O Ensino Superior deve ser co-financiado pelo Estado, estudantes e empresas	4,3	4,3	3,9	5,0	4,2	4,2	4,1	4,2
O Estado deve financiar o Ensino Superior particular e cooperativo	4,2	4,4	4,2	4,6	3,9	4,1	4,2	4,2
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos ⁷⁷	3,9	4,2	4,2	2,1	4,2	3,9	4,0	4,0
O valor da propina deve variar de acordo com a qualidade das instituições de Ensino Superior	3,8	3,9	3,5	4,1	3,4	4,1	3,8	3,8
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	3,8	4,1	3,5	4,8	4,0	3,5	2,8	3,8
O valor da propina deve variar de acordo com o mérito pedagógico e científico das instituições de Ensino Superior	3,8	3,7	3,3	4,1	3,7	3,9	4,0	3,7
O financiamento público do Ensino Superior impede o atrofamento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país ⁷⁸	3,4	3,2	3,1	2,6	3,4	2,9	2,8	3,3
O valor da propina deve variar de acordo com o rendimento esperado após a conclusão do curso ⁷⁹	2,8	2,8	3,1	3,2	2,6	2,4	3,0	2,8
O custo do Ensino Superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários directos: os estudantes ⁸⁰	2,4	2,9	2,4	3,3	2,6	2,3	2,9	2,5

Escala: 1=discorda totalmente; 5=concorda totalmente.

⁸¹Diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=14,925; p<0,005$) ⁸⁴Diferenças estatisticamente significativas ($U=82604; p<0,005$) ⁸⁷Diferenças estatisticamente significativas ($U=81575; p<0,05$)

⁸²Diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=11,613; p<0,05$) ⁸⁵Diferenças estatisticamente significativas ($U=85132; p<0,05$)

⁸³Diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=10,310; p<0,005$) ⁸⁶Diferenças estatisticamente significativas ($U=71764; p<0,001$)

Quadro 109 – Representações sociais sobre o Ensino Superior em Angola, por Área científica (médias)

	Ciências, Engenharia e Tecnologia	Saúde	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	Ciências da Educação	Total
O Ensino Superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	4,6	4,6	4,5	4,6	4,5
As empresas devem financiar o Ensino Superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra qualificada	4,7	4,6	4,5	4,4	4,5
O Ensino Superior deve ser co-financiado pelo Estado, estudantes e empresas	4,2	4,1	4,3	4,1	4,2
O Estado deve financiar o Ensino Superior particular e cooperativo	4,3	4,2	4,2	4,1	4,2
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	4	3,9	3,9	4,0	4,0
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso ⁸¹	4	3,7	3,9	3,3	3,8
O valor da propina deve variar de acordo com a qualidade das instituições de Ensino Superior ⁸²	4,2	3,7	3,7	3,6	3,8
O valor da propina deve variar de acordo com o mérito pedagógico e científico das instituições de Ensino Superior ⁸³	4,1	3,5	3,7	3,7	3,7
O financiamento público do Ensino Superior impede o atrofimento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país	3,4	3,4	3,2	3,2	3,3
O valor da propina deve variar de acordo com o rendimento esperado após a conclusão do curso	2,9	2,8	2,8	2,7	2,8
O custo do Ensino Superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários directos: os estudantes	2,6	2,6	2,5	2,5	2,5

Escala: 1=discorda totalmente; 5=concorda totalmente.

Quadro 110 – Representações sociais sobre o Ensino Superior em Angola, por Ensino público e privado (médias)

	Pública	Privada	Total
O Ensino Superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado ⁸⁴	4,7	4,4	4,5
As empresas devem financiar o Ensino Superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão-de-obra qualificada	4,5	4,5	4,5
O Ensino Superior deve ser co-financiado pelo Estado, estudantes e empresas	4,1	4,3	4,2
O Estado deve financiar o Ensino Superior particular e cooperativo	4,2	4,2	4,2
Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos ⁸⁵	4,1	3,9	4,0
O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso ⁸⁶	3,4	4,0	3,8
O valor da propina deve variar de acordo com a qualidade das instituições de Ensino Superior	3,7	3,9	3,8
O valor da propina deve variar de acordo com o mérito pedagógico e científico das instituições de Ensino Superior ⁸⁷	3,6	3,8	3,7
O financiamento público do Ensino Superior impede o atrofimento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país	3,2	3,4	3,3
O valor da propina deve variar de acordo com o rendimento esperado após a conclusão do curso	2,7	2,8	2,8
O custo do Ensino Superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários directos: os estudantes	2,6	2,5	2,5

Escala: 1=discorda totalmente; 5=concorda totalmente.

O valor médio que os estudantes consideram adequado para a propina anual do curso que frequentam, situa-se em torno dos 200.000AKz. A média mais elevada observa-se na Região VII, na área científica das Ciências, Engenharia e Tecnologia e no Ensino privado. Diferenças estatisticamente significativas por Área científica e Ensino público e privado.

⁸¹Diferenças estatisticamente significativas ($F(3, 776)=2,651; p<0,05$)

⁸²Diferenças estatisticamente significativas ($t(778)=-3,97; p<0,005$)

Quadro 111 – Valor máximo anual da propina do curso que frequenta (AKz), por Região académica, Área científica e Ensino público e privado

		N válido	Mediana	Média
Região académica	I	437	200.000	206.689
	II	101	200.000	215.644
	III	58	150.000	196.402
	IV	10	110.000	174.500
	V	61	135.000	183.705
	VI	73	175.000	193.973
	VII	40	100.000	230.125
	Total	780	200.000	204.885
Área científica do curso ⁸⁸	Ciências, Engenharia e Tecnologia	149	200.000	225.168
	Saúde	89	200.000	220.056
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	390	200.000	197.526
	Ciências da Educação	152	150.000	195.000
	Total	780	200.000	204.885
Tipo de Instituição que frequenta ⁸⁹	Pública	269	120.000	186.328
	Privada	511	200.000	214.654
	Total	780	200.000	204.885

Para os que concordam que o Estado deve financiar o Ensino Superior particular e cooperativo (N=621, 64%), a principal forma deveria ser o apoio social directo aos alunos carenciados (55,4%).

Quadro 112 – Forma mais adequada para o apoio do Estado ao Ensino Superior particular e cooperativo

Apoio social directo aos alunos carenciados	55,4
Apoio através de subsídios aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo	11,9
Apoio através de incentivos fiscais	8,4
Concessão de apoio a todos os alunos do ensino particular e cooperativo	8,4
Apoio social aos alunos através das estruturas de apoio social das instituições públicas	7,1
Não responde	8,9

Questionados sobre o que tencionam fazer quando acabarem o curso que frequenta, cerca de 2/3 tencionam integrar o mercado de trabalho (69,5%) e frequentar mestrado ou doutoramento do mesmo curso (61,2%).

Quadro 113 – O que tenciona fazer quando acabar o curso que frequenta (%)

Integrar o mercado de trabalho	69,5
Prosseguir outro ciclo do mesmo curso (Mestrado, Doutoramento)	61,2
Prosseguir outro ciclo de outro curso (Mestrado, Doutoramento)	12,5
Frequentar outro curso	8,8
Mudar de emprego	1,7
Ainda não sabe	1,3
Não responde	7,8

⁸⁹Apenas 756 estudantes (78%) preencheram, pelo menos, uma rubrica relativa a despesas sobre o seu custo de vida. Os cálculos foram efectuados tendo por base as respostas válidas (N válido). O valor total é o somatório das respostas válidas de cada um dos inquiridos. Os resultados devem, por conseguinte, serem interpretados parcimoniosamente.

Prosseguir outro ciclo de estudos do mesmo curso ou frequentar outro curso, é uma opção para cerca de 12,5% dos alunos no primeiro caso e 8,8% no segundo. As Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras (46,4%) e o Ensino privado (55,7%), é onde a mudança de curso é mais expressiva. No entanto, as diferenças não são estatisticamente significativas.

Quadro 114 – Intenção de mudar de curso por Área científica e Ensino público e privado (%)

		Total		Prosseguir outro ciclo de outro curso		Frequentar outro curso	
		N	%	N	%	N	%
Área científica do curso	Ciências, Engenharia e Tecnologia	42	23,0	30	24,8	19	22,4
	Saúde	14	7,7	7	5,8	9	10,6
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	85	46,4	52	43,0	40	47,1
	Ciências da Educação	42	23,0	32	26,4	17	20,0
	Total	183	100,0	121	100,0	85	100,0
Tipo de Instituição que frequenta	Pública	81	44,3	57	47,1	36	42,4
	Privada	102	55,7	64	52,9	49	57,6
	Total	183	100,0	121	100,0	85	100,0

7.9 CUSTOS DE VIDA⁹⁰

Em termos médios, os custos de vida dos estudantes rondam cerca de 82.500 AKz. As despesas com o alojamento e a alimentação são as parcelas com mais impacto.



⁹⁰Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=78,347; p<0,001$)

⁹²Diferenças estatisticamente significativas ($t(333)=-3,201; p<0,005$)

Quadro 115 – Custos de Vida dos Estudantes: valores mensais

	N Válido	Mediana	Média
Alojamento	335	25.000	48.789
Telefone/telemóvel	623	4.500	8.208
Alimentação	632	18.500	31.693
Transporte	611	13.950	21.602
Outras despesas pessoais	425	10.000	18.096
Total dos Custos de Vida mensais	756	47.000	82.511

No que se refere às despesas mensais com o alojamento, o valor médio mais elevado regista-se na Região III, nas Ciências da saúde e no ensino Público:

Quadro 116 – Custos de Alojamento: valores mensais

		N válido	Mediana	Média
Região académica ⁹¹	I	124	20.000	37.016
	II	45	17.000	31.533
	III	56	100.000	101.607
	IV	6	40.000	50.833
	V	38	20.750	61.105
	VI	35	20.000	32.400
	VII	31	15.000	28.758
	Total	335	25.000	48.810
Área científica do curso	Ciências, Engenharia e Tecnologia	53	25.000	37.117
	Saúde	46	44.000	60.489
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	147	25.000	54.005
	Ciências da Educação	89	20.000	41.157
	Total	335	25.000	48.810
Tipo de Instituição que frequenta ⁹²	Pública	196	30.000	58.714
	Privada	139	20.000	34.845
	Total	335	25.000	48.810

As despesas mensais com telefone registam valores médios mais elevados nas Regiões III e IV, na área científica da Saúde e no Ensino público. Diferenças estatisticamente significativas na Região e no ensino público e privado:

⁹²Diferenças estatisticamente significativas (t(621)=3,389; p<0,001)

Quadro 117 – Custos de Telefone/telemóvel: valores mensais

		N válido	Mediana	Média
Região académica	I	345	4.000	7.371
	II	70	3.600	8.308
	III	61	10.000	12.019
	IV	10	10.000	12.180
	V	55	5.000	9.600
	VI	49	5.000	6.111
	VII	33	5.000	9.298
	Total	623	4.500	8.208
Área científica do curso	Ciências, Engenharia e Tecnologia	122	4.000	7.603
	Saúde	82	5.000	9.566
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	297	4.000	7.976
	Ciências da Educação	122	5.000	8.468
	Total	623	4.500	8.208
Tipo de Instituição que frequenta ⁹³	Pública	259	5.000	10.082
	Privada	364	3.800	6.875
	Total	623	4.500	8.208

As despesas mensais com a alimentação registam valores médios mais elevados na Região III, nas Ciências da Educação e no Ensino público, mas as diferenças não são estatisticamente significativas:

Quadro 118 – Custos alojamento: valores mensais

		N válido	Mediana	Média
Região académica	I	342	15.000	30.160
	II	73	15.000	21.106
	III	57	45.000	46.474
	IV	9	25.000	32.411
	V	56	20.000	33.536
	VI	58	15.000	32.224
	VII	37	25.000	40.189
	Total	632	18.500	31.693
Área científica do curso	Ciências, Engenharia e Tecnologia	120	15.000	26.816
	Saúde	85	20.000	24.956
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	300	15.000	33.182
	Ciências da Educação	127	25.000	37.294
	Total	632	18.500	31.693
Tipo de Instituição que frequenta	Pública	265	20.000	36.110
	Privada	367	15.000	28.504
	Total	632	18.500	31.693

⁹⁴Diferenças estatisticamente significativas (H(6)=66,068; p<0,001)

⁹⁵Diferenças estatisticamente significativas (t(423)=2,170; p<0,001)

As despesas mensais com transportes registam valores médios mais elevados na Região III, nas Ciências, Engenharia e Tecnologia e no Ensino público, mas as diferenças não são estatisticamente significativas:

Quadro 119 – Custos de transporte: valores mensais

		N válido	Mediana	Média
Região académica	I	335	15.000	22.149
	II	69	10.000	19.926
	III	57	20.000	25.544
	IV	9	18.600	22.133
	V	52	8.000	24.958
	VI	53	10.000	19.826
	VII	36	9.000	11.113
	Total	611	13.950	21.602
Área científica do curso	Ciências, Engenharia e Tecnologia	117	14.400	23.361
	Saúde	86	15.000	20.898
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	284	15.000	22.768
	Ciências da Educação	124	10.000	17.760
	Total	611	13.950	21.602
Tipo de Instituição que frequenta	Pública	260	12.000	22.521
	Privada	351	14.500	20.921
	Total	611	13.950	21.602

194

As outras despesas pessoais mensais registam valores médios mais elevados na Região IV, na Saúde e no Ensino público. Diferenças estatisticamente significativas na Região e ensino público e privado:

Quadro 120 – Outras despesas pessoais: valores mensais

		N válido	Mediana	Média
Região académica ⁹⁴	I	205	10.000	16.071
	II	48	7.000	12.379
	III	56	25.000	30.289
	IV	10	27.500	34.450
	V	36	10.000	17.042
	VI	46	10.000	20.196
	VII	24	7.000	9.125
	Total	425	10.000	18.096
Área científica do curso	Ciências, Engenharia e Tecnologia	83	10.000	19.925
	Saúde	65	20.000	20.058
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	187	10.000	17.648
	Ciências da Educação	90	10.000	15.924
	Total	425	10.000	18.096
Tipo de Instituição que frequenta ⁹⁵	Pública	195	11.000	20.511
	Privada	230	10.000	16.049
	Total	425	10.000	18.096

⁹⁴Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=103,991$; $p<0,001$)

⁹⁵Diferenças estatisticamente significativas ($t(778)=5,293$; $p<0,001$)

⁹⁶Apenas 835 estudantes (86%) preencheram, pelo menos, uma rubrica relativa a despesas sobre os seus custos de educação. Os cálculos foram efectuados tendo por base as respostas válidas (N válido). O valor total é o somatório das respostas válidas de cada um dos inquiridos. Os resultados devem, por conseguinte, serem interpretados parcimoniosamente.

Os custos de Vida totais registam valores médios mensais mais elevados na Região III (200.399 AKz), na área da Saúde (90.610 AKz) e no Ensino público (110.680 AKz).

Quadro 121 – Custo de Vida mensal (AKz), por Região académica, Área científica e Ensino público e privado

		N válido	Mediana	Média
Região académica ⁹⁶	I	424	40.000	66.421
	II	90	40.650	61.227
	III	61	190.000	200.399
	IV	11	128.800	114.745
	V	61	52.000	108.841
	VI	65	45.500	81.265
	VII	44	48.500	74.936
	Total	756	47.000	82.511
Área científica do curso	Ciências, Engenharia e Tecnologia	150	43.500	69.998
	Saúde	97	55.500	90.610
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	363	42.600	82.723
	Ciências da Educação	146	53.000	89.457
	Total	756	47.000	82.511
Tipo de Instituição que frequenta ⁹⁷	Pública	303	63.000	110.680
	Privada	453	39.200	63.669
	Total	756	47.000	82.511

7.10 CUSTOS DE EDUCAÇÃO⁹⁸

Em termos médios, os custos de educação anuais dos estudantes rondam cerca de 330.000 AKz. As despesas com as propinas são a parcela com mais impacto.

Quadro 122 – Custos de Educação: valores anuais (AKz)

	N válido	Mediana	Média
Propinas	558	275.000	276.484
Taxa de Matrícula	729	10.000	15.204
Outras taxas (incluindo seguro, inscrição para exames)	443	6.000	13.978
Livros e outros materiais	662	27.000	49.138
Equipamento (computadores, microscópios, etc.) e visitas de estudo	398	76.500	102.076
Outras despesas anuais relacionadas com a educação	459	20.000	50.268
Total dos Custos de Educação anuais	835	306.500	320.698

⁹⁹Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=63,968; p<0,001$) ¹⁰⁰Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=29,590; p<0,001$) ¹⁰¹Diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=82,053; p<0,001$)
¹⁰²Diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=119,619; p<0,001$) ¹⁰³Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=113,281; p<0,001$) ¹⁰⁴Diferenças estatisticamente significativas ($t(727)=-9,138; p<0,001$)

No que se refere às despesas anuais com Propinas, o valor médio mais elevado regista-se na Região I, nas Ciências da saúde e no ensino Privado. Diferenças estatisticamente significativas nos três casos:

Quadro 123 – Custos com Propinas: valores anuais (AKz)

		N válido	Mediana	Média
Região académica ⁹⁹	I	393	275.000	287.162
	II	84	255.000	280.119
	III	9	200.000	172.222
	IV	5	150.000	156.000
	V	29	295.000	264.431
	VI	34	250.000	222.647
	VII	4	52.500	81.250
	Total	558	275.000	276.484
Área científica do curso ¹⁰⁰	Ciências, Engenharia e Tecnologia	116	324.000	312.246
	Saúde	65	350.000	333.711
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	329	250.000	262.477
	Ciências da Educação	48	250.000	208.573
	Total	558	275.000	276.484
Tipo de Instituição que frequenta ¹⁰¹	Pública	46	150.000	142.000
	Privada	512	275.000	288.567
	Total	558	275.000	276.484

196

Os custos anuais com taxas de matrícula, registam o valor médio mais elevado na Região I, nas Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras e no ensino Privado. Diferenças estatisticamente significativas nos três casos:

Quadro 124 – Custos com Taxas de matrícula: valores anuais (AKz)

		N válido	Mediana	Média
Região académica ¹⁰²	I	400	13.400	18.678
	II	85	10.000	14.020
	III	62	3.000	7.080
	IV	12	5.000	4.917
	V	60	10.000	12.091
	VI	68	7.725	13.598
	VII	42	3.750	6.500
	Total	729	10.000	15.204
Área científica do curso ¹⁰³	Ciências, Engenharia e Tecnologia	142	10.000	11.383
	Saúde	93	14.000	17.263
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	350	12.500	19.588
	Ciências da Educação	144	4.000	6.988
	Total	729	10.000	15.204
Tipo de Instituição que frequenta ¹⁰⁴	Pública	283	3.500	5.532
	Privada	446	15.000	21.341
	Total	729	10.000	15.204

¹⁰²Diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=10,062$; $p<0,05$) ¹⁰⁷Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=62,154$; $p<0,001$)

¹⁰⁶Diferenças estatisticamente significativas ($t(441)=-3,483$; $p<0,005$) ¹⁰⁸Diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=42,713$; $p<0,001$)

Os custos anuais com outras taxas registam o valor médio mais elevado na Região I, na Saúde e no ensino Privado. Diferenças estatisticamente significativas por Área científica e por Ensino público e privado:

Quadro 125 – Outras taxas (incluindo seguro, inscrição para exames): valores anuais (AKz)

		N válido	Mediana	Média
Região académica	I	246	8.000	18.052
	II	51	7.500	8.980
	III	55	6.000	7.900
	IV	6	5.000	12.500
	V	37	7.000	9.330
	VI	30	5.750	9.125
	VII	18	5.250	9.172
	Total	443	6.000	13.978
Área científica do curso ¹⁰⁵	Ciências, Engenharia e Tecnologia	90	8.500	13.464
	Saúde	71	6.000	19.393
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	198	7.500	14.723
	Ciências da Educação	84	5.000	8.197
	Total	443	6.000	13.978
Tipo de Instituição que frequenta ¹⁰⁶	Pública	178	4.750	7.856
	Privada	265	10.000	18.091
	Total	443	6.000	13.978

Os custos anuais com Livros e outros materiais registam o valor médio mais elevado na Região III, nas Saúde e no ensino Público. Diferenças estatisticamente significativas por Região e Área científica:

Quadro 126 – Livros e outros materiais: valores anuais (AKz)

		N válido	Mediana	Média
Região académica ¹⁰⁷	I	360	29.500	47.128
	II	85	20.000	31.027
	III	59	80.000	111.322
	IV	9	30.000	44.478
	V	55	25.000	47.585
	VI	57	20.000	35.620
	VII	37	25.000	35.414
	Total	662	27.000	49.138
Área científica do curso ¹⁰⁸	Ciências, Engenharia e Tecnologia	119	20.000	38.884
	Saúde	88	50.000	93.365
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	325	30.000	43.082
	Ciências da Educação	130	20.000	43.726
	Total	662	27.000	49.138
Tipo de Instituição que frequenta	Pública	267	28.000	56.073
	Privada	395	27.000	44.450
	Total	662	27.000	49.138

¹⁰⁹Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=84,842$; $p<0,001$) ¹¹⁰Diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=9,237$; $p<0,001$) ¹¹¹Diferenças estatisticamente significativas ($t(396)=3,543$; $p<0,001$) ¹¹²Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=89,289$; $p<0,001$) ¹¹³Diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=21,413$; $p<0,001$) ¹¹⁴Diferenças estatisticamente significativas ($t(457)=2,204$; $p<0,05$)

Os custos anuais com Equipamento (computadores, microscópios, etc.) e visitas de estudo registam o valor médio mais elevado na Região III, na Saúde e no ensino Público. Diferenças estatisticamente significativas nos três casos:

Quadro 127 – Equipamento (computadores, microscópios, etc.) e visitas de estudo: valores anuais (AKz)

		N válido	Mediana	Média
Região académica ¹⁰⁹	I	200	60.000	85.705
	II	40	50.000	57.943
	III	56	200.000	230.304
	IV	7	150.000	114.143
	V	35	50.000	63.483
	VI	42	65.000	77.279
	VII	18	100.000	111.333
	Total	398	76.500	102.076
Área científica do curso ¹¹⁰	Ciências, Engenharia e Tecnologia	88	77.500	86.091
	Saúde	58	105.000	146.897
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	173	72.000	98.387
	Ciências da Educação	79	62.000	95.056
	Total	398	76.500	102.076
Tipo de Instituição que frequenta ¹¹¹	Pública	188	85.000	121.835
	Privada	210	62.500	84.388
	Total	398	76500	102076

Os custos anuais com outras despesas relacionadas com a educação registam o valor médio mais elevado na Região III, na Saúde e no ensino Público. Diferenças estatisticamente significativas nos três casos:

Quadro 128 – Outras despesas relacionadas com a educação: valores anuais (AKz)

		N válido	Mediana	Média
Região académica ¹¹²	I	236	18.500	44.426
	II	52	20.000	34.861
	III	57	100.000	135.737
	IV	8	27.500	47.500
	V	36	16.500	29.194
	VI	44	10.500	21.011
	VII	26	17.000	26.269
	Total	459	20.000	50.268
Área científica do curso ¹¹³	Ciências, Engenharia e Tecnologia	85	15.000	42.218
	Saúde	64	50.000	77.836
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	223	20.000	49.415
	Ciências da Educação	87	20.000	40.037
	Total	459	20.000	50.268
Tipo de Instituição que frequenta ¹¹⁴	Pública	196	20.000	61.562
	Privada	263	20.000	41.850
	Total	459	20.000	50.268

¹⁰⁹Diferenças estatisticamente significativas ($H(6)=129,284; p<0,001$) ¹¹⁰Diferenças estatisticamente significativas ($H(3)=110,838; p<0,001$) ¹¹¹Diferenças estatisticamente significativas ($t(833)=-13,518; p<0,001$)

Os Custos totais de educação rondam, em média, cerca de 320.000 AKz. Os valores médios mais elevados observam-se na Região III (477.830 AKz), na área da Saúde (437.653 AKz) e no Ensino privado (398.364 AKz). As diferenças são estatisticamente significativas nos três casos.

Quadro 129 – Custos totais de Educação: valores anuais (AKz)

		N válido	Mediana	Média
Região académica ¹¹⁵	I	476	332.000	355.794
	II	105	310.000	304.262
	III	62	407.500	477.830
	IV	13	205.000	191.792
	V	63	146.440	232.210
	VI	71	235.750	210.830
	VII	45	58.000	105.787
	Total	835	306.500	320.698
Área científica do curso ¹¹⁶	Ciências, Engenharia e Tecnologia	164	350.750	334.392
	Saúde	106	438.250	437.653
	Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras	412	308.500	335.359
	Ciências da Educação	153	126.000	185.512
	Total	835	306.500	320.698
Tipo de Instituição que frequenta ¹¹⁷	Pública	312	102.000	190.509
	Privada	523	360.000	398.364
	Total	835	306.500	320.698

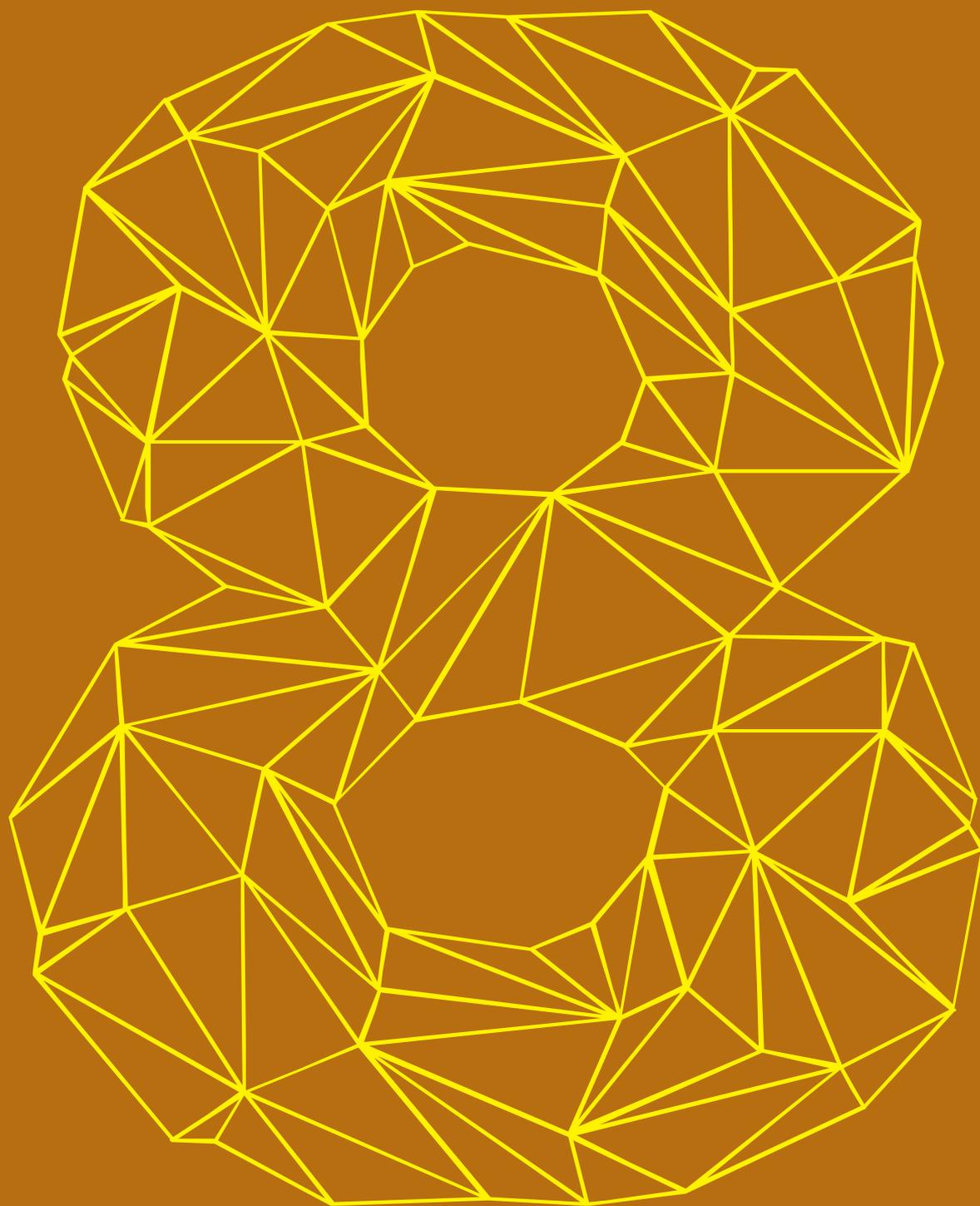
7.11 REFERÊNCIAS

Apêndice 4 – Questionário aplicado aos Estudantes do Ensino Superior.

Apêndice 5 – Amostra de número de alunos por IES e respectivos cursos.

**ESTUDO SOBRE OS CUSTOS
E O FINANCIAMENTO
DO ENSINO SUPERIOR
EM ANGOLA**





**CENÁRIOS
DE EVOLUÇÃO
DO SUBSISTEMA
DO ENSINO SUPERIOR
2016 – 2030**

8.1 ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA – SITUAÇÃO 2016

Angola regista de acordo com o Anuário Estatístico de 2016 uma taxa bruta de escolarização de 7,1% e uma taxa líquida de 2,7%. De assinalar que o **número de estudantes matriculados no Ensino Superior por 100.000 habitantes é de 877**, valor ainda modesto se comparado com alguns países africanos, como sejam os de **Cabo Verde (2015 com 2049), do Gana (2015 com 1523) e da África de Sul (2014 com 1887)**, com base nos dados do Instituto de Estatística da UNESCO (data.uis.unesco.org/#).

Também de acordo com o Anuário Estatístico de 2016, o Ensino Superior de Angola apresenta uma frequência de 241.284 estudantes distribuídos por 64 instituições de Ensino Superior (24 Públicas 37,5%; 40 Privadas 62,5%), estando **48% nas IES públicas e 52% nas IES privadas**, conforme o que se constata no quadro 130. Os estudantes matriculados no **período regular representam 67%** e os de **período pós-laboral 33%** e numa proporção semelhante quer no público, quer no privado.

Quadro 130 – Número de Instituições e número de estudantes matriculados por tipo de instituição e de ensino em 2016

Número de Instituições	64	%
Pública	24	37,5 %
Privada	40	62,5 %

Nº Estudantes Matriculados	241.284	
Pública	116.508	48 %
Pós-Laboral	37.428	32 %
Regular	79.080	68 %
Privada	124.776	52 %
Pós-Laboral	42.509	34 %
Regular	82.267	66 %

Fonte: Ministério do Ensino Superior, Anuário Estatístico do Ensino Superior 2016. Setembro 2016.

Em termos globais, as áreas científicas que absorvem maior número de estudantes são as “Ciências Sociais e Direito” (45%) e Educação (24%). De assinalar que o ensino público é esmagador nas áreas da “Agricultura”, Educação”, Ciências” e “Letras e Artes”, por outro lado as “Engenharias, Indústria, Transformação e Produção”, “Ciências Sociais, Comércio e Direito” e a “Saúde e Proteção Social” são maioritárias no ensino privado. Ver o quadro seguinte:

Quadro 131 – Número de estudantes matriculados por tipo instituição e área científica em 2016

Nº Estudantes Matriculados	Pública	Privada	Total	Peso %		Peso %
	116.508	124.776	241.284	Pública	Privada	8574 %
Agricultura	2.495	21	2.516	99 %	1 %	89 %
Ciências	5.056	1.288	6.344	80 %	20 %	225 %
Ciências Sociais, Comércio e Direito	33.394	74.143	107.537	31 %	69 %	3821 %
Educação	49.181	8.468	57.649	85 %	15 %	2049 %
Engenharia, Indústria Transformação e Produção	12.186	20.148	32.334	38 %	62 %	1149 %
Letras e Artes	2.178	1.175	3.353	65 %	35 %	119 %
Saúde e Protecção Social	11.021	18.744	29.765	37 %	63 %	1058 %
Serviços	997	789	1.786	56 %	44 %	63 %

Fonte: Ministério do Ensino Superior, Anuário Estatístico do Ensino Superior 2016. Setembro 2016.

Em 2015, **graduaram-se no subsistema do Ensino Superior 14.735 estudantes**, sendo **9.045 de IES públicas (61%) e 5.690 de IES privadas (39%)**. Este número fica aquém do esperado face ao número de estudantes matriculados no subsistema, porque **apenas corresponde a cerca de 6,1% dos matriculados**, podendo-se deduzir que existe espaço e necessidade de melhorar o nível da diplomação e diminuir o abandono/desistência.

Quadro 132 – Número de graduados em 2015 por tipo de instituição, ensino e área científica em 2015

Nº Graduados 2015	14.735	
Pública	9.045	61 %
Pós-Laboral	3.044	34 %
Regular	6.001	66 %
Privada	5.690	39 %
Pós-Laboral	2.482	44 %
Regular	3.208	56 %

Nº Estudantes Matriculados	Pública	Privada	Total	Peso %		Peso %
	9.045	5.690	14.735	Pública	Privada	8574 %
Agricultura	171	2	173	99 %	1 %	1 %
Ciências	260	39	299	87 %	13 %	2 %
Ciências Sociais, Comércio e Direito	1.301	3.781	5.082	26 %	74 %	34 %
Educação	5.344	269	5.613	95 %	5 %	38 %
Engenharia, Indústria Transformação e Produção	486	831	1.317	37 %	63 %	9 %
Letras e Artes	424	29	453	94 %	6 %	3 %
Saúde e Protecção Social	1.059	719	1.778	60 %	40 %	12 %
Serviços	0	20	20	0%	100 %	0%

Fonte: Ministério do Ensino Superior, Anuário Estatístico do Ensino Superior 2016. Setembro 2016.

No que respeita ao **número de vagas para entrada no Ensino Superior** verifica-se que em 2016 as **instituições privadas ofereceram cerca de três quartos das vagas em 2016**. Todavia, os **candidatos dirigem-se sobretudo para concorrer às instituições públicas** (146.971 – 74% escolhem o público), apesar de o público só oferecer 25.608 vagas. Assim, enquanto nas **IES Públicas encontramos uma taxa de ingresso de 93%** (Nº Matriculados 1.º Ano 1.ª Vez/ N.º Vagas), nas **IES privadas só 47% das vagas são efectivamente ocupadas**. Ver os dados do quadro 133.

Quadro 133 – Número de Vagas, Candidatos, Admitidos e Matriculados 1.º Ano 1.ª Vez em 2016

Nº Vagas		104.306	%
Pública		25.608	25 %
Privada		78.697	75 %

Nº Candidatos	Inscritos	%	Admitidos	Matriculados 1.º Ano 1.ª vez	Matriculados 1.º Ano 1.ª vez / N.º Vagas
Total	197.760		66.029	60.819	58,3 %
Pública	146.971	74%	25.939	23.809	93,0 %
Privada	50.789	26%	40.090	37.010	47,0 %

Fonte: Ministério do Ensino Superior, Anuário Estatístico do Ensino Superior 2016. Setembro 2016.

Em síntese, verificava-se que, em 2016, o Subsistema do Ensino Superior angolano correspondia apenas a 58,3% da procura dos candidatos a ingressar, registando-se um *deficit* principalmente nas instituições públicas, que deixam de fora um número assinalável de candidatos (cerca de 121 mil estudantes), o que permite perspetivar a necessidade e urgência de crescimento em termos das IES Públicas nos anos futuros.

Outro aspecto muito importante para a qualidade e evolução futura do sistema de Ensino Superior de Angola diz respeito à **qualificação do seu corpo docente e à sua estrutura** (dedicação em tempo integral e parcial). Em 2016, **apenas 10% dos docentes tinham o grau de doutor (66% em tempo integral) e 33% o grau de mestre (54% em tempo integral)**, sendo **notória a melhor qualificação no pessoal docente das IES públicas (58% tem o grau de doutor e de mestre)**. De facto, constata-se que existe um **ratio de 1 Doutor/194 estudantes nas IES públicas e 1 Doutor/526 nas IES privadas**. Ver Quadro 134.

Quadro 134 – Número de Docentes por tipo de instituição, grau académico e regime de trabalho em 2016

	Público	%	Privado	%	Total	
Nº Estudantes Matriculados	116.508	48 %	124.776	52 %	241.284	
Nº Total Docentes(integral+Parcial)	3.927	100 %	4.831	100%	8.758	100 %
Doutor	601	15 %	237	5 %	838	10 %
Mestre	1.708	43 %	1.209	25 %	2.917	33 %
Licenciado	1.578	40 %	3.072	64 %	4.650	53 %
Não especificado	40	1 %	313	6 %	353	4 %
Nº Total Docentes(integral+Parcial)	3.927	100 %	4.831	100%	8.758	100 %
Tempo Integral	2.829	72 %	845	17 %	3.674	42 %
Tempo Parcial	1.098	28 %	3.986	83 %	5.084	58 %

Nº Estudantes Matriculados/ Docente	30	26	28
Nº Estudantes Matriculados/ Doutor	194	526	288
Nº Estudantes Matriculados/Mestre	68	103	83

Fonte: Elaborado a partir de Ministério do Ensino Superior, Anuário Estatístico do Ensino Superior 2016. Setembro 2016.

Identifica-se aqui um sério desafio, dado que com a necessidade de expandir e alargar a frequência do Subsistema do Ensino Superior, há que equacionar a promoção da melhoria da qualificação do corpo docente existente, quer a nível de obtenção do grau de Doutor, quer a sua distribuição pelas diferentes áreas científicas, ao mesmo tempo que a pressão para o recrutamento de novos docentes.

Neste âmbito, faz todo o sentido discutir e vir a aprovar um Programa de Formação e Qualificação dos Docentes e Investigadores do Ensino Superior, devendo perspectivar-se a afectação de recursos orçamentais nesse Programa Especial de Formação e Qualificação.

8.2 PROECÇÃO DA POPULAÇÃO DE ANGOLA

Para se prospectar a evolução do Subsistema de Ensino Superior de Angola é necessário partir das projecções da população de Angola (global e dos grupos etários dos 15 – 19 e 20 – 24 anos). Tendo em conta a “Projecção da População 2014 – 2050” (INE, Novembro 2016) Angola vai passar de 27,5 para cerca 41,8 milhões de habitantes em 2030, ou seja registará um crescimento muito significativo de 52%, sendo que no grupo etário referente aos jovens que frequentam o nível do ensino secundário prevê-se um crescimento de 77% e de 82% no do Ensino Superior (cerca de 48% da população angolana tem uma idade até aos 14 anos).

Quadro 135 – Número População Projectada por Grupo Etário 2016 – 2030

	População			Variação %		
	Angola	15 – 19 Anos	20 – 24 Anos	Angola	15 – 19 Anos	20 – 24 Anos
2016	27.503.526	2.828.240	2.330.782			
2017	28.359.634	2.942.962	2.420.341	3,1 %	4,1 %	3,8 %
2018	29.250.009	3.067.047	2.514.086	3,1 %	4,2 %	3,9 %
2019	30.175.553	3.202.373	2.611.936	3,2 %	4,4 %	3,9 %
2020	31.127.674	3.350.060	2.713.907	3,2 %	4,6 %	3,9 %
2021	32.097.671	3.510.124	2.820.915	3,1 %	4,8 %	3,9 %
2022	33.086.278	3.681.504	2.934.793	3,1 %	4,9 %	4,0 %
2023	34.094.077	3.862.624	3.057.957	3,0 %	4,9 %	4,2 %
2024	35.121.734	4.052.409	3.192.273	3,0 %	4,9 %	4,4 %
2025	36.170.961	4.248.597	3.338.849	3,0 %	4,8 %	4,6 %
2026	37.243.484	4.449.242	3.497.680	3,0 %	4,7 %	4,8 %
2027	38.340.130	4.653.924	3.667.738	2,9 %	4,6 %	4,9 %
2028	39.461.732	4.859.496	3.847.468	2,9 %	4,4 %	4,9 %
2029	40.608.969	5.054.537	4.035.827	2,9 %	4,0 %	4,9 %
2030	41.777.194	5.004.710	4.230.563	2,9 %	-1,0 %	4,8 %
2030 – 2016				52 %	77 %	82 %

Fonte: Elaborado a partir de INE (2016). Projecção da População 2014 – 2050. Novembro de 2016.

Neste contexto, perspectiva-se a necessidade de uma intervenção estratégica na área da Educação e Ensino Superior, por forma a poder corresponder ao crescimento da procura desta população mais jovem e ao mesmo tempo poder trazer ao Ensino Superior a população adulta que não teve acesso ao Ensino Superior nas décadas anteriores. Um desafio de gigante!

8.3 CENÁRIOS PROSPECTIVOS 2017 – 2030

Apresentam-se, então, **quatro cenários relativos à projecção do número de estudantes** a atingir no Ensino Superior e **quatro cenários relativos ao investimento financeiro decorrentes da expansão do Subsistema entre 2017- 2030**, nos quais são assumidos diversos pressupostos no que toca ao peso da progressão do ensino público e do ensino privado.

Para a elaboração destes cenários considera-se **o ano de 2016 como ano base** (População de Angola; Número de Estudantes Matriculados no Ensino Superior; Distribuição dos Estudantes por Instituições Públicas e Privadas; e o Número de Estudantes Matriculados por 100.000 habitantes), tendo-se construído os seguintes **cenários e hipóteses** constantes do quadro seguinte:

Quadro 136 – Quadro dos critérios da projecção dos estudantes do Ensino Superior entre 2016 – 2030

Cenários	Hipótese 1 Manter o Peso do Público 2016	Hipótese 2 Subir o Público de 7 %	Hipótese 3 Subir o Público de 12 %
Cenário 1 – Nº de Estudantes por 100.000 Habitantes = 877	Público 48 % / Privado 52 %	Público 55 % / Privado 45 %	Público 60 % / Privado 40 %
Cenário 2 – Nº de Estudantes por 100.000 Habitantes = 950	Público 48 % / Privado 52 %	Público 55 % / Privado 45 %	Público 60 % / Privado 40 %
Cenário 3 – Nº de Estudantes por 100.000 Habitantes = 1.000	Público 48 % / Privado 52 %	Público 55 % / Privado 45 %	Público 60 % / Privado 40 %
Cenário 4 – Nº de Estudantes por 100.000 Habitantes = 1.200	Público 48 % / Privado 52 %	Público 55 % / Privado 45 %	Público 60 % / Privado 40 %

No que toca à **projecção financeira** usou-se a **dotação da Despesa Orçamentada do Ministério do Ensino Superior de 2016 (66.718.800.209 AKz)**, tendo em conta a **distribuição entre a dotação orçamental das instituições do Ensino Superior público (37.947.800.209 AKz)** e a **dotação afectada à acção social na ordem dos 43% (28.771.000.000 AKz) do Ensino Superior** (Informação do Ministério do Ensino Superior).



Esta afectação de recursos do *plafond* orçamental causa alguma estranheza, dado **o peso assumido pela parte designada de “Acção social” ser tão elevada (43%)**. Contudo, verificou-se que nesta componente está incluída a dotação de todo o tipo de bolsas, isto é bolsas de estudo que se destinarão **a apoiar estudantes de famílias carenciadas e para incentivar a acessibilidade do ensino superior** e, ao mesmo tempo, bolsas de estudo que se destinam a apoiar estudantes na realização de cursos de mestrado e doutoramento (dentro e fora do país) e, portanto, **para apoio à formação avançada e à investigação**.

Assim, este facto pode justificar este peso elevado da parte do “apoio social” dado que está aqui também uma componente de apoio ao financiamento da investigação e formação avançada.

Ainda que o peso da ajuda financeira aos estudantes no conjunto da dotação orçamental do ensino superior, ou da despesa pública para o ensino superior, possa variar consoante o modelo de financiamento do ensino superior e das políticas públicas seguidos por cada país, o valor registado em 2016 em Angola é muito elevado.

De facto, encontramos países em que há aplicação de propinas elevadas e o Estado fixa um tecto orçamental para as IES mais reduzido e, por sua vez, afecta valores consideráveis para o apoio social a ser concedido através de bolsas ou empréstimos estudantis (como é o exemplo do Reino Unido), ou outros países optam por políticas de não aplicação de propinas, ou de valor baixo e o *plafond* orçamental é dirigido mais fortemente para as IES e com menor peso para a Acção Social (como são os casos da Alemanha e de Portugal).

Para que se possa aquilatar esta dimensão e contextualizar melhor apresentam-se dados relativos a alguns países europeus e dos Estados Unidos da América e Japão sobre o peso da ajuda financeira aos estudantes em % da despesa pública em ensino superior. Por exemplo, em 2009 nos Estados Unidos afectava-se 19% da despesa pública do ensino superior para a ajuda aos estudantes do ensino superior e no Japão esse mesmo valor em 2011 representava 30%. Realça-se o facto de que nestes dois países há uma forte privatização do ensino superior e com pagamento generalizado nas IES públicas de propinas.

Ajuda financeira aos estudantes em % da despesa pública em ensino superior (1999 – 2011)

Grupos / Países	Ajuda financeira aos estudantes em % da despesa pública em ensino superior	
	Ensino superior (ISCED 5-8)	
Anos	1999	2011
UE28 – União Europeia (28 Países)	x	X
DE – Alemanha	12,5	21,9
AT – Áustria	12,9	9,8
BE – Bélgica	16,0	14,4
BG – Bulgária	6,8	18,3
CY – Chipre	55,3	52,6
HR – Croácia	x	5,5
DK – Dinamarca	35,2	28,4
SK – Eslováquia	4,4	16,7
SI – Eslovénia	x	23,4

Grupos/Países	Ajuda financeira aos estudantes em % da despesa pública em ensino superior	
	Ensino superior (ISCED 5-8)	
Anos	1999	2011
ES – Espanha	9,3	9,4
EE – Estónia	6,5	X
FI – Finlândia	16,4	13,7
FR – França	8,0	8,0
GR – Grécia	3,4	X
HU – Hungria	12,6	12,4
IE – Irlanda	14,8	13,3
IT – Itália	16,9	22,2
LV – Letónia	21,9	14,0
LT – Lituânia	14,1	10,1
LU – Luxemburgo	x	x
MT – Malta	38,5	18,4
NL – Países Baixos	22,3	28,8
PL – Polónia	3,2	12,7
PT – Portugal	6,0	15,4
UK – Reino Unido	26,7	43,6
CZ – República Checa	7,6	1,5
RO – Roménia	13,7	9,3
SE – Suécia	30,4	x
IS – Islândia	21,9	26,2
NO – Noruega	28,6	x
CH – Suíça	x	2,2
US – Estados Unidos da América	18,7	x
JP – Japão	x	29,6

Fonte: Elaborado a partir de PORDATA, acedido em Junho 2017.
[www.pordata.pt/Europa/Ajuda+financeira+aos+alunos+em+percentagem+da+despesa+pública+em+educação+total+e+por+nível+de+ensino+\(1999+2011\)-1352](http://www.pordata.pt/Europa/Ajuda+financeira+aos+alunos+em+percentagem+da+despesa+pública+em+educação+total+e+por+nível+de+ensino+(1999+2011)-1352).

8.3.1 CENÁRIOS DO NÚMERO DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR

Cenário 1 = Projecção dos Estudantes entre 2017 e 2030 mantendo o ratio de 877 estudantes matriculados por 100.000 habitantes = Aumento de 52% de estudantes entre 2016 – 2030

Quadro 137 – Cenário 1 com N° Estudantes do Ensino Superior com ratio de 877 por 100.000 Habitantes (mantém a situação de 2016)

	Angola População	N° Estudantes do Ensino Superior	Cenário 1 – 877/100.000 habitantes (situação actual)	
			Var %	N° Estudantes do Ensino Superior matriculados por 100.000 habitantes = 2016
2016	27.503.526	241.284		877
2017	28.359.634	248.794	3 %	877
2018	29.250.009	256.606	3 %	877
2019	30.175.553	264.725	3 %	877
2020	31.127.674	273.078	3 %	877
2021	32.097.671	281.588	3 %	877
2022	33.086.278	290.261	3 %	877
2023	34.094.077	299.102	3 %	877
2024	35.121.734	308.117	3 %	877
2025	36.170.961	317.322	3 %	877
2026	37.243.484	326.731	3 %	877
2027	38.340.130	336.352	3 %	877
2028	39.461.732	346.191	3 %	877
2029	40.608.969	356.256	3 %	877
2030	41.777.194	366.505	3 %	877
Var – 2030 – 2016	52 %	52 %		

209

Quadro 138 – Cenário 1 com N° Estudantes do Ensino Superior com ratio de 877 por 100.000 Habitantes (mantém a situação de 2016) / Peso das Instituições Públicas igual a 2016 (48%); subindo 7% (55%) e subindo 12% (60%)

	Cenário 1 = 877 Est-/ 100.000 Hab	Mantendo o Peso de 2016		Subindo o Público 7 %		Subindo o Público 12 %	
		Public 48 %	Privé 52 %	Public 55 %	Privé 45 %	Public 60 %	Privé 40 %
	N° Estudantes do Ensino Superior						
2016	241.284	116.508	124.776	116.508	124.776	116.508	124.776
2017	248.794	120.135	128.660	136.837	111.958	149.277	99.518
2018	256.606	123.906	132.699	141.133	115.473	153.963	102.642
2019	264.725	127.827	136.898	145.599	119.126	158.835	105.890
2020	273.078	131.860	141.218	150.193	122.885	163.847	109.231
2021	281.588	135.969	145.618	154.873	126.714	168.953	112.635
2022	290.261	140.157	150.103	159.643	130.617	174.156	116.104
2023	299.102	144.426	154.676	164.506	134.596	179.461	119.641
2024	308.117	148.780	159.338	169.465	138.653	184.870	123.247
2025	317.322	153.224	164.098	174.527	142.795	190.393	126.929
2026	326.731	157.768	168.964	179.702	147.029	196.039	130.692
2027	336.352	162.413	173.939	184.993	151.358	201.811	134.541
2028	346.191	167.164	179.027	190.405	155.786	207.715	138.477
2029	356.256	172.024	184.232	195.941	160.315	213.754	142.502
2030	366.505	176.973	189.532	201.578	164.927	219.903	146.602
Var – 2030 – 2016	51,9 %	51,9 %	51,9 %	73,0 %	32,2 %	88,7 %	17,5 %

Cenário 2 = Projecção dos Estudantes entre 2017 e 2030 mantendo o ratio de 950 estudantes matriculados por 100.000 habitantes = Aumento de 64% de estudantes entre 2016 – 2030

Quadro 139 – Cenário 2 com N° Estudantes do Ensino Superior com ratio de 950 por 100.000 Habitantes

	Angola População	N° Estudantes do Ensino Superior	Cenário 2 – 950/100.000 habitantes	
			Var %	N° Estudantes do Ensino Superior matriculados por 100.000 habitantes = 900
2016	27.503.526	241.284		877
2017	28.359.634	269.417	11,7 %	950
2018	29.250.009	277.875	3,1 %	950
2019	30.175.553	286.668	3,2 %	950
2020	31.127.674	295.713	3,2 %	950
2021	32.097.671	304.928	3,1 %	950
2022	33.086.278	314.320	3,1 %	950
2023	34.094.077	323.894	3,0 %	950
2024	35.121.734	333.656	3,0 %	950
2025	36.170.961	343.624	3,0 %	950
2026	37.243.484	353.813	3,0 %	950
2027	38.340.130	364.231	2,9 %	950
2028	39.461.732	374.886	2,9 %	950
2029	40.608.969	385.785	2,9 %	950
2030	41.777.194	396.883	2,9 %	950
Var – 2030 – 2016	52 %	64 %		

Quadro 140 – Cenário 2 com N° Estudantes do Ensino Superior com ratio de 950 por 100.000 Habitantes / Peso das Instituições Públicas igual a 2016 (48%); subindo 7% (55%) e subindo 12% (60%)

	Cenário 2 = 950 Est./ 100.000 Hab	Mantendo o Peso de 2016		Subindo o Público 7%		Subindo o Público 12%	
		N° Estudantes do Ensino Superior	Pública 48 %	Privada 52 %	Pública 55 %	Privada 45 %	Pública 60 %
2016	241.284	116.508	124.776	116.508	124.776	116.508	124.776
2017	269.417	130.092	139.324	148.179	121.237	161.650	107.767
2018	277.875	134.177	143.698	152.831	125.044	166.725	111.150
2019	286.668	138.422	148.245	157.667	129.000	172.001	114.667
2020	295.713	142.790	152.923	162.642	133.071	177.428	118.285
2021	304.928	147.240	157.688	167.710	137.218	182.957	121.971
2022	314.320	151.774	162.545	172.876	141.444	188.592	125.728
2023	323.894	156.397	167.496	178.142	145.752	194.336	129.557
2024	333.656	161.112	172.545	183.511	150.145	200.194	133.463
2025	343.624	165.925	177.699	188.993	154.631	206.174	137.450
2026	353.813	170.845	182.969	194.597	159.216	212.288	141.525
2027	364.231	175.875	188.356	200.327	163.904	218.539	145.692
2028	374.886	181.020	193.866	206.188	168.699	224.932	149.955
2029	385.785	186.283	199.502	212.182	173.603	231.471	154.314
2030	396.883	191.642	205.242	218.286	178.598	238.130	158.753
Var – 2030 – 2016	51 %	64 %	64 %	87 %	43 %	104 %	27 %

Cenário 3 = Projecção dos Estudantes entre 2017 e 2030 mantendo o ratio de 1.000 estudantes matriculados por 100.000 habitantes = Aumento de 73% de estudantes entre 2016 – 2030

Quadro 141 – Cenário 3 com N° Estudantes do Ensino Superior com ratio de 1.000 por 100.000 Habitantes

	Angola População	N° Estudantes do Ensino Superior	Cenário 3 – 1.000/100.000 habitantes	
			Var %	N° Estudantes do Ensino Superior matriculados por 100.000 habitantes = 1.000
2016	27.503.526	241.284		877
2017	28.359.634	283.596	17,5 %	1.000
2018	29.250.009	292.500	3,1 %	1.000
2019	30.175.553	301.756	3,2 %	1.000
2020	31.127.674	311.277	3,2 %	1.000
2021	32.097.671	320.977	3,1 %	1.000
2022	33.086.278	330.863	3,1 %	1.000
2023	34.094.077	340.941	3,0 %	1.000
2024	35.121.734	351.217	3,0 %	1.000
2025	36.170.961	361.710	3,0 %	1.000
2026	37.243.484	372.435	3,0 %	1.000
2027	38.340.130	383.401	2,9 %	1.000
2028	39.461.732	394.617	2,9 %	1.000
2029	40.608.969	406.090	2,9 %	1.000
2030	41.777.194	417.772	2,9 %	1.000
Var – 2030 – 2016	52 %	73 %		

Quadro 142 – Cenário 3 com N° Estudantes do Ensino Superior com ratio de 1.000 por 100.000 Habitantes / Peso das Instituições Públicas igual a 2016 (48%); subindo 7% (55%) e subindo 12% (60%)

	Cenário 3 = 1.000 Est./ 100.000 Hab	Mantendo o Peso de 2016		Subindo o Público 7%		Subindo o Público 12%	
		N° Estudantes do Ensino Superior	Pública 48 %	Privada 52 %	Pública 55 %	Privada 45 %	Pública 60 %
2016	241.284	116.508	124.776	116.508	124.776	116.508	124.776
2017	283.596	136.939	146.657	155.978	127.618	170.158	113.439
2018	292.500	141.239	151.262	160.875	131.625	175.500	117.000
2019	301.756	145.708	156.048	165.966	135.790	181.053	120.702
2020	311.277	150.305	160.972	171.202	140.075	186.766	124.511
2021	320.977	154.989	165.988	176.537	144.440	192.586	128.391
2022	330.863	159.763	171.100	181.975	148.888	198.518	132.345
2023	340.941	164.629	176.312	187.517	153.423	204.564	136.376
2024	351.217	169.591	181.626	193.170	158.048	210.730	140.487
2025	361.710	174.658	187.052	198.940	162.769	217.026	144.684
2026	372.435	179.836	192.598	204.839	167.596	223.461	148.974
2027	383.401	185.132	198.270	210.871	172.531	230.041	153.361
2028	394.617	190.548	204.070	217.040	177.578	236.770	157.847
2029	406.090	196.087	210.003	223.349	182.740	243.654	162.436
2030	417.772	201.728	216.044	229.775	187.997	250.663	167.109
Var – 2030 – 2016	73 %	73 %	73 %	97 %	51 %	115 %	34 %

Cenário 4 = Projecção dos Estudantes entre 2017 e 2030 mantendo o ratio de 1.200 estudantes matriculados por 100.000 habitantes = Aumento de 108% de estudantes entre 2016 – 2030

Quadro 143 – Cenário 4 com Nº Estudantes do Ensino Superior com ratio de 1.200 por 100.000 Habitantes

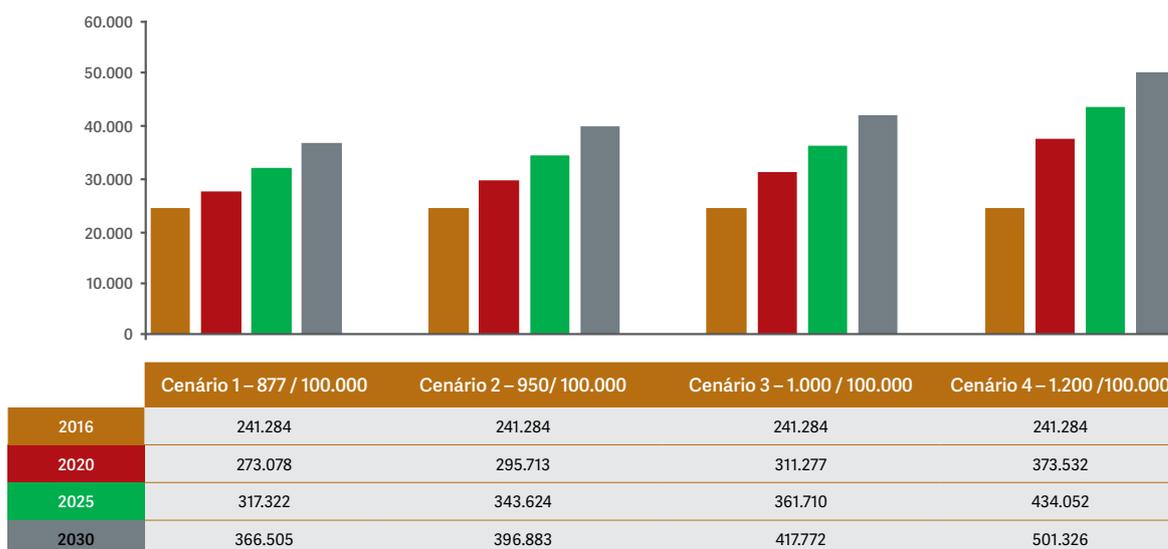
	Angola População	Nº Estudantes do Ensino Superior	Cenário 4 – 1.200/100.000 habitantes	
			Var %	Nº Estudantes do Ensino Superior matriculados por 100.000 habitantes = 1.200
2016	27.503.526	241.284		877
2017	28.359.634	340.316	41,0 %	1.200
2018	29.250.009	351.000	3,1 %	1.200
2019	30.175.553	362.107	3,2 %	1.200
2020	31.127.674	373.532	3,2 %	1.200
2021	32.097.671	385.172	3,1 %	1.200
2022	33.086.278	397.035	3,1 %	1.200
2023	34.094.077	409.129	3,0 %	1.200
2024	35.121.734	421.461	3,0 %	1.200
2025	36.170.961	434.052	3,0 %	1.200
2026	37.243.484	446.922	3,0 %	1.200
2027	38.340.130	460.082	2,9 %	1.200
2028	39.461.732	473.541	2,9 %	1.200
2029	40.608.969	487.308	2,9 %	1.200
2030	41.777.194	501.326	2,9 %	1.200
Var – 2030 – 2016	52 %	108 %		

Quadro 144 – Cenário 4 com Nº Estudantes do Ensino Superior com ratio de 1.200 por 100.000 Habitantes / Peso das Instituições Públicas igual a 2016 (48%); subindo 7% (55%) e subindo 12% (60%)

	Cenário 4 = 1.200 Est./ 100.000 Hab	Mantendo o Peso de 2016		Subindo o Público 7%		Subindo o Público 12%	
		Nº Estudantes do Ensino Superior	Pública 48 %	Privada 52 %	Pública 55 %	Privada 45 %	Pública 60 %
2016	241.284	116.508	124.776	116.508	124.776	116.508	124.776
2017	340.316	164.327	175.989	187.174	153.142	204.189	136.126
2018	351.000	169.486	181.514	193.050	157.950	210.600	140.400
2019	362.107	174.849	187.257	199.159	162.948	217.264	144.843
2020	373.532	180.366	193.166	205.443	168.089	224.119	149.413
2021	385.172	185.987	199.185	211.845	173.327	231.103	154.069
2022	397.035	191.715	205.320	218.369	178.666	238.221	158.814
2023	409.129	197.555	211.574	225.021	184.108	245.477	163.652
2024	421.461	203.509	217.951	231.803	189.657	252.876	168.584
2025	434.052	209.589	224.463	238.728	195.323	260.431	173.621
2026	446.922	215.804	231.118	245.807	201.115	268.153	178.769
2027	460.082	222.158	237.924	253.045	207.037	276.049	184.033
2028	473.541	228.657	244.884	260.447	213.093	284.124	189.416
2029	487.308	235.305	252.003	268.019	219.288	292.385	194.923
2030	501.326	242.074	259.253	275.729	225.597	300.796	200.531
Var – 2030 – 2016	108 %	108 %	108 %	137 %	81 %	158 %	61 %

Em síntese, podemos concluir que nos quatro cenários desenhados, Angola deveria atingir **em 2030 um número mínimo de estudantes entre 366.505** (Cenário 1, manutenção do indicador de 2016 de 877 estudantes por 100.000 habitantes), o que representa um crescimento de 52% do subsistema, **ou um valor máximo de 501.326 estudantes** (Cenário 4, de 1.200 estudantes por 100.000 habitantes), que representaria um crescimento de 108%.

Gráfico 9 – Projecção do Número de Estudantes Matriculados no Ensino Superior entre 2016 – 2030 nos Cenários 1, 2, 3 e 4



Quadro 145 – Projecção do Número de Estudantes Matriculados no Ensino Superior entre 2016 – 2030 nos Cenários 1, 2, 3 e 4 e Projecção do Ensino Superior Público

Cenários	Anos	Total Estudantes (Pub+Priv)	Hipótese 1 Manter o Peso do Público 2016	Hipótese 2 Subir o Público de 7%	Hipótese 3 Subir o Público de 12%
Cenário 1 – nº de Estudantes por 100.000 Habitantes = 877	2016	241.284	116.508	116.508	116.508
	2020	273.078	131.860	150.193	163.847
	2025	317.322	153.224	174.527	190.393
	2030	366.505	176.973	201.578	219.903
Cenário 2 – nº de Estudantes por 100.000 Habitantes = 950	2016	241.284	116.508	116.508	116.508
	2020	295.713	142.790	162.642	177.428
	2025	343.624	165.925	188.993	206.174
	2030	396.883	191.642	218.286	238.130
Cenário 3 – nº de Estudantes por 100.000 Habitantes = 1.000	2016	241.284	116.508	116.508	116.508
	2020	311.277	150.305	171.202	186.766
	2025	361.710	174.658	198.940	217.026
	2030	417.772	201.728	229.775	250.663
Cenário 4 – nº de Estudantes por 100.000 Habitantes = 1.200	2016	241.284	116.508	116.508	116.508
	2020	373.532	180.366	205.443	224.119
	2025	434.052	209.589	238.728	260.431
	2030	501.326	242.074	275.729	300.796

8.4 CENÁRIOS FINANCEIROS 2016 – 2030

Procurando conhecer a situação orçamental do Ensino Superior, **analisaram-se os dados relativos aos anos de 2013 a 2016 do Ministério do Ensino Superior**, no que respeita à despesa orçamentada e liquidada e que consta do Quadro 146, tendo-se optado utilizar nos cálculos das projecções financeiras o último ano de que se conhece **dados (2016)** e tendo em conta o rácio da **Despesa Orçamentada por estudante das IES Públicas (325 709,82 AKz)** e o rácio da **despesa orçamentada por estudante da Acção Social (119 241,23 AKz)**. Esta opção segue de perto a realidade mais recente da situação do Ensino Superior angolano.

Quadro 146 – Evolução da Despesa do Ministério do Ensino Superior, Número de Estudantes e Rácios Despesa Orçamentada e Líquida por estudante 2013 a 2016 (em AKz)

Linha	Ministério ES (Dotação IES Publics)	2013		2014		2015		2016	
1	Despesa Orçamentada	35.002.622.743	45 %	35.145.082.870	47 %	27.070.604.465	42 %	37.947.800.209	57 %
2	Despesa Liquidada	27.951.384.523	43 %	26.741.660.177	42 %	18.812.974.828	36 %	..	
Ministério ES (Dotação Acção Social)		2013		2014		2015		2016	
3	Despesa Orçamentada	43.124.331.138	55 %	39.286.391.825	53 %	36.780.183.578	58 %	28.771.000.000	43 %
4	Despesa Liquidada	36.746.839.655	57 %	36.732.973.505	58 %	33.038.321.718	64 %	..	
Ministério ES – Total Global		2013		2014		2015		2016	
5	Despesa Orçamentada	78.126.953.881	100 %	74.431.474.695	100 %	63.850.788.043	100 %	66.718.800.209	100 %
6	Despesa Liquidada	64.698.224.178	100 %	63.474.633.682	100 %	51.851.296.546	100 %	..	
		2013		2014		2015		2016	
7	Nº Estudantes Matriculados	216.175	%	166.780	%	221.037	%	241.284	%
8	Público	95.155	44 %	89.690	54 %	97.930	44 %	116.508	48%
9	Privado	121.020	56 %	77.090	46 %	123.107	56 %	124.776	52%

		2013		2014		2015		2016	
=1/8	Despesa Orçamentada por Aluno IES Públicas	367.848,49		391.850,63		276.428,11		325.709,82	
=2/8	Despesa Liquidada por Aluno IES Públicas	293.745,83		298.156,54		192.106,35			
=3/7	Despesa Orçamentada por Aluno Acção Social	199.488,06		235.558,17		166.398,31		119.241,23	
=4/7	Despesa Liquidada por Aluno Acção Social	169.986,54		220.248,07		149.469,64			
=5/7	Despesa Orçamentada por Aluno Total	361.406,05		446.285,37		288.869,23		276.515,64	
=6/7	Despesa Liquidada por Aluno Total	299.286,34		380.589,00		234.581,98			
=5/8	Despesa Orçamentada por Aluno Total	821.049,38		829.874,84		652.004,37		572.654,24	
=6/8	Despesa Liquidada por Aluno Total	534.607,70		823.383,50		421.188,86			

Fonte: Quadros em PDF do Ministério das Finanças (SIGFE) para os anos de 2013, 2014, 2015.

O valor de 2016 é do Ficheiro Excel do M.F. Gabinete de Estudos e Relações Internacionais e a distribuição do tecto orçamental pelos orçamentos das IES e da Acção Social informação do Gabinete de Estudos do MES.

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

Considerando os cenários elaborados para a projecção de estudantes do Ensino Superior entre 2016 e 2030 e os valores dos rácios acima assinalados, elaboraram-se os quatro cenários, tendo cada um deles **três hipóteses relativas ao peso relativo das IEs públicas e IES privadas**. Em cada uma dessas três hipóteses identificou-se a divisão da dotação para as IES públicas (previsão do nº estudantes X rácio da despesa orçamentada por estudante das IES públicas de 2016 de 325 709,82 AKz) e a componente da Acção Social (previsão do nº total de estudantes – público e privado X despesa orçamentada por aluno para a Acção Social de 119 241,23 AKz).

Importa realçar, de novo, que as projecções para os anos de 2017 a 2030 estão calculadas a preços de 2016 (em AKz).

Quadro 147 – Projecção Financeira com Cenário 1 com N° Estudantes do Ensino Superior com ratio de 877 por 100.000 Habitantes / Hipótese 1, 2 e 3 (em AKz)

	Cenário 1 = 877 Est./ 100.000 Hab								
	Hipótese 1 – Mantendo o Peso de 2016			Hipótese 2 – Subindo o Público 7 %			Hipótese 3 – Subindo o Público 12 %		
	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total
2016	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209
2017	39.129.009.314	29.666.560.928	68.795.570.242	44.569.146.633	29.666.560.928	74.235.707.561	48.620.887.236	29.666.560.928	78.287.448.164
2018	40.357.498.077	30.597.968.018	70.955.466.095	45.968.433.166	30.597.968.018	76.566.401.184	50.147.381.635	30.597.968.018	80.745.349.653
2019	41.634.511.024	31.566.164.839	73.200.675.863	47.422.990.240	31.566.164.839	78.989.155.078	51.734.171.170	31.566.164.839	83.300.336.009
2020	42.948.193.403	32.562.163.435	75.510.356.838	48.919.314.926	32.562.163.435	81.481.478.361	53.366.525.374	32.562.163.435	85.928.688.809
2021	44.286.540.071	33.576.861.830	77.863.401.901	50.443.732.996	33.576.861.830	84.020.594.826	55.029.526.905	33.576.861.830	88.606.388.735
2022	45.650.563.757	34.611.027.849	80.261.591.606	51.997.397.982	34.611.027.849	86.608.425.831	56.724.434.162	34.611.027.849	91.335.462.011
2023	47.041.067.473	35.665.270.314	82.706.337.786	53.581.224.536	35.665.270.314	89.246.494.850	58.452.244.949	35.665.270.314	94.117.515.262
2024	48.458.970.127	36.740.285.915	85.199.256.042	55.196.259.325	36.740.285.915	91.936.545.241	60.214.101.082	36.740.285.915	96.954.386.997
2025	49.906.633.840	37.837.865.550	87.744.499.390	56.845.192.877	37.837.865.550	94.683.058.427	62.012.937.684	37.837.865.550	99.850.803.234
2026	51.386.440.048	38.959.814.758	90.346.254.807	58.530.737.721	38.959.814.758	97.490.552.479	63.851.713.877	38.959.814.758	102.811.528.635
2027	52.899.529.799	40.106.998.653	93.006.528.452	60.254.193.544	40.106.998.653	100.361.192.197	65.731.847.503	40.106.998.653	105.838.846.156
2028	54.447.052.419	41.280.288.621	95.727.341.040	62.016.869.466	41.280.288.621	103.297.158.087	67.654.766.690	41.280.288.621	108.935.055.311
2029	56.029.944.753	42.480.394.954	98.510.339.707	63.819.832.582	42.480.394.954	106.300.227.536	69.621.635.544	42.480.394.954	112.102.030.497
2030	57.641.795.136	43.702.456.499	101.344.251.634	65.655.779.806	43.702.456.499	109.358.236.305	71.624.487.061	43.702.456.499	115.326.943.560
Var 2030 - 2016	52 %	52 %	52 %	73 %	52 %	64 %	89 %	52 %	73 %

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

Quadro 148 – Projecção Financeira com Cenário 2 com N° Estudantes do Ensino Superior com ratio de 950 por 100.000 Habitantes / Hipótese 1, 2 e 3 (em AKZ)

	Cenário 2 = 950 Est./ 100.000 Hab								
	Hipótese 1 – Mantendo o Peso de 2016			Hipótese 2 – Subindo o Público 7 %			Hipótese 3 – Subindo o Público 12 %		
	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total
2016	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209
2017	42.372.326.337	32.125.556.536	74.497.882.873	48.263.384.603	32.125.556.536	80.388.941.139	52.650.965.021	32.125.556.536	84.776.521.557
2018	43.702.641.815	33.134.165.900	76.836.807.714	49.778.654.901	33.134.165.900	82.912.820.800	54.303.987.165	33.134.165.900	87.438.153.064
2019	45.085.503.540	34.182.614.413	79.268.117.953	51.353.776.993	34.182.614.413	85.536.391.406	56.022.302.174	34.182.614.413	90.204.916.587
2020	46.508.074.146	35.261.169.129	81.769.243.275	52.974.128.723	35.261.169.129	88.235.297.852	57.789.958.607	35.261.169.129	93.051.127.736
2021	47.957.353.408	36.359.973.630	84.317.327.038	54.624.902.434	36.359.973.630	90.984.876.064	59.590.802.656	36.359.973.630	95.950.776.285
2022	49.434.438.000	37.479.859.382	86.914.297.383	56.307.347.273	37.479.859.382	93.787.206.656	61.426.197.026	37.479.859.382	98.906.056.408
2023	50.940.197.493	38.621.485.672	89.561.683.165	58.022.453.707	38.621.485.672	96.643.939.380	63.297.222.226	38.621.485.672	101.918.707.899
2024	52.475.626.962	39.785.606.939	92.261.233.901	59.771.355.158	39.785.606.939	99.556.962.097	65.205.114.717	39.785.606.939	104.990.721.657
2025	54.043.284.317	40.974.162.522	95.017.446.839	61.556.965.164	40.974.162.522	102.531.127.685	67.153.052.906	40.974.162.522	108.127.215.427
2026	55.645.748.389	42.189.107.618	97.834.856.007	63.382.221.091	42.189.107.618	105.571.328.709	69.144.241.190	42.189.107.618	111.333.348.808
2027	57.284.254.802	43.431.379.048	100.715.633.850	65.248.530.355	43.431.379.048	108.679.909.403	71.180.214.933	43.431.379.048	114.611.593.981
2028	58.960.048.148	44.701.920.426	103.661.968.574	67.157.310.585	44.701.920.426	111.859.231.011	73.262.520.638	44.701.920.426	117.964.441.064
2029	60.674.142.927	46.001.500.918	106.675.643.844	69.109.717.325	46.001.500.918	115.111.218.242	75.392.418.899	46.001.500.918	121.393.919.817
2030	62.419.596.021	47.324.856.441	109.744.452.462	71.097.842.153	47.324.856.441	118.422.698.594	77.561.282.349	47.324.856.441	124.886.138.789
Var 2030 – 2016	64 %	64 %	64 %	87 %	64 %	77 %	104 %	64 %	87 %

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

**Quadro 149 – Projecção Financeira com Cenário 3 com N° Estudantes do Ensino Superior
com ratio de 1.000 por 100.000 Habitantes / Hipótese 1, 2 e 3 (em AKz)**

	Cenário 3 = 1.000 Est./ 100.000 Hab								
	Hipótese 1 – Mantendo o Peso de 2016			Hipótese 2 – Subindo o Público 7 %			Hipótese 3 – Subindo o Público 12 %		
	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total
2016	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209
2017	44.602.448.775	33.816.375.301	78.418.824.076	50.803.562.740	33.816.375.301	84.619.938.041	55.422.068.443	33.816.375.301	89.238.443.744
2018	46.002.780.858	34.878.069.368	80.880.850.226	52.398.584.106	34.878.069.368	87.276.653.474	57.162.091.752	34.878.069.368	92.040.161.120
2019	47.458.424.779	35.981.699.382	83.440.124.161	54.056.607.361	35.981.699.382	90.038.306.743	58.970.844.394	35.981.699.382	94.952.543.776
2020	48.955.867.522	37.117.020.136	86.072.887.658	55.762.240.761	37.117.020.136	92.879.260.897	60.831.535.376	37.117.020.136	97.948.555.512
2021	50.481.424.640	38.273.656.452	88.755.081.092	57.499.897.299	38.273.656.452	95.773.553.752	62.727.160.690	38.273.656.452	101.000.817.142
2022	52.036.250.526	39.452.483.560	91.488.734.087	59.270.891.867	39.452.483.560	98.723.375.427	64.659.154.764	39.452.483.560	104.111.638.324
2023	53.621.260.519	40.654.195.445	94.275.455.964	61.076.267.060	40.654.195.445	101.730.462.505	66.628.654.975	40.654.195.445	107.282.850.420
2024	55.237.502.065	41.879.586.252	97.117.088.317	62.917.215.955	41.879.586.252	104.796.802.207	68.636.962.861	41.879.586.252	110.516.549.112
2025	56.887.667.703	43.130.697.391	100.018.365.094	64.796.805.435	43.130.697.391	107.927.502.827	70.687.424.111	43.130.697.391	113.818.121.503
2026	58.574.471.988	44.409.586.967	102.984.058.955	66.718.127.464	44.409.586.967	111.127.714.430	72.783.411.779	44.409.586.967	117.192.998.745
2027	60.299.215.581	45.717.241.103	106.016.456.684	68.682.663.532	45.717.241.103	114.399.904.635	74.926.542.035	45.717.241.103	120.643.783.138
2028	62.063.208.577	47.054.653.080	109.117.861.657	70.691.905.879	47.054.653.080	117.746.558.958	77.118.442.777	47.054.653.080	124.173.095.857
2029	63.867.518.870	48.422.632.545	112.290.151.415	72.747.070.868	48.422.632.545	121.169.703.413	79.360.440.947	48.422.632.545	127.783.073.492
2030	65.704.837.917	49.815.638.359	115.520.476.276	74.839.833.845	49.815.638.359	124.655.472.204	81.643.455.104	49.815.638.359	131.459.093.462
Var 2030 – 2016	73 %	73 %	73 %	97 %	73 %	87 %	115 %	73 %	97 %

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

Quadro 150 – Projecção Financeira com Cenário 4 com N° Estudantes do Ensino Superior com ratio de 1.200 por 100.000 Habitantes / Hipótese 1, 2 e 3 (em AKz)

	Cenário 4 = 1.200 Est./ 100.000 Hab								
	Hipótese 1 – Mantendo o Peso de 2016			Hipótese 2 – Subindo o Público 7 %			Hipótese 3 – Subindo o Público 12 %		
	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total
2016	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209
2017	53.522.938.530	40.579.650.361	94.102.588.892	60.964.275.288	40.579.650.361	101.543.925.649	66.506.482.132	40.579.650.361	107.086.132.493
2018	55.203.337.029	41.853.683.242	97.057.020.271	62.878.300.927	41.853.683.242	104.731.984.169	68.594.510.103	41.853.683.242	110.448.193.344
2019	56.950.109.735	43.178.039.258	100.128.148.993	64.867.928.833	43.178.039.258	108.045.968.091	70.765.013.273	43.178.039.258	113.943.052.531
2020	58.747.041.027	44.540.424.163	103.287.465.190	66.914.688.913	44.540.424.163	111.455.113.077	72.997.842.451	44.540.424.163	117.538.266.614
2021	60.577.709.568	45.928.387.743	106.506.097.311	68.999.876.759	45.928.387.743	114.928.264.502	75.272.592.828	45.928.387.743	121.200.980.571
2022	62.443.500.632	47.342.980.272	109.786.480.904	71.125.070.240	47.342.980.272	118.468.050.513	77.590.985.717	47.342.980.272	124.933.965.989
2023	64.345.512.623	48.785.034.534	113.130.547.156	73.291.520.473	48.785.034.534	122.076.555.006	79.954.385.970	48.785.034.534	128.739.420.504
2024	66.285.002.478	50.255.503.502	116.540.505.980	75.500.659.147	50.255.503.502	125.756.162.649	82.364.355.433	50.255.503.502	132.619.858.935
2025	68.265.201.243	51.756.836.869	120.022.038.112	77.756.166.523	51.756.836.869	129.513.003.392	84.824.908.934	51.756.836.869	136.581.745.803
2026	70.289.366.386	53.291.504.360	123.580.870.746	80.061.752.957	53.291.504.360	133.353.257.316	87.340.094.134	53.291.504.360	140.631.598.494
2027	72.359.058.697	54.860.689.324	127.219.748.021	82.419.196.238	54.860.689.324	137.279.885.562	89.911.850.441	54.860.689.324	144.772.539.765
2028	74.475.850.293	56.465.583.696	130.941.433.989	84.830.287.054	56.465.583.696	141.295.870.750	92.542.131.332	56.465.583.696	149.007.715.028
2029	76.641.022.644	58.107.159.054	134.748.181.698	87.296.485.042	58.107.159.054	145.403.644.096	95.232.529.136	58.107.159.054	153.339.688.190
2030	78.845.805.501	59.778.766.030	138.624.571.531	89.807.800.614	59.778.766.030	149.586.566.645	97.972.146.125	59.778.766.030	157.750.912.155
Var 2030 – 2016	108 %	108 %	108 %	137 %	108 %	124 %	158 %	108 %	136 %

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

Procurando resumir as projecções sobre os recursos orçamentais necessários para a expansão do Subsistema de acordo com os vários cenários /hipóteses, apresenta-se um quadro síntese (Quadro 144), sendo claro o tremendo esforço financeiro necessário para se poder perspectivar um crescimento da frequência do Ensino Superior em Angola (a preços de 2016).

Quadro 151 – Síntese das Projeções Financeiras entre 2016 – 2030 (em AKz)

	2016	2020	2025	2030	Var % 2016 – 2030
Cenário 1 = 877 Est./ 100.000 Hab.					
Hip.1 – Mantendo 2016	66.718.800.209	75.510.356.838	87.744.499.390	101.344.251.634	52 %
Hip.2 – Subindo Público 7 %	66.718.800.209	81.481.478.361	94.683.058.427	109.358.236.305	64 %
Hip.3 – Subindo Público 12 %	66.718.800.209	85.928.688.809	99.850.803.234	115.326.943.560	73 %
Cenário 2 = 950 Est./ 100.000 Hab.					
Hip.1 – Mantendo 2016	66.718.800.209	81.769.243.275	95.017.446.839	109.744.452.462	64 %
Hip.2 – Subindo Público 7 %	66.718.800.209	88.235.297.852	102.531.127.685	118.422.698.594	77 %
Hip.3 – Subindo Público 12 %	66.718.800.209	93.051.127.736	108.127.215.427	124.886.138.789	87 %
Cenário 3 = 1.000 Est./ 100.000 Hab.					
Hip.1 – Mantendo 2016	66.718.800.209	86.072.887.658	100.018.365.094	115.520.476.276	73 %
Hip.2 – Subindo Público 7 %	66.718.800.209	92.879.260.897	107.927.502.827	124.655.472.204	87 %
Hip.3 – Subindo Público 12 %	66.718.800.209	97.948.555.512	113.818.121.503	131.459.093.462	97 %
Cenário 4 = 1.200 Est./ 100.000 Hab.					
Hip.1 – Mantendo 2016	66.718.800.209	103.287.465.190	120.022.038.112	138.624.571.531	108 %
Hip.2 – Subindo Público 7 %	66.718.800.209	111.455.113.077	129.513.003.392	149.586.566.645	124 %
Hip.3 – Subindo Público 12 %	66.718.800.209	117.538.266.614	136.581.745.803	157.750.912.155	136 %

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

Todavia, os valores das projeções estarão aquém do que será necessário, se atendermos à necessidade de melhorar as condições de funcionamento das IES. De facto, devemos de ter em conta que **estas projeções têm que ser lidas com ponderação**, na medida que **estão indexadas à estrutura orçamental do ano de 2016**, não entrando em linha de conta com alguns **aspectos importantes, que se pretende mudar** (mais qualificação do corpo docente, construção e ampliação de infra-estruturas e equipamento, etc.) e que irão provocar alterações nas necessidades orçamentais das instituições e levar a um agravamento do orçamento do Ministério do Ensino Superior. Alguns dos **factores relevantes a condicionar as previsões e que terão incidência no agravamento dos custos do Ensino Superior serão:**

- ♦ **Necessidade de reforçar e qualificar de forma intensiva o pessoal docente das IES, que levará também a elevar-se a massa salarial a pagar ao pessoal docente, decorrente da qualificação e progressão na carreira;**
- ♦ **Necessidade de estabilizar e reforçar a estabilização do pessoal docente das IES, reforçando o número de docentes que estão em tempo integral e em exclusividade, podendo dessa forma dedicar-se de uma forma mais consistente e produtiva ao ensino e à investigação;**
- ♦ **Necessidade de preparar e qualificar o pessoal não docente, melhorando o nível técnico e preparação à realidade do mundo académico, o que terá também incidência nos custos das IES;**

- ◆ **Necessidade de perspectivar um Programa de Investimento em Infraestruturas e Equipamentos para criar e ampliar os campus das IES públicas existentes**, criando dessa forma as condições para o alargamento da capacidade das IES públicas e das vagas existentes neste subsector, correspondendo ao grande desafio de aumentar a frequência do Ensino Superior por os jovens que estão na idade de o frequentar (18-24 anos) e também as largas camadas da população mais velha que não pôde frequentar o Ensino Superior e que é fundamental atrair para melhorar as suas qualificações (não foi possível obter das IES a identificação do seu património, nem a sua adequação e estado de conservação, pelo que é impossível fazer o diagnóstico e preparar um plano de intervenção. Contudo é um aspecto crucial para a expansão do subsistema);

“Based on the current rates of expansion of higher education, the overall investment and rehabilitation requirements are estimated at approximately US\$45 billion (in 2006 dollars) for higher education in Africa as a whole, including US\$20 billion for low-income countries. (Investment requirements for the period 2006–15 have been assessed on the basis of a US\$3,600, in 2006 dollars, cost estimate for 1 square meter per student, including the costs of service infrastructure, construction of teaching and administrative facilities, outfitting, and equipment.15).”

Fonte: World Bank (2010). *Financing Higher Education in Africa*. Pp.34.
ISBN-13: 978-0-8213-8334-6 e ISBN: 978-0-8213-8337-7. DOI: 10.1596/978-0-8213-8334-6.
documents.worldbank.org/curated/pt/497251467990390368/pdf/544410PUB0EPI01BOX0349416B01PUBLIC1.pdf.

- ◆ Como não se obteve resposta da maioria das IES ao inquérito sobre a estrutura e valores orçamentais da Receita e Despesa, quer das IES públicas, quer das IES privadas, **não podemos partir dum diagnóstico sobre o nível de co-participação das receitas próprias das IES (propinas, contratos, projectos, outras receitas, etc.)**, por forma a se entender e discutir se esta via de alargamento da frequência do subsistema com partilha de custos dos estudantes, das famílias e de outras entidades empresariais e filantrópicas, têm condições reais de concretização na realidade angolana;
- ◆ Considerou-se **as projecções de apoio social por estudante de todo o sistema de Ensino Superior com base nos valores do ano de 2016, o que requer melhor abordagem, na medida que não se tem em conta a eventual necessidade de introduzir alterações e melhorias no apoio social e incentivar a acessibilidade ao subsistema do Ensino Superior pelas camadas mais desfavorecidas e de menores rendimentos**. Este aspecto é muito relevante e deverá requerer atenção e estudo mais circunstanciado;
- ◆ **Não se conhecem previsões oficiais ou de entidades internacionais sobre a evolução futura da economia angolana**, em particular sobre a **previsão sobre a evolução do PIB, Taxa de inflação, etc.**, o que impediu de fazer outro tipo de previsões nos anos de 2017 – 2030.

Desta forma, **estes cenários devem ser lidos com uma certa cautela, dado que parte da situação de 2016 e se faz uma previsão do aumento da frequência do Ensino Superior** (passar de 877 estudantes até 1.200 por 100.000 habitantes), mas não se atende a variáveis relevantes para uma melhor caracterização do subsistema. Falta, pois, uma componente dinâmica de alteração dos factores qualitativos (preparação e qualificação do corpo docente; investimento em infraestruturas e equipamentos, etc.), que não foi possível obter, por não se ter tido em tempo acesso a dados físicos das instalações (estado de conservação, área bruta e área útil por tipo de espaço, etc.) e financeiros (Desagregação da Receita e Despesa Orçamental por tipo de fonte e aplicação) das instituições de Ensino Superior.

A construção dos cenários baseada na situação orçamental do ano de 2016 tem à partida, como já assinalado, limitações na capacidade prospectiva. A título de exemplo, caso se tivesse partido para a projecção financeira com base na dotação da Despesa Orçamentada do Ministério do Ensino Superior de 2016 (66.718. 800.209 AKz), mas considerando uma distribuição diferente entre a dotação orçamental das instituições do Ensino Superior e a dotação afecta à acção social do Ensino Superior (que em 2016 foi de 57% e 43%, respectivamente), isto é considerando a afectação de 70% para o tecto orçamental das instituições e 30% para o apoio social, teríamos outro conjunto de previsões.

**Projecção Financeira com Cenário 1 com N° Estudantes do Ensino Superior
com ratio de 877 por 100.000 Habitantes / Hipótese 1, 2 e 3 (em AKz)**

	Cenário 1 = 877 Est/ 100.000 Hab								
	Hipótese 1 – Mantendo o Peso de 2016			Hipótese 2 – Subindo o Público 7 %			Hipótese 3 – Subindo o Público 12 %		
	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total	Dotação Orçamental IES Publics	Acção Social	Total
2016	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209	37.947.800.209	28.771.000.000	66.718.800.209
2017	39.129.009.314	29.666.560.928	68.795.570.242	44.569.146.633	29.666.560.928	74.235.707.561	48.620.887.236	29.666.560.928	78.287.448.164
2018	40.357.498.077	30.597.968.018	70.955.466.095	45.968.433.166	30.597.968.018	76.566.401.184	50.147.381.635	30.597.968.018	80.745.349.653
2019	41.634.511.024	31.566.164.839	73.200.675.863	47.422.990.240	31.566.164.839	78.989.155.078	51.734.171.170	31.566.164.839	83.300.336.009
2020	42.948.193.403	32.562.163.435	75.510.356.838	48.919.314.926	32.562.163.435	81.481.478.361	53.366.525.374	32.562.163.435	85.928.688.809
2021	44.286.540.071	33.576.861.830	77.863.401.901	50.443.732.996	33.576.861.830	84.020.594.826	55.029.526.905	33.576.861.830	88.606.388.735
2022	45.650.563.757	34.611.027.849	80.261.591.606	51.997.397.982	34.611.027.849	86.608.425.831	56.724.434.162	34.611.027.849	91.335.462.011
2023	47.041.067.473	35.665.270.314	82.706.337.786	53.581.224.536	35.665.270.314	89.246.494.850	58.452.244.949	35.665.270.314	94.117.515.262
2024	48.458.970.127	36.740.285.915	85.199.256.042	55.196.259.325	36.740.285.915	91.936.545.241	60.214.101.082	36.740.285.915	96.954.386.997
2025	49.906.633.840	37.837.865.550	87.744.499.390	56.845.192.877	37.837.865.550	94.683.058.427	62.012.937.684	37.837.865.550	99.850.803.234
2026	51.386.440.048	38.959.814.758	90.346.254.807	58.530.737.721	38.959.814.758	97.490.552.479	63.851.713.877	38.959.814.758	102.811.528.635
2027	52.899.529.799	40.106.998.653	93.006.528.452	60.254.193.544	40.106.998.653	100.361.192.197	65.731.847.503	40.106.998.653	105.838.846.156
2028	54.447.052.419	41.280.288.621	95.727.341.040	62.016.869.466	41.280.288.621	103.297.158.087	67.654.766.690	41.280.288.621	108.935.055.311
2029	56.029.944.753	42.480.394.954	98.510.339.707	63.819.832.582	42.480.394.954	106.300.227.536	69.621.635.544	42.480.394.954	112.102.030.497
2030	57.641.795.136	43.702.456.499	101.344.251.634	65.655.779.806	43.702.456.499	109.358.236.305	71.624.487.061	43.702.456.499	115.326.943.560
Var 2030 – 2016	52 %	52 %	52 %	73 %	52 %	64 %	89 %	52 %	73 %

1 USD = a 175.29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

Com essa base de partida, chegar-se-ia a novas projecções financeiras constantes no quadro síntese seguinte:

**Síntese das Projecções Financeiras entre 2016 – 2030 (em AKz),
com base na distribuição do plafond IES 70 % e Apoio Social 30 %**

	2016	2020	2025	2030	Var % 2016 – 2030
Cenário 1 = 877 Est/ 100.000 Hab					
Hip.1 – Mantendo 2016	66.718.800.209	75.510.356.838	87.744.499.390	101.344.251.634	52 %
Hip.2 – Subindo Público 7 %	66.718.800.209	81.481.478.361	94.683.058.427	109.358.236.305	64 %
Hip.3 – Subindo Público 12 %	66.718.800.209	85.928.688.809	99.850.803.234	115.326.943.560	73 %
Cenário 2 = 950 Est/ 100.000 Hab					
Hip.1 – Mantendo 2016	66.718.800.209	81.769.243.275	95.017.446.839	109.744.452.462	64 %
Hip.2 – Subindo Público 7 %	66.718.800.209	88.235.297.852	102.531.127.685	118.422.698.594	77 %
Hip.3 – Subindo Público 12 %	66.718.800.209	93.051.127.736	108.127.215.427	124.886.138.789	87 %
Cenário 3 = 1.000 Est/ 100.000 Hab					
Hip.1 – Mantendo 2016	66.718.800.209	86.072.887.658	100.018.365.094	115.520.476.276	73 %
Hip.2 – Subindo Público 7 %	66.718.800.209	92.879.260.897	107.927.502.827	124.655.472.204	87 %
Hip.3 – Subindo Público 12 %	66.718.800.209	97.948.555.512	113.818.121.503	131.459.093.462	97 %
Cenário 4 = 1.200 Est/ 100.000 Hab					
Hip.1 – Mantendo 2016	66.718.800.209	103.287.465.190	120.022.038.112	138.624.571.531	108 %
Hip.2 – Subindo Público 7 %	66.718.800.209	111.455.113.077	129.513.003.392	149.586.566.645	124 %
Hip.3 – Subindo Público 12 %	66.718.800.209	117.538.266.614	136.581.745.803	157.750.912.155	136 %

1 USD = a 175,29 Kwanzas (em Dez. de 2016, fonte: Inforeuro)

8.5 MECANISMOS DE FINANCIAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTAIS

Uma dimensão importante a considerar tem a ver com a forma como os recursos públicos são afectos e repartidos pelas instituições de Ensino Superior. Em termos internacionais, ao longo das últimas décadas, têm sido utilizados diversos métodos para calcular e distribuir o financiamento público. Apesar de haver uma componente técnica neste processo de afectação dos recursos, há também uma certa forma de regulação nos mecanismos adoptados em cada país, influenciando as instituições de Ensino Superior e acabando por intervir nas suas decisões estratégicas.

A discussão e participação da comunidade académica e dos seus dirigentes sobre esta temática (mecanismos de financiamento e orçamentação), revela-se necessária e muito oportuna, para que se possa encontrar os melhores mecanismos e, sobretudo, adaptados ao país.

Em termos internacionais têm sido utilizados mecanismos de financiamento muito diversificados, mas há uma **tendência geral** para a **adopção de fórmulas de financiamento**, de diversos contornos e parametrização, **acompanhadas e complementadas** por vezes com outros mecanismos, como sejam **contratos-programa ou contratos de desempenho**.

Apresenta-se no quadro seguinte uma síntese desses mecanismos e fórmulas de financiamento, que poderão ser uma **base de reflexão e de trabalho para que nos anos futuros a dotação orçamental possa ser distribuída às instituições de Ensino Superior públicas em Angola**.

Principais mecanismos e fórmulas de financiamento das instituições de Ensino Superior públicas

Mecanismos de Financiamento das Instituições de Ensino Superior Públicas

- ◆ **Negociação orçamental com o organismo responsável pelo financiamento com base numa estimativa de orçamento apresentado pela IES**
- ◆ **Orçamento estabelecido pelo organismo de financiamento com base nos custos dos anos precedentes**
- ◆ **Fórmula de financiamento**
- ◆ **Contratos de desempenho baseados em exercícios estratégicos**
- ◆ **Contratos baseados no número predeterminado de diplomados por área de estudo**
- ◆ **Financiamento para projectos de investigação específicos, atribuído através de procedimentos concursais**

Fórmulas de Financiamento

- ◆ **Fórmulas com critérios de *input*** – n.º estudantes do ano anterior ou previsão do ano em curso; n.º vagas, custos de arrendamento de edifícios, área de superfície, n.º de pessoal, oferta educativa, etc.
- ◆ **Fórmulas com critérios de *desempenho***. Por exemplo as taxas de sucesso dos estudantes, n.º diplomados, n.º de anos para terminarem os estudos, n.º estudantes aprovados nos exames, n.º créditos obtidos, taxa de insucesso no final do 1.º ano e taxa de abandono, qualidade do pessoal docente, qualidade da gestão, resultados da investigação, classificação das universidades, etc.
- ◆ Em muitos países **o financiamento público é atribuído por contratos-programa e conjuntamente fórmulas de financiamento para calcular o *plafond* orçamental**. Os contratos definem os objectivos estratégicos a cumprir e são um instrumento útil para avaliar as instituições (e obriga também à definição dos objectivos estratégicos nacionais). São instrumentos importantes para a orientação das políticas estratégicas das IES. São muitas vezes plurianuais (exemplos de 3 anos na Áustria e Finlândia, 3 a 4 anos na Dinamarca, 4 anos em França e 5 anos na Islândia)
- ◆ **Contratos com base n.º predeterminado de diplomados por área de estudo**. As IES têm de assegurar que um determinado n.º de estudantes obtém o diploma no final de um certo período, em certas disciplinas ou áreas científicas. Quando não são cumpridos esses objectivos, o Ministério ou entidade que gere o orçamento público tem direito no contrato seguinte ao montante que corresponde ao não executado. Exemplos – na Letónia, Estónia, em Portugal em 2010 com o Contrato-Confiança (depois abandonado com a crise financeira 2011 e 2012)

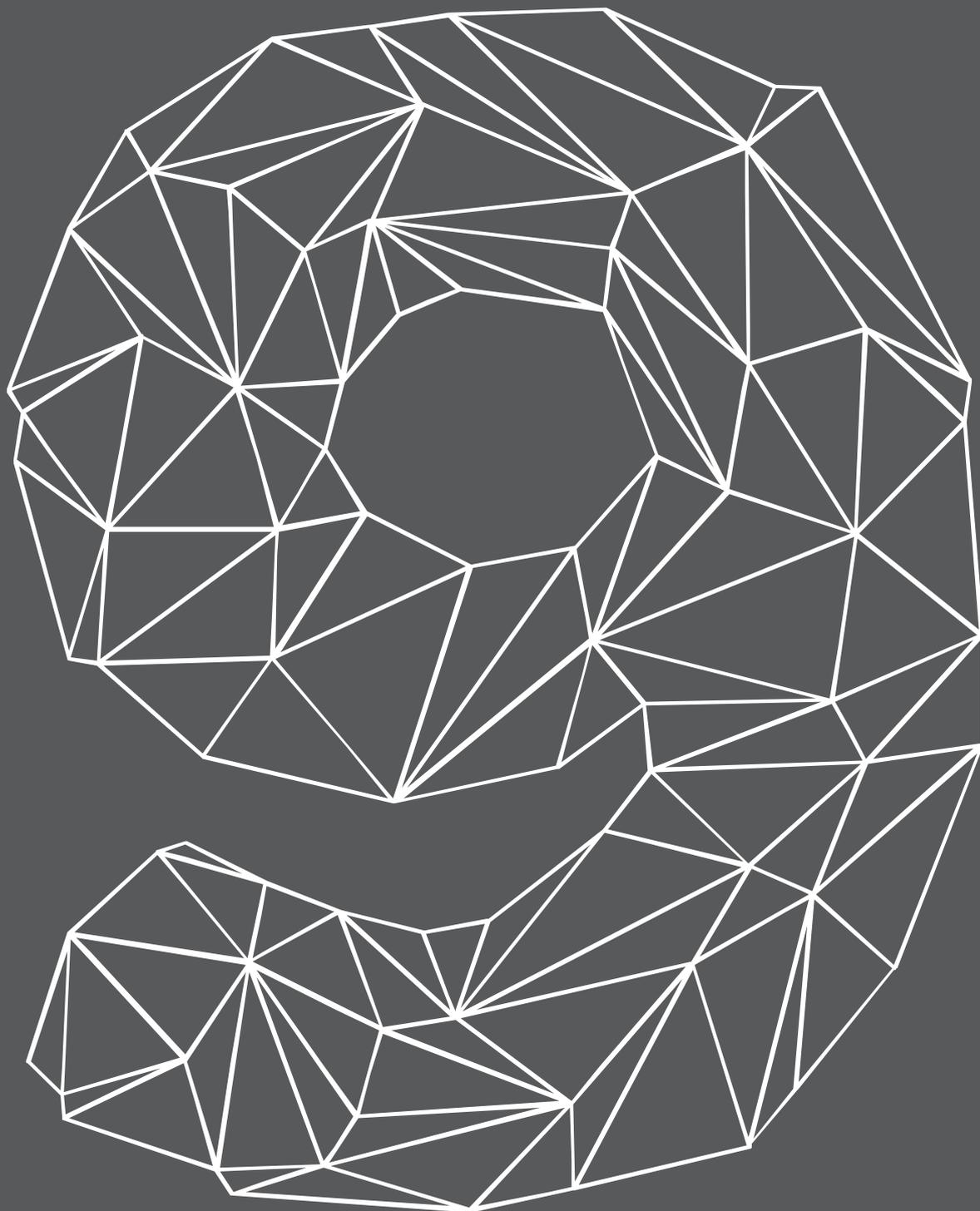
Financiamento Público para Investigação

- ♦ As IES recebem financiamento público para investigação de 2 tipos e de uma maneira geral na maioria dos países existe um sistema dual, que mistura as 2 modalidades:
 - Financiamento base para a investigação – uma dotação global que a IE pode usar como entende; pode ser alocada especificamente para investigação; ou adicionada a uma dotação global para outro tipo de despesas
 - Procedimento Concorrencial para projectos específicos ou programas de investigação

Fonte: Cerdeira, L. (2015). Financiamento: *evolução e tendências*. In M. Mano (Coord.), *ROTEIRO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO. PERCURSOS E ENCRUZELHADAS DO ENSINO SUPERIOR NO ESPAÇO DE LÍNGUA PORTUGUESA* (pp. 145-167). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN: 978-989-26-1100-6

**ESTUDO SOBRE OS CUSTOS
E O FINANCIAMENTO
DO ENSINO SUPERIOR
EM ANGOLA**





**RECOMENDAÇÕES
FINAIS**

O presente estudo permitiu fazer um diagnóstico tão aprofundado quanto possível da realidade do Ensino Superior em Angola, dando voz aos actores: decisores políticos, governo das instituições, estudantes e famílias.

Neste contexto, foi possível discutir a situação existente face ao que ocorre em alguns países que apresentam caminhos de crescimento semelhantes ao angolano e face à necessidade premente que Angola tem de desenvolver o seu Ensino Superior, em termos de volume e de qualidade, bem como em termos de acessibilidade, equidade e justiça social.

Desse debate resultaram cenários possíveis para o desenvolvimento do Ensino Superior angolano. Em cada um desses cenários são apresentadas alternativas acerca do papel desempenhado nesse movimento pelos stakeholders, concretamente, o Estado, os particulares, os estudantes e respectivas famílias.

Cabe agora ao decisor político, na posse de informação criteriosa e de cenários alternativos, decidir os caminhos do Ensino Superior angolano. Tal decisão não cabe à equipa de consultores. Todavia, pode esta equipa apontar caminhos a trilhar de forma urgente, independentemente da decisão acerca do caminho que Angola irá realizar. É esse o pretexto deste capítulo: apresentar um conjunto de recomendações, propostas concretas de trabalho, que urge levar a cabo e que são indispensáveis concretizar qualquer que seja o caminho final que o decisor político possa vir a tomar.



9.1 PROMOVER O ENSINO SUPERIOR E A SUA QUALIDADE COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

- ♦ Ganhar a compreensão social, política, económica e cultural de todos os angolanos de que a educação, e a educação superior em particular, é um factor de desenvolvimento pessoal e social em concordância com as necessidades, as expectativas e as prioridades do país;
- ♦ Incentivar os estudantes do ensino secundário, bem como os licenciados a prosseguir estudos, através de programas mediáticos de informação, de divulgação e de reflexão sobre as ofertas de formação e sobre a vida académica e desenvolver programas que evitem o abandono escolar;
- ♦ Aumentar as qualificações da população Angolana, quer das gerações mais jovens, quer das gerações mais velhas, procurando aumentar a taxa bruta/real de escolarização e conclusão do ensino secundário e pelo menos atingir os rácios de 1000/1200 estudantes do Ensino Superior por cada 100.000 habitantes;
- ♦ Preparar um Plano de Atracção para o Ensino Superior da População Adulta, criando o enquadramento legal e logístico para a fixação de um programa de vagas específico para esta população adulta que já está no mercado de trabalho (nas IES Públicas e Privadas), o que permitiria melhorar a qualificação da população;
- ♦ Desenvolver uma estratégia de fortalecimento do Ensino Superior público para que haja uma oferta para todos.
- ♦ No que respeita ao subsector privado do ensino superior, foi possível perceber um forte crescimento quer em número de instituições quer em número de alunos no período em estudo que não foi acompanhado, todavia, pelo aumento do nível médio de qualificações do pessoal docente. Assim, crê-se indispensável um forte investimento na formação dos docentes, ainda mais urgente se se der atenção ao número de alunos que o subsistema atende. Atente-se que no ensino superior privado cerca de 70% do corpo docente apenas tem o grau de licenciado ou grau não especificado (no ensino superior público esse valor desce para 41%) e 83% encontra-se a tempo parcial (no ensino público apenas 28%). Ou seja, identifica-se uma fragilidade forte de qualificação e de dedicação em exclusividade na carreira docente no ensino superior privado, o que conjugado com o facto de ele ser maioritário em número de alunos em áreas relevantes como as engenharias e saúde, aponta para um problema relevante do ensino superior de Angola. Ressalve-se que a proposta acima não tem em conta a eventual necessidade de investimento em infraestruturas (salas, anfiteatros, laboratórios, bibliotecas, informática, outras), dado que não foram fornecidos à equipe informações relevantes. Nestas circunstâncias, julga-se indispensável que seja levado a cabo um processo de observação/avaliação e acreditação da oferta privada de ensino superior no país com o objectivo de regular essa oferta e de garantir que obedeça aos padrões necessários de qualidade nacionais e internacionais.

9.2 INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO AVANÇADA

- ♦ Melhorar e aumentar a qualificação do pessoal docente das IES e a dinamização e atualização das mesmas em termos de ensino e de pesquisa, sendo pertinente criar mecanismos de progressão na carreira para o pessoal docente a fim de tornar a carreira atractiva e competitiva;
- ♦ Melhorar e aumentar a formação de quadros de nível superior para os sectores empresariais e de investigação públicos e privados interligados às necessidades prioritárias do país, articulando-se com o Programa Nacional de Formação de Quadros;
- ♦ Proporcionar a ligação e a articulação da formação avançada com o desenvolvimento de projectos de investigação científica, reforçando a atividade dos centros de investigação existentes ou mesmo criando novos, se possível em articulação ou em parceria com o mundo empresarial;
- ♦ Promover a relação e integração das IES em redes de investigação científica e de desenvolvimento internacionais;
- ♦ Promover o desenvolvimento da prestação de serviços por parte das IES e dos seus docentes e investigadores à comunidade (elaboração de estudos, consultorias, ensaios laboratoriais, formações curtas e especializadas, etc.);
- ♦ Estruturar um programa de mobilidade estudantil e de docentes inscritos em IES angolanas, que permita a permanência em períodos com a duração de seis meses ou um ano em instituições de Ensino Superior noutros países;
- ♦ Promover a abertura de lojas de merchandizing nas IES para que as mesmas ganhem identidade.

9.3 DAR PRIORIDADE À AFECTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO E O ENSINO SUPERIOR

- ♦ Priorizar o sector da Educação e do Ensino Superior, fixando um objectivo de aumentar os recursos financeiros de forma significativa para estes sectores, promovendo um compromisso da sociedade e das forças políticas para a fixação de uma percentagem da riqueza criada no país para o subsector do Ensino Superior. Seguindo os termos de referência internacionais, essa percentagem nunca deveria ser inferior a 2-5% do PIB para o Ensino Superior e de 7-10% para a Educação. Todavia, estes valores devem sempre ter em conta o contexto do país/região em questão pelo que, no caso Angolano e no quadro das informações disponíveis, aquela percentagem deveria garantir o crescimento do sistema educativo em quantidade e qualidade, tornando-se indispensável a realização de fortes investimentos na construção/reconstrução/reabilitação das instalações existentes, no apetrechamento de bibliotecas e de laboratórios, na construção de cantinas e disponibilização de refeições subsidiadas, na formação de professores, nos apoios sociais. Para atingir estas metas, seria importante que Angola disponibilizasse uma percentagem realmente significativa do seu PIB para a educação, na ordem dos 10%. Veja-se o estudo de Nelson Amaral (2011, O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um percentual do PIB. III Seminário Brasileiro de Educação. CEDES, 28/02-02/03, Unicamp, Campinas) sobre o caso brasileiro e que estudava a percentagem mínima do PIB a aplicar na educação para que os gastos públicos por aluno se aproximassem da média dos países



mais desenvolvidos. Vejam-se, também, os exemplos de países como os Estados Unidos que em 2014 (OCDE, Education at Glance 2017) afectaram 2,7% do PIB para o Ensino Superior e 6,2% para o total de Educação, ou Reino Unido com 1,8% para Ensino Superior e 6,2% para Educação, ou o caso da Coreia com 2,3% para Ensino Superior e 6,3% para Educação, países que já fizeram há muitas décadas investimentos regulares e permanentes na Educação e Ensino Superior.

- ♦ Discutir a possibilidade/viabilidade de promover o co-financiamento do Ensino Superior, com maior ou menor participação dos estudantes e das famílias e com a fixação (ou não) de propinas no Ensino Superior público a todo o universo dos estudantes do Ensino Superior público de Angola (alargando o já ocorrido com os estudantes do pós-laboral e que já envolve cerca de 32% dos estudantes das IES públicas em 2016);
- ♦ Promover um Programa Especial para a Formação e Qualificação do Pessoal Docente das Instituições de Ensino Superior (com Recursos Orçamentais afectos para os próximos 10/15 anos), com a formação de Doutores e Mestres, envolvendo as IES Públicas e Privadas;
- ♦ Preparar e implementar um Plano de Investimento de Médio Prazo para a Construção, Ampliação, Remodelação e Apetrechamento dos Campus já existentes e a criar nas IES públicas;
- ♦ Clarificar os mecanismos de financiamento da investigação e da formação avançada, cujo apoio e financiamento para bolsas (mestrado e doutoramento) e projectos de investigação deve estar completamente diferenciado do mecanismo de apoio social aos estudantes (com bolsas de estudo para potenciar o aumento da acessibilidade do ensino superior). O apoio à investigação e à formação avançada deve ser uma linha de financiamento diferenciada e assente no mérito académico e científico dos projectos e dos candidatos às bolsas de mestrado e doutoramento, com abertura de editais próprios e publicitados a todos os potenciais interessados;
- ♦ Aumentar o apoio social e rever a forma de atribuição do apoio, nomeadamente a forma de cálculo das bolsas de estudo, tendo em conta os dados do rendimento do agregado familiar e perspectivando que o valor da bolsa suporte os custos dos estudantes, ou pelo menos, uma parte significativa.

9.4 INCENTIVAR NOVOS MODELOS DE GOVERNANÇA E GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

- ♦ Promover a autonomia e responsabilização das IES e perspectivar a afectação dos recursos através de Contratos-Programa, com a fixação de objectivos para o desenvolvimento e melhoria da qualidade das IES (as IES apresentariam um Plano Estratégico à Tutela);
- ♦ Distribuir o orçamento de funcionamento entre as IES com base em fórmulas de financiamento e discutir e consensualizar com os diversos actores institucionais (Governo, Dirigentes das IES, Docentes, Não Docentes);
- ♦ Estabelecer mecanismos e indicadores de gestão das IES públicas (fixação e publicação de rácios de docentes/estudante por área científica; pessoal não docente/docente padrão por área científica e para serviços centrais, etc).

9.5 DESENVOLVER UMA CULTURA DE REPORTE E RECOLHA DE DADOS SOBRE AS PRINCIPAIS VARIÁVEIS FINANCEIRAS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E DADOS DO APOIO SOCIAL AOS ESTUDANTES

- ♦ Ganhar a compreensão e colaboração das instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, para o reporte e envio periódico de dados a serem solicitados pelo Ministério do Ensino Superior e também a serem divulgados publicamente nos sites das IES;
- ♦ Os organismos de coordenação do MES devem normalizar a aplicação dos questionários e mapas a serem preenchidos pelas IES, bem como os prazos anuais para esses procedimentos. Ao mesmo tempo, os relatórios sobre essa informação deverão ser publicados anualmente;
- ♦ Promover uma cultura de prestação de contas (accountability), impulsionando a elaboração de relatórios e informação por parte das IES (dados sobre estudantes, docentes, não docentes e dados financeiros-receitas e despesa por fonte e tipo);
- ♦ Aplicar com periodicidade um questionário sobre a situação socioeconómica e os custos dos estudantes do Ensino Superior (realização periódica 4/5 anos de um questionário a uma amostra representativa dos estudantes do Ensino Superior).

9.6 DESENVOLVER O ACESSO E A UTILIZAÇÃO QUOTIDIANA DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- ♦ Incentivar a utilização das tecnologias digitais por parte de toda a comunidade académica como ferramentas de trabalho, de pesquisa e de comunicação, em termos de ensino e de aprendizagem, e para a modernização do Ensino Superior numa perspectiva de *b-learning* (*blended learning*) e também para as possibilidades do *e-learning* (*eletronic learning*) e do *m-learning* (*mobile learning*);
- ♦ Equacionar a criação de uma agência de serviço público para acesso seguro de dados e também para a partilha de conhecimentos para as IES e para os centros de investigação, racionalizando investimento e benefício a todos os utentes.

**ESTUDO SOBRE OS CUSTOS
E O FINANCIAMENTO
DO ENSINO SUPERIOR
EM ANGOLA**

A P P E N I

ORICES

APÊNDICE 1:

- ♦ Tabela 1 – Número de estudantes matriculados no Ensino Superior Público por IES e ano (2012 – 2015)
- ♦ Tabela 2 – Número de estudantes matriculados no Ensino Superior (Privado por IES e ano (2012 – 2015)
- ♦ Tabela 3 – Número de estudantes matriculados no Ensino Superior Público por Instituição, Faculdade / Departamento e curso (Ano – 2015)
- ♦ Tabela 4 – Número de estudantes matriculados no Ensino Superior Privado por Instituição, Faculdade / Departamento e curso (Ano – 2015)

APÊNDICE 2:

- ♦ Tabela 1 – Número de bolsas de estudo concedidas por natureza (por tipo – A, B, C, D e E) e por instituição (Pública) em Angola (2000 – 2015)
- ♦ Tabela 2 – Número de bolsas de estudo concedidas por natureza (por tipo – A, B, C, D e E) e por instituição (Privada) em Angola (2000 – 2015)
- ♦ Tabela 3 – Montante global das bolsas de estudo concedidas em Angola (2000 – 2015), por Instituição Pública
- ♦ Tabela 4 – Montante global das bolsas de estudo concedidas em Angola (2000 – 2015), por Instituição Privada

APÊNDICE 3:

- ♦ Questionário aplicado para recolha informação relativa aos custos unitários das Instituições de Ensino Superior

APÊNDICE 4:

- ♦ Questionário Aplicado aos Estudantes do Ensino Superior

APÊNDICE 5:

- ♦ Amostra de número de alunos por IES e respectivos cursos



APÊNDICE 1

Tabela 1 – Número de estudantes matriculados no Ensino Superior Público por IES e ano (2012 – 2015)

Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Estudantes			
		2012	2013	2014	2015
Universidade Agostinho Neto	Universidade	20.223	22.660	19.553	18.253
Universidade Katyavala Buila	Universidade	7.454	6.978	9.483	9.797
Universidade Onze de Novembro	Universidade	5.571	7.497	6.421	9.036
Universidade Luenji A' Nkonde	Universidade	4.665	6.571	8.254	5.586
Universidade José Eduardo dos Santos	Universidade	6.187	8.120	7.670	8.485
Universidade Mandume ya Ndemofayo	Universidade	6.491	8.361	7.253	7.797
Universidade Kimpa Vita	Universidade	4.388	4.588	2.166	5.707
Universidade Cuito Cuanavale	Universidade	*	*	*	*
Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Instituto Superior	1.014	1.555	*	*
Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda	Instituto Superior	2.267	2.046	2.321	2.538
Instituto Superior de Serviço Social	Instituto Superior	1.168	1.321	*	1.302
Instituto Superior de Educação Física e Desportos	Instituto Superior	*	*	60	106
Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	Instituto Superior	*	537	*	861
Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Instituto Superior	*	*	122	157
Instituto Superior de Artes	Instituto Superior	*	*	92	247
Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malange	Instituto Superior	*	*	*	*
Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo	Instituto Superior	2.376	2.615	2.814	2.537
Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla	Instituto Superior	3.394	5.901	6.168	6.596
Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge	Instituto Superior	4.834	5.613	6.854	7.458
Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Instituto Superior Politécnico	1.316	1.746	1.218	1.015
Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	737	1.069	484	*
Instituto Superior Politécnico de Malanje	Instituto Superior Politécnico	369	534	571	682
Escola Superior Pedagógica do Bengo	Escola Superior	1.280	899	1.839	1.954
Escola Superior Politécnica de Malanje	Escola Superior	1.257	1.671	2.074	1.726
Escola Superior Pedagógica do Bié	Escola Superior	1.209	1.581	666	2.029
Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Escola Superior	3.169	3.292	3.607	4.061
		79.369	95.155	89.690	97.930

Tabela 2 – Número de estudantes matriculados no Ensino Superior Privado por IES e ano (2012 – 2015)

Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Estudantes			
		2012	2013	2014	2015
Universidade Católica de Angola	Universidade	3.027	4.425	*	4.786
Universidade Jean Piaget	Universidade	8.564	11.279	6.845	7.890
Universidade Lusíada de Angola	Universidade	3.408	5.065	*	5.000
Universidade Independente de Angola	Universidade	5.052	8.180	7.083	6.538
Universidade Privada de Angola	Universidade	3.908	3.003	2.757	2.215
Universidade Gregório Semedo	Universidade	5.781	6.795	2.811	6.114
Universidade de Belas	Universidade	2.747	3.899	*	2.790
Universidade Óscar Ribas	Universidade	6.317	4.883	4.216	2.643
Universidade Metodista de Angola	Universidade	4.864	8.996	8.818	9.264
Universidade Técnica de Angola	Universidade	6.728	9.648	13.850	6.880
Instituto Superior Técnico de Angola	Instituto Superior	4.780	4.469	*	3.074
Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	Instituto Superior	2.232	3.111	*	1.517
Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	Instituto Superior	*	785	550	788
Instituto Superior de Angola	Instituto Superior	605	931	872	1252
Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola	Instituto Superior Politécnico	3.040	6.079	6.511	12.561
Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências	Instituto Superior Politécnico	762	1.096	*	1.809
Instituto Superior Politécnico do Cazenga	Instituto Superior Politécnico	1.294	1.972	*	6.249
Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	Instituto Superior Politécnico	409	1.129	1.210	1.785
Instituto Superior Politécnico Katangoji	Instituto Superior Politécnico	234	320	581	766
Instituto Superior Politécnico Atlântida	Instituto Superior Politécnico	*	940	1.687	1711
Instituto Superior Politécnico Alvorecer de Juventude	Instituto Superior Politécnico	936	2.603	*	4.063
Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	Instituto Superior Politécnico	3.179	6.915	*	2.603
Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	Instituto Superior Politécnico	739	1.825	*	2.785
Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues	Instituto Superior Politécnico	202	668	*	843
Instituto Superior Politécnico de Kanganjo	Instituto Superior Politécnico	1.319	*	*	2160
Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	Instituto Superior Politécnico	3.133	4.530	1.096	5.277
Instituto Superior Politécnico de Benguela	Instituto Superior Politécnico	941	1.209	1.795	2.033

Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Estudantes			
		2012	2013	2014	2015
Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	Instituto Superior Politécnico	1.359	1.900	1.674	1.621
Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim	Instituto Superior Politécnico	*	641	921	*
Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	Instituto Superior Politécnico	1.497	2.375	1.399	2.275
Instituto Superior Politécnico Maravilha	Instituto Superior Politécnico	0	2.079	2.405	3.136
Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	846	1.419	*	597
Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul	Instituto Superior Politécnico	*	611	569	620
Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekuikui II	Instituto Superior Politécnico	1.658	2.839	3.820	1.842
Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	Instituto Superior Politécnico	602	1.226	2.368	2.602
Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo	Instituto Superior Politécnico	*	258	558	480
Instituto Superior Politécnico da Tundavala	Instituto Superior Politécnico	901	1.363	*	1.210
Instituto Superior Politécnico Independente	Instituto Superior Politécnico	764	1.554	2.694	3.328
		81.828	121.020	77.090	123.107

Tabela 3 – Número de estudantes matriculados no Ensino Superior Público por Instituição, Faculdade / Departamento e curso (Ano – 2015)

Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Curso	Nº de Estudantes
			2015
Universidade Agostinho Neto	Universidade	Artes e Humanidades	1.666
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	8.702
		Ciências, Matemática e Informática	2.946
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	3.519
		Saúde e Proteção Social	1.420
Universidade Katyavala Buila	Universidade	Educação	7.295
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	1.582
		Ciências, Matemática e Informática	388
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	151
		Saúde e Proteção Social	381
Universidade Onze de Novembro	Universidade	Educação	3.955
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	3.612
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	780
		Saúde e Proteção Social	689
Universidade Luenji A´ Nkonde	Universidade	Educação	2.591
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	1.560
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	931
		Saúde e Proteção Social	504
Universidade José Eduardo dos Santos	Universidade	Ciências Sociais, Comércio e Direito	3.427
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	2.299
		Agricultura	393
		Saúde e Proteção Social	2.366
Universidade Mandume ya Ndemofayo	Universidade	Educação	1.541
		Artes e Humanidades	85
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	2.448
		Ciências, Matemática e Informática	446
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	1.512
		Agricultura	195
		Saúde e Proteção Social	447

Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Curso	Nº de Estudantes
			2015
Universidade Cuito Cuanavale	Universidade	Educação	762
		Ciências, Matemática e Informática	141
		Saúde e Proteção Social	208
		Serviços	12
Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Instituto Superior	-	*
Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda	Instituto Superior	Educação	2.538
Instituto Superior de Serviço Social	Instituto Superior	Educação	631
		Saúde e Proteção Social	671
Instituto Superior de Educação Física e Desportos	Instituto Superior	Educação	106
Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	Instituto Superior	Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	861
Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Instituto Superior	Ciências Sociais, Comércio e Direito	157
Instituto Superior de Artes	Instituto Superior	Artes e Humanidades	247
Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malanje	Instituto Superior	-	*
Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo	Instituto Superior	Educação	2.537
Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla	Instituto Superior	Educação	6.596
Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge	Instituto Superior	Educação	7.458
Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Instituto Superior Politécnico	Ciências Sociais, Comércio e Direito	341
		Agricultura	381
		Saúde e Proteção Social	293
Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	-	*
Instituto Superior Politécnico de Malanje	Instituto Superior Politécnico	Saúde e Proteção Social	682
Escola Superior Pedagógica do Bengo	Escola Superior	Educação	1.954
Escola Superior Politécnica de Malanje	Escola Superior	Educação	1.599
		Serviços	127
Escola Superior Pedagógica do Bié	Escola Superior	Educação	2.029
Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Escola Superior	Educação	4.061
			97.930

Tabela 4 – Número de estudantes matriculados no Ensino Superior Privado por Instituição, Faculdade / Departamento e curso (Ano – 2015)

Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Curso	Nº de Estudantes 2015
Universidade Católica de Angola	Universidade	Artes e Humanidades	197
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	3.560
		Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	887
		Saúde e Proteção Social	142
Universidade Jean Piaget	Universidade	Educação	51
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	3.789
		Ciências, Matemática e Informática	267
		Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	803
		Saúde e Proteção Social	2.980
Universidade Lusíada de Angola	Universidade	Ciências Sociais, Comércio e Direito	4.612
		Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	388
Universidade Independente de Angola	Universidade	Educação	137
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	4.936
		Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	1.465
Universidade Privada de Angola	Universidade	Ciências Sociais, Comércio e Direito	711
		Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	178
		Saúde e Proteção Social	1.215
		Serviços	111
Universidade Gregório Semedo	Universidade	Ciências Sociais, Comércio e Direito	5.272
		Ciências, Matemática e Informática	204
		Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	638
Universidade de Belas	Universidade	Ciências Sociais, Comércio e Direito	1.428
		Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	493
		Saúde e Proteção Social	869
Universidade Óscar Ribas	Universidade	Ciências Sociais, Comércio e Direito	564
		Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	2.079
Universidade Metodista de Angola	Universidade	Educação	98
		Artes e Humanidades	595
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	4.541
		Ciências, Matemática e Informática	125
		Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção	2.665
		Saúde e Proteção Social	1.240

Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Curso	Nº de Estudantes
			2015
Universidade Técnica de Angola	Universidade	Artes e Humanidades	62
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	5.810
		Ciências, Matemática e Informática	48
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	960
Instituto Superior Técnico de Angola	Instituto Superior	Ciências Sociais, Comércio e Direito	2.224
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	850
Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	Instituto Superior	Ciências Sociais, Comércio e Direito	1.517
Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	Instituto Superior	Ciências Sociais, Comércio e Direito	788
Instituto Superior de Angola	Instituto Superior	Educação	239
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	820
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	42
		Saúde e Proteção Social	151
Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola	Instituto Superior Politécnico	Educação	881
		Artes e Humanidades	340
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	8.422
		Ciências, Matemática e Informática	885
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	2.033
Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências	Instituto Superior Politécnico	Ciências Sociais, Comércio e Direito	663
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	1.146
Instituto Superior Politécnico do Cazenga	Instituto Superior Politécnico	Educação	552
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	686
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	2.279
		Saúde e Proteção Social	2.732
Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	Instituto Superior Politécnico	Ciências Sociais, Comércio e Direito	275
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	1.311
		Serviços	199
Instituto Superior Politécnico Katangoji	Instituto Superior Politécnico	Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	766
Instituto Superior Politécnico Atlântida	Instituto Superior Politécnico	Educação	232
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	1.264
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	24
		Saúde e Proteção Social	191

Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Curso	Nº de Estudantes
			2015
Instituto Superior Politécnico Alvorecer de Juventude	Instituto Superior Politécnico	Educação	23
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	1.828
		Ciências, Matemática e Informática	14
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	659
		Saúde e Proteção Social	1.539
Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	Instituto Superior Politécnico	Educação	228
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	2.375
Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	Instituto Superior Politécnico	Ciências Sociais, Comércio e Direito	1.891
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	240
		Saúde e Proteção Social	654
		Saúde e Proteção Social	2.732
Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues	Instituto Superior Politécnico	Ciências Sociais, Comércio e Direito	294
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	25
		Saúde e Proteção Social	524
Instituto Superior Politécnico de Kanganjo	Instituto Superior Politécnico	Educação	429
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	1220
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	131
		Saúde e Proteção Social	380
Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	Instituto Superior Politécnico	Educação	422
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	2.906
		Ciências, Matemática e Informática	231
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	1.097
		Saúde e Proteção Social	621
Instituto Superior Politécnico de Benguela	Instituto Superior Politécnico	Ciências Sociais, Comércio e Direito	445
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	289
		Saúde e Proteção Social	1.299
Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	Instituto Superior Politécnico	Ciências Sociais, Comércio e Direito	1.551
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	70
Instituto Superior Politécnico de Porto Amboím	Instituto Superior Politécnico	-	*
Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	Instituto Superior Politécnico	Educação	1219
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	688
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	368

Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Curso	Nº de Estudantes
			2015
Instituto Superior Politécnico Maravilha	Instituto Superior Politécnico	Educação	1.453
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	1.604
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	79
Instituto Superior Politécnico Lusiada de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	Ciências Sociais, Comércio e Direito	435
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	162
Instituto Superior Politécnico Lusiada da Lunda Sul	Instituto Superior Politécnico	Ciências Sociais, Comércio e Direito	620
Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekuikui II	Instituto Superior Politécnico	Educação	663
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	732
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	94
		Saúde e Proteção Social	353
Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	Instituto Superior Politécnico	Educação	935
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	1.279
		Saúde e Proteção Social	388
Instituto Superior Politécnico Lusiada do Huambo	Instituto Superior Politécnico	Ciências Sociais, Comércio e Direito	438
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	42
Instituto Superior Politécnico da Tundavala	Instituto Superior Politécnico	Ciências Sociais, Comércio e Direito	559
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	129
		Saúde e Proteção Social	522
Instituto Superior Politécnico Independente	Instituto Superior Politécnico	Educação	555
		Ciências Sociais, Comércio e Direito	2.127
		Ciências, Matemática e Informática	362
		Engenharia, Industrias Transformadoras e Construção	284
			123.107

APÊNDICE 2

Tabela 1 – Número de bolsas de estudo concedidas por natureza (por tipo – A, B, C, D e E) e por instituição (Pública) em Angola (2008 – 2015)

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES		Nº de Bolsas de Estudo										Total		
			M	F	Tipo A		Tipo B		Tipo C		Tipo D		Tipo E				
			M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
	1	Universidade Agostinho Neto					87	50	137	74	35	109			161	85	246
	2	Universidade Katyavala Búlia					40	24	64	52	41	93			92	65	157
	3	Universidade Onze de Novembro					22	9	31	5	8	13			27	17	44
	4	Universidade Lueji A Nkonde					5	1	6	3	1	4			8	2	10
	5	Universidade José Eduardo dos Santos					35	9	44	7	2	9			42	11	53
	6	Universidade Mandume ya Ndemufayo					52	23	75	36	23	59			88	46	134
	7	Universidade Kimpa Vita					31	10	41	33	18	51			64	28	92
	8	Universidade Cuito Cuanavale															
	9	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo															
	10	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda															
	11	Instituto Superior de Serviço Social															
	12	Instituto Superior de Educação Física e Desportos															
	13	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação															
	14	Instituto Superior de Ciências da Comunicação															
	15	Instituto Superior de Artes															
	16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo															
	17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla															
	18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge															
	19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul					1	1	2	1	1	2			2	2	4
	20	Instituto Superior Politécnico de Cabinda															
	21	Instituto Superior Politécnico de Malanje															
	22	Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malange															
	23	Escola Superior Pedagógica do Bengo					8	2	10	3	3				11	2	13
	24	Escola Superior Politécnica de Malanje															
	25	Escola Superior Pedagógica do Bié															
	26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte					26	8	34	10	4	14			36	12	48
Total	26		307	137	444	224	133	357	531	270	801						

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Bolsas de Estudo 2009												Total					
				M	F	Tipo A	M	F	Tipo B	M	F	Tipo C	M	F	Tipo D		M	F	Tipo E	M	F
	1	Universidade Agostinho Neto	Universidade	33	15	48	37	13	50	119	41	160	65	39	104	101	58	159	355	166	521
	2	Universidade Katavala Buiá	Universidade	11	7	18	4	11	15	47	23	70	31	23	54	62	32	94	155	96	251
	3	Universidade Onze de Novembro	Universidade	5	4	9	10	9	19	26	24	50	14	16	30	16	10	26	71	63	134
	4	Universidade Lueji A Nkonde	Universidade	7	1	8	2	2	4	13	3	16	1	0	1	6	0	6	29	6	35
	5	Universidade José Eduardo dos Santos	Universidade	15	5	20	11	4	15	28	10	38	17	4	21	36	11	47	107	34	141
	6	Universidade Mandume ya Ndemufayo	Universidade	10	3	13	8	4	12	28	13	41	11	2	13	12	6	18	69	28	97
	7	Universidade Kimpa Vita	Universidade	11	1	12	3	0	3	9	6	15	3	1	4	8	2	10	34	10	44
	8	Universidade Cuito Cuanavale	Universidade	6	0	6	0	0	0	2	0	2	1	0	1	1	0	1	10	0	10
	9	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Instituto Superior																		
	10	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	Instituto Superior																		
	11	Instituto Superior de Serviço Social	Instituto Superior																		
	12	Instituto Superior de Educação Física e Desportos	Instituto Superior																		
	13	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	Instituto Superior																		
	14	Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Instituto Superior																		
	15	Instituto Superior de Artes	Instituto Superior																		
	16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	Instituto Superior																		
	17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla	Instituto Superior																		
	18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	Instituto Superior	8	2	10	3	2	5	12	3	15	6	4	10	8	1	9	37	12	49
	19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Instituto Superior Politécnico	1	1	2	5	2	7	15	10	25	6	5	11	11	4	15	38	22	60
	20	Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	4	6	10	6	7	13	15	17	32	6	17	23	8	6	14	39	53	92
	21	Instituto Superior Politécnico de Malanje	Instituto Superior Politécnico																		
	22	Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malanje	Instituto Superior Politécnico																		
	23	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Escola Superior	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	2	3
	24	Escola Superior Politécnica de Malanje	Escola Superior																		
	25	Escola Superior Pedagógica do Bié	Escola Superior																		
	26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Escola Superior	5	0	5	4	3	7	12	6	18	0	0	0	0	1	1	21	10	31
Total	26			116	45	161	94	57	151	326	157	483	161	111	272	269	132	401	966	502	1.468

Natureza	N	Tipo de IES	Nº de Bolsas de Estudo														Total			
			2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016					
			M	F	Tipo A	M	F	Tipo B	M	F	Tipo C	M	F	Tipo D	M	F	Tipo E	M	F	
	1	Universidade Agostinho Neto	17	5	22	13	11	24	81	45	126	53	38	91	40	21	61	204	120	324
	2	Universidade Katavala Búlia	7	4	11	7	6	13	64	44	108	27	23	50	49	46	95	154	123	277
	3	Universidade Onze de Novembro	10	2	12	21	19	40	28	22	50	29	32	61	32	21	53	120	96	216
	4	Universidade Lueji A Nkonde	14	3	17	11	6	17	47	17	64	33	15	48	46	34	80	151	75	226
	5	Universidade José Eduardo dos Santos	26	8	34	25	4	29	95	26	121	52	12	64	75	32	107	273	82	355
	6	Universidade Mandume ya Ndemufayo	13	6	19	18	11	29	47	18	65	38	11	49	45	20	65	161	66	227
	7	Universidade Kimpa Vita	3	1	4	4	0	4	11	5	16	5	0	5	21	3	24	44	9	53
	8	Universidade Cuito Cuanavale																		
	9	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo																		
	10	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	4	1	5	0	1	1	8	7	15	2	4	6	7	1	8	21	14	35
	11	Instituto Superior de Serviço Social																		
	12	Instituto Superior de Educação Física e Desportos																		
	13	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação																		
	14	Instituto Superior de Ciências da Comunicação																		
	15	Instituto Superior de Artes																		
	16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	0	1	1	2	0	2	4	2	6	3	0	3	4	2	6	13	5	18
	17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla	3	2	5	3	0	3	5	3	8	7	1	8	13	6	19	31	12	43
	18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	1	3	4	4	0	4	7	1	8	4	3	7	7	8	15	23	15	38
	19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	6	3	9	4	1	5	18	15	33	5	3	8	17	6	23	50	28	78
	20	Instituto Superior Politécnico de Cabinda	1	0	1	1	5	6	4	4	8	11	8	19	9	5	14	26	22	48
	21	Instituto Superior Politécnico de Malanje																		
	22	Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malanje																		
	23	Escola Superior Pedagógica do Bengo	2	0	2	2	0	2	6	0	6	1	0	1	4	0	4	15	0	15
	24	Escola Superior Politécnica de Malanje																		
	25	Escola Superior Pedagógica do Bié	1	0	1	2	1	3	7	5	12	8	6	14	15	2	17	33	14	47
	26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	3	2	5	6	0	6	7	3	10	7	7	14	18	7	25	41	19	60
	26	Total	111	41	152	123	65	188	439	217	656	285	163	448	402	214	616	1.360	700	2.060

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Bolsas de Estudo												Total					
				2011		2012		2013		2014		2015		2016							
				M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	Total			
	1	Universidade Agostinho Neto	Universidade	35	21	56	47	19	66	136	69	205	95	44	139	127	66	193	440	219	659
	2	Universidade Katavala Búlia	Universidade	16	10	26	18	8	26	53	31	84	80	44	124	29	31	60	196	124	320
	3	Universidade Onze de Novembro	Universidade	12	15	27	13	12	25	67	55	122	109	74	183	65	50	115	266	206	472
	4	Universidade Lueji A Nkonde	Universidade	27	8	35	21	9	30	118	50	168	144	66	210	133	62	195	443	195	638
	5	Universidade José Eduardo dos Santos	Universidade	49	8	57	50	12	62	136	56	192	178	59	237	92	33	125	505	168	673
	6	Universidade Mandume ya Ndemufayo	Universidade	30	28	58	28	28	56	137	87	224	140	58	198	69	39	108	404	240	644
	7	Universidade Kimpa Vita	Universidade	5	2	7	7	5	12	39	19	58	87	29	116	33	11	44	171	66	237
	8	Universidade Cuito Cuanavale	Universidade																		
	9	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Instituto Superior	0	1	1	0	0	0	4	7	11	5	10	15	3	3	6	12	21	33
	10	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	Instituto Superior	1	1	2	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	3	2	5
	11	Instituto Superior de Serviço Social	Instituto Superior	1	1	2	1	0	1	11	1	12	2	1	3	1	0	1	16	3	19
	12	Instituto Superior de Educação Física e Desportos	Instituto Superior																		
	13	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	Instituto Superior																		
	14	Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Instituto Superior																		
	15	Instituto Superior de Artes	Instituto Superior																		
	16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	Instituto Superior	3	0	3	0	0	0	5	3	8	18	7	25	1	1	2	27	11	38
	17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla	Instituto Superior	4	1	5	8	0	8	27	7	34	96	39	135	27	8	35	162	55	217
	18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	Instituto Superior	2	2	4	4	1	5	16	4	20	33	7	40	12	4	16	67	18	85
	19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Instituto Superior Politécnico	9	6	15	6	6	12	26	25	51	27	16	43	28	20	48	96	73	169
	20	Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	4	2	6	2	2	4	7	3	10	8	5	13	9	4	13	30	16	46
	21	Instituto Superior Politécnico de Malanje	Instituto Superior Politécnico																		
	22	Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malange	Instituto Superior Politécnico																		
	23	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Escola Superior	3	0	3	1	0	1	7	1	8	11	5	16	1	0	1	23	6	29
	24	Escola Superior Politécnica de Malanje	Escola Superior																		
	25	Escola Superior Pedagógica do Bié	Escola Superior	1	0	1	6	1	7	29	7	36	17	17	34	34	25	59	87	50	137
	26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Escola Superior	15	3	18	12	3	15	33	8	41	26	5	31	18	5	23	104	24	128
	26	Total		217	109	326	225	106	331	852	433	1.285	1.076	487	1.563	682	362	1.044	3.052	1.497	4.549

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Bolsas de Estudo												Total					
				M	F	Tipo A	M	F	Tipo B	M	F	Tipo C	M	F	Tipo D		M	F	Tipo E	M	F
				66	16	82	45	16	61	169	32	201	148	23	171	207	30	237	635	117	752
	1	Universidade Agostinho Neto	Universidade	18	0	18	24	1	25	74	4	78	42	1	43	73	4	77	231	10	241
	2	Universidade Katavala Búlia	Universidade	25	1	26	28	5	33	81	17	98	49	4	53	67	15	82	250	42	292
	3	Universidade Onze de Novembro	Universidade	19	2	21	26	3	29	63	13	76	46	5	51	69	11	80	223	34	257
	4	Universidade Lueji A Nkonde	Universidade	48	3	51	63	6	69	233	16	249	102	6	108	179	19	198	625	50	675
	5	Universidade José Eduardo dos Santos	Universidade	34	12	46	61	7	68	148	35	183	72	19	91	126	33	159	441	106	547
	6	Universidade Mandume ya Ndemufayo	Universidade	12	0	12	13	0	13	51	2	53	19	2	21	50	1	51	145	5	150
	7	Universidade Kimpa Vita	Universidade																		
	8	Universidade Cuito Cuanavale	Universidade																		
	9	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Instituto Superior	1	0	1	1	0	1	6	0	6	2	0	2	9	0	9	19	0	19
	10	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	Instituto Superior	6	0	6	4	0	4	12	0	12	13	0	13	14	0	14	49	0	49
	11	Instituto Superior de Serviço Social	Instituto Superior	0	0	0	0	0	0	2	3	5	1	9	10	1	4	5	4	16	20
	12	Instituto Superior de Educação Física e Desportos	Instituto Superior																		
	13	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	Instituto Superior																		
	14	Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Instituto Superior																		
	15	Instituto Superior de Artes	Instituto Superior																		
	16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	Instituto Superior	4	0	4	12	0	12	19	0	19	15	0	15	22	0	22	72	0	72
	17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla	Instituto Superior	11	0	11	10	0	10	27	0	27	20	1	21	28	1	29	96	2	98
	18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	Instituto Superior	10	0	10	9	0	9	31	0	31	8	0	8	20	0	20	78	0	78
	19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Instituto Superior Politécnico	0	6	6	0	3	3	0	13	13	0	15	15	0	17	17	0	54	54
	20	Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	4	0	4	10	0	10	29	0	29	8	1	9	29	1	30	80	2	82
	21	Instituto Superior Politécnico de Malanje	Instituto Superior Politécnico																		
	22	Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malanje	Instituto Superior Politécnico																		
	23	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Escola Superior	5	0	5	5	1	6	13	3	16	8	0	8	14	2	16	45	6	51
	24	Escola Superior Politécnica de Malanje	Escola Superior	3	3	6	8	2	10	23	5	28	11	3	14	12	3	15	57	16	73
	25	Escola Superior Pedagógica do Bié	Escola Superior	10	1	11	9	1	10	24	5	29	18	2	20	23	4	27	84	13	97
	26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Escola Superior	7	3	10	5	2	7	22	8	30	11	4	15	20	3	23	65	20	85
	26	Total		283	47	330	333	47	380	1.027	156	1.183	593	95	688	963	148	1.111	3.199	493	3.692

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Bolsas de Estudo												
				2013		2014		2015		2016		2017		2018		
				M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	Total
	1	Universidade Agostinho Neto	Universidade	79	416									298	197	495
	2	Universidade Katavala Búlia	Universidade	240	13									138	115	253
	3	Universidade Onze de Novembro	Universidade	75	455									308	222	530
	4	Universidade Lueji A Nkonde	Universidade	112	126									147	91	238
	5	Universidade José Eduardo dos Santos	Universidade	277	407									480	204	684
	6	Universidade Mandume ya Ndemufayo	Universidade	135	433									358	210	568
	7	Universidade Kimpa Vita	Universidade	125	126									158	93	251
	8	Universidade Cuito Cuanavale	Universidade	60	135									126	69	195
	9	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Instituto Superior	12	4									14	2	16
	10	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	Instituto Superior	11	33									36	8	44
	11	Instituto Superior de Serviço Social	Instituto Superior	0	3									0	3	3
	12	Instituto Superior de Educação Física e Desportos	Instituto Superior	0	10									9	1	10
	13	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	Instituto Superior	6	38									39	5	44
	14	Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Instituto Superior	0	2									0	2	2
	15	Instituto Superior de Artes	Instituto Superior	2	8									8	2	10
	16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	Instituto Superior	32	75									68	39	107
	17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla	Instituto Superior	28	86									76	38	114
	18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	Instituto Superior	18	103									89	32	121
	19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Instituto Superior Politécnico	19	105									69	55	124
	20	Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	2	58									22	38	60
	21	Instituto Superior Politécnico de Malanje	Instituto Superior Politécnico	14	35									19	30	49
	22	Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malange	Instituto Superior Politécnico													
	23	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Escola Superior	77	40									57	60	117
	24	Escola Superior Politécnica de Malanje	Escola Superior	49	242									175	116	291
	25	Escola Superior Pedagógica do Bié	Escola Superior	25	158									116	67	183
	26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Escola Superior	25	145									130	40	170
Total	26			1.423	3.256									2.940	1.739	4.679

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Bolss de Estudo Total (2008 – 2015)							Total
				Tipo A	Tipo B	Tipo C	Tipo D	Tipo E	M	F	
	1	Universidade Agostinho Neto	Universidade	433	1.318	829	614	650	2.642	1.202	3.844
	2	Universidade Katyavala Buila	Universidade	351	523	404	364	326	1.252	716	1.968
	3	Universidade Onze de Novembro	Universidade	230	1.190	351	340	276	1.421	966	2.387
	4	Universidade Lueji A Nkonde	Universidade	333	560	330	314	361	1.346	552	1.898
	5	Universidade José Eduardo dos Santos	Universidade	680	1.073	644	439	477	2.525	788	3.313
	6	Universidade Mandume ya Ndemufayo	Universidade	430	1.179	588	410	350	1.940	1.017	2.957
	7	Universidade Kimpa Vita	Universidade	274	361	183	197	129	833	311	1.144
	8	Universidade Cuito Cuanavale	Universidade	167	372	2	1	1	334	209	543
	9	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Instituto Superior	14	5	17	17	15	45	23	68
	10	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	Instituto Superior	41	119	28	20	22	173	57	230
	11	Instituto Superior de Serviço Social	Instituto Superior	2	9	17	13	6	21	26	47
	12	Instituto Superior de Educação Física e Desportos	Instituto Superior	2	42	0	0	0	34	10	44
	13	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	Instituto Superior	10	98	0	0	0	95	13	108
	14	Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Instituto Superior	2	4	0	0	0	1	5	6
	15	Instituto Superior de Artes	Instituto Superior	12	23	0	0	0	23	12	35
	16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	Instituto Superior	71	239	33	43	30	306	110	416
	17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla	Instituto Superior	104	297	69	164	83	512	205	717
	18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	Instituto Superior	58	275	74	65	60	417	115	532
	19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Instituto Superior Politécnico	72	304	124	79	103	354	328	682
	20	Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	23	91	79	64	71	197	131	328
	21	Instituto Superior Politécnico de Malanje	Instituto Superior Politécnico	26	87	0	0	0	54	59	113
	22	Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malanje	Instituto Superior Politécnico	7	35	0	0	0	31	11	42
	23	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Escola Superior	163	106	41	28	22	216	144	360
	24	Escola Superior Politécnica de Malanje	Escola Superior	77	406	28	14	15	337	203	540
	25	Escola Superior Pedagógica do Bié	Escola Superior	69	372	77	68	103	456	233	689
	26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Escola Superior	109	348	133	74	72	551	185	736
Total	26			3.760	9.436	4.051	3.328	3.172	16.116	7.631	23.747

Tabela 2 – Número de bolsas de estudo concedidas por natureza (por tipo – A, B, C, D e E) e por instituição (Privada) em Angola (2008 – 2015)

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Nº de Bolsas de Estudo												F Total		
			Tipo de IES		Tipo A		Tipo B		Tipo C		Tipo D		Tipo E				
			M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
	1	Universidade Católica de Angola					13	2	15	69	65	134			82	67	149
	2	Universidade Jean Piaget					15	5	20	113	156	269			128	161	289
	3	Universidade Lusíada de Angola					5	4	9	69	93	162			74	97	171
	4	Universidade Independente de Angola					7	4	11	137	93	230			144	97	241
	5	Universidade Privada de Angola					4	6	10	69	110	179			73	116	189
	6	Universidade Gregório Semedo					4	1	5	20	20	40			24	21	45
	7	Universidade de Belas					36	8	44	373	147	520			409	155	564
	8	Universidade Óscar Ribas					8	3	11	30	44	74			38	47	85
	9	Universidade Metodista de Angola					7	2	9	64	54	118			71	56	127
	10	Universidade Técnica de Angola					4	2	6	48	34	82			52	36	88
	11	Instituto Superior Técnico de Angola					2	0	2	23	22	45			25	22	47
	12	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais					2	3	5	7	5	12			9	8	17
	13	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas															
	14	Instituto Superior de Angola															
	15	Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola															
	16	Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências															
	17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga															
	18	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia															
	19	Instituto Superior Politécnico Katangoji															
	20	Instituto Superior Politécnico Atlântida															
	21	Instituto Superior Politécnico Alvorcer de Juventude															
	22	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola															
	23	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola															
	24	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues															
	25	Instituto Superior Politécnico de Kangojo															
	26	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela															
	27	Instituto Superior Politécnico de Benguela															
	28	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela															
	29	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim															
	30	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela															
	31	Instituto Superior Politécnico Maravilha															
	32	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda															
	33	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul															
	34	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekukui III															
	35	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente															
	36	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo															
	37	Instituto Superior Politécnico da Tundavala															
	38	Instituto Superior Politécnico Independente															
	38	Total					110	45	155	1.083	927	2.010			1.193	972	2.165

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES		N.º de Bolsas de Estudo												Total				
			M	F	Tipo A	M	F	Tipo B	M	F	Tipo C	M	F	Tipo D	M	F		Tipo E	M	F	
			Universidade	4	3	7	15	8	23	30	12	42	11	9	20	21	13	34	81	45	126
	2	Universidade Jean Piaget	Universidade	16	22	38	19	20	39	35	39	74	35	34	69	37	45	82	142	160	302
	3	Universidade Lusíada de Angola	Universidade	5	4	9	4	1	5	7	5	12	8	6	14	11	6	17	35	22	57
	4	Universidade Independente de Angola	Universidade	10	5	15	6	7	13	16	18	34	16	6	22	28	12	40	76	48	124
	5	Universidade Privada de Angola	Universidade	4	2	6	3	3	6	12	12	24	10	11	21	18	21	39	47	49	96
	6	Universidade Gregório Semedo	Universidade	2	5	7	4	2	6	7	7	14	4	7	11	8	14	22	25	35	60
	7	Universidade de Belas	Universidade	19	6	25	17	4	21	32	20	52	30	13	43	41	36	77	139	79	218
	8	Universidade Óscar Ribas	Universidade	2	0	2	2	0	2	7	7	14	7	3	10	7	6	13	25	16	41
	9	Universidade Metodista de Angola	Universidade	5	4	9	8	6	14	29	31	60	22	31	53	39	46	85	103	118	221
	10	Universidade Técnica de Angola	Universidade	5	1	6	6	4	10	21	23	44	17	14	31	20	24	44	69	66	135
	11	Instituto Superior Técnico de Angola	Instituto Superior	6	0	6	0	1	1	6	6	12	4	2	6	9	6	15	25	15	40
	12	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	Instituto Superior	1	1	2	1	0	1	6	6	12	3	5	8	5	7	12	16	19	35
	13	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	Instituto Superior																		
	14	Instituto Superior de Angola	Instituto Superior																		
	15	Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola	Instituto Superior Politécnico																		
	16	Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências	Instituto Superior Politécnico																		
	17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga	Instituto Superior Politécnico																		
	18	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	Instituto Superior Politécnico																		
	19	Instituto Superior Politécnico Katangoji	Instituto Superior Politécnico																		
	20	Instituto Superior Politécnico Atlântida	Instituto Superior Politécnico																		
	21	Instituto Superior Politécnico Alvorcer de Juventude	Instituto Superior Politécnico																		
	22	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	Instituto Superior Politécnico																		
	23	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	Instituto Superior Politécnico																		
	24	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues	Instituto Superior Politécnico																		
	25	Instituto Superior Politécnico de Kangojo	Instituto Superior Politécnico																		
	26	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	Instituto Superior Politécnico																		
	27	Instituto Superior Politécnico de Benguela	Instituto Superior Politécnico																		
	28	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	Instituto Superior Politécnico																		
	29	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim	Instituto Superior Politécnico																		
	30	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	Instituto Superior Politécnico																		
	31	Instituto Superior Politécnico Maravilha	Instituto Superior Politécnico																		
	32	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	4	3	7	5	3	8	11	12	23	9	11	20	6	13	19	35	42	77
	33	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul	Instituto Superior Politécnico																		
	34	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekulkulili	Instituto Superior Politécnico																		
	35	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	Instituto Superior Politécnico																		
	36	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo	Instituto Superior Politécnico																		
	37	Instituto Superior Politécnico da Tundavala	Instituto Superior Politécnico																		
	38	Instituto Superior Politécnico Independente	Instituto Superior Politécnico																		
Total	38			83	56	139	90	59	149	219	188	417	176	152	328	250	249	489	818	714	1.532

Pública

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Nº de Bolsas de Estudo												Total					
			Tipo de IES		Tipo A		Tipo B		Tipo C		Tipo D		Tipo E							
			M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F				
	1	Universidade Católica de Angola	15	9	24	8	6	14	27	23	50	26	20	46	26	17	43	102	75	177
	2	Universidade Jean Piaget	8	8	16	7	7	14	27	32	59	32	30	62	20	20	40	94	97	191
	3	Universidade Lusíada de Angola	6	6	12	1	5	6	8	16	24	8	9	17	4	6	10	27	42	69
	4	Universidade Independente de Angola	12	10	22	3	6	9	22	20	42	45	29	74	19	5	24	101	70	171
	5	Universidade Privada de Angola	0	0	0	0	2	2	5	10	15	10	6	16	4	7	11	19	25	44
	6	Universidade Gregório Semedo	3	1	4	6	0	6	9	11	20	22	20	42	5	2	7	45	34	79
	7	Universidade de Belas	10	4	14	5	2	7	14	16	30	11	17	28	7	7	14	47	46	93
	8	Universidade Óscar Ribas	1	3	4	5	4	9	14	10	24	15	16	31	5	8	13	40	41	81
	9	Universidade Metodista de Angola	5	3	8	8	3	11	21	20	41	28	24	52	19	15	34	81	65	146
	10	Universidade Técnica de Angola	13	6	19	3	11	14	23	27	50	24	43	67	14	12	26	77	99	176
	11	Instituto Superior Técnico de Angola	4	3	7	2	1	3	7	7	14	14	8	22	10	3	13	37	22	59
	12	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	1	2	3	1	0	1	3	2	5	5	6	11	2	4	6	12	14	26
	13	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas																		
	14	Instituto Superior de Angola																		
	15	Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola																		
	16	Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências																		
	17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga																		
	18	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia																		
	19	Instituto Superior Politécnico Katangoji																		
	20	Instituto Superior Politécnico Atlântida																		
	21	Instituto Superior Politécnico Alvorcer de Juventude																		
	22	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola																		
	23	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola																		
	24	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues																		
	25	Instituto Superior Politécnico de Kangojo																		
	26	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	5	4	9	8	3	11	39	28	67	9	12	21	28	6	34	89	53	142
	27	Instituto Superior Politécnico de Benguela																		
	28	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	3	0	3	0	0	0	15	19	34	0	4	4	2	3	5	20	26	46
	29	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim																		
	30	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela																		
	31	Instituto Superior Politécnico Maravilha																		
	32	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	3	1	4	2	3	5	7	2	9	12	7	19	2	2	4	26	15	41
	33	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul																		
	34	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekulkul III																		
	35	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente																		
	36	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo																		
	37	Instituto Superior Politécnico da Tundavala																		
	38	Instituto Superior Politécnico Independente																		
	38	Total	89	60	149	59	53	112	241	243	484	261	251	512	167	117	284	817	724	1,541

Pública

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Bolsas de Estudo														Total			
				M	F	Tipo A	M	F	Tipo B	M	F	Tipo C	M	F	Tipo D	M	F		Tipo E	M	F
	1	Universidade Católica de Angola	Universidade	4	7	11	12	5	17	25	20	45	23	11	34	19	9	28	83	52	135
	2	Universidade Jean Piaget	Universidade	29	28	57	24	23	47	47	59	106	29	28	57	34	52	86	163	190	353
	3	Universidade Lusíada de Angola	Universidade	4	4	8	6	7	13	19	14	33	23	16	39	11	9	20	63	50	113
	4	Universidade Independente de Angola	Universidade	20	17	37	9	10	19	46	35	81	32	20	52	32	31	63	139	113	252
	5	Universidade Privada de Angola	Universidade	4	4	8	4	2	6	12	16	28	5	8	13	7	13	20	32	43	75
	6	Universidade Gregório Semedo	Universidade	1	0	1	3	0	3	4	12	16	6	0	6	8	2	10	22	14	36
	7	Universidade de Belas	Universidade	4	4	8	7	5	12	28	19	47	16	11	27	15	16	31	70	55	125
	8	Universidade Óscar Ribas	Universidade	3	11	14	9	6	15	25	16	41	17	6	23	9	11	20	63	50	113
	9	Universidade Metodista de Angola	Universidade	10	14	24	8	12	20	21	17	38	6	11	17	33	19	52	78	73	151
	10	Universidade Técnica de Angola	Universidade	24	16	40	14	14	28	46	38	84	17	20	37	43	44	87	144	132	276
	11	Instituto Superior Técnico de Angola	Instituto Superior	9	4	13	4	4	8	15	14	29	4	7	11	18	16	34	50	45	95
	12	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	Instituto Superior	1	0	1	0	1	1	3	3	6	2	6	8	0	2	2	6	12	18
	13	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	Instituto Superior																		
	14	Instituto Superior de Angola	Instituto Superior																		
	15	Instituto Superior Politécnico Metropolitan de Angola	Instituto Superior Politécnico	9	3	12	3	3	6	16	19	35	8	7	15	15	15	30	51	47	98
	16	Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências	Instituto Superior Politécnico	0	0	0	2	0	2	5	2	7	6	0	6	2	2	4	15	4	19
	17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga	Instituto Superior Politécnico	0	2	2	1	0	1												19
	18	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	Instituto Superior Politécnico																		
	19	Instituto Superior Politécnico Katangoji	Instituto Superior Politécnico																		
	20	Instituto Superior Politécnico Atlântida	Instituto Superior Politécnico																		
	21	Instituto Superior Politécnico Alvoceer de Juventude	Instituto Superior Politécnico																		
	22	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	Instituto Superior Politécnico																		
	23	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	Instituto Superior Politécnico																		
	24	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues	Instituto Superior Politécnico																		
	25	Instituto Superior Politécnico de Kangojo	Instituto Superior Politécnico	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	2	0	2	3	1	4
	26	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	Instituto Superior Politécnico	16	9	25	23	10	33	48	33	81	92	64	156	39	20	59	218	136	354
	27	Instituto Superior Politécnico de Benguela	Instituto Superior Politécnico																		
	28	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	Instituto Superior Politécnico	0	1	1	0	0	0	1	2	8	7	7	15	2	2	4	11	11	22
	29	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim	Instituto Superior Politécnico																		
	30	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	Instituto Superior Politécnico																		
	31	Instituto Superior Politécnico Maravilha	Instituto Superior Politécnico																		
	32	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	3	0	3	2	7	9	10	9	19	17	20	37	4	8	12	36	44	80
	33	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul	Instituto Superior Politécnico																		
	34	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekukuli	Instituto Superior Politécnico	0	0	0	2	0	2												
	35	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	Instituto Superior Politécnico																		
	36	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo	Instituto Superior Politécnico	2	1	3	1	1	2	9	3	12	9	18	27	7	7	14	28	30	58
	37	Instituto Superior Politécnico da Tundavala	Instituto Superior Politécnico	1	0	1	4	2	6	18	7	25	21	14	35	14	6	20	58	29	87
	38	Instituto Superior Politécnico Independente	Instituto Superior Politécnico																		
	38	Total		144	125	269	138	112	250	398	338	736	351	280	631	319	290	609	1.350	1.145	2.495

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES												Total					
			Tipo A		Tipo B		Tipo C		Tipo D		Tipo E		Tipo F							
			M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	Total			
	1	Universidade Católica de Angola	19	0	19	21	1	22	28	0	28	23	0	23	43	0	43	134	1	135
	2	Universidade Jean Piaget	28	0	28	37	1	38	99	0	99	41	1	42	85	2	87	290	4	294
	3	Universidade Lusíada de Angola	2	1	3	6	0	6	9	1	10	7	0	7	4	0	4	28	2	30
	4	Universidade Independente de Angola	7	0	7	26	0	26	75	0	75	17	0	17	33	0	33	158	0	158
	5	Universidade Privada de Angola	1	0	1	8	0	8	33	0	33	24	1	25	28	0	28	94	1	95
	6	Universidade Gregório Semedo	8	0	8	6	0	6	15	0	15	3	0	3	12	0	12	44	0	44
	7	Universidade de Belas	10	0	10	12	0	12	24	0	24	18	0	18	35	1	36	99	1	100
	8	Universidade Óscar Ribas	10	0	10	6	0	6	30	0	30	14	0	14	24	0	24	84	0	84
	9	Universidade Metodista de Angola	18	0	18	20	1	21	41	0	41	23	0	23	47	0	47	149	1	150
	10	Universidade Técnica de Angola	12	0	12	10	0	10	48	0	48	14	0	14	41	2	43	125	2	127
	11	Instituto Superior Técnico de Angola	22	0	22	16	0	16	41	1	42	20	0	20	26	0	26	125	1	126
	12	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	1	0	1	1	1	2	3	1	4	7	7	14	2	1	3	14	10	24
	13	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	0	1	1	0	0	0	2	0	2	0	0	0	1	0	1	3	1	4
	14	Instituto Superior de Angola																		
	15	Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola	14	0	14	15	0	15	41	0	41	13	0	13	27	0	27	110	0	110
	16	Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências	3	0	3	3	0	3	9	1	10	3	0	3	9	0	9	27	1	28
	17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga	3	0	3	1	0	1	4	0	4	10	1	11	8	0	8	26	1	27
	18	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	0	0	0	1	0	1	3	3	6	5	4	9	7	1	8	16	8	24
	19	Instituto Superior Politécnico Katangoji																		
	20	Instituto Superior Politécnico Atlântida																		
	21	Instituto Superior Politécnico Alvocear de Juventude	2	2	4	3	1	4	22	18	40	4	8	12	4	8	12	35	37	72
	22	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	2	3	5	1	1	2	5	4	9	3	1	4	5	2	7	16	11	27
	23	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	0	0	0	1	1	2	0	2	2	2	2	4	1	5	6	4	10	14
	24	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues																		
	25	Instituto Superior Politécnico de Kangojo	0	0	0	1	0	1	0	0	0	3	3	6	5	7	12	9	10	19
	26	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	32	0	32	32	0	32	82	0	82	25	0	25	63	0	63	234	0	234
	27	Instituto Superior Politécnico de Benguela																		
	28	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	1	0	1	6	0	6	12	0	12	0	0	0	8	0	8	27	0	27
	29	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim	0	1	1	0	0	0	3	1	4	1	0	1	7	6	13	11	8	19
	30	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela																		
	31	Instituto Superior Politécnico Maravilha																		
	32	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	4	0	4	5	0	5	31	0	31	5	0	5	23	1	24	68	1	69
	33	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul																		
	34	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekukuli II	2	2	4	3	0	3	6	3	9	3	1	4	8	2	10	22	8	30
	35	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente																		
	36	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo																		
	37	Instituto Superior Politécnico da Tundavala	17	5	22	17	10	27	54	9	63	25	9	34	57	11	68	170	44	214
	38	Instituto Superior Politécnico Independente	4	0	4	5	0	5	34	0	34	9	0	9	12	0	12	64	0	64
	38	Total	222	15	237	263	17	280	754	44	798	322	38	360	625	49	674	2.186	163	2.349

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Bolsas de Estudo												Total				
				M	F	Tipo A	M	F	Tipo B	M	F	Tipo C	M	F	Tipo D		M	F	Tipo E	
	1	Universidade Católica de Angola	Universidade	50	118													81	70	168
	2	Universidade Jean Piaget	Universidade	46	157													81	122	203
	3	Universidade Lusíada de Angola	Universidade	2	10													4	8	12
	4	Universidade Independente de Angola	Universidade	32	54													49	37	86
	5	Universidade Privada de Angola	Universidade	5	55													25	35	60
	6	Universidade Gregório Semedo	Universidade	10	8													8	10	18
	7	Universidade de Belas	Universidade	23	31													25	29	54
	8	Universidade Oscar Ribas	Universidade	8	25													23	10	33
	9	Universidade Metodista de Angola	Universidade	32	177													104	105	209
	10	Universidade Técnica de Angola	Universidade	14	91													46	59	105
	11	Instituto Superior Técnico de Angola	Instituto Superior	9	52													30	31	61
	12	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	Instituto Superior	6	7													5	8	13
	13	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	Instituto Superior	3	0													3	0	3
	14	Instituto Superior de Angola	Instituto Superior																	
	15	Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola	Instituto Superior Politécnico	31	75													54	52	106
	16	Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências	Instituto Superior Politécnico	0	18													9	9	18
	17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga	Instituto Superior Politécnico	0	19													10	9	19
	18	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	Instituto Superior Politécnico	1	1													1	1	2
	19	Instituto Superior Politécnico Katangoji	Instituto Superior Politécnico	17	22													23	16	39
	20	Instituto Superior Politécnico Atlântida	Instituto Superior Politécnico																	
	21	Instituto Superior Politécnico Avozeiro de Juventude	Instituto Superior Politécnico	13	60													36	37	73
	22	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	Instituto Superior Politécnico	25	41													30	36	66
	23	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	Instituto Superior Politécnico	6	9													7	8	15
	24	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues	Instituto Superior Politécnico																	
	25	Instituto Superior Politécnico de Kangonjo	Instituto Superior Politécnico	2	8													4	6	10
	26	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	Instituto Superior Politécnico	72	175													150	97	247
	27	Instituto Superior Politécnico de Benguela	Instituto Superior Politécnico	22	104													44	82	126
	28	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	Instituto Superior Politécnico	10	6													9	7	16
	29	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim	Instituto Superior Politécnico	6	32													26	12	38
	30	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	Instituto Superior Politécnico	27	79													54	52	106
	31	Instituto Superior Politécnico Maravilha	Instituto Superior Politécnico																	
	32	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	6	44													21	29	50
	33	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul	Instituto Superior Politécnico																	
	34	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekukuli	Instituto Superior Politécnico	37	16													27	26	53
	35	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	Instituto Superior Politécnico																	
	36	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo	Instituto Superior Politécnico	19	9													20	8	28
	37	Instituto Superior Politécnico da Tundavala	Instituto Superior Politécnico	17	42													19	40	59
	38	Instituto Superior Politécnico Independente	Instituto Superior Politécnico	61	43													57	47	104
	38	Total		612	1.588													1.102	1.098	2.200

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES		Nº de Bolsas de Estudo										Total				
			M	F	Tipo A	M	F	Tipo B	M	F	Tipo C	M	F	Tipo D		M	F	Tipo E	
	1	Universidade Católica de Angola		26	Universidade			26			76						54	48	102
	2	Universidade Jean Piaget		103	Universidade			103			309						136	276	412
	3	Universidade Lusíada de Angola		2	Universidade			2			8						2	8	10
	4	Universidade Independente de Angola		38	Universidade			38			48						55	31	86
	5	Universidade Privada de Angola		2	Universidade			2			25						9	18	27
	6	Universidade Gregório Semedo		8	Universidade			8			10						10	8	18
	7	Universidade de Belas		19	Universidade			19			29						22	26	48
	8	Universidade Óscar Ribas		9	Universidade			9			19						18	10	28
	9	Universidade Metodista de Angola		14	Universidade			14			87						57	44	101
	10	Universidade Técnica de Angola		17	Universidade			17			42						27	32	59
	11	Instituto Superior Técnico de Angola		8	Instituto Superior			8			84						53	39	92
	12	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais		2	Instituto Superior			2			4						3	3	6
	13	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas			Instituto Superior														
	14	Instituto Superior de Angola		3	Instituto Superior			3			2						3	2	5
	15	Instituto Superior Politécnico Metropolitan de Angola		19	Instituto Superior Politécnico			19			34						27	26	53
	16	Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências		0	Instituto Superior Politécnico			0			5						1	4	5
	17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga		0	Instituto Superior Politécnico			0			7						2	5	7
	18	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia			Instituto Superior Politécnico														
	19	Instituto Superior Politécnico Katangoji		18	Instituto Superior Politécnico			18			42						28	32	60
	20	Instituto Superior Politécnico Atlântida			Instituto Superior Politécnico														
	21	Instituto Superior Politécnico Alvoceer de Juventude		3	Instituto Superior Politécnico			3			19						7	15	22
	22	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola			Instituto Superior Politécnico														
	23	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola		2	Instituto Superior Politécnico			2			11						6	7	13
	24	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues			Instituto Superior Politécnico														
	25	Instituto Superior Politécnico de Kangojo		3	Instituto Superior Politécnico			3			2						0	5	5
	26	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela			Instituto Superior Politécnico														
	27	Instituto Superior Politécnico de Benguela		9	Instituto Superior Politécnico			9											
	28	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela			Instituto Superior Politécnico														
	29	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim			Instituto Superior Politécnico														
	30	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela			Instituto Superior Politécnico														
	31	Instituto Superior Politécnico Maravilha			Instituto Superior Politécnico														
	32	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda			Instituto Superior Politécnico														
	33	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul			Instituto Superior Politécnico														
	34	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekulkul III			Instituto Superior Politécnico														
	35	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente			Instituto Superior Politécnico														
	36	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo			Instituto Superior Politécnico														
	37	Instituto Superior Politécnico da Tundavala		16	Instituto Superior Politécnico			16			55						21	50	71
	38	Instituto Superior Politécnico Independente		95	Instituto Superior Politécnico			95			49						65	79	144
	38	Total		407				407			967						606	768	1.374

Pública

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Nº de Bolsas de Estudo									
			Tipo A	Tipo B	Tipo C	Tipo D	Tipo E	M	F	Total		
	1	Universidade Católica de Angola	137	270	180	257	148	634	358	992		
	2	Universidade Jean Piaget	288	604	358	499	295	1.034	1.010	2.044		
	3	Universidade Lusíada de Angola	36	48	88	239	51	233	229	462		
	4	Universidade Independente de Angola	151	169	243	395	160	722	396	1.118		
	5	Universidade Privada de Angola	22	102	110	254	98	299	287	586		
	6	Universidade Gregório Semedo	38	39	70	102	51	178	122	300		
	7	Universidade de Belas	99	112	197	636	158	811	391	1.202		
	8	Universidade Óscar Ribas	47	76	120	152	70	291	174	465		
	9	Universidade Metodista de Angola	105	330	189	263	218	643	462	1.105		
	10	Universidade Técnica de Angola	108	195	232	231	200	540	426	966		
	11	Instituto Superior Técnico de Angola	65	164	99	104	88	345	175	520		
	12	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	15	16	32	53	23	65	74	139		
	13	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	4	0	2	0	1	6	1	7		
	14	Instituto Superior de Angola	3	2	0	0	0	3	2	5		
	15	Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola	76	130	76	28	57	242	125	367		
	16	Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências	3	28	17	9	13	52	18	70		
	17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga	5	28	4	19	16	46	26	72		
	18	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	1	2	6	9	8	17	9	26		
	19	Instituto Superior Politécnico Katangoji	35	64	0	0	0	51	48	99		
	20	Instituto Superior Politécnico Atlântida	0	0	0	0	0	0	0	0		
	21	Instituto Superior Politécnico Alvoceer de Juventude	20	83	40	12	12	78	89	167		
	22	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	30	43	9	4	7	46	47	93		
	23	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	8	22	2	4	6	17	25	42		
	24	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues	0	0	0	0	0	0	0	0		
	25	Instituto Superior Politécnico de Kangojo	5	11	1	7	14	16	22	38		
	26	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	138	251	230	202	156	691	286	977		
	27	Instituto Superior Politécnico de Benguela	22	104	0	0	0	44	82	126		
	28	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	15	12	50	101	17	110	85	195		
	29	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim	7	32	4	1	13	37	20	57		
	30	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	27	79	0	0	0	54	52	106		
	31	Instituto Superior Politécnico Maravilha	0	0	0	0	0	0	0	0		
	32	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	24	71	88	144	59	207	179	386		
	33	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul	0	0	0	0	0	0	0	0		
	34	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekukulili	41	21	9	11	13	58	37	95		
	35	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	0	0	0	0	0	0	0	0		
	36	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo	19	9	0	0	0	20	8	28		
	37	Instituto Superior Politécnico da Tundavala	58	126	75	61	82	238	164	402		
	38	Instituto Superior Politécnico Independente	161	103	59	44	32	244	155	399		
	38	Total	1.813	3.346	2.590	3.841	2.066	8.072	5.584	13.656		

Tabela 3 – Montante global das bolsas de estudo concedidas em Angola (2000 – 2015), por Instituição Pública

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Bolsas de Estudo								
				2008		2009		2010				
				H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
	1	Universidade Agostinho Neto	Universidade	161	85	246	355	166	521			
	2	Universidade Katyavala Buila	Universidade	92	65	157	155	96	251			
	3	Universidade Onze de Novembro	Universidade	27	17	44	71	63	134			
	4	Universidade Lueji A Nkonde	Universidade	8	2	10	29	6	35			
	5	Universidade José Eduardo dos Santos	Universidade	42	11	53	107	34	141			
	6	Universidade Mandume ya Ndemufayo	Universidade	88	46	134	69	28	97			
	7	Universidade Kimpa Vita	Universidade	64	28	92	34	10	44			
	8	Universidade Cuito Cuanavale	Universidade				10	0	10			
	9	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Instituto Superior									
	10	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	Instituto Superior									
	11	Instituto Superior de Serviço Social	Instituto Superior									
	12	Instituto Superior de Educação Física e Desportos	Instituto Superior									
	13	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	Instituto Superior									
	14	Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Instituto Superior									
	15	Instituto Superior de Artes	Instituto Superior									
	16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	Instituto Superior									
	17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla	Instituto Superior									
	18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	Instituto Superior				37	12	49			
	19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Instituto Superior Politécnico	2	2	4	38	22	60			
	20	Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Instituto Superior Politécnico				39	53	92			
	21	Instituto Superior Politécnico de Malanje	Instituto Superior Politécnico									
	22	Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malanje	Instituto Superior Politécnico									
	23	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Escola Superior	11	2	13	1	2	3			
	24	Escola Superior Politécnica de Malanje	Escola Superior									
	25	Escola Superior Pedagógica do Bié	Escola Superior									
	26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Escola Superior	36	12	48	21	10	31			
Total	26			531	270	801	966	502	1.468			

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	2011			2012			2013		
				H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
	1	Universidade Agostinho Neto	Universidade	204	120	324	440	219	659	635	117	752
	2	Universidade Katyavala Buila	Universidade	154	123	277	196	124	320	231	10	241
	3	Universidade Onze de Novembro	Universidade	120	96	216	266	206	472	250	42	292
	4	Universidade Lueji A Nkonde	Universidade	151	75	226	443	195	638	223	34	257
	5	Universidade José Eduardo dos Santos	Universidade	273	82	355	505	168	673	625	50	675
	6	Universidade Mandume ya Ndemufayo	Universidade	161	66	227	404	240	644	441	106	547
	7	Universidade Kimpa Vita	Universidade	44	9	53	171	66	237	145	5	150
	8	Universidade Cuito Cuanavale	Universidade									
	9	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Instituto Superior				12	21	33	19	0	19
	10	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	Instituto Superior	21	14	35	3	2	5	49	0	49
	11	Instituto Superior de Serviço Social	Instituto Superior				16	3	19	4	16	20
	12	Instituto Superior de Educação Física e Desportos	Instituto Superior									
	13	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	Instituto Superior									
	14	Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Instituto Superior									
	15	Instituto Superior de Artes	Instituto Superior									
	16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	Instituto Superior	13	5	18	27	11	38	72	0	72
	17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huila	Instituto Superior	31	12	43	162	55	217	96	2	98
	18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	Instituto Superior	23	15	38	67	18	85	78	0	78
	19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Instituto Superior Politécnico	50	28	78	96	73	169	0	54	54
	20	Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	26	22	48	30	16	46	80	2	82
	21	Instituto Superior Politécnico de Malanje	Instituto Superior Politécnico									
	22	Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malanje	Instituto Superior Politécnico									
	23	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Escola Superior	15	0	15	23	6	29	45	6	51
	24	Escola Superior Politécnica de Malanje	Escola Superior							57	16	73
	25	Escola Superior Pedagógica do Bié	Escola Superior	33	14	47	87	50	137	84	13	97
	26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Escola Superior	41	19	60	104	24	128	65	20	85
Total	26			1.360	700	2.060	3.052	1.497	4.549	3.199	493	3.692

Pública

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Bolsas de Estudo									
				2014		2015		Total					
				H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
	1	Universidade Agostinho Neto	Universidade	298	197	495	549	298	298	847	2.642	1.202	3.844
	2	Universidad e Katyavaia Bujila	Universidade	138	115	253	286	183	183	469	1.252	716	1.968
	3	Universidade Onze de Novembro	Universidade	308	222	530	379	320	320	699	1.421	966	2.387
	4	Universidade Lueji A Nkonde	Universidade	147	91	238	345	149	149	494	1.346	552	1.898
	5	Universidade José Eduardo dos Santos	Universidade	480	204	684	493	239	239	732	2.525	788	3.313
	6	Universidade Mandume ya Ndemufayo	Universidade	358	210	568	419	321	321	740	1.940	1.017	2.957
	7	Universidade Kimpa Vita	Universidade	158	93	251	217	100	100	317	833	311	1.144
	8	Universidade Cuito Cuanavale	Universidade	126	69	195	198	140	140	338	334	209	543
	9	Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo	Instituto Superior	14	2	16					45	23	68
	10	Instituto Superior de Ciências de Educação de Luanda	Instituto Superior	36	8	44	64	33	33	97	173	57	230
	11	Instituto Superior de Serviço Social	Instituto Superior	0	3	3	1	4	4	5	21	26	47
	12	Instituto Superior de Educação Física e Desportos	Instituto Superior	9	1	10	25	9	9	34	34	10	44
	13	Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	Instituto Superior	39	5	44	56	8	8	64	95	13	108
	14	Instituto Superior de Ciências da Comunicação	Instituto Superior	0	2	2	1	3	3	4	1	5	6
	15	Instituto Superior de Artes	Instituto Superior	8	2	10	15	10	10	25	23	12	35
	16	Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo	Instituto Superior	68	39	107	126	55	55	181	306	110	416
	17	Instituto Superior de Ciências de Educação da Huila	Instituto Superior	76	38	114	147	98	98	245	512	205	717
	18	Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	Instituto Superior	89	32	121	123	38	38	161	417	115	532
	19	Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	Instituto Superior Politécnico	69	55	124	99	94	94	193	354	328	682
	20	Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	22	38	60					197	131	328
	21	Instituto Superior Politécnico de Malanje	Instituto Superior Politécnico	19	30	49	35	29	29	64	54	59	113
	22	Instituto Superior de Tecnologia Agro-Alimentar de Malanje	Instituto Superior Politécnico				31	11	11	42	31	11	42
	23	Escola Superior Pedagógica do Bengo	Escola Superior	57	60	117	64	68	68	132	216	144	360
	24	Escola Superior Politécnica de Malanje	Escola Superior	175	116	291	105	71	71	176	337	203	540
	25	Escola Superior Pedagógica do Bié	Escola Superior	116	67	183	136	89	89	225	456	233	689
	26	Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	Escola Superior	130	40	170	154	60	60	214	551	185	736
Total	26			2.940	1.739	4.679	4.068	2.430	2.430	6.498	16.116	7.631	23.747

Pública

Total

Tabela 4 – Montante global das bolsas de estudo concedidas em Angola (2000 – 2015), por Instituição Privada

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES	Nº de Bolsas de Estudo								
				2008		2009		2010				
				H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
	1	Universidade Católica de Angola	Universidade	82	67	149	81	45	126			
	2	Universidade Jean Piaget	Universidade	128	161	289	142	160	302			
	3	Universidade Lusíada de Angola	Universidade	74	97	171	35	22	57			
	4	Universidade Independente de Angola	Universidade	144	97	241	76	48	124			
	5	Universidade Privada de Angola	Universidade	73	116	189	47	49	96			
	6	Universidade Gregório Semedo	Universidade	24	21	45	25	35	60			
	7	Universidade de Belas	Universidade	409	155	564	139	79	218			
	8	Universidade Óscar Ribas	Universidade	38	47	85	25	16	41			
	9	Universidade Metropolitana de Angola	Universidade	71	56	127	103	118	221			
	10	Universidade Técnica de Angola	Universidade	52	36	88	69	66	135			
	11	Instituto Superior Técnico de Angola	Instituto Superior	25	22	47	25	15	40			
	12	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	Instituto Superior	9	8	17	16	19	35			
	13	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	Instituto Superior									
	14	Instituto Superior de Angola	Instituto Superior									
	15	Instituto Superior Politécnico Metropolitan de Angola	Instituto Superior Politécnico									
	16	Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências	Instituto Superior Politécnico									
	17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga	Instituto Superior Politécnico									
	18	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	Instituto Superior Politécnico									
	19	Instituto Superior Politécnico Katangoji	Instituto Superior Politécnico									
	20	Instituto Superior Politécnico Atlântida	Instituto Superior Politécnico									
	21	Instituto Superior Politécnico Alvorcer de Juventude	Instituto Superior Politécnico									
	22	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	Instituto Superior Politécnico									
	23	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	Instituto Superior Politécnico									
	24	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues	Instituto Superior Politécnico									
	25	Instituto Superior Politécnico de Kangojo	Instituto Superior Politécnico									
	26	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	Instituto Superior Politécnico									
	27	Instituto Superior Politécnico de Benguela	Instituto Superior Politécnico									
	28	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	Instituto Superior Politécnico	43	41	84						
	29	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim	Instituto Superior Politécnico									
	30	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	Instituto Superior Politécnico									
	31	Instituto Superior Politécnico Maravilha	Instituto Superior Politécnico									
	32	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	Instituto Superior Politécnico	21	48	69	35	42	77			
	33	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul	Instituto Superior Politécnico									
	34	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekuikuill	Instituto Superior Politécnico									
	35	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	Instituto Superior Politécnico									
	36	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo	Instituto Superior Politécnico									
	37	Instituto Superior Politécnico da Tundavala	Instituto Superior Politécnico									
	38	Instituto Superior Politécnico Independente	Instituto Superior Politécnico									
	38			1.193	972	2.165	818	714	1.532			

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Tipo de IES						Nº de Bolsas de Estudo					
			2011		2012		2013		2011		2012		2013	
			H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total
	1	Universidade Católica de Angola	102	75	177	83	52	135	134	1	135			
	2	Universidade Jean Piaget	94	97	191	163	190	353	290	4	294			
	3	Universidade Lusíada de Angola	27	42	69	63	50	113	28	2	30			
	4	Universidade Independente de Angola	101	70	171	139	113	252	158	0	158			
	5	Universidade Privada de Angola	19	25	44	32	43	75	94	1	95			
	6	Universidade Gregório Semedo	45	34	79	22	14	36	44	0	44			
	7	Universidade de Belas	47	46	93	70	55	125	99	1	100			
	8	Universidade Óscar Ribas	40	41	81	63	50	113	84	0	84			
	9	Universidade Metodista de Angola	81	65	146	78	73	151	149	1	150			
	10	Universidade Técnica de Angola	77	99	176	144	132	276	125	2	127			
	11	Instituto Superior Técnico de Angola	37	22	59	50	45	95	125	1	126			
	12	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	12	14	26	6	12	18	14	10	24			
	13	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas							3	1	4			
	14	Instituto Superior de Angola												
	15	Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola				51	47	98	110	0	110			
	16	Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências				15	4	19	27	1	28			
	17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga				8	11	19	26	1	27			
	18	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia							16	8	24			
	19	Instituto Superior Politécnico Katangoji												
	20	Instituto Superior Politécnico Atlântida												
	21	Instituto Superior Politécnico Alvorecer de Juventude							35	37	72			
	22	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola							16	11	27			
	23	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola							4	10	14			
	24	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues												
	25	Instituto Superior Politécnico de Kangojo				3	1	4	9	10	19			
	26	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	89	53	142	218	136	354	234	0	234			
	27	Instituto Superior Politécnico de Benguela												
	28	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	20	26	46	11	11	22	27	0	27			
	29	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim							11	8	19			
	30	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela												
	31	Instituto Superior Politécnico Maravilha												
	32	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	26	15	41	36	44	80	68	1	69			
	33	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul												
	34	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekuikuil				9	3	12	22	8	30			
	35	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente												
	36	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo												
	37	Instituto Superior Politécnico da Tundavala				28	30	58	170	44	214			
	38	Instituto Superior Politécnico Independente				58	29	87	64	0	64			
Total	38		817	724	1.541	1.350	1.145	2.495	2.186	163	2.349			

Natureza	N	Instituições de Ensino Superior	Nº de Bolsas de Estudo														
			Tipo de IES						2015						2016		
			2014		2015		2016		2014		2015		2016		2016		
H		M		Total		H		M		Total		H		M		Total	
	1	Universidade Católica de Angola	98	70	168	54	48	102	634	358	992						
	2	Universidade Jean Piaget	81	122	203	136	276	412	1.034	1.010	2.044						
	3	Universidade Lusíada de Angola	4	8	12	2	8	10	233	229	462						
	4	Universidade Independente de Angola	49	37	86	55	31	86	722	396	1.118						
	5	Universidade Privada de Angola	25	35	60	9	18	27	299	287	586						
	6	Universidade Gregório Semedo	8	10	18	10	8	18	178	122	300						
	7	Universidade de Belas	25	29	54	22	26	48	811	391	1.202						
	8	Universidade Óscar Ribas	23	10	33	18	10	28	291	174	465						
	9	Universidade Metropolitana de Angola	104	105	209	57	44	101	643	462	1.105						
	10	Universidade Técnica de Angola	46	59	105	27	32	59	540	426	966						
	11	Instituto Superior Técnico de Angola	30	31	61	53	39	92	345	175	520						
	12	Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	5	8	13	3	3	6	65	74	139						
	13	Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	3	0	3				6	1	7						
	14	Instituto Superior de Angola				3	2	5	3	2	5						
	15	Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola	54	52	106	27	26	53	242	125	367						
	16	Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências	9	9	18	1	4	5	52	18	70						
	17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga	10	9	19	2	5	7	46	26	72						
	18	Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	1	1	2				17	9	26						
	19	Instituto Superior Politécnico Katangoji	23	16	39	28	32	60	51	48	99						
	20	Instituto Superior Politécnico Atlântida							0	0	0						
	21	Instituto Superior Politécnico Alvorecer de Juventude	36	37	73	7	15	22	78	89	167						
	22	Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	30	36	66				46	47	93						
	23	Instituto Superior Politécnico Kalandula de Angola	7	8	15	6	7	13	17	25	42						
	24	Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues							0	0	0						
	25	Instituto Superior Politécnico de Kangoji	4	6	10	0	5	5	16	22	38						
	26	Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	150	97	247				691	286	977						
	27	Instituto Superior Politécnico de Benguela	44	82	126				44	82	126						
	28	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	9	7	16				110	85	195						
	29	Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim	26	12	38				37	20	57						
	30	Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	54	52	106				54	52	106						
	31	Instituto Superior Politécnico Maravilha							0	0	0						
	32	Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda	21	29	50				207	179	386						
	33	Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul							0	0	0						
	34	Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-Ekuikuill	27	26	53				58	37	95						
	35	Instituto Superior Politécnico Sol Nascente							0	0	0						
	36	Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo	20	8	28				20	8	28						
	37	Instituto Superior Politécnico da Tundavala	19	40	59	21	50	71	238	164	402						
	38	Instituto Superior Politécnico Independente	57	47	104	65	79	144	244	155	399						
	38	Total	1102	1.098	2.200	606	768	1.374	8.072	5.584	13.656						

APÊNDICE 3

Questionário aplicado para recolha informação relativa aos custos unitários das Instituições de Ensino Superior

Introdução

Estudo sobre os Custos e o Financiamento do Ensino Superior em Angola

Um projeto do:



Ministério do Ensino Superior

Financiado por:



Implementado por:



No âmbito do *Estudo sobre os Custos e o Financiamento do Ensino Superior em Angola*, promovido pelo Ministério do Ensino Superior da República de Angola, com o financiamento do Banco Africano para o Desenvolvimento, solicitamos o Seu apoio no preenchimento dos seguintes dados relativos às DESPESAS, às RECEITAS e às ESTRUTURAS da sua Instituição de Ensino. A colaboração da sua Instituição é essencial para a análise da evolução do *Financiamento Público no Ensino Superior e dos Custos do Ensino Superior em Angola*.

A tipologia de dados está dividida por cada Folha do presente excel.

Sempre que possível, solicitamos o preenchimento dos dados por faculdade/departamento.

Dos anos para os quais não tenha informação disponível solicitamos que coloque sempre a sigla 'AD' (Ausência de Dados).

Para apresentação das RECEITAS e DESPESAS considerar sempre como Unidade: AKZ

No caso de qualquer dúvida no preenchimento dos quadros não hesite em entrar em contacto com o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas do Ministério do Ensino Superior

Despesas

Estudo sobre os Custos e o Financiamento do Ensino Superior em Angola

INSTITUIÇÃO: _____

FACULDADE / DEPARTAMENTO: _____

QUADRO 1: ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO - DESPESA PREVISTA (DOTAÇÃO ORÇAMENTAL APROVADA)

Unid: AKZ

Tipo de Despesa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas com Pessoal																
Despesas em Bens e Serviços																
Despesas de Capital																
Total																

QUADRO 2: ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO - DESPESA REALIZADA (PAGAMENTOS EFECTUADOS)

Unid: AKZ

Tipo de Despesa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas com Pessoal																
Despesas em Bens e Serviços																
Despesas de Capital																
Total																

Data: _____

O Responsável: _____

Cargo: _____

Receitas

Estudo sobre os Custos e o Financiamento do Ensino Superior em Angola

INSTITUIÇÃO: _____

FACULDADE / DEPARTAMENTO: _____

QUADRO 3: RECEITAS ARRECADADAS POR FONTE DE FINANCIAMENTO

Fonte de Financiamento	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Recursos Ordinários do Tesouro (OGE)															
Propinas															
Taxas															
Prestação de Serviços (Contratos)															
Outras Receitas (Doações, etc)															
Total Receitas Arrecadadas															

Data: _____

O Responsável: _____

Cargo: _____

Estrutura

Estudo sobre os Custos e o Financiamento do Ensino Superior em Angola

NOTA: PREENCHER UMA FICHA POR CASA EDIFÍCIO PERTENCENTE OU AFECTO À INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

QUADRO 4: ÁREAS POR EDIFÍCIO

INSTITUIÇÃO: _____

EDIFÍCIO: _____

N.º: _____

Denominação: _____

QUADRO GERAL DE ÁREAS

Tipologia	Área útil (AU) em m ²	Número de salas	Número de lugares	% AU	Observações (estado de conservação, etc.)
1. ENSINO TEÓRICO					
1.1. Salas de aula					
1.2. Anfiteatros de ensino					
1.3. Outros (especifique)					
TOTAL PARCIAL 1	0	0	0	0	
2. ENSINO PRÁTICO					
2.1. Laboratórios de ensino					
2.2. Laboratórios de ensino/investigação					
2.3. Sala de apoio a laboratórios					
2.4. Laboratórios/salas de informática					
2.5. Oficinas para ensino					
2.6. Outros (especifique)					
TOTAL PARCIAL 2	0	0	0	0	
3. APOIO AO ENSINO					
3.1. Biblioteca	0	0	0		
3.2. Reprografia	0	0	0		
3.3. Centro de informática	0	0	0		
3.4. Audiovisuais	0	0	0		
3.5. Salas de estudo	0	0	0		
3.6. Outros (especifique)	0	0	0		
TOTAL PARCIAL 3	0	0	0	0	
4. ADMINISTRAÇÃO/DIREÇÃO					
4.1. Secretaria					
4.2. Contabilidade					
4.3. Arquivo					
4.4. Gabinetes					
4.5. Outros (especifique)					
TOTAL PARCIAL 4	0	0	0	0	
5. INSTALAÇÕES PARA DOCENTES					
5.1. Gabinetes	0	0	0		
5.2. Salas par reuniões e convívio	0	0	0	0	
5.3. Laboratórios de investigação	0	0	0		
5.4. Outros (especifique)	0	0	0		
TOTAL PARCIAL 5	0	0	0	0	
6. APOIO TÉCNICO GERAL					
6.1. Armazéns gerais					
6.2. Oficinas de manutenção					
TOTAL PARCIAL 6	0	0	0	0	
7. APOIO SOCIAL					
7.1. Associação de estudantes	0	0	0		
7.2. Espaços de convívio/bares	0	0	0		
7.3. Cantina/refeitório	0	0	0		
TOTAL PARCIAL 7	0	0	0	0	
8. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS					
8.1. Lavabos, casas de banho, balneários					
TOTAL PARCIAL 8	0	0	0	0	
9. CIRCULAÇÕES					
9.1. Corredores e átrios					
9.2. Escadas e elevadores					
TOTAL PARCIAL 9	0	0	0	0	
10. PAREDES					
TOTAL PARCIAL 10	0	0	0	0	

Tipologia	Área útil (AU) em m ²	Número de salas	Número de lugares	% AU	Observações (estado de conservação, etc.)
11. ÁREA ÚTIL TOTAL (1+2+3+4+5+6+7)	0	0	0	0	
12. ÁREA ADICIONAL (8+9+10)	0	0	0	0	

ÁREA BRUTA TOTAL (11+12)	0	0	0	0	
-----------------------------	---	---	---	---	--

Centrais técnicas					
Garagens					
Galerias cobertas					

Data

O Responsável:

Cargo:

APÊNDICE 4

Questionário aplicado aos Estudantes do Ensino Superior

	QUESTIONÁRIO AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR – 2015/2016 Setembro 2016	Nº questionário _____
---	--	--------------------------

Este inquérito insere-se num Estudo sobre o Financiamento do Ensino Superior em Angola, promovido pelo Ministério do Ensino Superior de Angola, com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento

Agradecemos a sua colaboração, garantindo o anonimato e confidencialidade das respostas, que serão tratadas apenas de forma agregada.

Algumas indicações que poderão ser úteis para auxiliar o correcto preenchimento do questionário:

- **Não existem respostas certas ou erradas.** Cada pessoa tem opiniões diferentes e o nosso objectivo é apenas conhecê-las.
- **Assinale as suas respostas com um ☑.** Em caso de engano, risque completamente o quadrado e marque a nova resposta.
- **Poderá acontecer que não necessite de responder a uma ou mais perguntas.** Neste caso, encontrará uma nota antes da respectiva pergunta.
- **Em algumas questões deverá assinalar apenas uma das respostas.** Aquela que mais se aproximar da sua situação ou do que pensa sobre o assunto.
- **Só deverá responder ao questionário se tiver pelo menos uma segunda inscrição no ensino superior.**

CONTROLO DE QUOTAS

1. **Curso que frequenta:** _____
2. **Grau académico:** Licenciatura Bacharelato
3. **Faculdade / Departamento / Escola:** _____
4. **Universidade / Instituto:** _____
5. **Local onde se localiza o estabelecimento (Município)** _____
6. **Tipo de Instituição:** Pública Privada
7. **Sexo:** Feminino Masculino

ÁREA CIENTÍFICA

1. **Qual a área científica em que se insere o curso em que se encontra escrito? [ESCOLHA APENAS UMA OPÇÃO]**
 - Ciências, Engenharia e Tecnologia
 - Ciências Médicas, Ciências de Saúde e Tecnologia de Saúde
 - Ciências Humanas, Sociais, Artes e Letras
 - Ciências da Educação

PERFIL INDIVIDUAL

2. **Naturalidade:** Angolana Outra
- 3.1. **Residência habitual:** Município: _____
- 3.2. **Residência em período lectivo:** Município: _____
4. **Indique o ano em que nasceu:** | 1 | 9 | _____
5. **Qual o tipo de escola secundária que frequentou:** Pública Privada

PERFIL DO AGREGADO FAMILIAR

6. **Como classifica o rendimento mensal do seu agregado familiar?**
 - Rendimento Elevado (superior a 250.000,00 AKZ)
 - Rendimento Médio (50.000,00 AKZ a 250.000,00 AKZ)
 - Rendimento Baixo (inferior a 50.000,00 AKZ)
- 6.1. **De acordo com os rendimentos do seu agregado familiar, considera que:**
 - Dão para viver muito bem
 - Dão para viver razoavelmente
 - Dão para viver passando privações
 - Dão para viver bem
 - Dão para viver com dificuldade
7. **Qual é o nível de educação mais elevado obtido pelos seus pais? [ASSINALE O CICLO MAIS ELEVADO QUE COMPLETOU]**

Pai	Ciclo que completou	Mãe
	Não sabe ler nem escrever	
	Sabe ler e escrever mas não concluiu o ensino primário	
	Ensino Primário	
	Ensino Secundário (1º Ciclo – Ensino Geral e Formação Profissional Básica)	
	Ensino Secundário (2º Ciclo – Ensino Geral, Formação Média Normal e Média Técnica)	
	Ensino Superior (Bacharelato)	
	Ensino Superior (Licenciatura)	
	Ensino Superior (Mestrado ou Especialização Profissional)	
	Ensino Superior (Doutoramento)	

8. Dos Grupos Ocupacionais abaixo indicados, assinale aquele que melhor se adequa à Profissão/Ocupação dos seus pais.

Pai	Ciclo que completou	Mãe
	Quadro superior da função pública, de organismo privado ou das Forças Armadas	
	Quadro médio da função pública, de organismo privado ou das Forças Armadas	
	Técnico e técnico médio da função pública, de organismo privado ou das Forças Armadas	
	Proprietário (patrão ou independente)	
	Empregado do sector de serviços, comércio e indústria	
	Operário qualificado	
	Operário não qualificado	
	Agricultor	
	Reformado/Pensionista/Aposentado/Desempregado	
	Doméstica(o)	

CONDIÇÕES DE VIDA DO ESTUDANTE

9. Qual a sua principal residência durante este ano académico? [ESCOLHA A HIPÓTESE ONDE RESIDE O MAIOR Nº DE DIAS]
- Com os pais / familiares Em casa / apartamento / quarto alugado
 Em residência universitária Em casa própria
10. Esteve empregado durante o período relativo ao último ano lectivo? Sim Não [IR PARA A QUESTÃO 12.]
11. [SE ESTEVE EMPREGADO] Indique o número de horas que trabalhou, em média, por semana. [] horas
12. Se está informado sobre o tipo de bolsas / subsídios existentes, indique quais são as bolsas que considera mais vantajosas. [PODE INDICAR MAIS DO QUE UMA RESPOSTA]
- As do Governo Empregador (empresas, câmaras, outras instituições)
 As da própria Universidade Não está informado
 As de outra fonte para além do Governo ou Universidade, como por exemplo uma fundação ou organização religiosa
13. Possui cartões de débito (Multibanco)? Sim Não
14. Possui cartões de crédito? Sim Não
15. Possui acesso à internet na sua residência? Sim Não
16. Possui viatura própria? Sim Não
17. É bolseiro este ano lectivo? Sim Não [IR PARA A QUESTÃO 21.]
18. [SE É BOLSEIRO] Indique o montante global que recebe (mensalmente ou anualmente). [SE POSSUIR MAIS DO QUE UMA BOLSA, CONSIDERE TODAS AS QUE RECEBE. NÃO ESQUECER INCLUIR O VALOR DAS PROPINAS]
- a) Se recebe mensalmente, qual o valor _____ AKZ
- b) Se recebe anualmente, qual o valor: _____ AKZ
19. [SE É BOLSEIRO] Indique qual a entidade que concedeu a bolsa.
- Instituição de Ensino onde estuda INAGBE Sonangol Outra instituição [ESPECIFICAR] _____
20. [SE É BOLSEIRO] Assinale a que se destina a bolsa de estudo que recebe. [PODE INDICAR MAIS DO QUE UMA RESPOSTA]
- Propinas Alimentação
 Alojamento Aquisição de Bibliografia
 Transportes Outra [ESPECIFICAR] _____
21. Tente, por favor, calcular o rendimento médio mensal que está à sua disposição, por fontes de financiamento e assinale nas hipóteses respectivas. [Dinheiro posto à sua disposição, por MÊS, para efeitos de consumo] [montantes aproximados em Kwanzas]
- o Rendimento proveniente da família AKZ
- o Apoio público do Governo ou de outras entidades públicas..... AKZ
- Bolsa (não reembolsável) AKZ
- Empréstimo (reembolsável) AKZ
- Subsídio de outra fonte pública (não reembolsável) AKZ
- o Rendimento próprio através de trabalho pago AKZ
- o Outros rendimentos AKZ
- o TOTAL DO RENDIMENTO MENSAL DISPONÍVEL..... AKZ

22. Por favor pense no último ano académico. Indique o valor aproximado, em kwanzas, e a frequência com que realizou cada um dos tipos de despesa abaixo indicadas.

Custos de Vida	Valor (AKZ)	Frequência
a. Alojamento incluindo rendas e o pagamento de outras despesas associadas ao alojamento pagas separadamente		Por MÊS
b. Telefone e/ou telemóvel		Por MÊS
c. Alimentação		Por MÊS
d. Despesas médicas (incluindo seguros, médicos e visitas ao dentista)		Por MÊS
e. Custos de transporte (gasolina, transportes públicos, seguro do carro), excluindo férias		Por MÊS
f. Outras despesas pessoais		Por MÊS
Custos de Educação	Valor (AKZ)	Frequência
g. Propinas		Por ANO lectivo
h. Taxa de Matrícula		Por ANO lectivo
i. Outras taxas (incluindo seguro, inscrição para exames)		Por ANO lectivo
j. Livros e outros materiais		Por ANO lectivo
k. Equipamento (computadores, microscópios, etc.) e visitas de estudo		Por ANO lectivo
l. Outras despesas relacionadas com a educação		Por ANO lectivo

23. Desde que está inscrito no ensino superior, contraiu algum empréstimo ou qualquer outra obrigação para financiar os seus estudos, que obrigue a um pagamento futuro?

Sim Não [IR PARA A QUESTÃO 29.]

- 23.1 Indique o ano em que contraiu esse empréstimo. | _ | _ | _ | _ |

24. [SE CONTRAIU UM EMPRÉSTIMO] Assinale o tipo de empréstimo que contraiu.

Empréstimo destinado a Estudantes
 Outro tipo de empréstimo [ESPECIFICAR] _____

25. [SE CONTRAIU UM EMPRÉSTIMO] Indique a entidade que concedeu o empréstimo

BPC BFA BNI BIC BAI BPA BCI BPA Outro [ESPECIFICAR] _____

26. [SE CONTRAIU UM EMPRÉSTIMO] Indique o valor do empréstimo que contraiu: _____ AKZ

27. [SE CONTRAIU UM EMPRÉSTIMO] Assinale os motivos que o/a levaram a contrair o empréstimo. [PODE INDICAR MAIS DO QUE UMA RESPOSTA]

Propinas Aquisição de computador ou outros meios informáticos
 Alojamento Aquisição de outros meios de estudo
 Transportes Alimentação Outra [ESPECIFICAR] _____

28. Se pudesse ter contraído um empréstimo maior teria contraído? Sim Não Não sabe
 [APÓS RESPONDER A ESTA QUESTÃO IR PARA A QUESTÃO 30.]

29. [SE NÃO CONTRAIU NENHUM EMPRÉSTIMO] Indique os motivos que o/a levaram a não contrair um empréstimo. [PODE INDICAR MAIS DO QUE UMA RESPOSTA]

Não precisava de um empréstimo Não consegui encontrar condições para obter um fiador para o empréstimo
 Não estava em condições financeiras para um empréstimo Não sabia que havia empréstimos para esse fim
 Tenho medo de contrair dívidas Outra [ESPECIFICAR] _____

30. Na tabela abaixo consta um conjunto de afirmações sobre o ensino superior. Indique o seu grau de concordância ou de discordância com cada uma das afirmações, de acordo com a escala definida. [ASSINALE UMA SÓ RESPOSTA PARA CADA AFIRMAÇÃO]

	Concordo Completamente	Concordo mais do que discordo	Nem concordo nem discordo	Discordo mais do que concordo	Discordo fortemente
o a. O ensino superior é um bem público cujos encargos deverão ser maioritariamente suportados pelo Estado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
o b. O custo do ensino superior deve ser maioritariamente suportado pelos seus beneficiários directos: os estudantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
o c. As empresas devem financiar o ensino superior para terem a certeza de encontrar, no mercado, resposta às suas necessidades de mão de obra qualificada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
o d. O ensino superior deve ser co-financiado pelo Estado, estudantes e empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
o e. O valor da propina deve variar consoante o custo de cada curso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
o f. O valor da propina deve variar de acordo com o rendimento esperado após a conclusão do curso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
o g. O valor da propina deve variar de acordo com a qualidade das instituições de ensino superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
o h. O valor da propina deve variar de acordo com o mérito pedagógico e científico das instituições de ensino superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
o i. O financiamento público do ensino superior impede o atrofamento de certas áreas disciplinares e científicas, consideradas menos rentáveis e necessárias para o desenvolvimento do país	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
o j. O Estado deve financiar o ensino superior particular e cooperativo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
o k. Se fosse criado um vencimento de estudante, ele deveria ser igual para todos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

31. Qual o valor que acha adequado para a propina MÁXIMA ANUAL do seu curso? **AKZ**

32. [SE CONCORDA COM O FINANCIAMENTO POR PARTE DO ESTADO DO ENSINO SUPERIOR PARTICULAR E COOPERATIVO – QUESTÃO 30.1.] Indique a forma que considera mais adequada para concretizar o apoio do Estado ao ensino superior particular e cooperativo. [ASSINALE UMA SÓ RESPOSTA]

- Apoio social directo aos alunos carenciados
- Apoio social aos alunos através das estruturas de apoio social das instituições públicas
- Apoio através de subsídios aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo
- Concessão de apoio a todos os alunos do ensino particular e cooperativo
- Apoio através de incentivos fiscais (isenção ou diminuição dos impostos a pagar, etc.)

33. Quando terminar o curso que está a frequentar, indique o que tenciona fazer. [PODE INDICAR MAIS DO QUE UMA RESPOSTA]

- Integrar o mercado de trabalho
- Mudar de emprego
- Prosseguir outro ciclo do mesmo curso (Mestrado, Doutoramento)
- Prosseguir outro ciclo de outro curso (Mestrado, Doutoramento)
- Frequentar outro curso
- Ainda não sabe

34. Tente lembrar-se no seu dia a dia, como ocupa a sua vida de estudante. Indique qual a percentagem do seu tempo que dedica a cada uma das seguintes actividades [CONSIDERE SOMENTE TEMPO ÚTIL].

- Assistência às aulas (lições, seminários, laboratório, testes, etc.)
- Estudo individual/em grupo (estudo, escrita, leitura, trabalhos escritos, etc.)
- Trabalhos pagos
- Estágios
- Outros

TOTAL - 100%

Obrigado pela sua colaboração

APÊNDICE 5

Amostra de número de alunos por IES e respectivos cursos

Ensino Privado	Amostra		Total
	Feminino	Masculino	
Instituto Superior de Angola	3	4	7
Direito	1	1	2
Ensino de Pedagogia	-	1	1
Gestão de Recursos Humanos e Marketing	1	1	2
Gestão e Administração de Empresas	-	1	1
Psicologia	1	-	1
Instituto Superior de Ciências de Administração e Humanas	2	2	4
Direito	-	1	1
Gestão de Recursos Humanos	1	1	2
Psicologia	1	-	1
Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais	4	3	7
Administração Pública	1	1	2
Economia	1	1	2
Psicologia	1	-	1
Relações Internacionais	1	1	2
Instituto Superior Politécnico Atlântida	7	7	14
Análises Clínicas	-	1	1
Contabilidade e Gestão	-	1	1
Direito	1	1	2
Economia	-	1	1
Ensino de Pedagogia	2	-	2
Gestão de Recursos Humanos	2	1	3
Gestão e Administração de Empresas	1	1	2
Psicologia	1	1	2
Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela	21	22	43
Arquitetura		2	2
Ciências de Educação	14	8	22

Ensino Privado	Amostra		
	Feminino	Masculino	Total
Ciências Políticas e Relações Internacionais	1	1	2
Contabilidade e Administração	3	4	7
Direito	2	5	7
Engenharia Civil	-	1	1
Engenharia de Ambiente	1	-	1
Engenharia de Gestão Industrial		1	1
Instituto Superior Politécnico de Benguela	11	7	18
Administração e Gestão do Território	1	1	2
Análises Clínicas	2	-	2
Enfermagem	4	1	5
Engenharia de Telecomunicações	-	1	1
Engenharia Electrónica	-	1	1
Engenharia Informática	-	1	1
Fisioterapia	1	-	1
Gestão de Recursos Humanos	2	1	3
Medicina Dentária	1	1	2
Instituto Superior Politécnico de Cabinda	5	4	9
Contabilidade e Gestão	1	1	2
Enfermagem	1	-	1
Engenharia Informática	1	2	3
Relações Internacionais	2	1	3
Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	7	11	18
Ciências Criminais	1	3	4
Ciências Jurídicas	1	1	2
Contabilidade e Finanças	1	1	2
Engenharia de Redes e Telecomunicações	-	2	2
Engenharia Informática e Sistemas de Informação	-	1	1
Gestão de Recursos Humanos	2	1	3
Hotelaria e Turismo	1	-	1
Logística e Gestão Comercial	1	2	3

Ensino Privado	Amostra		Total
	Feminino	Masculino	
Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	7	11	18
Ciências Criminais	1	3	4
Ciências Jurídicas	1	1	2
Contabilidade e Finanças	1	1	2
Engenharia de Redes e Telecomunicações	-	2	2
Engenharia Informática e Sistemas de Informação	-	1	1
Gestão de Recursos Humanos	2	1	3
Hotelaria e Turismo	1	-	1
Logística e Gestão Comercial	1	2	3
Instituto Superior Politécnico de Humanidade e Tecnologias-EKUIKUI II	5	7	12
Análise Clínica e Saúde Pública	1	-	1
Ciências de Educação	1	1	2
Direito	1	2	3
Enfermagem	1	1	2
Engenharia Civil	-	1	1
Engenharia Informática	-	1	1
Psicologia	1	1	2
Instituto Superior Politécnico de Kangojo	6	5	11
Direito	1	1	2
Enfermagem	1	-	1
Engenharia Informática	-	1	1
Ensino de Pedagogia	1	1	2
Gestão	2	1	3
Psicologia	1	1	2
Instituto Superior Politécnico de Porto Amboim	2	4	6
Contabilidade e Gestão	-	1	1
Direito	1	1	2
Engenharia de Telecomunicações e Electrónica	-	1	1
Engenharia Informática	-	1	1
Ensino de Pedagogia	1	-	1

Ensino Privado	Amostra		
	Feminino	Masculino	Total
Instituto Superior Politécnico de Tecnologia e Ciências	3	10	13
Economia	1	1	2
Engenharia Civil	-	1	1
Engenharia de Produção Industrial	-	1	1
Engenharia Eléctrica	-	1	1
Engenharia Informática	-	1	1
Engenharia Mecânica	-	2	2
Engenharia Química	1	1	2
Gestão	1	2	3
Instituto Superior Politécnico do Cazenga	6	8	14
Administração Pública	1	1	2
Ciências Economicas Empresariais	-	1	1
Ensino de Pedagogia	1	-	1
Gestão de Empresas	3	3	6
Gestão Empresarial e Contabilidade	1	2	3
Gestão Hospitalar	-	1	1
Instituto Superior Politécnico Independente	10	12	22
Ciências da Comunicação	1	-	1
Ciências de Educação	2	2	4
Contabilidade e Finanças	1	1	2
Direito	3	4	7
Engenharia Informática	1	3	4
Gestão e Marketing	1	-	1
Sociologia	1	2	3
Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola	9	8	17
Administração e Marketing	1	1	2
Ciências Políticas e Relações Internacionais	-	-	0
Direito	1	1	2
Enfermagem	1	-	1
Engenharia em Construção Civil	-	1	1

Ensino Privado	Amostra		
	Feminino	Masculino	Total
Ensino de Pedagogia	1	1	2
Ensino de Psicologia	1	-	1
Gestão Bancária e Seguros	1	1	2
Gestão de Recursos Humanos e Marketing	1	1	2
Gestão e Administração de Empresas	1	1	2
Psicologia	1	1	2
Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela	10	11	21
Ciências de Educação e Praxis Educativa	1	1	2
Direito	1	2	3
Economia e Gestão	2	1	3
Enfermagem	2	-	2
Engenharia Electromecânica	-	2	2
Ensino da Língua Portuguesa e Línguas Nacionais	-	1	1
Informática de Gestão	1	1	2
Psicologia	2	1	3
Refinação de Petróleos	1	1	2
Sociologia	-	1	1
Instituto Superior Politécnico Katangoji	2	6	8
Engenharia em Pesquisa e Produção de Petróleo	1	3	4
Engenharia Informática	-	1	1
Engenharia Mecânica	-	1	1
Engenharia Química	1	1	2
Instituto Superior Politécnico Lusíada de Benguela	2	2	4
Direito	1	1	2
Gestão de Recursos Humanos	1	1	2
Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo	2	2	4
Direito	1	1	2
Gestão de Empresas	-	1	1
Psicologia	1	-	1
Instituto Superior Politécnico Maravilha	8	7	15

Ensino Privado	Amostra		
	Feminino	Masculino	Total
Ciências do Desporto e Educação Física	-	1	1
Ciências Económicas Empresariais	1	1	2
Direito	1	2	3
Ensino de Biologia	1	-	1
Ensino de Pedagogia	2	1	3
Ensino de Psicologia	1	-	1
Gestão de Recursos Humanos	1	1	2
Psicologia	1	1	2
Instituto Superior Politécnico Metropolitano	14	18	32
Administração de Empresas	2	3	5
Arquitetura	-	1	1
Ciências da Computação	-	1	1
Direito	2	2	4
Economia	2	2	4
Engenharia Civil	-	1	1
Engenharia de Geologia e Minas	1	1	2
Engenharia de Telecomunicações e Electrónica	-	2	2
Engenharia Informática	-	1	1
Ensino de Pedagogia	1	-	1
Gestão Bancária	1	1	2
Gestão de Recursos Humanos	4	2	6
Jornalismo	1	1	2
Instituto Superior Politécnico Sol Nascente	3	7	10
Direito	1	2	3
Enfermagem	1	1	2
Gestão de Recursos Humanos	-	1	1
História	-	1	1
Psicologia	1	1	2
Sociologia	-	1	1
Instituto Superior Politécnico Tundavala	4	2	6

Ensino Privado	Amostra		
	Feminino	Masculino	Total
Contabilidade e Gestão	1	-	1
Enfermagem	2	1	3
Psicologia Clínica	1	1	2
Instituto Superior Técnico de Angola	10	14	24
Comunicação Social	1	1	2
Contabilidade e Administração	3	3	6
Direito	2	3	5
Engenharia de Telecomunicações	-	1	1
Engenharia Electromecânica	-	1	1
Engenharia Energética	-	1	1
Engenharia Informática	-	2	2
Psicologia	4	2	6
Universidade Católica de Angola	11	16	27
Contabilidade e Administração	1	1	2
Direito	3	4	7
Economia e Gestão	2	3	5
Engenharia de Petróleo	1	2	3
Engenharia de Telecomunicações	-	2	2
Engenharia Informática	-	2	2
Línguas	1	1	2
Psicologia	1	-	1
Psicologia Clínica	1	1	2
Saúde Pública	1	-	1
Universidade de Belas	4	5	9
Análise Clínica e Saúde Pública	-	-	0
Contabilidade e Gestão	1	1	2
Direito	-	1	1
Enfermagem	1	-	1
Engenharia de Petróleo	-	1	1
Engenharia Informática	-	1	1

Ensino Privado	Amostra		
	Feminino	Masculino	Total
Gestão de Recursos Humanos	1	-	1
Psicologia	1	1	2
Universidade Gregório Semedo	12	25	37
Ciências Políticas e Administração do Território	-	1	1
Comunicação Empresarial e Línguas	1	1	2
Direito	2	5	7
Engenharia Informática	-	3	3
Gestão Comercial e Marketing	1	3	4
Gestão de Empresas	3	5	8
Gestão de Recursos Humanos	5	6	11
Informática de Gestão	-	1	1
Universidade Independente de Angola	17	17	34
Arquitetura e Urbanismo	-	1	1
Ciências da Comunicação	3	2	5
Ciências de Educação	1	-	1
Direito	5	4	9
Engenharia Civil	-	1	1
Engenharia de Recursos Naturais e Ambiente	-	1	1
Engenharia de Telecomunicações e Electrónica	-	2	2
Engenharia Informática	1	2	3
Gestão e Marketing	4	3	7
Psicologia	3	1	4
Universidade Jean Piaget	42	31	73
Direito	5	6	11
Economia e Gestão	9	7	16
Enfermagem	5	1	6
Engenharia Civil	-	1	1
Engenharia de Petróleo	1	1	2
Engenharia Electromecânica	-	3	3
Engenharia em Pesquisa e Produção de Petróleo	1	2	3

Ensino Privado	Amostra		
	Feminino	Masculino	Total
Farmácia	1	-	1
Fisioterapia	1	-	1
Informática de Gestão	1	3	4
Medicina	9	2	11
Medicina Dentária	2	1	3
Psicologia	6	3	9
Sociologia	1	1	2
Universidade Lusíada de Angola	10	8	18
Arquitetura	-	1	1
Contabilidade e Gestão	1	1	2
Direito	1	1	2
Economia	1	1	2
Engenharia Informática	-	1	1
Gestão de Empresas	1	1	2
Gestão de Recursos Humanos	4	1	5
Psicologia	1	-	1
Relações Internacionais	1	1	2
Universidade Metodista de Angola	26	29	55
Ambiente e Gestão do Território	2	1	3
Análise Clínica e Saúde Pública	4	1	5
Arquitetura e Urbanismo	1	2	3
Cardiopneumologia	1	1	2
Ciências do Desporto e Educação Física	-	1	1
Direito	5	4	9
Economia	1	1	2
Engenharia Civil	-	1	1
Engenharia Industrial e Sistemas Eléctricos	-	2	2
Engenharia Informática	1	5	6
Engenharia Mecatrónica	-	3	3
Gestão e Administração de Empresas	8	6	14

Ensino Privado	Amostra		
	Feminino	Masculino	Total
Gestão, Hoteleira, Turismo e Animação	1	-	1
Língua Portuguesa e Comunicação	2	1	3
Universidade Óscar Ribas	7	8	15
Administração e Marketing	2	2	4
Direito	2	1	3
Engenharia Civil	-	1	1
Engenharia Electromecânica	-	1	1
Engenharia Informática e Comunicação	1	2	3
Psicologia	1	-	1
Relações Internacionais	1	1	2
Universidade Privada de Angola	11	5	16
Contabilidade e Gestão	2	2	4
Enfermagem	1	-	1
Medicina	7	2	9
Turismo e Gestão Hoteleira	1	1	2
Universidade Técnica de Angola	21	25	46
Arquitetura e Urbanismo	1	1	2
Contabilidade e Finanças	1	2	3
Direito	4	4	8
Engenharia Informática	2	2	4
Gestão	8	10	18
Psicologia	3	4	7
Relações Internacionais	2	2	4
Total	317	352	669

Ensino Privado	Amostra		Total
	Feminino	Masculino	
Escola Superior Pedagógica do Bengo	4	8	12
Ensino da Língua Portuguesa	1	1	2
Ensino de História	-	2	2
Ensino de Matemática	-	1	1
Ensino de Pedagogia	1	2	3
Ensino de Psicologia	2	2	4
Escola Superior Pedagógica do Bié	4	7	11
Educação Pré-Escolar	1	-	1
Ensino de Biologia	1	-	1
Ensino de Física	-	1	1
Ensino de Geografia	1	2	3
Ensino de Matemática	-	2	2
Ensino de Psicologia	1	1	2
Ensino de Química	-	1	1
Escola Superior Pedagógica do Cuanza Norte	4	11	15
Educação Primária	1	2	3
Ensino da Língua Francesa	-	1	1
Ensino da Língua Inglesa	-	1	1
Ensino da Língua Portuguesa	1	3	4
Ensino de Biologia	2	2	4
Ensino de Física	-	-	0
Ensino de Matemática	-	1	1
Ensino de Química	-	1	1
Escola Superior Politécnica de Malanje	2	4	6
Ensino de Matemática	-	1	1
Ensino de Pedagogia	1	1	2
Ensino de Psicologia	1	-	1
Ensino de Sociologia	-	1	1
Gestão, Hoteleira, Turismo e Animação	-	1	1
Instituto Superior de Arte	1	2	3

Ensino Privado	Amostra		
	Feminino	Masculino	Total
Artes Plásticas	-	1	1
Música	-	1	1
Teatro	1	-	1
Instituto Superior de Ciências da Comunicação	1	2	3
Ciências da Informação	1	2	3
Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla	7	13	20
Ciências do Desporto e Educação Física	-	1	1
Ensino da Língua Francesa	-	1	1
Ensino da Língua Inglesa	-	1	1
Ensino da Língua Portuguesa	1	-	1
Ensino de Biologia	1	1	2
Ensino de Filosofia	-	1	1
Ensino de Física	-	1	1
Ensino de Geografia	1	1	2
Ensino de História	1	-	1
Ensino de Informática Educativa	-	2	2
Ensino de Matemática	-	1	1
Ensino de Pedagogia	1	1	2
Ensino de Psicologia	1	1	2
Ensino de Química	1	1	2
Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda	3	10	13
Ensino da Língua e Literaturas Africanas	-	1	1
Ensino da Língua Inglesa	-	1	1
Ensino da Língua Portuguesa	1	1	2
Ensino de Filosofia	-	1	1
Ensino de História	-	1	1
Ensino de Matemática	-	2	2
Ensino de Pedagogia	1	1	2
Ensino de Psicologia	1	1	2
Ensino de Sociologia	-	1	1

Ensino Privado	Amostra		Total
	Feminino	Masculino	
Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo	2	5	7
Ensino da Língua Portuguesa	-	1	1
Ensino de Biologia	1	1	2
Ensino de Física	-	1	1
Ensino de Geografia	1	1	2
Ensino de Matemática	-	1	1
Instituto Superior de Ciências da Educação do Uíge	7	16	23
Educação Especial	1	1	2
Educação Pré-Escolar	1	-	1
Educação Primária	1	-	1
Ensino da Língua Francesa	-	1	1
Ensino da Língua Inglesa	-	1	1
Ensino da Língua Portuguesa	1	1	2
Ensino de Biologia	1	1	2
Ensino de Filosofia	-	2	2
Ensino de Física	-	1	1
Ensino de Geografia	-	2	2
Ensino de História	-	2	2
Ensino de Matemática	-	1	1
Ensino de Pedagogia	1	1	2
Ensino de Psicologia	1	1	2
Ensino de Química	-	1	1
Instituto Superior de Educação Física e Desporto	0	1	1
Educação Física e Desporto	-	1	1
Instituto Superior de Serviço Social	6	2	8
Educação de Infância	4	-	4
Serviço Social	2	2	4
Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação	0	5	5
Engenharia de Telecomunicações	-	3	3
Engenharia Informática	-	2	2

Ensino Privado	Amostra		
	Feminino	Masculino	Total
Instituto Superior Politécnico de Malanje	2	1	3
Enfermagem	1	1	2
Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	1	1	2
Gestão Agrária	-	1	1
Zootecnia	1	-	1
Universidade Agostinho Neto	19	43	62
Análises Clínicas	1	-	1
Antropologia	1	1	2
Arquitetura	-	1	1
Ciências da Computação	1	2	3
Ciências Políticas	1	3	4
Comunicação Social	1	2	3
Contabilidade e Administração	-	1	1
Contabilidade e Auditoria	-	1	1
Economia	1	2	3
Enfermagem	1	1	2
Engenharia Civil	-	2	2
Engenharia de Minas	-	1	1
Engenharia de Petróleo	-	1	1
Engenharia de Telecomunicações e Electrónica	-	2	2
Engenharia Geográfica	-	1	1
Engenharia Informática	1	2	3
Engenharia Mecânica	-	2	2
Engenharia Química	1	1	2
Filosofia	-	1	1
Física	-	1	1
Geodemografia	-	1	1
Geologia	1	-	1
Gestão	-	1	1
Gestão de Empresas	1	1	2

Ensino Privado	Amostra		Total
	Feminino	Masculino	
Secretariado Administrativo	2	1	3
Universidade Cuito Cuanavale	3	6	9
Agronomia	-	1	1
Engenharia Informática	-	2	2
Ensino de Biologia	1	1	2
Ensino de Matemática	-	1	1
Gestão, Hoteleira, Turismo e Animação	1	1	2
Medicina	1	-	1
Universidade José Eduardo dos Santos	17	25	42
Análise Clínica e Laboratório	1	1	2
Ciências da Computação	-	2	2
Contabilidade e Administração	3	4	7
Economia	2	4	6
Enfermagem	2	2	4
Engenharia Agronômica	-	1	1
Engenharia Florestal	1	1	2
Ensino de Física	1	2	3
Ensino de Geografia	5	3	8
Ensino de Matemática	-	2	2
Ensino de Química	1	1	2
Medicina	1	1	2
Medicina Veterinária		1	1
Universidade Katyavala Buila	10	18	28
Ciências da Computação	-	1	1
Contabilidade e Auditoria	1	1	2
Direito	1	2	3
Economia	-	1	1
Educação Especial	1	-	1
Engenharia Mecânica	-	1	1
Ensino da Língua Inglesa	-	1	1

Ensino Privado	Amostra		
	Feminino	Masculino	Total
Ensino de Geografia	1	1	2
Ensino de História	1	3	4
Ensino de Matemática	-	2	2
Ensino de Pedagogia	2	2	4
Ensino de Psicologia	1	1	2
Gestão e Administração de Empresas	1	1	2
Medicina	1	1	2
Universidade Kimpa Vita	7	17	24
Administração Pública	2	1	3
Agronomia	-	2	2
Análise Clínica e Saúde Pública	1	-	1
Contabilidade e Gestão	2	4	6
Direito	1	2	3
Economia	1	3	4
Enfermagem	-	1	1
Engenharia Informática	-	2	2
Informática de Gestão	-	1	1
Medicina	-	1	1
Universidade Lueji A Nkonde	2	2	4
Informática de Gestão	1	2	3
Medicina	1	-	1
Universidade Mandume ya Ndemofayo	8	16	24
Agronomia	-	1	1
Ciências da Computação	-	1	1
Desenho	-	1	1
Direito	1	2	3
Economia	2	3	5
Educação Primária	1	-	1
Engenharia de Minas	-	1	1
Engenharia em Construção Civil	-	1	1

Ensino Privado	Amostra		
	Feminino	Masculino	Total
Engenharia em Geologia	-	1	1
Engenharia Informática	-	1	1
Engenharia Mecânica	-	1	1
Ensino de Biologia	1	-	1
Ensino de Geografia	1	1	2
Ensino de Matemática	-	1	1
Ensino de Química	1	1	2
Medicina	1	-	1
Universidade Onze de Novembro	29	25	54
Análise Clínica e Laboratório	6	1	7
Contabilidade e Auditoria	1	2	3
Direito	2	4	6
Economia	1	1	2
Educação Primária	1	-	1
Enfermagem	4	1	5
Engenharia de Ambiente	1	2	3
Engenharia de Organização e Manutenção Industrial	-	1	1
Engenharia Informática	1	1	2
Ensino da Língua Inglesa	-	1	1
Ensino da Língua Portuguesa	1	1	2
Ensino de Biologia	1	-	1
Ensino de Física	-	1	1
Ensino de História	-	1	1
Ensino de Matemática	-	1	1
Ensino de Psicologia	1	2	3
Ensino de Química	-	1	1
Gestão de Empresas	2	3	5
Gestão Escolar	1	-	1
Medicina	1	-	1
Psicologia Clínica	5	1	6
Total	139	240	379



ceso

DEVELOPMENT
CONSULTANTS